



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEA

**PRODUÇÃO DE CENTROS E CENTRALIDADES URBANAS NA  
CONURBAÇÃO CUIABÁ-VÁRZEA GRANDE - MT**

Rosinaldo Barbosa da Silva

Tese de Doutorado

Brasília-DF: maio / 2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEA

**PRODUÇÃO DE CENTROS E CENTRALIDADES URBANAS NA  
CONURBAÇÃO CUIABÁ-VÁRZEA GRANDE - MT**

Rosinaldo Barbosa da Silva

Orientadora: Nelba Azevedo Penna

Tese de Doutorado

Brasília-DF: maio/ 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEA

**PRODUÇÃO DE CENTROS E CENTRALIDADES URBANAS NA  
CONURBAÇÃO CUIABÁ-VÁRZEA GRANDE - MT**

Rosinaldo Barbosa da Silva

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Aprovado por:

Nelba Azevedo Penna - GEA/IH/UnB  
(Orientadora)

Neio Lúcio de Oliveira Campos – GEA/IH/UnB  
(Examinadora interna)

Danilo Volochko – UFPR  
(Examinador externo)

Sinthia Cristina Batista – URGS  
(Examinador externo)

Juscelino Eudâmidas Bezerra – GEA/IH/UnB  
(Examinador suplente)

Brasília, maio de 2019.

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Rosinaldo da Barbosa.

PRODUÇÃO DE CENTROS E CENTRALIDADES URBANAS NA CONURBAÇÃO CUIABÁ-VÁRZEA GRANDE - MT / Rosinaldo Barbosa da Silva; orientadora: Nelba Azevedo Penna. Brasília, 2019. 300 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Centro. 2. Centralidade. 3. Reestruturação do capital. 4. Desigualdade social.  
5. Resistência.

I. UnB-GEA.

II. Título

III. Penna, Nelba Azevedo, orient.

## CESSÃO DE DIREITOS

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Rosinaldo Barbosa da Silva



## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus familiares. Aos meus pais, Manoel Izael e Maria da Silva, agradeço pela vida e pelos direcionamentos que me impulsionam na concretização dos meus sonhos e projetos de vida. À minha irmã Vanildes, que sempre me incentivou nos estudos, desde quando ainda eu era uma criança, sou grato por cada momento de auxílio nos deveres e pelas trocas de ideias que favoreceram o avanço na minha aprendizagem formal e para a vida. À minha irmã Vanéia, agradeço os aprendizados diários e os incentivos nos estudos. À minha irmã Laura, a sensibilidade em me ouvir e me compreender nas lidas mais intrigantes da vida. Aos meus irmãos Edinaldo, Waldinei e Valter, agradeço pelo apoio, motivação e aprendizado. Aos meus sobrinhos e sobrinhas: Kelly e Suellen, agradeço pelos ensinamentos, Kennedy, pelo auxílio na pesquisa documental no Arquivo Público e na transcrição dos áudios. Reverencio, dessa forma, toda minha ancestralidade, de matriz indígena, negra [quilombola] e europeia, que contribuíram para a construção da minha trajetória de vida.

Agradeço a profa. Dra. Nelba Azevedo Penna, pelos diálogos teóricos, pelas trocas de experiências no estágio docente, nas organizações dos eventos e orientações.

Agradeço particularmente ao prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos, ao prof. Dr. Danilo Volochko e a Dra. Sinthia Cristina Batista, por terem aceitado o convite e pelas pertinentes contribuições teóricas realizadas no exame qualificação que contribuíram significativamente sucesso da pesquisa.

Aos amigos Hugo, Luciane, Rafael, Tainá Labrea, Cleberson, Marcos Godoy, agradeço por cada momento de troca de experiências, de celebração e de conversas, inclusive as teóricas sobre a tese. Certamente, todo o companheirismo ao longo desses quatro anos foi fundamental para o sucesso deste trabalho.

Agradeço, também, os profissionais que contribuíram para as pesquisas de campo: Emerson Luiz Felix Barreto, Fernanda Antunes de Arruda e Aparecida Fátima Carvalho Soares Neta.

Ao Hylgner, Edson e Bianca, moradores do centro do Cristo Rei, sou grato pela disponibilidade durante os dias de pesquisas de campo e pela indicação para entrevistas de moradores que construíram o centro. Agradeço a cada um dos moradores entrevistados, bem como aos servidores da prefeitura municipal de Cuiabá, de Várzea Grande e das secretarias estaduais pela disponibilização de dados concessão de entrevistas.

Ao Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos CAEP-UNB, agradeço pelo profissionalismo e atendimento ao longo do curso. À Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS-UNB, por promover direito de assistência estudantil que contribuiu para permanência e conclusão do curso.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT, agradeço pela bolsa de pesquisa científica que contribuiu significativamente para minha permanência no curso e o sucesso desta tese.

## RESUMO

A produção de centros urbanos na Conurbação Cuiabá-Várzea Grande remete ao processo de internacionalização do capital e à abertura de novas áreas produtivas em Mato Grosso, constituindo um movimento dialético e contraditório entre o local e o global que envolve a totalidade da sociedade capitalista. A superacumulação do capital manifesta as dificuldades na produção-circulação-troca-consumo, ocasionando as crises econômicas. O Estado e os setores privados, para superar os momentos de estagnação e crises, produzem reestruturação radical das forças produtivas, fundamentada na desvalorização do trabalho, aumento de desempregos, erosão dos direitos sociais, dentre outros. Por consequência, esse processo favorece a “reprodução das relações sociais de produção” em novos níveis de precarização. Diversos mecanismos fiscais, creditícios e políticas de ajustes fiscais e cortes sociais são inseridos nos planos estratégicos do Estado, que tem como meta derrubar as barreiras territoriais, por meio das estratégias espaciais produtivas, que dependem fundamentalmente da produção de centros urbanos como condição, meio e produto da reprodução do capital. A Conurbação coloca-se dialeticamente como centro-periférico e reproduz o padrão da urbanização brasileira, com profundas desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que é fundamental para o fortalecimento da produção agrária mato-grossense. O pressuposto desta tese é que o processo de reestruturação produtiva capitalista produz centros urbanos como condição necessária para a reprodução do capital, criando novas práticas da centralidade social. Aborda-se as estratégias espaciais do Estado – os Plano de Plano Nacionais de Desenvolvimento – PND’s - para promover o crescimento econômico de Mato Grosso e como esse processo produziu a concentração de riqueza, o fortalecimento da agropecuária e do agronegócio, via concentração por espoliação, produzindo, dessa forma, a dispersão das desigualdades sociais e a precariedade nas condições de vida urbana, sobretudo no Centro de Cuiabá, de Várzea Grande e do Bairro Cristo Rei. Ao mesmo tempo, revelam-se novas práticas da centralidade social precarizada e manifestações de resistências sociais e de lutas cotidianas para a reprodução da vida e pelo direito à cidade.

**Palavras-chave:** centro, centralidade, reestruturação do capital, desigualdade social, resistência.

## ABSTRACT

The production of urban centers in the Cuiabá-Várzea Grande Conurbation refers to the process of internationalization of capital and the opening of new productive areas in Mato Grosso, constituting a dialectical and contradictory movement between the local and the global that involves the whole of capitalist society. The over-accumulation of capital manifests the difficulties in production-circulation-exchange-consumption, leading to economic crises. The State and the private sectors, to overcome the moments of stagnation and crises, produce a radical restructuring of the productive forces, based on the devaluation of work, increase of unemployment, erosion of social rights, among others. Consequently, this process favors the "reproduction of social relations of production" in new levels of precariousness. Various fiscal, credit and fiscal mechanisms of fiscal adjustment and social cuts are inserted in the State's strategic plans, whose goal is to overcome territorial barriers, through productive spatial strategies, which depend fundamentally on the production of urban centers as condition, means and product of the reproduction of capital. Conurbation is dialectically center-periphery and reproduces the pattern of Brazilian urbanization, with deep social inequalities, at the same time as it is fundamental for the strengthening of agrarian production in Mato Grosso. The assumption of this thesis is that the process of capitalist productive restructuring produces urban centers as a necessary condition for the reproduction of capital, creating new practices of social centrality. The State's spatial strategies - the National Development Plan - PNDs - are discussed in order to promote the economic growth of Mato Grosso and how this process produced the concentration of wealth, the strengthening of agribusiness and agribusiness, through concentration by spoliation, thus producing a dispersion of social inequalities and precariousness in urban living conditions, especially in the Center of Cuiabá, Várzea Grande and Bairro Cristo Rei. At the same time, new practices of precarious social centrality and manifestations of social resistance and daily struggles for the reproduction of life and for the right to the city.

**Keywords:** center, centrality, capital restructuring, social inequality, resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa de Localização da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande.....	26
Figura 02. Mapa conceitual da reestruturação produtiva e produção de centros e centralidades .....	41
Figura 03. Mapa de expansão da fronteira agrícola no Brasil ao longo do tempo, 1970-2000 – mapa de expansão – Brasil .....	57
Figura 04. Mapa - Estratégias espaciais do Estado – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PND II – 1975 .....	61
Figura 05. Mapa - Ano de criação de municípios (1726-2000) e População Mato Grosso (2010) .....	67
Figura 06 – Mapa – Espriamento Urbano – Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT 2001-2005 .....	120
Figura 07. Mapa – Principais Vias de comércio e serviços da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT 2001-2005 .....	122
Figura 08. Vista panorâmica da Avenida Governador Júlio Campos – entroncamento Br 060, 364, 163 e concentração de galpões de serviços e comércio de produtos agrícolas.....	124
Figura 09. Mapa de Centralidade Econômica em Várzea Grande – MT, 2013 .....	128
Figura 10. Vista panorâmica do anel viário da Miguel Sutil (Cuiabá) e adensamento urbano. ....	129
Figura 11. Imagem aérea do Centro Político Administrativo – CPA.....	132
Figura 12. Mapa: Centralidades Urbanas Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /NT, 2019.	
Figura 13. Mapa – Transações imobiliárias Cuiabá – 2015. ....	136
Figura 14. Mapa – Transações imobiliárias Cuiabá – 2016. ....	144
Figura 15. Mapa – Melhores e Piores Condições de vida / desigualdades socioespaciais – Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT – 2017 .....	152
Figura 16. Imagem aérea da Sadia S.A – Várzea Grande / MT .....	185
Figura 17. Histórico do Aeroporto Marechal Rondon.....	195
Figura 18. Mapa do Número de Armazéns e Graneleiros, segundo a Conab e capacidade de Armazenamento (toneladas), em Mato Grosso, por município, 2014.....	246
Figura 19. Mapa do Número de Indústria de Transformação e Número de Empresas de Transporte, Armazenamento e Correios, segundo a JUEMAT, em Mato Grosso, por município, 2014.....	247
Figura 20. Mapa do Número de Empresas de Alojamento e Alimentação, segundo a JUEMAT, em Mato Grosso, por município, 2014 .....	249
Figura 21. Mapa do Número de Operações de Crédito e Agências Bancárias em Mato Grosso, por município, 2014.....	250
Figura 22. Carta-imagem Instalação de empreendimentos científico e urbano (região norte) em Várzea Grande – MT .....	270

Figura 23. Masterplan, Vista Panorâmica dos Principais Empreendimentos em Construção nas Proximidades do Parque Tecnológico .....	275
Figura 24. Masterplan - Bairro Planejado Mirante do Pary, Cond. Florais da Mata e Ginco Empresarial Manhattan.....	276
Figura 25. Masterplan - Ginco Empresarial Manhattan – panorâmica.....	276
Figura 26. Masterplan - Ginco Empresarial Manhattan .....	277
Figura 27. Projeto da RODOBENS, Condomínio Origem VG.....	278
Figura 28. Projeto do Condomínio Verana Várzea Grande, da Cipasa.....	280
Figura 29. Projeto do Parque Genebra, ao lado do Parque Tecnológico.....	281

## LISTA DE FOTOS

Foto 01. Beneficiária dos incentivos fiscais da Sudam, empresa BORRACHAS DREBOR LTDA, Distrito Industrial de Cuiabá.....	82
Foto 02. Beneficiária dos incentivos fiscais da Sudam, empresa SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, Distrito Industrial de Cuiabá.....	82
Foto 03. Operações creditícias FCO. Financiamento de R\$ 1.105.776,52 com finalidade de expansão da Açobett Indústria Metálica S/A. Distrito Industrial – Cuiabá.....	85
Foto 04. Cargill Nutrição de Animais – Centro de Distribuição da Empresa Inaugurada em 2007 - Distrito Industrial de Cuiabá .....	96
Foto 05. Empresa John Deere – Máquinas Agrícolas – Distrito Industrial – Cuiabá.....	96
Foto 06. Empresa Matsuda Sementes para Pastagem, Nutrição Animal e Equipamentos Agrícolas. Distrito Industrial – Cuiabá.....	97
Foto 07. Porto Seco Cuiabá - Armazenagem e Inspeção - Distrito Industrial – Cuiabá .	97
Foto 08. Empresa Ball Corporation - Ball Embalagens Amazônia Ltda - Distrito Industrial – Cuiabá.....	98
Foto 09. Mosaico - Vista panorâmica da Avenida da Feb sentido Cuiabá (1) e Empresa de automóveis (2) Empresas de Máquinas Agrícolas (3) .....	123
Foto 10. Concentração galpões de serviços mecânicos – Avenida Governador Júlio Campos .....	125
Foto 11. Concentração galpões comércio varejista produtos agropecuários – Avenida Governador Júlio Campos .....	125
Foto 12. Mosaico - Comparativo – Centro de Cuiabá em 1970 e 2015 .....	129
Foto 13. Vista panorâmica da Avenida Historiador Rubens de Mendonça 2018 .....	131
Foto 14. Sede do escritório da empresa Amaggi - localizada no CPA.....	133
Foto 15. Edifício Cloves Vettorato localizado no CPA .....	133
Foto 16. Mosaico - Comparativo – Centro da Universidade Federal de Mato Grosso –UFMT em Cuiabá em 1975 e 2015 .....	134
Foto 17. Mosaico - Obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo 2014.....	141

Foto 18. Vista panorâmica verticalização no entorno do Parque Mãe Bonifácia, Cuiabá 2018 .....	154
Foto 19. Bairro “Verdão”, no centro da imagem a Arena Pantanal, Cuiabá 2018 .....	156
Foto 20. Igreja Nossa Senhora do Carmo em 1970, centro de Várzea Grande/MT .....	174
Foto 21. Igreja Nossa Senhora do Carmo em 2014, centro de Várzea Grande/MT .....	174
Foto 22. Rua Couto Magalhães em 1940, Várzea Grande / MT .....	176
Foto 23. Avenida Couto Magalhães em 2014 – concentração de comércio, Várzea Grande / MT .....	176
Foto 24. Antigo “Matadouro Modelo” (o Saladeiro), Instalação 1922, localizado no 3º distrito de Cuiabá / MT .....	183
Foto 25. Crescimento da agropecuária: Instalação da Sadia S/A – Várzea Grande / MT ....	184
Foto 26. Planta Industrial da SADIA S.A - Várzea Grande/MT .....	186
Foto nº 27. Aeroporto Internacional de Cuiabá - Marechal Rondon.....	196
Foto 28. Obras, construção do “Várzea Grande Shopping – 2014.....	201
Foto 29. Várzea Grande Shopping (2018) e rotatória - obra copa do mundo 2014 .....	201
Foto 30. Encontro no centro – Batalha de poesia - Slam do Capim Xeroso – 2017 .....	224
Foto 31. Ocupa Cristo Rei Skate Parque – Ginásio Ferreirão – 2016.....	228
Foto 32. Ocupação da Biblioteca municipal pelo grupo Ocupa Cristo Rei Skate Parque (2017) .....	231
Foto 33. Reforma da Biblioteca municipal após a desocupação .....	232
Foto 34. reinauguração da Biblioteca profa. Laurentino Coelho Pereira – 2018.....	232
Foto 35. Creche, localizada atrás da biblioteca profa. Laurentino Coelho Pereira, fechada para reforma – 2018 .....	233
Foto 36. Obra da ponte sobre o Rio Pari, acesso ao IFMT, UFMT, PQT.....	273
Foto 37. Finalização da obra da ponte sobre o Rio Pari, acesso ao IFMT, UFMT, PQT ...	273
Foto 38. Obras - UFMT, campus Várzea Grande.....	273
Foto 39. Obras - IFMT, campus Várzea Grande .....	273
Foto 40. Área delimitada para obras do Edifício da Sede do Fórum da Comarca de VG... ..	273
Foto 41. obras do Edifício da Sede do Fórum da Comarca de Várzea Grande.....	273
Foto 42. Projeto arquitetônico do Parque Tecnológico .....	274
Foto 43. Loteamento Parque das águas, BrDU Urbanismo.....	279
Foto 44. Loteamento Parque das águas, BrDU Urbanismo .....	279
Foto 45. Obras do condomínio da Cipasa, Verana Várzea Grande.....	280

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Bovino (Cabeças) - Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso 1970 a 2014.....	69
Gráfico 02. Utilização das Terras (ha) em Mato Grosso 1970-2006.....	70
Gráfico 03. Produção agrícola municipal (PAM) - 1990-2014 Centro-Oeste   Unidade: hectares - lavoura temporária .....	71
Gráfico 04. Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio - 1997 a 2017 - (em US\$ bilhões) .....	73
Gráfico 05. Porcentagem por Linha de Financiamento do FCO - Conurbação Cuiabá - Várzea Grande / MT 2000 a fev. de 2018.....	84
Gráfico 06. Comparativo da renúncia de receita com a geração de empregos - Dados Anuais de 1998 a 2008.....	90
Gráfico 07. Auxílio Financeiro para o Fomento a Exportações (FEX), Total: Estados, Distrito Federal e Municípios 2004 a 2015 (exceto 2013) .....	93
Gráfico 08: Taxas Médias Anuais de Crescimento - Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso 1985-2003 (em %) .....	159
Gráfico 09. Empregado no setor público - Mato Grosso e Região Metropolitana RMVRC .....	159
Gráfico 10. Empregados com carteira entre os empregados do setor privado (%) .....	160
Gráfico 11. Taxa de Desocupação 2012-2017 - Brasil e Região Centro-Oeste .....	163
Gráfico 12. Taxa de Desocupação 2012-2017 - Mato Grosso, Região Metropolitana e Cuiabá .....	163
Gráfico 13. Rendimento Médio Real Habitual 2012-2017 - Brasil, Mato Grosso, Região Metropolitana e Cuiabá .....	165
Gráfico 14. O que você faz no centro comercial? .....	166
Gráfico 15. Com que frequência você vai à praça pública? .....	167
Gráfico 16. Como você se locomove?.....	167
Gráfico 17. Quantidade de decolagens por mil de habitantes por região – mercado doméstico, 2014 .....	197
Gráfico 18. Número de decolagens por região – mercado doméstico, 2013 e 2014.....	198
Gráfico 19. Participação dos 20 principais aeroportos na quantidade de decolagens – mercado doméstico, 2014.....	198
Gráfico 20. Decolagens por estado e aeroporto – Mato Grosso – 2014.....	199
Gráfico 21. Com que frequência você vai ao cinema do shopping? .....	202
Gráfico 22. Com que frequência você faz compras no shopping? .....	203
Gráfico 23. Ouviu falar sobre o Parque Tecnológico? .....	284



## LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Entrevistados – Trabalhadores, Moradores e Outros Agentes Produtores dos Centros Urbanos da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT .....	33
Quadro 02. Objetivos, método/Indicadores e resultados esperado.....	35
Quadro 03. Estratégias Espaciais do Estado nos PND's – Reestruturação Produtiva.....	53
Quadro 04. Incentivos fiscais – Empresas com pleitos redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) aprovados pela SUDAM – Conurbação Cuiabá-Várzea Grande – MT de 2007 a 2017 .....	80
Quadro 05. Capacidade Instalada de Processamento de Oleaginosas em Mato Grosso em 2013 .....	87
Quadro 06. Entidades que fazem parte da Frente Brasil Popular de Mato Grosso .....	222
Quadro 07. Elementos do Complexo Agroindustrial – Produção Vegetal.....	241
Quadro 08. Fases de Planejamento e Implantação do Parque Tecnológico .....	260
Quadro 09. Leis de Incentivos fiscais e estabelecimento de Parceria Público-Privada .....	268

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas ocupadas: Centro-Oeste, 1980 a 2006 .....	68
Tabela 2. Balança Comercial Brasileira e Balança Comercial do Agronegócio: 1989 a 2017 (US\$ Bilhões) .....	72
Tabela 3. Contratações por Setor/Linha de Financiamento Comparativo geral (Região Centro Oeste) 2010 X 2011 e contratações em Mato Grosso (2011) – FCO .....	83
Tabela 4. Valores financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamentos do Centro-Oeste - FCO - Conurbação Cuiabá - Várzea Grande / MT de jan. de 2000 a fev. de 2018 .....	84
Tabela 5. Evolução do Patrimônio Líquido do FCO - 2001 a 2011 .....	86
Tabela 6. Prejuízos contabilizados no Exercício de 2011 – FCO .....	86
Tabela 7. Segmento Econômico, Faturamento Total, Faturamento Tributável e Renúncia Fiscal ICMS realizado – 5º Anual - 16. Realizado no 1º bim de 2017 - R\$ (Milhões)...	88
Tabela 8. Índice de inconverso do ICMS por segmento em 2015.....	91
Tabela 9. Renúncia fiscal no Estado de Mato Grosso de 2007 a 2013.....	95
Tabela 10. População Residente na Conurbação Cuiabá – Várzea Grande / MT .....	118
Tabela 11. Cadastro Mercantil de Contribuinte - Pessoa Jurídica (2018) .....	126
Tabela 12. Dados do MCMV – Faixa 1.....	146
Tabela 13. Dados do MCMV – Faixas 2 e 3 - Posição: 31 de dezembro de 2017.....	149
Tabela 14. População Ocupada-Setores - Mato Grosso, Região Metropolitana e Cuiabá 2012-2018 (mil) .....	161
Tabela 15. Obras Chapéu do Sol – proximidades do Parque Tecnológico .....	271

## SUMÁRIO

<b>CONTEXTO DE PESQUISA – Trajetória geográfica .....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1: A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CAPITALISTA .....</b>	<b>39</b>
1.1 Estratégias Espaciais: Planos Nacionais De Desenvolvimento – Pnd’s.....	49
1.2 Cuiabá na estratégia espacial dos PND’s .....	59
1.3 O Crescimento Econômico de Mato Grosso .....	63
1.4 A relação entre crescimento econômico da Agropecuária e centros urbanos .....	73
1.5 A conurbação Cuiabá-Várzea Grande/MT – centro comercial e de serviços.....	78
<b>CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO DE CENTROS URBANOS .....</b>	<b>101</b>
2.1 A reprodução das relações sociais de produção no processo de reestruturação produtiva.....	108
2.2 A formação da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande e a produção de centros urbanos .....	115
2.3 Centralidade de comércio e serviços na Conurbação e a precarização do trabalhador .....	158
2.4 Avanço da fronteira – trabalhadores urbanos – produtores do centro.....	168
2.5 Produção do Centro de Várzea Grande .....	173
2.6 Agroindústria (Sadia S/A) e a Produção do Centro do Cristo Rei .....	182
2.7 Aeroporto Marechal Rondon.....	191
2.8 Várzea Grande – Shopping.....	200
<b>CAPÍTULO 3: CENTRALIDADE URBANA .....</b>	<b>204</b>
3.1 A centralidade social – Bairro Cristo Rei.....	212
3.2 Centralidade urbana na conurbação – resistências e lutas.....	216
3.3. Slam do Capim Xeroso.....	223
3.4 Ocupa Cristo Rei Skate Parque .....	226
<b>CAPÍTULO 4: A PRODUÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE .....</b>	<b>236</b>
4.1 Agronegócio e as funcionalidades urbanas .....	236
4.2 A Conurbação como estratégia espacial.....	242
4.3 As barreiras espaciais do Agronegócio e a função do Parque Tecnológico.....	253
4.4 A construção da Universidade Federal de Mato Grosso, <i>campus</i> Várzea Grande ..	262
4.5 A construção do Instituto Federal de Mato Grosso, <i>campus</i> Várzea Grande....	265
4.6 O atual processo de produção do novo centro .....	267
4.7 Estranhamento popular frente à produção de um novo centro .....	282
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>292</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## CONTEXTO DE PESQUISA – TRAJETÓRIA GEOGRÁFICA

O interesse pela questão do direito à cidade e da condição de reprodução da vida humana que nela se pode encontrar esteve presente desde o início da nossa trajetória acadêmica. Na monografia “Possibilidades da Cartografia Geográfica: Mapeamento Participativo no Loteamento Santa Maria em Várzea Grande-MT”, defendida no curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, procuramos compreender os fóruns de participação social institucionalizada, tais como as Audiências Públicas e Conselho da Cidade e as possibilidades de gestão urbana a partir do Estatuto da Cidade. A proposta, naquele momento, era compreender o processo de mapeamento urbano realizado pela prefeitura municipal, por meio do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM), a “democratização cartográfica”, os usos para o “planejamento urbano” e sua relação com a participação social, tal como preveem o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001) e o Plano Diretor Participativo Municipal. Nesse contexto, surgiu a necessidade de investigar o sentido da cartografia para as ações do Estado e as reais possibilidades do uso cartográfico pela sociedade (desenvolvimento de oficinas de mapeamento participativo) a fim de promover o fortalecimento das lutas por direitos sociais e pelo direito à cidade, considerando as determinações vividas pelos moradores do Loteamento Santa Maria.

Na dissertação de mestrado intitulada “Participação social institucionalizada e a (re)produção do espaço urbano da cidade de Várzea Grande – MT” analisamos o processo de expansão do perímetro urbano ao norte da cidade. A hipótese que orientou a pesquisa fundamentou-se na ideia de que a participação institucionalizada é utilizada para legitimação dos interesses de classe, especialmente do setor imobiliário e do próprio Estado. Determinando a produção do espaço urbano desigual e contraditória através da abertura de novas áreas para a reprodução ampliada do capital, empobrecendo as relações sociais através da segregação produzida pelo uso privado do solo urbano, acarretando na desintegração da vida dos moradores, separando as classes sociais mediante o consumo do espaço.

Deste modo, revelamos os mecanismos tortuosos das estratégias de valorização do espaço. Assim, apresentamos como os negócios em torno do urbano abrem uma frente ampla para a inserção de vários setores da economia, sobretudo os de serviços.

Por isso, o trabalho revela a íntima relação entre o nível político e o econômico no processo de urbanização capitalista. Como se constrói estratégias entre setores de classe em conjunto com o Estado para levar a cabo um projeto urbanístico racionalizado e que traz como consequência variadas precarizações aos moradores, como a perda do tempo para vida, a degradação dos termos da participação e da cidadania. Podemos dizer que Várzea Grande é um exemplo do que atualmente está passando nas cidades brasileiras, notadamente com o aquecimento do mercado imobiliário a partir do ano de 2008, bem como as consequências dos usos dos novos instrumentos urbanísticos vindos com a legislação dos anos 2000 (Estatuto da Cidade e Medida Provisória 2220/2001).

Deste modo, as legislações urbanas, tal como o Estatuto da Cidade, Conselho da Cidade e o estabelecimento de Audiências Públicas – fóruns de participação institucionalizada, marcos legais da política urbana, são utilizadas pelas elites locais para manutenção dos privilégios das classes e aprofundamento das desigualdades sociais. Através das leis urbanísticas desenvolvem-se as estratégias de grupos econômicos e políticos para a manutenção de seus privilégios legitimando-os através das Leis e da participação social institucionalizada e, por isso, ao mesmo tempo, retirando/diminuindo as possibilidades de desenvolvimento social que os movimentos populares lutaram e lutam para conseguir colocar na agenda do Estado.

A participação requer os espaços de encontro e de sociabilidade no urbano, a fim de produzir um espaço que condiz com as necessidades sociais. Entretanto, a agressividade imposta pelo modo capitalista de produção transforma a forma e o conteúdo da produção do urbano, produzindo segregação socioespacial, separação das classes sociais, rompimento da sociabilidade do encontro com o diferente, influenciando diretamente na participação. Além da reflexão sobre os fóruns de participação social institucionalizadas na produção do espaço urbano, investigamos também a participação popular, que emerge do movimento social (devir) e tem o poder de produzir rupturas no modo de produção alienado e desigual do espaço urbano ao questionar e almejar a superação da “democracia representativa”. Investigamos as relações existentes nos residenciais populares, para onde são expulsos e realocados “os mais pobres entre os empobrecidos” (Residencial Jacarandá e Loteamento Jardim Tarumã) e das “frações inferiores da classe média” (Condomínio Rubi e Loteamento Chapéu do sol), e moradores do entorno - onde investigamos as possibilidades de lutas contra as desigualdades sociais que se aprofundam na cidade várzea-grandense, especialmente na

região norte da área urbana. Nesse sentido, analisamos a produção de uma nova área urbana que ao mesmo tempo em que produz o aprofundamento da segregação socioespacial na cidade de Várzea Grande revelou as tensões/manifestações pela busca ao direito à cidade através da mediação social, que busca recompor as cisões impostas pelo modo de produção vigente.

A pesquisa de campo realizada na área de expansão urbana da cidade de Várzea Grande, nos loteamentos residenciais e condomínios revelam suas semelhanças e particularidades, entretanto, pressupõe-se que ambos manifestam as determinações sociais de ordem distante nas suas práticas cotidianas, ou seja, na ordem próxima, no lugar. Ficaram visíveis também as possibilidades de solidariedade e participação popular e/ou e ao mesmo tempo de separação, cisão da sociabilidade, do encontro, segregação socioespacial. Portanto, essas relações se apresentam entrelaçadas, contraditórias, tanto na fala dos entrevistados, quanto na paisagem urbana, coexistindo a procura pela manutenção do “status quo” e ao mesmo tempo a existência de possibilidades de rupturas, a necessidade da produção do novo, da superação das desigualdades socioespaciais.

Identificamos o processo de exclusão “dos mais pobres entre os empobrecidos” das áreas centrais da cidade produz a periferização da periferia tal como alega Volochko (2011), como é o caso dos moradores do residencial Jacarandá, inserindo-os de maneira precária, nas áreas periféricas da cidade. Essa questão se revela atrelado ao processo de endividamento dessas famílias, inclusive, daquelas pertencentes às “frações inferiores da classe média”, investigado no Condomínio Residencial Rubi, que são inseridos em uma instabilidade financeira, com vínculos de trabalho precários (técnicos, professores, promotores de venda), potencializando ao longo do tempo novas exclusões e inserções precárias.

Nos residenciais populares Jacarandá e Solaris do Tarumã, identificamos maior comunicabilidade e relações de vizinhanças, possibilitando maior articulação entre os moradores. As dificuldades comuns vividas por eles podem direcionar as lutas em busca do direito à cidade. No residencial Solaris do Tarumã conversamos com uma das lideranças que esteve à frente das mobilizações sociais existentes desde o primeiro ano de implantação do residencial.

As transformações recentes, analisadas na dissertação de mestrado evidenciam conflitos, tanto de interesses dos incorporadores imobiliários quanto do Estado, os quais refletem na vida cotidiana dos várzea-grandenses, não se restringindo às desapropriações/despejo. Esse processo revela a transformação do espaço urbano da cidade como mercadoria, trazendo implicações quanto à apropriação da cidade pelos moradores no sentido pleno da realização da vida.

Podemos pressupor que em meio à segregação que se acentua na cidade de Várzea Grande, na região norte, diversos moradores procuram se reunir, dialogar e reivindicar, mesmo que de maneira incipiente. Configurando-se dessa forma, mais como resistência ao modo de produção e às ações do Estado do que participação popular “efetivamente organizada” e “institucionalizada”. Essas resistências potencializam as lutas pelo o direito à cidade, ou seja, a construção da participação popular na busca da transformação do espaço urbano.

No espaço urbano várzea-grandense a participação institucionalizada tende a atuação em benefício dos interesses da classe dominante, Estado e Iniciativa Privada. As materialidades dessas ações configuram na instalação de grandes empreendimentos urbanos que direcionam a exacerbação do consumo de mercadorias e consumo do espaço pela comercialização imobiliária. Dessa forma os fóruns de participação institucionalizados se colocam como espaços burocratizados, racionalizados pela dominação do Estado, reduzindo a participação. Além disso, a participação institucionalizada se coloca como instrumento estratégico utilizado pelo setor imobiliário e pelo Estado para legitimação de seus interesses privados, mantendo os benefícios da lei como algo exclusivo das classes abastadas, enquanto nega os direitos sociais para os menos favorecidos. Desta forma legitima as ações/intervenções urbanas fazendo, sobretudo o discurso de “progresso” denegando direitos e naturalizando as desigualdades sociais.

A nossa trajetória acadêmica nos direcionou, assim, para a busca da compreensão da realização da vida urbana e da produção do espaço urbano. De modo geral, foi no final da pesquisa de mestrado que identificamos as outras escalas de estratégias espaciais e a necessidade de compreender o urbano da Conurbação e as suas relações com a agropecuária moderna, posto que as entrevistas sinalizaram que havia um projeto maior dentro do processo de expansão do perímetro urbano com o projeto de

construção do Parque Tecnológico de Mato Grosso. Nesse sentido, no final da dissertação de mestrado lançamos o seguinte questionamento: Qual o sentido das cidades de Cuiabá e Várzea Grande para o modo de produção do Estado, em especial do setor do Agronegócio? E, a partir dessa pergunta, de certo modo, demos início a reflexão para construir a problemática da tese de doutorado.

Nesse sentido, o presente trabalho analisa o processo de produção do primeiro Parque Tecnológico de Mato Grosso – PQT, localizado na conurbação Cuiabá-Várzea Grande, na medida em que o contexto histórico, social e espacial da produção de centros urbanos nessa conurbação pode revelar as determinações dos setores econômicos mato-grossenses, em especial pelo crescimento da produção agropecuária, que tende a dinamizar os centros urbanos e a transformar as relações da centralidade urbana e social. Ressaltamos que nossa investigação sobre o processo de produção de centros e centralidades urbanas levou em conta o movimento, o devir social, de modo a assegurar uma explicação da realidade aberta e movente. É esse movimento que pode permitir a identificação de ilusões e sonhos, impotência e desejos, desencontros e encontros, individualidade e coletividade, desumanização e humanização; privações e possibilidades sociais que se perfazem nas práticas sociais. Ainda que identifiquemos, na reestruturação capitalista, a tendência a destituir homem em sua plenitude e a reduzir a sociedade ao aspecto estritamente econômico no movimento de reprodução do capital, buscaremos as possibilidades de transformações sociais.

## INTRODUÇÃO

A compreensão da produção de centros e centralidades urbanas nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande exige uma análise mais ampla, capaz de abarcar a complexidade social. Nesse sentido, estabelecemos a Conurbação como escala de análise, sendo assim, é fundamental definirmos tal conceito. O termo conurbação foi formulado inicialmente por Patrick Geddes (1915) para se referir a uma área urbanizada resultando do crescimento periférico com junção de áreas urbanas anteriormente autônomas. Tal conceito foi estabelecido através das análises de Geddes ao identificar o surgimento de “grupos de cidades” (WELTER, 2001) especialmente da Europa e Estados Unidos. As formulações de Geddes compreendia a Conurbação em suas múltiplas relações escalares: local-regional-nacional e mundial, dentro de uma estrutura hierárquica alinhado ao desenvolvimento histórico e econômico de uma dada sociedade.

Para Welter (2001) a definição de Conurbação proposta por Geddes guardaria influências das ideias de Elisée Reclus da cidade em constante expansão. Tanto Reclus quanto Geddes entenderiam a Conurbação como lugar de concentração de instituições, edifícios culturais, educacionais e espirituais em seus centros urbanos. A partir dessa compreensão, a Conurbação permanece em constante extensão e aceleração, inclusive através dos meios de comunicação (MARSHALL, 1972). Com o passar do tempo o termo Conurbação passou a se referir à duas ou mais cidades contíguas e diferentes em sua origem que se expandem até se unirem, onde uma cidade principal frequentemente se destaca entre elas (TRIGAL, FERNANDES, SPOSITO, 2015). Nesse sentido, que compreendemos a formação da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande a partir do crescimento do tecido urbano das duas cidades, que se expandiram e se uniram, formando uma certa centralidade econômica e social. Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso, se destaca tanto dentre as cidades da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, quanto dentre as demais cidades mato-grossenses.

A produção de centros e centralidades urbanas na conurbação Cuiabá-Várzea Grande se deu a partir do crescimento econômico do estado de Mato Grosso, que se estabeleceu inicialmente no contexto de demarcação territorial e exploração mineral de ouro e diamante, no século XVIII, pelos bandeirantes. Esse processo produziu o centro histórico de Cuiabá e, posteriormente, o de Várzea Grande, após a Guerra do Paraguai (1864 a março de 1870). Com a crise da exploração mineral, houve o aumento da



produção agrícola e pecuária tanto para subsistência quanto para o abastecimento do mercado regional, de forma que tais atividades estruturaram a economia mato-grossense durante mais de um século. A produção da agropecuária fortaleceu-se durante esse longo tempo, tendo sofrido significativo processo de transformação a partir das décadas de 1960/1970, com as políticas de integração nacional que se realizavam através das políticas do Estado para efetivar o avanço da fronteira agrícola rumo à região centro-oeste, por meio de projetos agropecuários e agroindustriais.

Tais ações contribuíram para o processo de desconcentração industrial e urbana da região Centro-Sul do Brasil, colaborando para que os empresários dessa região participassem do movimento de internacionalização do capital nas áreas do Bioma Cerrado e da Amazônia, o que foi fundamental para o crescimento da produção agropecuária mato-grossense, o aumento do fluxo migratório, a criação de municípios, de cidades e de formação de aglomerados urbanos, sendo significativo, ainda, para a produção de centros urbanos na Conurbação, especialmente a partir de 1970. Gradativamente, a Conurbação deixou de responder às relações sociais da produção mineral, que produziu os centros históricos com suas ruas estreitas e casarões coloniais, para atender às novas necessidades advindas da produção da agropecuária.

Nesse contexto, os centros urbanos da Conurbação passaram a receber instituições públicas e privadas com maior intensidade: por um lado, órgãos estatais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por outro, agências bancárias com mecanismo de créditos, ativos financeiros e hipotecas, iniciando negociações políticas, burocráticas e financeiras, desempenhando papéis significativos nos negócios econômicos de Mato Grosso, sobretudo referentes à agropecuária. Esse movimento contribuiu para que a Conurbação passasse a exercer nível de centralidade econômica forte, ocupando posição significativa no nível hierárquico da rede urbana do Brasil<sup>1</sup> no âmbito político, econômico e financeiro, embora o comando geral da produção econômica permaneça na região concentrada do país<sup>2</sup>. Assim, o centro histórico da Conurbação passou por crescimento e saturação, criando novos centros,

---

<sup>1</sup>O conceito de rede urbana não é o foco desta pesquisa, mas reconhecemos a importância desses dados para a compreensão da inserção da conurbação Cuiabá-Várzea Grande na economia do Brasil. Ver mais sobre a rede urbana de Cuiabá em Rivera (2009) e sobre a rede urbana de Mato Grosso em Vilarinho-Neto (2009).

<sup>2</sup>As sedes das instituições financeiras, as transações vinculadas à produção econômica de Mato Grosso, bem como a concentração “técnica, financeira, informacional e de gestão” estão localizadas na Região Concentrada (Volochnko, 2017, p. 44).

com novas funcionalidades cada vez mais mediadas pelo processo de modernização do campo e internacionalização do capital pela financeirização. Recebeu, dessa forma, novas funções administrativas, políticas, financeiras, comerciais e de serviços que se articulam às cadeias produtivas da agropecuária, por meio de funções desempenhadas nos escritórios, nas instituições financeiras, nas empresas de máquinas agrícolas, dentre outros. A partir de 1990, com a reconfiguração da estrutura produtiva da agropecuária pelo agronegócio, foram produzidas novas centralidades econômicas, inclusive criando novas configurações em Várzea Grande a partir do ano 2000.

A produção de centros urbanos no contexto da Conurbação instaura possibilidades de compreensão da relação entre o campo modernizado pelo agronegócio e a cidade, revelando uma nova dinâmica entre eles. Observa-se a transformação do centro urbano, que era marcado pelo tempo lento<sup>3</sup>, com maior sociabilidade e uso pela sociedade, em um centro cada vez mais voltado às trocas de mercadorias e realização da reprodução do capital. Esse processo revela estruturação de centros, atendendo os fluxos comerciais, políticos e financeiros que se articulam à circulação do capital internacional, movimento que inter-relaciona a cidade e o campo, desde a produção, circulação e a sua realização pelo consumo, no mercado local, regional e global.

Nesse viés, com o crescimento econômico de Mato Grosso, em especial da agropecuária, atualmente comandada pelo agronegócio, os centros da Conurbação reestruturam-se pelas estratégias dos grupos econômicos locais, com a intenção de fortalecer os discursos e práticas para transformação de Cuiabá em “capital do Pantanal e do Agronegócio”<sup>4</sup>. Essas estratégias espaciais racionalizadas articulam-se à ordem homogeneizante da produção de *commodities* no campo, com a intenção de modernizar os centros urbanos e projetá-los no cenário mundial para atrair mais investidores e mais capital. Esse processo está em curso com a produção de um novo centro<sup>5</sup> e centralidade

---

<sup>3</sup>Martins (2008) afirma que a modernidade chega à realidade brasileira e latino-americana pelo seu contrário, ou seja, desconfortável, estranho e não moderno. Esse não moderno evidenciaria a nossa autenticidade, o residual, isto é, aquilo que não foi abarcado pela racionalidade do suposto progresso econômico da sociedade “moderna” e capitalista.

<sup>4</sup>CUIABÁ. Plano Estratégico Município de Cuiabá 2013-2023: Cuiabá, capital do Pantanal e do Agronegócio. Prefeitura municipal, 2013. Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/fazenda/plano-estrategico-2013-2023/>> Acesso em abril de 2017.

<sup>5</sup> Utilizamos o termo “novo centro urbano” porque a dinâmica produzida pelo Parque Tecnológico tem provocado uma mudança socioespacial radical no contexto da cidade de Várzea Grande, que passou a ter características totalmente diferentes do “centro histórico” da cidade, inclusive com instalação de

urbana na conurbação, por meio da construção do primeiro Parque Tecnológico de Mato Grosso – PQT, em Várzea Grande. Tal produção, comandada pela ordem distante, através de discursos e práticas do Estado e dos setores privados, modifica a ordem próxima da escala do lugar e da esfera da vida social, visto que o Estado e os grupos econômicos locais têm como meta atrair investidores, instituições, eventos nacionais e internacionais do agronegócio, em um projeto racional colocado no Plano Estratégico de Cuiabá 2013-2023 (CUIABÁ, 2013), a fim de especializar os centros da Conurbação, tornando-os lugar de gestão do agronegócio.

O **tema** desta tese é justamente o processo de reestruturação produtiva capitalista e a produção de centros e centralidades urbanas pelas práticas sociais na conurbação Cuiabá-Várzea Grande, a partir do que formulamos a seguinte questão, que constitui nosso **problema de tese**: quais são as condições do processo de reestruturação produtiva capitalista na produção de centros e centralidades na Conurbação Cuiabá-Várzea Grande? A problemática que aqui se pretende discutir advém da realidade concreta, pois nosso **problema de pesquisa** apresenta-se no movimento da produção do centro e da centralidade urbana na Conurbação Cuiabá-Várzea Grande, que possuía uma relação espaço-tempo em ritmo lento, com seus centros históricos, marcados pela religiosidade, pelo encontro, pela sociabilidade e pelo uso social. Esse ritmo foi transformado pela intensificação dos projetos estatais que visavam ao crescimento econômico da região centro-oeste, principalmente pelo avanço da fronteira agrícola, a partir de 1970. Como já mencionado, os centros urbanos passaram por transformações e saturações, produzindo novos centros a partir das instalações de órgãos do Estado, bancos, comércios, serviços, universidade, indústrias, agroindústrias, *shopping-center*, diminuindo o sentido da centralidade como lugar de realização da vida em seu significado amplo, de sociabilidade, de encontro e de uso social, para se tornar cada vez mais lugar das trocas comerciais.

O crescimento econômico de Mato Grosso é responsável por essa transformação do sentido de centro e centralidade urbana, no sentido amplo de coletividade, visto que

---

condomínios habitacionais próximo ao Parque Tecnológico para atender a classe média e média alta, situação antes (até o início de 2000) inexistente em Várzea Grande. Sobre isso, ver mais em Silva (2015). Não utilizamos o termo “novo” como o utilizam os empreendedores urbanos ou o poder local, para reforçar seus discursos ideológicos de “cidade moderna” ou “cidade empreendedora”, como diz HARVEY (2006), ou ainda como “cidades do futuro”, onde seus projetos racionais e utopias, dentre elas a de construção de Parques Temáticos, se realizam em distopias, como revela (GASPAR, 2016).

o avanço da fronteira agrícola demandou desde infraestruturas básicas, como energia elétrica e redes de telecomunicações, até instituições financeiras que favorecessem a instalações de empresas de outros lugares do Brasil em Cuiabá e em Várzea Grande. Esse processo, condicionado pela internacionalização do capital, em seu processo de reestruturação mundial, conduziu a produção de centros urbanos na Conurbação, criando novas áreas centrais e novas relações sociais pela intensificação das funcionalidades ditadas pela lógica de reprodução do capital, mas com a perda da centralidade social e do uso pela coletividade.

O crescimento econômico de Mato Grosso precisa de base espacial, concreta, para transformação da produção de mercadorias como parte do processo de reestabelecimento do “equilíbrio econômico”. Sendo assim, a reestruturação produtiva precisa criar novos espaços que congreguem: pessoas disponíveis a vender sua força de trabalho; instituições financeiras (bancos) e estatais; comércio e serviços, tendendo a criar novos centros. Nessa perspectiva, o centro urbano seria um lugar necessário para realização da reestruturação produtiva, transformando-o em lugar de troca, de intercâmbios comerciais e de serviços, contribuindo para a reprodução do capital. Esta tese analisa a problemática da produção de centros e centralidades urbanas, que vem passando por transformações sociais, ou seja, onde existia o valor de uso, a solidariedade, a sociabilidade e o encontro, houve significativas reconfigurações, perdendo seu o caráter de uso, para tornar prevalecente o valor de troca, mediando novas relações sociais a partir da estruturação e reestruturação da sociedade capitalista.

**Justificamos** a relevância desta tese a partir de razões de ordem *teórica* e *prática*. Constatamos que as abordagens teóricas, embora tragam significativos elementos para o entendimento da temática, acabam por privilegiar a explicação da produção de centros e das mudanças sociais de modo geral, tendendo à abstração, à racionalização e à estrita lógica formal. Acreditamos que há, na literatura, um apreço quantitativo, matemático e racionalizado no entendimento da temática, prezando por elementos pertencentes quase estritamente à esfera da troca de mercadorias e funcionalização dos centros urbanos, bem como das transformações socioespaciais que tendem a uma visão distanciada da prática social, pois valorizam conceitos tais como: reordenamento territorial, reestruturação das redes urbanas em uma região ou no país, identificação de agentes hegemônicos, dentre outros. Tais abordagens são relevantes, é claro, porém identificamos a necessidade de compreensão da lógica global de produção

que se reestrutura para a reprodução do capital, e que, por isso, produz cisões entre o global e o lugar enquanto espaço vivido, desvendando, dessa forma, a produção de novas relações sociais a partir do que se vive pela prática social, pelas relações de trabalho no processo de decadência e reconstituição do capital. Nesse sentido, a lacuna teórica nos impulsiona à análise da temática valorizando os aspectos qualitativos em uma escala mais próxima das relações do lugar e das práticas sociais, prezando por identificar os conteúdos sociais, o movente, o contraditório, o conflitivo e a potência transformadora da centralidade social.

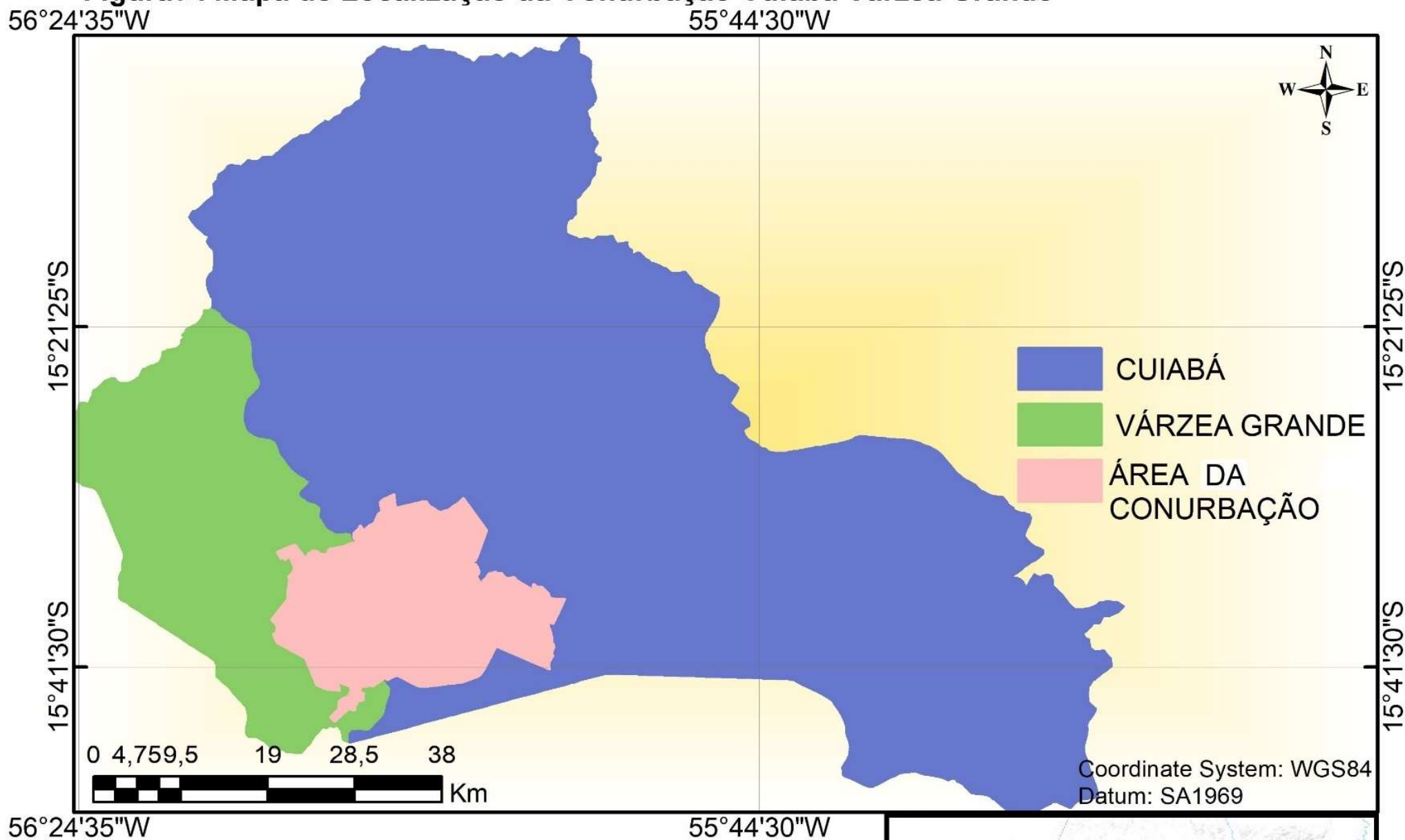
O estágio em que se encontra a teoria a respeito da produção de centro urbano engloba as incertezas e instabilidades do mercado financeiro global e da reestruturação produtiva, nos quais há transações relativas ao crescimento econômico de Mato Grosso, o que pode significar crescentes instabilidades das relações sociais de produção e da maneira pela qual se reproduz a sociedade. Isso pode significar a tendência de diminuição de tempo de estabilidade econômica, aumento no ritmo de crises financeiras, ocorrência de novos processos de reestruturação produtiva, estabelecimento de novas relações de trabalho, bem como de novos investimentos nos centros urbanos como uma das medidas para reaquecimento da economia. As explanações teóricas a respeito do crescimento econômico de Mato Grosso, principalmente da agropecuária, versam sobre os discursos e práticas do avanço da fronteira agrícola, abarcando os conflitos entre os agentes sociais: empresários da agropecuária, índios, posseiros, comunidades tradicionais e agricultores, revelando as tensões e a expropriação no campo. Observamos, também, explicações sobre o crescimento econômico de Mato Grosso sob a lógica racionalizada do campo modernizado, em que os centros são analisados a partir dos circuitos espaciais de produção do agronegócio, seus fixos e fluxos, materiais e imateriais. Entretanto, pelo fato de diversos autores trabalharem com os conceitos geográficos “território”, fixos, fluxos, redes, hierarquia urbana e circuitos espaciais produtivos, dentre outros, eles deixam de abarcar as transformações das práticas sociais no processo produção de centros. Além disso, identificamos, ainda, que há uma carência de pesquisas científicas que realizem a investigação do processo de produção de centros na Conurbação Cuiabá-Várzea Grande como um todo, visto que muitas pesquisas são executadas buscando analisar apenas a cidade de Cuiabá.

A relevância deste trabalho justifica-se, também, por uma questão de **ordem prática**, qual seja, a busca da compreensão da realidade concreta da vida das pessoas

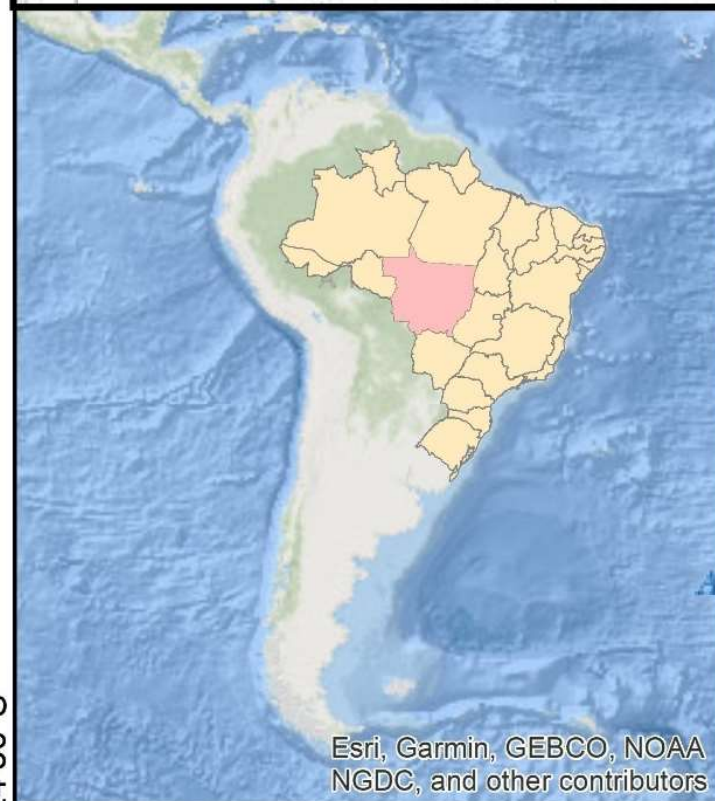
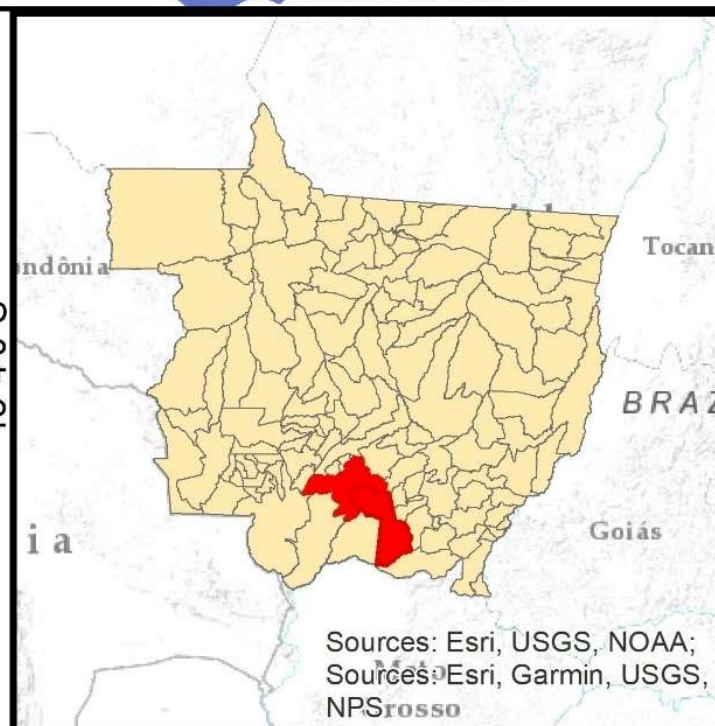
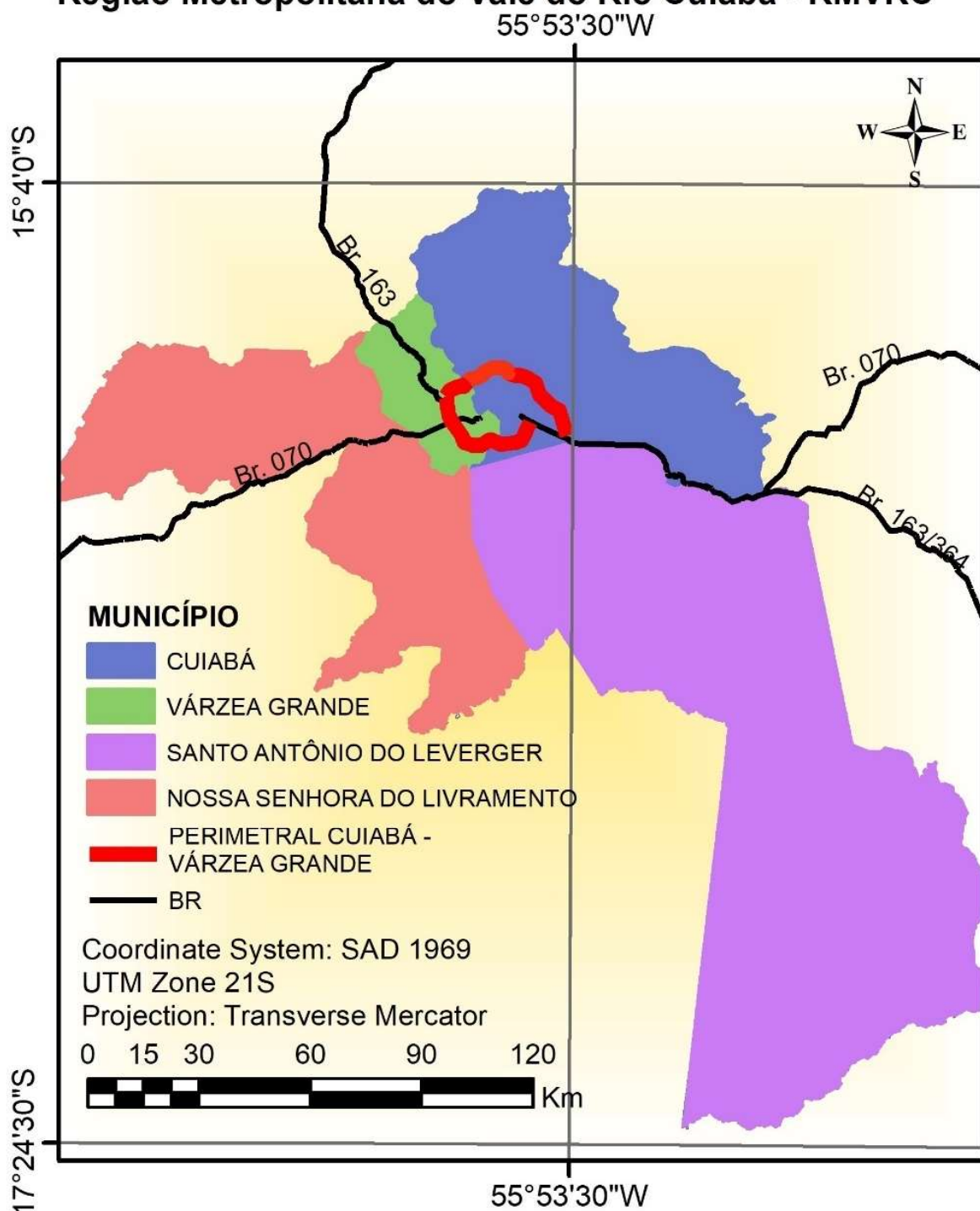
que trabalham/vivem e que produzem os centros na Conurbação. Essas pessoas têm direitos à cidade, à centralidade denegada e ameaçada pela transformação dos centros urbanos e pela lógica de acumulação do capital, ou seja, de comércio, de serviços e de ritmo de trabalho ditado e dinamizado pelas necessidades e possibilidades de aplicação de recursos advindas dos setores produtivos, em especial da agropecuária matogrossense. A produção de um novo centro na Conurbação possui uma especificidade, pois trata do processo de construção do primeiro Parque Tecnológico de Mato Grosso – PQT, em Várzea Grande, possibilitando o investimento de capitais financeiros e capitais fixos na cidade (figura nº 01). Esse processo tende a revelar o movimento de produção de novos centros urbanos, criando novas relações sociais de centralidade urbana e de conflitos, desencadeadas pelos discursos de modernização, pela diversificação da produção e pela formação de mão de obra especializada para os setores produtivos de Mato Grosso. Esse movimento pode fazer despontar as contradições sociais entre o crescimento econômico e as determinações sociais da produção de centros, esclarecendo a prevalência do *valor de troca* sobre o *valor de uso*, implicando diretamente na reprodução da vida social, na redução da sociabilidade e dos usos sociais dos centros e das centralidades sociais no processo de reestruturação produtiva.



**Figura 01. Mapa de Localização da Conurbação Cuiabá Várzea Grande**



**Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - RMVRC**



Base: SEPLAN, 2007. Elaboração, SILVA, R.B, 2019

Fonte: Prefeitura Municipal de Cuiabá (2012) e Várzea Grande (2013), SECOPA (2012), SEPLAN (2007), Masterplan Incorporadora Ductievicz e GINCO. Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.

É possível que uma investigação da reestruturação produtiva que considere a reprodução das relações de produção a partir da prática social na produção de centros e centralidades, como estamos propondo, seja vista com estranhamento ou desconfiança. Haveria, no entanto, reestruturação produtiva se não existisse uma regularização e familiarização da vida social, prática e concreta? O sistema capitalista poderia superar as crises econômicas sem a “dominação” das relações sociais e da determinação da produção de centros e centralidades urbanas? Acreditamos que não, e talvez por isso mesmo a dominação de classe se realize negando a vida social em sua plenitude, isto é, para além da mera necessidade de reprodução do capital. Talvez por isso, a produção de centros e centralidades urbanas se realize de maneira familiar e repetidora, alienante e insustentável, mas ao mesmo tempo aparecendo como algo naturalizado, banalizado, quase inquestionável. Assim, **justificamos**, por fim, a importância desta tese para a compreensão da produção de centros e centralidades urbanas na Conurbação pelos sujeitos sociais que agem consciente ou inconscientemente na efetivação da reestruturação capitalista. E, a partir desse entendimento, que possamos, coletivamente, repensar nossas práticas espaciais, questionando e propondo possibilidades de criar novos usos e novas práticas que sejam condizentes com as necessidades de realização social, pelo uso e apropriação, pelo direito à centralidade urbana (ao uso social), encontro e sociabilidade.

O **objetivo geral** desta tese é compreender o processo de produção de centros e centralidades urbanas, analisando-o dentro do movimento reestruturação do capital.

Definimos dois **objetivos específicos na escala de Mato Grosso**:

**A:** construir a relação entre o crescimento econômico e a produção de centros e centralidades;

**B:** analisar as políticas públicas para a implantação do Parque Tecnológico através dos programas “MT+20” e “Transforma mais Mato Grosso”.

Na **escala da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande**, definimos **três objetivos específicos**:

**C:** Identificar e analisar os capitais fixos constituintes dos centros urbanos, tais como: Aeroporto, *Shoppings Centers*; áreas industriais; comércios, serviços, Parque Tecnológico, instituições financeiras, agroindústria (*Br foods*), dentre outros;



**D:** identificar as práticas sociais constituintes da centralidade urbana, sobretudo nos espaços públicos e de usos coletivos;

**E:** identificar e analisar as **ações dos agentes** que produzem os centros urbanos, tais como: Estado (órgãos/secretarias); Instituições Financeiras (Bancos), Sociedade (moradores/trabalhadores).

O **enunciado da tese** é: o processo de reestruturação produtiva capitalista produz centros urbanos como condição necessária para a reprodução do capital, criando novas práticas da centralidade social.

Nossa **metodologia** é composta por cinco procedimentos. O *primeiro* trata da revisão teórica a respeito da temática; o *segundo* refere-se às elaborações de mapas cartográficos sobre o crescimento econômico de Mato Grosso e a situação socioeconômica da Conurbação; o *terceiro* é composto pela pesquisa documental e dados secundários; o *quarto* refere-se à realização de entrevistas semiestruturadas e questionário com os moradores e representantes do poder público estadual; o registro fotográfico é o *quinto* procedimento.

Na revisão teórica, utilizamos autores críticos ao modo de produção capitalista e à produção de centros urbanos. Já a elaboração dos mapas potencializa a análise dos fenômenos urbanos; o mapa “Centralidade Econômica em Várzea Grande”<sup>6</sup>, por exemplo, foi construído a partir da ferramenta “Mapa de *Kernel*”, procedimento que faz uso do método estatístico de interpolação, o qual considera a distância ponderada do núcleo central e estima as curvas de densidade ou intensidade de um determinado fenômeno (criminalidade, casos de doenças, dentre outro) em uma determinada região<sup>7</sup>. Na confecção do mapa de centralidades urbanas,

---

<sup>6</sup>Dados fornecidos pela Secretaria de Gestão Fazendária / Coordenadoria de Cadastro Geral e Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do processo nº 495246/2018. Informamos que, mesmo com o protocolo do processo nº 00.001.586/2018 e insistentes visitas à Prefeitura de Cuiabá, não obtivemos os dados cadastrais dos imóveis com as tipologias de uso – comércio, serviços, indústrias - da capital mato-grossense, impossibilitando a geração de mapas da distribuição espacial da centralidade econômica da conurbação como um todo.

<sup>7</sup>Para definição da morfologia relacionada aos centros urbanos, Pereira e Nadalin (2011) et. all sistematizaram as principais medidas que são bases para o método de definição do “Índice Centralidade Urbana Urban Centrality Index (UCI)”, que são: o Coeficiente de Gini, o Índice Delta, Índice de Centralização” e “Índice de Moran Global”. Entretanto, os autores optaram por utilizar o conceito de aglomeração como única dimensão para “proximidade” (índice de separação espacial proposto originalmente por Midelfart-Knarvik et al. (2000), deixando de lado o conceito de “centralidade”, cuja definição conceitual, segundo os autores, seria mais vaga na literatura revisada. É evidente que o sentido de centralidade para Pereira e Nadalin (2011) et. all não corresponde ao conceito de centralidade que apresentamos na introdução desta tese. Fizemos testes para confecção do mapa “Índice Centralidade Urbana Urban Centrality Index (UCI)”, mas não estavam claros os caminhos metodológicos e o “passo-a-passo”, dificultando a aplicação da proposta neste trabalho.

por sua vez, foi utilizada a base cartográfica disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande. Selecionamos a *shape* de edificações para gerar mapas temáticos de comércio, serviços e indústria, para isso o procedimento foi: clicamos com o botão direito do *mouse*, seguimos: *properties* – *Symbology* – *Categories* – *Unique Values* – *Valoues field* – uso – comercial – ok. Posteriormente, repetimos o passo-a-passo anterior para gerar também os mapas de serviços e indústria. Em seguida, foi necessário transformar os polígonos das edificações e informações pontuais (o mapa *Kernel* utiliza apenas as informações pontuais). Empregamos, para isso, a ferramenta *ArcToolBox* do ArcGis, e depois selecionamos: *Data Management Tools* - *Features* - *Feature Vertices To Point*, para as três informações de uso do imóvel (comércio, serviço e indústria). De posse das informações pontuais, geramos o mapa de *Kernel* com os seguintes procedimentos: *ArcToolBox-Spatial Analyst-Tools-Density-Kernel Density* - *Input point or polyline features*, seleciona-se a *shape* de comércio - ok, gera-se um produto *Raster* (em tons de cinza). Nessa camada, clicamos com o botão direito do *mouse* para inserir a simbologia: *properties* – *Symbology*- *Stretchd Values* – *Color ramp* – selecionamos a cor desejada e clicamos - *OK* para finalizar o mapa, lembrando que esse procedimento foi repetido para cada mapa gerado, ou seja, três vezes, para gerar os mapas de centralidade comercial dos serviços e das áreas industriais.

Para elaborar o mapa “Expansão da Fronteira Agrícola no Brasil ao Longo do Tempo, 1970-2000”, utilizamos as *shapes* com os limites dos Estados do Brasil e de Biomas fornecidos no site do IBGE. Para definir a periodização, utilizamos como referência o mapa de Expansão da Fronteira, elaborado por Vieira Filho (2016). Transformamos a imagem em arquivo *jpg*, referenciamos a imagem seguindo as seguintes ações: *Georeferencing*- clicamos na imagem sem referências geográficas e, em seguida, na *shape* referenciada, distribuímos os pontos e geramos o arquivo georreferenciado: *Georeferencing-Rectify*, em seguida, vetorizamos os polígonos e finalizamos o mapa organizando o *layout* de impressão.

O mesmo procedimento de georreferenciamento narrado anteriormente também foi seguido para confeccionar o Mapa – Estratégias espaciais do Estado – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PND II – 1975, pois utilizamos como base o mapa de “Integração Nacional” do Plano Nacional de Desenvolvimento II e o mapa dos programas federais para a Região Centro Oeste elaborado por Lima (2014). O Mapa – Espreadamento Urbano – Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT 2001-2005, contou com o mesmo procedimento, visto que utilizamos como base o mapa de evolução urbana elaborado pelo Instituto de

Planejamento e Desenvolvimento Urbano - IPDU (CUIABÁ, 2010) e o mapa de Várzea Grande organizado por (SILVA, 2015).

O mapa “Principais Vias de Comércio e Serviços da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT 2001-2005” foi elaborado a partir da vetorização das principais vias em uma única *shape* para em seguida estimarmos um raio de 1 km de extensão, utilizando os procedimentos a seguir: *ArcToolBox-Spatial Analyst-Tools-Buffer*, para delimitarmos a maior densidade de comércio e serviços em torno dessas vias.

O mapa “Ano de criação de municípios (1726-2000) e População Mato Grosso (2010)” foi elaborado com os dados da Associação Mato-grossense dos Municípios. Os dados foram inseridos na planilha do *Excel*, onde listamos todos os municípios conforme Identificação do Banco de Dados da *Shape* dos limites políticos do Estado de Mato Grosso, para então realizarmos o procedimento *Join* (união de tabelas). O procedimento foi: clicando com o botão direito do mouse na *shape*, em seguida: *Joins And Relates – Join*, onde indicamos a referência de camada de origem dos dados a serem importados e o campo de referência de registro, por fim, clicamos em – *ok*. Após a integração dos bancos de dados, fizemos o mapa temático utilizando os dados de população e ano de criação de municípios.

Para elaboração dos mapas de Transações imobiliárias em Cuiabá, utilizamos dados do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais, Comerciais e Condomínios de Cuiabá e Várzea Grande SECOVI-MT (2017), que foram sistematizados em arquivo *Excel* realizando o procedimento *Join*, no *ArcGis*, explicado anteriormente. Cabe esclarecer que a Secovi-MT não possuía dados referentes às transações imobiliárias de Várzea Grande, comprometendo a representação cartográfica da Conurbação como um todo.

Baixamos os dados em *shapes* do site do IBGE (2017) referente à “Tipologia intraurbana das Concentrações Urbana de Cuiabá/MT” para confeccionarmos o mapa de “Melhores e Piores Condições de vida / desigualdades socioespaciais – Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT – 2017”. Já o mapa “Centralidades urbanas Conurbação Cuiabá-Várzea Grande” foi elaborado nos *software ArcGis* e *Corel Draw*, em que georreferenciamos os mapas de lançamento de prédios residências em Cuiabá de Silva (2016) e pontuamos as localizações dos hotéis do *Google Maps*, para depois alocar no *ArcGis*. Inserimos outros elementos cartográficos no *Corel Draw* e outras informações do mapa “Macrozoneamento:

Áreas de Interesse Metropolitano, do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC)<sup>8</sup>.

Os mapas que representam os dados de Mato Grosso referente à indústria de transformação, número de agências bancárias – transações de créditos, alojamento e alimentação, número de armazéns e capacidade de armazenamento foram elaborados com os dados do Anuário Estatístico de Mato Grosso, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso - SEPLAN (2015)<sup>9</sup>. De uma gama de informações, filtramos apenas os dados de interesse da planilha *Excel*, posteriormente sistematizamos de acordo com o banco de dados da *shape* contendo os municípios de Mato Grosso, para então realizarmos o *join* e gerarmos os mapas temáticos.

O *terceiro* procedimento metodológico constituiu-se de pesquisa documental, que contou com investigações no acervo do Arquivo Público de Mato Grosso durante o mês de outubro de 2017. Levando em conta o recorte temporal de 1910 a 2016, consultamos diversos jornais de circulação na Conurbação, tais como *A Coligação*, *A Gazeta*, *Diário de Cuiabá*, *Folha do Estado*, *Folha de Várzea Grande*, *Folha do CPA*, *O Estado de Mato Grosso*, *Correio de Mato Grosso*, dentre outros. Esclarecemos que só foi possível pesquisar os jornais desse significativo intervalo de tempo porque os arquivos não estavam completos, motivo pelo qual consultamos vários jornais diferentes. Nosso objetivo era investigar as notícias sobre o crescimento econômico de Mato Grosso, bem como as condições sociais dos trabalhadores da Conurbação. Vale ressaltar que, embora essa pesquisa tenha contribuído para a tese, ela não correspondeu às nossas expectativas.

Assim, além do Arquivo Público, analisamos também os seguintes documentos: *Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Cenários alternativos de Mato Grosso, 2011-2031*, conhecido como “MT+20”, e a *Agenda Estratégica de Mato Grosso* (disponibilizada em entrevista na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia/MT). Consultamos alguns trechos dos seguintes documentos: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC); Relatório de Levantamento na Receita Pública Estadual de Mato Grosso (2013 a 2016); Plano Estratégico Município De Cuiabá

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.pddivrc.ibam.org.br/documentos/>> Acesso janeiro de 2019.

<sup>9</sup> Disponível em: <<<http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/anuarios/>>> Acesso janeiro de 2019.

2013 – 2023: Cuiabá Capital do Pantanal e do Agronegócio; Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cuiabá e de Várzea Grande.

Também acessamos dados secundários, tais como: Censo Agropecuário de Mato Grosso – Séries Históricas (IBGE, 2018); Balança Comercial Brasileira e do Agronegócio, fornecidos pela *AgroStat* Brasil; Relatório de Gestão do Banco do Brasil - BB (2011), com as Contratações por Setor/Linha de Financiamento Comparativo geral (Região Centro Oeste) 2010 X 2011 e contratações em Mato Grosso (2011) - Financiamentos do Centro-Oeste – FCO; dados obtidos pelo portal transparência <<https://esic.cgu.gov.br>> (processo: 99901000225201815); dados incentivos fiscais fornecidos pela Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (2017); dados da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; dados de Auxílio Financeiro para o Fomento a Exportações (FEX); dados dos fluxos de voos do Aeroporto Internacional de Cuiabá, fornecidos pela Infraero – *in loco*; dados de emprego, renda, desemprego da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2017, dentre outros.

O procedimento *quatro* envolveu a aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários. Realizamos entrevistas semiestruturadas com representantes do governo do Estado, tais como: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC), responsável pela instalação do Parque Tecnológico de Mato Grosso – PQT; Coordenador de Inovações e Empreendedorismo do PQT; reitor *Pro tempore* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Instituto Federal do Estado de Mato Grosso (IFMT), *campus* Várzea Grande, a fim de investigarmos as correlações entre o crescimento econômico de Mato Grosso e a produção de uma nova centralidade econômica. Realizamos entrevistas também com participantes de movimentos sociais, tais como: membro da Central Única dos Trabalhadores - CUT/MT; do Ocupa Cristo Rei Skate Parque e do *Slam* do Capim Xeroso, com a intenção de compreensão das formas de resistências sociais na Conurbação. Aplicamos no total 113 questionários com os moradores e transeunte da Conurbação, divididos da seguinte forma: Loteamentos Nova Ipê e Nova Esperança (nas imediações do Parque Tecnológico) (15 questionários), do centro urbano de Cuiabá (Praça Alencastro e Praça Ipiranga) (36 questionários) e de Várzea Grande, no centro histórico (22 questionários) e no Várzea Grande Shopping, 40 questionários.

Além disso, realizamos entrevista semiestruturada com transeuntes da área central da Conurbação durante o mês de janeiro de 2018, especificamente no Centro histórico Cuiabá, de

Várzea Grande, no centro do Bairro Cristo Rei (onde localiza-se a *Br Foods*) e no Várzea Grande Shopping. Pretendíamos realizar as entrevistas nas casas dos moradores, mas encontramos dificuldades, principalmente no Centro de Cuiabá e Várzea Grande, onde muitos negavam a nos ceder tempo e atenção. No centro do Cristo Rei, tivemos mais receptividade, por isso, a maior parte das entrevistas com os moradores se deu nessa localidade. No total, foram realizadas 30 entrevistas (quadro nº 1), com média de 25min de duração (com alguns moradores, representante do estado e lideranças sociais o tempo foi de aproximadamente 1h), totalizando aproximadamente 11h de entrevistas. As entrevistas foram transcritas nos meses de fevereiro e março de 2018 e compõem os principais dados qualitativos desta tese, a partir dos quais pretende-se compreender como os moradores se relacionam com o centro urbano e como ocorrem as mudanças sociais na produção da centralidade urbana.

**Quadro 1 – Entrevistados – Trabalhadores, Moradores e Outros Agentes Produtores dos Centros Urbanos da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT.**

Nº	Codínomes	Naturalidade	Bairro - moradia	Trabalho / atuação
01	Gustavo	Nossa Senhora do Livramento	Glória – distante 5 min. Do centro de Várzea Grande.	Serviços mecânicos
02	Joana	Minas Gerais	Glória – distante 5 min. Do centro de Várzea Grande.	Do lar
03	Juliane	Cuiabá	Glória – distante 5 min. Do centro de Várzea Grande.	Sadia 2007 a 2012, atualmente professora (contrato temporário)
04	Kiyoto	Okinawa, Japão	Centro de Várzea Grande	Pequeno agricultor, comerciante, atualmente aposentado.
05	Maurício	Jaciara	Centro de Várzea Grande	Comunicação visual
06	Bruno	Cuiabá	Centro de Várzea Grande	Trabalha nas lojas Avenidas (roupas)
07	Julieta	Mato Grosso do Sul	Centro – Sul – Várzea Grande	Do lar
08	Alexandra	Rio Grande do Sul	Centro - Várzea Grande	Professora aposentada
09	Antônia	Cuiabá	Centro – Cristo Rei	Comerciante
10	Membro da CUT/MT	Sem informação	CUT – localizada em Cuiabá	Central Única dos Trabalhadores
11	Aline	Barra do Bugres	Centro – Cristo Rei	Serviços gerais – atualmente desempregada
12	Catarina	Bahia	Centro – Cristo Rei	Fotógrafa aposentada
13	Adalberto	Várzea Grande	Centro – Cristo Rei	Comerciante
14	Rúbia	Mato Grosso do Sul	Residencial Noise Curvo (Atual Flor do Ipê) – prox. Ao centro do Cristo Rei	Sadia 2003 a 2009, atualmente cuidadora de idosos.
15	Carolina	Mato Grosso do Sul	Centro – Cristo Rei	Sadia 1976 a 1981, costureira e decorações de festas.

16	Cleide	Jangada	Centro Cristo Rei	Serviços gerais
17	Joaquina	Acorizal	Centro – Cristo Rei	Do lar
18	Helena	São Paulo	Centro - Cristo Rei	Do lar
19	Rebeca	Cuiabá	Centro – Cristo Rei	Vendedora – atualmente desempregada
20	Elias	Bahia	Centro – Cristo Rei	Comerciante
21	Fabício	Minas Gerais	Centro – Cristo Rei	Comerciante
22	Samuel	Várzea Grande	Centro – Cristo Rei	Militante social
23	Viviane	Várzea Grande	Centro – Cristo Rei	Professora (contrato temporário)
24	Rubens	Cuiabá	Construmat – Várzea Grande	Sadia, vendedor (comércio), atualmente professor (contrato temporário)
25	Valfredo	Anápolis	Cristo Rei	Vendedor (comércio), atualmente estudante.
26	Membro da CUT	-	Cuiabá	Membro da CUT
27	Membro do Slam do Capim Xeroso	-	Cuiabá	Membro do Slam Capim Xeroso
28	Ocupa Cristo Rei Skate Parque	-	Várzea Grande	Membro do Ocupa Cristo Rei Skate Parque
29	Reitor <i>Pro Tempore</i> UFMT – campus Várzea Grande	-	Várzea Grande	Reitor <i>Pro Tempore</i>
30	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de MT - SECITEC	-	Cuiabá	Secretária

Org. SILVA, R.B, 2018

O quinto procedimento foi o registro fotográfico dos empreendimentos imobiliários lançados na cidade de Várzea Grande e das obras de instalação do Parque Tecnológico de Mato Grosso, especificamente na região norte de Várzea Grande. Buscamos, com isso, compreender a reprodução do capital na conturbação, inclusive pela produção de um “novo centro” (que pode concretizar-se ou não), mas que já tem provocado mudanças significativas em Várzea Grande em função do processo de construção do Parque Tecnológico.

Os processos metodológicos que descrevemos anteriormente e os cinco objetivos desta tese (Quadro 02), seguidos pelas metodologias e indicadores, bem como pelos resultados esperados, possibilitam, no conjunto, o entendimento dos principais processos desta investigação científica.

**Quadro 02:** Objetivos, método/Indicadores e resultados esperados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METODOLOGIA E INDICADORES	RESULTADOS ESPERADOS
<b>A:</b> construir a relação entre o crescimento econômico e a produção de centros e centralidades;	01. Pesquisa no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso;	01. Quadro: O processo de produção da agropecuária em MT;
	02. Análise dos Planos de Nacional de Desenvolvimento Nacional – PND I e PND II; 03. Análise dos Planos e programas agropecuários para a região centro-oeste - com base em Moreno (2007) e Oliveira (1997 a) e (1997b).	02. Mapa das infraestruturas implantadas em Mato Grosso; 03. Mapa de projetos agropecuários implantados em Mato Grosso;
	04. Identificação dos programas de colonização/criação de cidades - com base em Moreno (2007) e Oliveira (1997 a) e (1997b).	04. Mapa de colonização pública e privada em Mato Grosso;
	05. Identificação e análise das principais políticas de incentivos locacionais de indústria e agroindústria - com base em Moreno (2007) e Oliveira (1997 a) e (1997b).	05. Mapa de localização industrial e de agroindústria em Mato Grosso; 06. Quadro: Leis de incentivos locacionais de Indústria e agroindústria em Mato Grosso.
	06. Identificação e análise das principais políticas de incentivos fiscais para a agropecuária e para o agronegócio [drawback e listar outros];	07. Gráficos dos incentivos fiscais do Drawback;
	07. Indicadores de taxa média anual da agropecuária de Mato Grosso;	08. Gráficos de taxa média anual da agropecuária de MT;
	08. Indicadores populacionais de Mato Grosso;	09. Mapa população de Mato Grosso
	09. Indicadores de ocupação/emprego de Mato Grosso e Várzea Grande nos setores produtivos (comércio, serviços, indústria);	10. Gráficos de taxas de ocupação por setor produtivo.



	10. Indicadores de Regiões de Influência das Cidades da cidade (Várzea Grande dentro do estado de Mato Grosso e do Brasil) (REGIC);	11. Mapa: Regiões de Influência das Cidades;
	11. Acompanhar os eventos anuais da “Aprosoja” de 2015, 2016, 2017 e 2018.	12. Quadro síntese dos principais discursos sobre a reestruturação produtiva mato-grossense.
<b>B:</b> analisar as políticas públicas para a implantação do Parque Tecnológico através dos programas “MT+20” e “Transforma mais Mato Grosso”.	12. Pesquisa no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso;	13. Mapa de localização de indústria e de agroindústria em Várzea Grande;
	13. Análise do programa “MT+20”, referente ao PQT;	14. Quadro: Estratégia produtiva de Mato Grosso e suas consequências na produção de centros em Várzea Grande;
<b>C:</b> Identificar e analisar os capitais fixos constituintes dos centros urbanos, tais como: Aeroporto, <i>Shoppings Centers</i> ; áreas industriais; comércios, serviços, Parque Tecnológico, instituições financeiras, agroindústria ( <i>Br foods</i> ), dentre outros;	14. Análise das leis de incentivos locacionais e de parcerias público-privada (PPP) no âmbito do poder público municipal;	15. Quadro das leis municipais de incentivos locacionais e PPP.
	15. Interpretação de imagens de satélites antigas (1970, 1980, 1990, 2000, 2010, 2017) e vetorização;	16. Mapa de ocupação urbana e produção de centros urbanos da Conurbação.
	16. Base cartográfica – cadastro técnico da cidade de Várzea Grande;	17. Mapa dos centros urbanos de Várzea Grande; 18. Mapa de uso da terra por tipo de atividades (comércio, serviços, residência, indústria);
	17. Entrevista com Reitores da UFMT e IFMT e com a SECITEC a respeito da implantação do PQT;	19. Dados quantitativos e qualitativos a respeito da implantação do PQT;

<p><b>D:</b> identificar as práticas sociais constituintes da centralidade urbana, sobretudo nos espaços públicos e de usos coletivos;</p>	18. Entrevistas com moradores/trabalhadores próximos do PQT / do novo centro urbano de Várzea Grande;	20. Dados qualitativos das entrevistas com moradores/trabalhadores do novo centro urbano de Várzea Grande; 21. Gráficos do perfil dos moradores/trabalhadores do novo centro urbano de Várzea Grande;
	19 Entrevistas agentes imobiliários;	22. Dados qualitativos das entrevistas com agentes imobiliários e moradores da região
	20. Coleta de dados nas imobiliárias atuantes em Várzea Grande;	23. Panfletos publicitários de empreendimentos urbanos nas proximidades do PQT;
	21. Entrevistar e analisar as ações da “SPE-Sociedade de Propósitos Específicos”, responsável pelo projeto imobiliário (e comercialização dos lotes) do Parque Tecnológico;	24. Dados qualitativos das entrevistas da SPE 25. Mapa do processo de produção do novo centro urbano de Várzea Grande;
	22. Registro fotográfico na área de implantação do PQT;	26. Fotografias do processo e implantação do PQT;
<p><b>E:</b> identificar e analisar as ações dos agentes que produzem os centros urbanos, tais como: Estado (órgãos/secretarias); Instituições Financeiras (Bancos), Sociedade (moradores/trabalhadores).</p>	23. Realização de entrevistas semiestruturadas com os consumidores do primeiro Shopping da cidade, o “Várzea Grande Shopping”;	27. Dados qualitativos das entrevistas com consumidores do “Várzea Grande Shopping”;
	24º Aplicação de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores do setor de comércio, serviço e indústria;	28. Gráficos do perfil dos consumidores do shopping; 29. Dados qualitativos das entrevistas com trabalhadores;
	25º Coleta de dados do setor de saúde (fluxos);	30. Mapa de fluxo de atendimento do setor da saúde de Várzea Grande;
	26º Coleta de dados do setor de educação (fluxos);	31. Mapa de fluxo de atendimento do setor da educação de Várzea Grande;
27º Coleta de dados (fluxo) do Aeroporto Internacional Marechal Candido Rondon (dados já obtidos).	32. Mapa de fluxo de voo do Aeroporto Internacional Marechal Candido Rondon.	
28º Voo com Veiculo Não Tripulável – VANT.	33. Registro fotográfico aéreo de áreas centrais de Várzea Grande;	

A partir dessa contextualização, apresentamos os quatro capítulos constituintes desta tese. No **primeiro capítulo**, explanamos o crescimento econômico de Mato Grosso, sobretudo da agropecuária, compreendido dentro do movimento de reestruturação produtiva capitalista, bem como as estratégias espaciais de expansão da fronteira agrícola e a formação de centros urbanos na Conurbação, ligados como processos conexos. No **segundo capítulo**, abordamos a produção de centros urbanos na Conurbação, problematizando a ligação entre os serviços urbanos e a sua dinamização impulsionada pelas atividades da agropecuária, sobretudo na precarização da vida urbana marcada pela centralidade econômica e naturalização das desigualdades sociais. No **terceiro capítulo**, analisamos as centralidades sociais que revelam os tensionamentos entre a reprodução do capital e a reprodução da vida pelos usos sociais do centro, bem como as resistências da prática social vividas cotidianamente na Conurbação. Abordamos o processo de produção de uma nova centralidade a partir da implantação do primeiro Parque Tecnológico de Mato Grosso no **quarto capítulo**, evidenciando um novo momento na produção de centros na Conurbação, cada vez mais voltados às necessidades do setor agropecuário.

## CAPÍTULO 1

### 1. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA CAPITALISTA

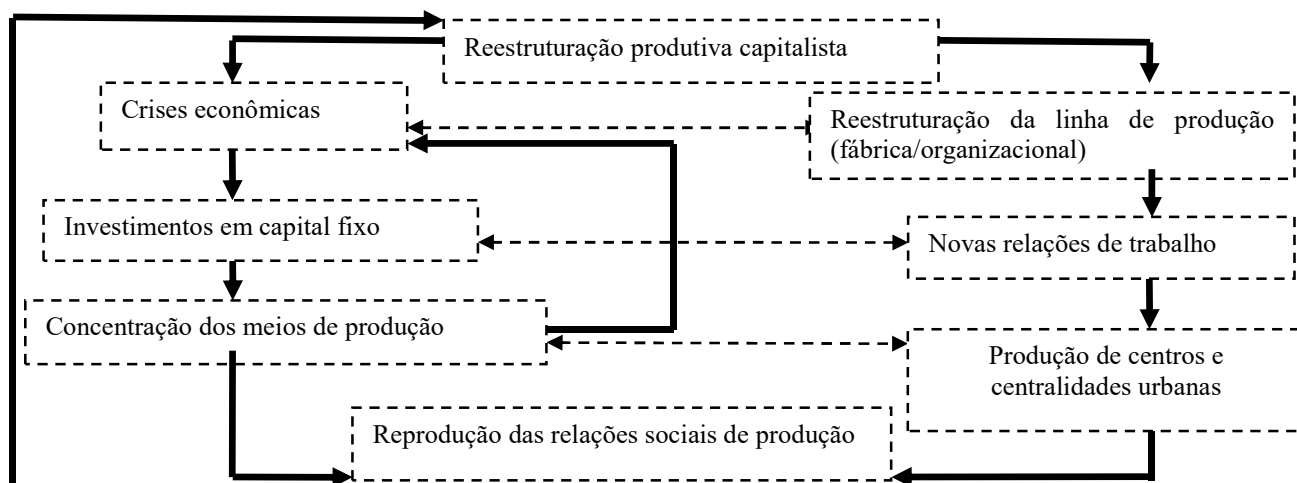
A produção de centros se dá a partir da efetivação da reestruturação produtiva do capital, que, para superar as crises econômicas, realiza investimento na cidade e contribui para a produção de centros urbanos. Harvey (2014) evidencia tal movimento ao identificar que a reestruturação produtiva capitalista desencadeada para enfrentar a crise de 1848 significou o direcionamento de programas estatais para investimentos em infraestrutura urbana, tal como aqueles encaminhados por Georges-Eugène Haussmann, responsável pela modernização e produção de novas centralidades em Paris. Esses exemplos foram seguidos pelos Estados Unidos para superação da Crise econômica de 1930, que gerou o processo de *gentrification*, criando novos usos e novas relações sociais. É nesse sentido que o investimento na cidade tem desempenhado um papel crucial na estabilização do capitalismo global (HARVEY, 2014).

Autores como Harvey (2013) e Lefebvre (1973) afirmam insistentemente que Marx (2001) prezava pela análise da sociedade capitalista em sua totalidade, mas que, por conta da própria incompletude das ideias que apresenta na obra “O capital”, o autor analisava a reestruturação produtiva do chão de fábrica *strictus sensus*, deixando, deste modo, de dar acuidade ao movimento de “reprodução das relações sociais de produção”, temática abordada por Lefebvre (1973). Não obstante, os elementos-base para o desenvolvimento das ideias de Lefebvre (1973) já estavam postos em Marx (2011), na noção de que a totalidade do movimento de reprodução do capital e da sociedade se realiza pelo consumo, ganhando todas as esferas da vida social. As contribuições de Marx (2011) e, posteriormente, de Lefebvre (1973), foram fundamentais para estabelecermos a relação entre o movimento de crescimento econômico de Mato Grosso e a produção de centros urbanos, posto que, na sociedade contemporânea, esta produção tem se intensificado como lugar de trocas de mercadorias e de consumo, em que prevalece o quantitativo e o valor de troca, de maneira a preterir o qualitativo, o valor de uso, o movimento e o conflito. Dessa forma, as práticas sociais da produção de centros podem apresentar as relações de trocas de mercadoria de maneira automática, banalizada, repetitiva e acrítica, ocultando a lógica da reestruturação produtiva do capital envolvida na produção de centros urbanos.

Essa produção envolve a forma, o racional, os conteúdos sociais e aquilo que não se prende à forma, pois compreende o devir social. Nesse sentido, a reestruturação produtiva do capital, em seu movimento de reorganização das relações de produção – dentro dos ambientes de produção – ganha novas configurações com as crescentes necessidades de reprodução do capital, que se expande na determinação social como um todo pela realização do *consumo*, abarcando a vida social para além das relações de trabalho propriamente ditas. O consumo se realiza nas relações sociais, inclusive no atendimento das necessidades básicas do ser humano, como alimentar-se, vestir-se e morar, isto é, de reproduzir-se enquanto espécie humana. Mas a lógica do consumo tem transformado as necessidades humanas em mercadorias, determinando as nossas relações sociais pelo valor de troca.

A maior parte das trocas de mercadorias se concretiza nos centros urbanos. Neles, concentram-se as instituições financeiras, os órgãos do Estado, as lojas comerciais, os estabelecimentos de serviços, pessoas e informações. Para que se produzam, no campo, produtos agrícolas como soja, milho, algodão, dentre outros, são necessários investimentos financeiros no urbano, ou seja, em bancos, instituições de créditos, órgãos estatais que tendem a se localizar nos centros urbanos – tradicionais ou não –, bem como nos centros econômicos e/ou políticos. Dessa forma, a reestruturação capitalista estabelece-se tanto no campo quanto na cidade, contribuindo para a produção de centros urbanos na medida em que produz transformações na sociedade, reorganizando as relações de trabalho e o processo de produção de mercadoria, bem como promovendo os investimentos em capital fixo que formam os aglomerados e centros urbanos. A concentração dos meios de produção em determinados lugares da cidade estabelece os centros urbanos ligados aos comandos das classes dominantes. Tais centros são produzidos pelas relações sociais da centralidade, mediadas principalmente pelo valor de troca, a fim de completar o ciclo do capital da produção de mercadorias através da sua realização pelo consumo, um ciclo, um movimento real e concreto (figura 02).

**Figura 02:** Mapa conceitual<sup>10</sup> da reestruturação produtiva e produção de centros e centralidades



Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, (2018) a partir de Lefebvre (1973) e Harvey (2013).

Identificamos, portanto, que o processo de reestruturação produtiva capitalista modifica as relações de produção de mercadorias e promove os investimentos em capitais fixos que possibilitam a formação de aglomerados e centros com predomínio do valor de troca (consumo), transformando a centralidade urbana e o valor de uso. Possibilita, ainda, a ampla reprodução das relações sociais de produção, a realização da reestruturação produtiva e manutenção da sociedade capitalista, compondo o *devoir* social em um constante processo de reestruturação e produção de novas práticas sociais. Nesse sentido, compreendemos os conceitos de reestruturação produtiva capitalista, produção de centros e centralidades neste trabalho como um movimento social contraditório, de duas lógicas distintas; uma voltada ao crescimento econômico (troca) e outra direcionada à coletividade social (uso). Elas manifestam-se na realidade como interpenetração de lógicas contrárias, que se revelam e se ocultam na prática real, concreta e movente.

A definição de reestruturação produtiva adotada nesta tese tem como uma das principais fontes as contribuições de Marx e Engels (1999), segundo os quais “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (Idem, p. 12). A reestruturação produtiva é, portanto, um processo de oposição entre a classe capitalista e a

<sup>10</sup>Mapas conceituais são apenas diagramas indicando relações entre conceitos. Estamos utilizando Mapas conceituais como recurso visual, isto é, não pretendemos criar um modelo fechado da realidade movente. “Embora normalmente tenham uma organização hierárquica e, muitas vezes, incluam setas, tais diagramas não devem ser confundidos com organogramas ou diagramas de fluxo, pois não implicam sequência, temporalidade ou direcionalidade, nem hierarquias organizacionais ou de poder” (MOREIRA, 1997, p. 01).

trabalhadora, determinando, assim, uma relação de dominação de classes: “Na medida em que se apodera da produção social, são revolucionadas a técnica e a organização social do processo de trabalho e com elas o tipo econômico-histórico da sociedade” (MARX, 2000, p. 65). Em vista disso, identificamos três elementos fundamentais da reestruturação produtiva: 1) a existência de uma classe dominante e, por conseguinte, de classes subalternas; 2) a necessidade de reestruturação da produção; 3) a transformação das relações sociais, tanto no âmbito da produção quanto na ampla esfera da vida social, como consequência da reestruturação produtiva.

Em outras passagens da obra de Marx (2011), o processo de reestruturação produtiva e a determinação da produção social se atrelam às mudanças nas relações sociais, na distribuição espacial cidade-campo e na concentração de capitais:

Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em *sua forma unilateral*, pelos outros momentos. P. ex., quando o mercado se expande, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção. p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da população entre cidade e campo etc. [grifo do autor] (MARX, 2011, p. 53).

A organização social, desse modo, compreendida na totalidade da sociedade capitalista, desenvolve-se na lógica da produção e do consumo, os quais possibilitam a rotação do ciclo do capital. Esse processo produz transformações no campo e na cidade, de maneira que podemos afirmar que o capitalismo se modificou transformando a realidade concreta, dissolvendo os limites pela universalização da troca, conectando o particular ao mundo. Nesse sentido, a reestruturação pode ser entendida como *processo* no movimento do capital, que revela, em certa medida, os limites da reprodução do ciclo produtivo, isso através das constantes buscas para manutenção da circulação perpétua entre Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria M-D-M, referente aos valores de uso trocados e da circulação entre Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro D-M-D, onde prevalece a relação quantitativa, o valor de troca na produção do capital (HARVEY, 2013).

O conceito **reestruturação produtiva capitalista** pode, portanto, ser aqui definido como processo de “reprodução das relações sociais de produção” (LEFEBVRE, 1973, p. 97),

revelado nos movimentos de desajustes da própria produção e de formação de crises econômicas no interior do ciclo do capital, e que abarca a reprodução dos meios de produção no âmbito da fábrica (mudanças tecnológicas, organização do trabalho, máquinas, insumos e matérias-primas) e a reprodução das relações sociais, ou seja, do trabalhador e da sociedade como um todo, envolvendo todas as esferas da vida social através do *consumo* de mercadorias, alimentando o ciclo produtivo produção-circulação-troca-consumo. A reestruturação produtiva, desse modo, é compreendida na totalidade da sociedade capitalista, que se desenvolve na lógica da *produção* e do *consumo*. Estes últimos possibilitam a rotação do ciclo do capital, processo que produz transformações no campo e na cidade. Não obstante, perpetuam-se as relações de classe sociais em oposição, o monopólio dos meios de produção, a propriedade privada da terra, o capital, o trabalho alienado, a dominação econômica, política e a dependência das ações do Estado, em suma, tudo o que é estruturante da sociedade capitalista, ainda que se trate de processo de criação de novas mercadorias, novos estilos de vida, novas práticas sociais, em outras palavras, novas relações sociais de produção.

Por se tratar de um *processo*, a reestruturação produtiva envolve as esferas da produção, as relações de trabalho e a organização socioespacial. É premente, no pensamento marxista, a ideia de que, no curso do desenvolvimento histórico e social, permeado pela relação de trabalho, são criadas novas forças produtivas, as quais se desdobram na produção de novas relações sociais:

A relação dialética entre o sujeito e o objeto do trabalho está no cerne do processo de desenvolvimento. Esse processo, quando generalizado para contextos sociais e históricos, conduz à ideia de que “ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção; e, mudando seu modo de produção [...] eles mudam todas as suas relações sociais”, assim como suas concepções mentais do mundo (HARVEY, 2013, p. 162).

O sentido de produção de “novas forças produtivas” requer a destruição da ordem social anterior para que a produção se realize em nível superior, alicerçando as condições materiais para a nova ordem social. O movimento da reestruturação produtiva se efetivaria, assim, entrelaçando antigas relações de produção a novos elementos produtivos e novas práticas sociais: “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classe. Ela colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutas” (MARX, ENGELS, 1999, p. 08). Nessa perspectiva, a própria burguesia é produto de um longo processo de revoluções



(reestruturação) no modo de produção e de troca, no qual cada passo percorrido pela classe burguesa significou uma mudança política correspondente, transformando o Estado em “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”, de acordo com Marx e Engels (1999, p. 10). As relações sociais são, por assim dizer, transformadas pela classe burguesa no processo de reestruturação da produção; as relações sociais consideradas sólidas se desmancham, sendo reconfiguradas por novas relações sociais de produção:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas (MARX, ENGELS, 1999, p. 12).

É nesse sentido que a reestruturação produtiva remete à ideia de movimento, de transformação, de dissolução e restituição das relações sociais, tanto de produção quanto da organização social. A sua gênese tende a estar entre o processo de superprodução e formação da crise e o estabelecimento de um “equilíbrio” do ciclo capitalista: “só a desvalorização das mercadorias, incluindo a força de trabalho, pode forçar a reestruturação que vai permitir a retomada da acumulação equilibrada” (HARVEY, 2013, p. 410). Na economia clássica, a causa da crise é externa ao ciclo do capital – exceto na explicação de Smith, como observa Harvey (2013), alegando que, para Marx, a formação de crise é produto da contradição interna da produção.

Diversos autores entendem que a origem da reestruturação produtiva se manifesta nos momentos de crise. Dentre eles, Seabra (2004, p. 424) afirma que a reestruturação produtiva trata da “crise da sociedade do trabalho”, gerada pelas transformações da base produtiva. A reestruturação seria, portanto, uma resposta e uma das estratégias de superação das crises, dos limites produtivos. Esse processo incide, inclusive, na política estatal. A reestruturação produtiva evidencia os limites reprodutivos, por isso ela envolve as transformações referentes aos custos do processo de trabalho e da circulação de mercadorias, demandando o desenvolvimento da técnica, da ciência, da especialização do trabalho e da conformação

social. Isso acontece quando os “limites de reprodução” (SEABRA, 2004, p. 421, 422) ficam mais evidentes, quando os elementos produtivos internalizados atingem custos que limitam a produção de lucro, forçando a reprodução da família e de toda a sociedade a atender às transformações da base produtiva (*idem*).

Para o pensamento marxista, o processo de formação da crise se dá, no geral, em função do fato de que a “acumulação pela acumulação produz um excedente de capital com relação às oportunidades de empregá-lo” (HARVEY, 2013, p. 268). A acumulação excessiva, entendida no sentido amplo, diz respeito à superprodução de mercadoria, de insumos, de capital fixo, de força de trabalho (valorizada) e de capital monetário. A estratégia de desvalorização do capital em momentos de crise diz respeito às táticas para retomar a taxa de lucro e do ciclo do capital, mediante a desvalorização por meio da destruição de mercadoria excessiva e de insumos, da desvalorização da força de trabalho (desemprego), da desvalorização ou destruição do capital fixo e da desvalorização do capital monetário. Esse processo, chamado de superacumulação de capital, implica dificuldade da continuidade do ciclo produção-circulação-consumo, na medida em que a troca de mercadoria não consegue abarcar o consumo da produção excessiva. A taxa de lucro tende a diminuir, a mercadoria fica ociosa e é desvalorizada. A estabilização do lucro só poderá ser retomada se o excedente produtivo for primeiro desvalorizado, destruído (*Idem*, 2013). A desvalorização do capital e a produção de crises econômicas, em nosso entendimento, são, portanto, inerentes à reestruturação produtiva e ao surgimento de novas relações sociais de produção. Nesse sentido, a desvalorização do capital é a manifestação da crise que tem como finalidade colocar o ciclo do capital das relações sociais em outro nível, por meio da reestruturação produtiva: “uma vez realizada a necessária desvalorização, a superacumulação é eliminada e a acumulação pode renovar o seu curso, com frequência em uma nova base social e tecnológica. E assim o ciclo vai percorrer mais uma vez o seu destino” (HARVEY, 2013, p. 279).

Na reestruturação produtiva, haveria constante busca dos capitalistas em apropriarem-se do mais-valor, a fim de manter o ciclo do capital. Entende-se, por mais-valor, um processo implícito no curso da produção e troca de mercadorias, que incorpora tanto o valor de uso quanto o valor de troca, produtos do trabalho humano. O “trabalho humano abstrato”, definido como “tempo de trabalho socialmente necessário” (HARVEY, 2013, p. 59) para produção de uma mercadoria, cria *valor*. Diferentemente, o “trabalho útil concreto” (*idem*) produz *valores de uso* e refere-se à transformação material da natureza. A manifestação material do valor – o trabalho humano abstrato – só pode ser atingida por meio da troca da

mercadoria, representada pelo dinheiro como forma de “medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (*Idem* p. 61). A questão da apropriação do mais-valor pelos capitalistas está na maneira pela qual se oculta a exploração da força de trabalho através da forma-dinheiro. Ao adquirirem a força de trabalho, os capitalistas detêm o direito de usá-la a fim de produzir mais mercadoria no mesmo período de tempo, para que os trabalhadores produzam um valor maior do que eles recebem: “O excesso do valor que os trabalhadores incorporam nas mercadorias com relação ao valor que eles requerem para sua própria reprodução mede a exploração do trabalho na produção” (HARVEY, 2013, p. 69). A apropriação do mais-valor pelos capitalistas gera eterna “reestruturação nas forças produtivas”<sup>11</sup> (*Idem* p. 163), a qual reproduz a acumulação do capital e das classes sociais, fazendo surgir novas contradições internas e imanentes ao movimento do capital. Assim, a reestruturação produtiva apresenta-se como um movimento de manutenção e restauração das classes capitalistas e, por isso, como um movimento de restauração do modo capitalista de produção. As crises econômicas constituem o meio que as classes capitalistas encontraram para manutenção de seus privilégios e para “acelerar a concentração do poder econômico e político” em suas mãos (HARVEY, 2013, p. 32). Durante as crises, é produzida a reestruturação produtiva por meio do uso das tecnologias e configurações espaciais do processo produtivo – podemos tomar como exemplo disso as alterações realizadas pelo fordismo no processo de trabalho no século XX.

Conforme Harvey (2013), a reestruturação produtiva no capitalismo pode ser observada em três fases: 1) Pré-capitalismo – século XVI ao século XVIII; 2) Capitalismo industrial – século XVIII ao século XX; 3) Capitalismo Monopolista-Financeiro – do século XX até os dias atuais. Ao considerarmos o histórico do modo capitalista de produção, identificamos a reestruturação como meio encontrado de manutenção das relações de produção, do ciclo do capital, da submissão capital-trabalho e das relações de classe, sempre em outro nível social:

A real submissão do trabalho do capital surge quando os capitalistas começam a reorganizar o próprio processo de trabalho para obter mais-valor relativo. Com isso, todo o modo de produção “é alterado e uma forma de produção especificamente capitalista começa a aparecer”, justamente com

---

<sup>11</sup>Harvey (2013) ora utiliza o termo “revoluções nas forças produtivas” (HARVEY, 2013, p. 163), ora “reorganização das forças produtivas” (*Idem*, p. 168) e ainda “reorganização estrutural” (*Ibidem*, p. 216), termos que consideramos sinônimos de “reestruturação produtiva”.

“as relações de produção correspondentes”. Em outras palavras, as relações de classe que prevalecem dentro do capitalismo em geral agora penetram dentro do processo de trabalho por meio da reorganização das forças produtivas (HARVEY, 2013, p. 168).

A reestruturação se apresenta como uma forma de manter a extração do mais-valor e a submissão do trabalhador às novas formas de se produzir mercadorias, bem como de realizar mudanças nas ações do Estado, na pretensão de “reestabelecer” a produção econômica e a regularidade da sociedade, ou seja, das relações sociais de produção. Nesse sentido, Carlos (2008, p. 262) afirma que o modo capitalista de produção se modificou internamente “transformando o mundo” e a sociedade, realizando, dessa forma, um movimento contraditório de humanização-desumanização do homem pelo processo degradante de destituição da criatividade humana por sua transformação em uma máquina.

Nesse sentido, identifica-se uma relação dialética entre reestruturação produtiva e transformação da vida social. Com efeito, para Carlos (2008), a primeira determina transformação social, perda do sentido do homem, reduzido aos aspectos econômicos e produtivos, tendendo à destituição de sua humanidade e complexidade. Seabra (2004) corrobora essa ideia ao afirmar que a reestruturação remete à crise do trabalho (destituição da criatividade humana, de criação de obras, alienação do processo de trabalho) e a uma crise social, fornecendo o entendimento dessas transformações em sua totalidade social, não apenas no sentido econômico. Marx e Engels (1999), por sua vez, evidenciam o sentido da reestruturação produtiva: manutenção do privilégio da classe burguesa, determinação da reestruturação econômica e lançamento da sociedade às novas relações de produção. Por fim, Harvey (2013) procura reinterpretar os conceitos de Marx sobre a estrutura do capitalismo para explicação da realidade contemporânea, mostrando que a reestruturação carrega consigo os elementos estruturantes para sua realização, tal como: a exploração da força de trabalho; a extração do lucro; a contradição interna de superprodução (e dificuldade de empregá-la); a criação de crises; a necessidade de manutenção do ciclo capitalista: produção, distribuição, troca (circulação) e consumo, criando novas estratégias de produção. Esse movimento procura diminuir o tempo de circulação, aumentar o ritmo de troca e criar novos padrões de consumo para manter a reprodução do capital, até que se crie uma nova crise e uma nova reestruturação.

Em Carlos (2008), Seabra (2004), Marx e Engels (1999) e Harvey (2013) encontramos as seguintes semelhanças quanto às características do processo de reestruturação capitalista: manutenção da dominação de classe, dos meios de produção, do poder político e econômico de decisão; continuidade da extração do mais-valor, da busca incessante para reprodução do capital e da criação de crise como processo inerente ao capital, mecanismo para reestruturação do trabalho e determinação social a essa lógica produtiva. Esta tese propõe pensar a reestruturação produtiva para além da esfera econômica, ou seja, refletir sobre a “reprodução das relações sociais de produção”, que será analisada nos capítulos 3 e 4 desta tese, a partir de reflexão sobre as entrevistas realizadas com os moradores da Conurbação.

Dentro do processo de reestruturação, as ações do Estado são fundamentais para criar estratégias espaciais de penetração da reprodução do capital e transformação da vida social. Nesse sentido, o crescimento econômico de Mato Grosso pode ser explicado pelo movimento de reestruturação capitalista. Este, por sua vez, cria novas relações sociais de produção em diversas esferas da vida humana, sobretudo na produção de centros de comércio e serviços. A conurbação Cuiabá-Várzea Grande foi produzida justamente a partir do crescimento econômico de Mato Grosso, constituindo-se pela tendência condicionada de concentração de pessoas e de capital em suas relações de trabalho, infraestrutura, instituições, sendo cada vez mais mediada pelo valor de troca como condição necessária para efetivação da reestruturação produtiva e do capital. Nesse sentido, as estratégias espaciais colocadas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) revelam as intencionalidades do Estado para permitir o avanço da fronteira agrícola como um movimento de reprodução do capital e transformação da vida urbana. Essas estratégias, planejadas e executadas pelo Estado mediante relações estreitas com os setores privados, articulam-se à transposição das barreiras espaciais que, de certa forma, dificultavam a reprodução do capital em novos patamares. Nesse sentido, os “ajustes espaciais” foram fundamentais para o processo de reestruturação do capital.

### 1.1 Estratégias espaciais: Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND's

Para compreendermos a função estratégica dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, é importante destacar o contexto de diversas oscilações políticas, econômicas e sociais que se configuravam no Brasil no momento de sua criação. A crise de 1929, as Guerras Mundiais, a reorganização da economia global influenciaram as ações do Estado brasileiro, sobretudo no enfrentamento dos maiores problemas daquela época, tal como as altas taxas de inflação, os déficits orçamentários da União acumulados ao longo dos anos, a intensa dependência do capital externo, os desequilíbrios na balança comercial e as barreiras espaciais pela falta de infraestruturas básicas no território. Esses problemas persistiram em diversos governos, os quais buscaram sua superação por meio da modernização conservadora do país, do crescimento industrial e da abertura ao capital internacional: foi o caso do governo militar do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), guardadas as suas especificidades; também do retorno de Getúlio Vargas à presidência (1951-1954), com sua política nacionalista-populista e de desenvolvimento industrial; do governo do presidente Café Filho (1954-1955), que respondia às dificuldades com tentativas de reformulação cambial e abertura ao capital estrangeiro. A estagnação econômica ainda levou o presidente Juscelino Kubitscheck (1956-1961) a somar esforços para colocar em prática o plano de metas com o *slogan* “Cinquenta anos em cinco”, a fim de alcançar o desenvolvimento econômico nacional por meio de investimentos em infraestrutura, como energia, transportes e desenvolvimento da indústria local (igualmente com forte abertura ao capital internacional), assim como do projeto de integração nacional, inclusive pela construção de rodovias, a exemplo a Norte/Sul (COSTA, 2000, p. 52, 53). No governo de João Goulart (1961-1964), as tensões econômicas, políticas e sociais agravaram-se, culminando no Golpe Militar de 1964. Houve a persistência do combate à inflação adotada pelo governo Militar do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) e políticas do Governo Costa e Silva (1967-1969), com Plano estratégico do Governo - PED (1968-1970) e criação do Ministério do Interior. Além disso, a economia brasileira foi afetada pela crise do Petróleo (1973), influenciando o fim do “milagre econômico”, referente ao aumento do PIB (1968 e 1973), comandada pelo governo de Castello Branco.

De modo geral, as ações do Estado durante esses governos foram direcionadas por diversos planos, com as seguintes intenções: contingenciamento das importações; proteção da indústria doméstica; buscas de atração de capitais; abertura aos investimentos estrangeiros;

controle do câmbio; políticas de austeridade fiscal (corte de gastos públicos, sobretudo sociais); investimento para o crescimento industrial com base no aumento do acesso ao crédito; criação de novas receitas (tal como imposto único da energia elétrica), para incrementar os fundos fiscais, e investimentos em infraestrutura, dentre outras. Essas ações garantiam, em certa medida, o desenvolvimento industrial brasileiro concentrado territorialmente na região Sudeste, bem como a diminuição das importações e o aumento das exportações, mesmo com oscilações, e acréscimos na produção agropecuária. Com efeito, é fundamental destacar que houve, nesse contexto, a concentração produtiva, industrial e urbana na região Sudeste do Brasil, fruto de um longo processo de reestruturação produtiva territorial desde o período colonial (1500-1800), desencadeado pela crise da produção de cana-de-açúcar no Nordeste e pela gradativa mudança econômica e fortalecimento da produção cafeeira em São Paulo. Esse processo causou uma mudança do eixo econômico para a região Sudeste, influenciando na concentração das atividades econômicas, fato que contribuiu para que o Estado, sobretudo nos governos militares, adotasse políticas de desconcentração industrial e populacional em períodos posteriores (FRANÇA, SOARES, 2012).

Nesse sentido, os PND's revelam as ações do Estado para enfrentar tensões políticas, sociais e, especialmente, econômicas. Os planos são classificados da seguinte forma: PND I, referente aos anos de 1972 a 1974, que buscava a "integração nacional" e expansão da fronteira econômica, implantado durante Regime Militar de Emílio Médicis (1972-1974); PND II referente ao período de 1975 a 1979, sob o comando do General Ernesto Geisel (1974-1979), com projetos de colonização (PIN) e polos de produção, condicionando a expansão da fronteira econômica, principalmente para as áreas do Cerrado (CO) e da Amazônia. As ações estratégicas tiveram continuidade com o primeiro plano da Nova República com PND I para o período de 1986 a 1989, no governo de José Sarney (1985-1990). De modo geral, as estratégias espaciais colocadas nos PND's estabeleceram processos próprios da reestruturação produtiva capitalista. Por todo o documento, ressoam intencionalidades de um Estado centralizador que criou mecanismos fiscais, monetários e creditícios para retomada do crescimento econômico. Ao Estado, cabia o combate à inflação, o controle da taxa de juros e a redução dos gastos públicos, sem prejuízos aos vantajosos incentivos fiscais e benesses para que o setor privado garantisse o crescimento econômico produtivo, em especial da indústria, agroindústria e, sobretudo, da agropecuária, a partir da ativa busca de expansão da fronteira agrícola e ocupação estratégica do território. Por consequência, os investimentos para o desenvolvimento social foram gradativamente

perdendo espaço dentro da agenda política do Estado, o que evidencia a severidade com que se realizou e se realiza o processo de modernização agrícola, de modo incompleto, na medida em que o processo de acumulação de riqueza para certos grupos econômicos significa a expropriação, a despossessão e a miséria de outrem.

As principais estratégias espaciais do Estado para o crescimento econômico do país, conforme os PND's, direcionavam-se à destruição de barreiras espaciais que impediam o desenvolvimento das forças produtivas. Sendo assim, as obras de infraestrutura eram o que possibilitaria maior mobilidade do capital, das matérias-primas, da força de trabalho e das mercadorias para a Região Centro-Oeste. Deste modo, as áreas prioritárias de investimentos financeiros foram direcionadas para o setor de energia, comunicação, mineração e agropecuária. O desenvolvimento econômico da agropecuária demandava novas áreas de produção, investimentos em pesquisa tecnológica e “novos sistemas de produção e modificação dos recursos humanos” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1986, p. 124). Nesse sentido, foram criados significativos mecanismos creditícios e financeiros, além de novas leis e instituições financeiras, estabelecendo novas relações sociais em uma sonoridade de conciliação de classes, normatização do trabalho em novos moldes e condicionamento de toda a sociedade brasileira rumo ao progresso e a modernidade, em um discurso de resolução das crises econômicas com racionalidade, imposição da ordem e do planejamento estatal. A reestruturação produtiva mostrou-se, assim, como um figurino caricatural de modernidade. Era urgente a inserção da tecnologia no sistema produtivo, na produção de insumos, tais como fertilizantes, agrotóxicos e suas matérias-primas. Dessa forma, gradualmente, Estado passou a articular as universidades, os centros de pesquisa e o setor privado a fim de incentivar a formação de complexos tecnológico-industriais, especialmente para atender ao setor agropecuário, reestruturando a produção para realizar a descentralização industrial e urbana da região Sudeste, direcionando a produção para novas áreas estratégicas: o Cerrado e a Amazônia. Dentre as estratégias agrícolas postas nos PND's, destacamos:

A Industrialização dos produtos agrícolas; o aumento da exportação dos produtos agrícolas não tradicionais, *in natura* ou industrializados, para criar, com a de minérios nova categoria de exportação; incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica do setor agrícola; na disseminação de uso de insumos moderna de forma diversificada [...] atento os efeitos sobre a



absorção da mão-de-obra; pesquisa agrícola em grande dimensão [...] (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 25).

A reestruturação do capital nacional compreendia o programa de modernização direcionada pelo Estado, criando mecanismos fiscais e creditícios mediante as parcerias com as instituições financeiras. Foram criados fundos como o FINAME, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiamento de produção, aquisição de máquinas e equipamentos produtivos. Também houve a reorganização do Comércio por meio do Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC) e da criação de estrutura de abastecimentos e estocagem da produção agropecuária. Operações creditícias inteiramente novas foram desencadeadas para promover investimentos em capitais fixos por meio de consolidações das principais Instituições Financeiras Oficiais do Estado, tais como o Banco Central, o Banco do Brasil, o Banco Nacional da Habitação (BNH), Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (Basa), exclusivamente com recursos novos. As principais fontes de recursos financeiros do Estado eram (Quadro nº 03): o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI), o Fundo de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC) e o FINAME do BNDES, Fundo de Desenvolvimento de Mercado de Capitais (FUMCA), do qual participavam o Banco Mundial, a AID, o Banco Central e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a Caixa Econômica e bancos de investimentos privados. Destacamos que, conforme o PND I, mais de 90% das operações creditícias para o setor privado possuíam como objetivo investimentos no setor da indústria e da agropecuária, fazendo uso das “fontes próprias de recursos” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 47), obtidas pelo Estado por meio desses fundos.

**Quadro 03: Estratégias Espaciais do Estado nos PND's – Reestruturação Produtiva**

ESTRATÉGIAS ESPACIAIS	MECANISMOS FINANCEIROS
<p>Programa de Integração Nacional – PIN;</p> <p>Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) (DECRETO-LEI Nº 1.179, DE 6 DE JULHO DE 1971);</p> <p>Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM;</p> <p>Superintendência do desenvolvimento do Nordeste – SUDENE;</p> <p>Região Geoeconômica de Brasília;</p> <p>Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA;</p> <p>POLAMAZONIA- Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia;</p> <p>Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE);</p> <p>Programa de Desenvolvimento do Centro - Oeste (PRODOESTE) (DECRETO-LEI Nº 1.192, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1971)</p>	<p>Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados – FDPI;</p> <p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);</p> <p>Programa de Integração Social (PIS);</p> <p>Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);</p> <p>Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL);</p> <p>FINAME, um dos tipos de financiamento do BNDES;</p> <p>Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC);</p> <p>ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação;</p> <p>BANCO DA AMAZONIA;</p> <p>Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL);</p> <p>BANCO CENTRAL;</p> <p>BANCO DO BRASIL;</p> <p><i>Banco Nacional da Habitação (BNH);</i></p> <p>Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC);</p> <p>Banco do Nordeste (BNB);</p> <p>Banco da Amazônia (BASA);</p> <p>Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)</p> <p>Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)</p>

Fonte: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1971); (1975); (1986)<sup>12</sup>. Organização: SILVA, R.B. Março de 2018.

<sup>12</sup> Sistematização PND's I, II e III referentes às principais estratégias espaciais e mecanismos financeiros para a Região Centro-Oeste.

É interessante notar que o programa Estatal de investimento em empreendimentos nacionais se realizou inclusive por intermédio do BNDES, do Banco do Brasil (com recursos do PASEP) e da Caixa Econômica Federal (com recursos do PIS) e pró-rural. Essas operações permitiram o funcionamento dos instrumentos creditícios das instituições financeiras para os setores privados, admitindo os investimentos em capitais fixos para o desenvolvimento produtivo. A contradição que aí se observa reside no fato de que a “abertura social” dos PND I significava, na verdade, gerar relativo aumento da renda do trabalhador com a intenção de criar e fortalecer o mercado de consumo em massa e, sobretudo, permitir o uso dos fundos sociais para investimentos em “abertura do capital de empresas” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 09). Em outras palavras, o processo de reprodução do capital e concentração de riqueza implicava profundo ônus social e precarização do trabalhador, considerando que os recursos desses fundos sociais, colocados em mobilidade e flexibilidade de uso no mercado financeiro, eram direcionados a operações creditícias para empresários e investidores. Não obstante o capital dos fundos, com seus juros rendidos, adviesse do trabalho social, ele não voltava positivamente aos trabalhadores, fortalecendo, ao contrário, o aumento das desigualdades sociais. Além disso, os possíveis e supostos aumentos de renda do trabalhador voltavam às mãos dos capitalistas por meio da realização do consumo em massa, considerando que os salários eram baixos e utilizados para suprir as necessidades básicas mais urgentes dos trabalhadores, afirmação que os dados desta tese subsidiam.

O Estado adotou a política de desenvolvimento industrial a partir da geração de conhecimentos tecnológicos por meio dos institutos de pesquisa. Dentre os objetivos para o incentivo à pesquisa, estava a produção de insumos adaptados aos climas e solos brasileiros, além da busca por integração dos polos regionais por meio da aproximação dos “institutos aos interesses do setor produtivo” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1986, p. 137):

Estratégia industrial – inserem-se as políticas de insumos básicos para a indústria e de política de tecnologia industrial a partir de construção de centros de tecnologia industrial ou de fundações para pesquisa tecnológica. A intenção é acentuar o papel da indústria como instrumento de transformação tecnológica dos demais setores. A fim de desenvolver setores e produtos novos, bem como consolidar a indústria básica: Indústria Siderúrgica, de Bens de Capital, Construção, Minerais e Não metálicos. Com finalidade de Reorganizar as Indústrias Tradicionais (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 23).

A política fiscal e orçamentária objetivava a manutenção de alívio progressivo da pressão tributária e uma rigorosa contenção de gastos (burocráticos), além de destinar recursos públicos na criação de instrumentos financeiros para áreas estratégicas, como educação, saúde-saneamento, agricultura-abastecimento, desenvolvimento científico e tecnológico. O planejamento estatal manifestava claramente o interesse em diminuir o ônus para as instituições financeiras:

[...] continuar o esforço de redução progressiva da taxa de juros nominal, à medida que decline a taxa de inflação, **para transferir ao sistema produtivo as reduções de custos obtidas**. A ação nesse sentido não se limitará à parte relacionada com a **redução de ônus para as instituições financeiras**, por iniciativa do setor público ou com a simples criação de novos tipos de receitas. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 51) [grifos nosso].

Além disso, houve estímulos para melhoria na estrutura financeira e empresarial pela oferta de maior número de papéis (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 51), bem como criação das Letras do Tesouro Nacional (Decreto-Lei nº 1.097/70). A utilização desse instrumento considerava a “flexibilidade com cuidadosa manipulação dos títulos” e taxa de câmbio flexível (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 52 e 53). A flexibilização e mobilidade do capital fictício ofertada pelo Estado a partir do aumento do número de papéis significou o entrincheiramento da internacionalização do capital, submetendo a sociedade ao sistema financeiro, visto que a criação de papéis de créditos, caracterizada por Havery (2014, p. 354) como “capital fictício”, tem o valor fundamentado em uma mercadoria ainda não vendida, ou seja, o dinheiro de crédito e as letras de câmbio requerem comercialização e investimento baseados na produção futura. Mas isso depende do sucesso na aplicação de capitais em tecnologia e reorganização da produção, situação que implica considerar as flutuações, as instabilidades e as incertezas do retorno do valor creditado por meio do pagamento dos empréstimos realizados pelos empresários. Com isso, os riscos de inadimplências, calotes e renegociação da dívida se fundam em Mato Grosso como realização da precarização da vida social<sup>13</sup>.

As operações financeiras desencadeadas pelos PNDs eram destinadas também ao desenvolvimento tecnológico, dedicadas à solução de problemas industriais, a fim de desenvolver áreas tecnológicas prioritárias, tais como: as indústrias química e eletrônica; a

---

<sup>13</sup> Os dados do FCO apresentados adiante subsidiam essa análise.

tecnologia e a energia; o programa intensivo de pesquisa agrícola, dentre outros (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 57). As articulações entre pesquisas científicas e mercado se colocavam como fundamentais para a modernização e desconcentração industrial:

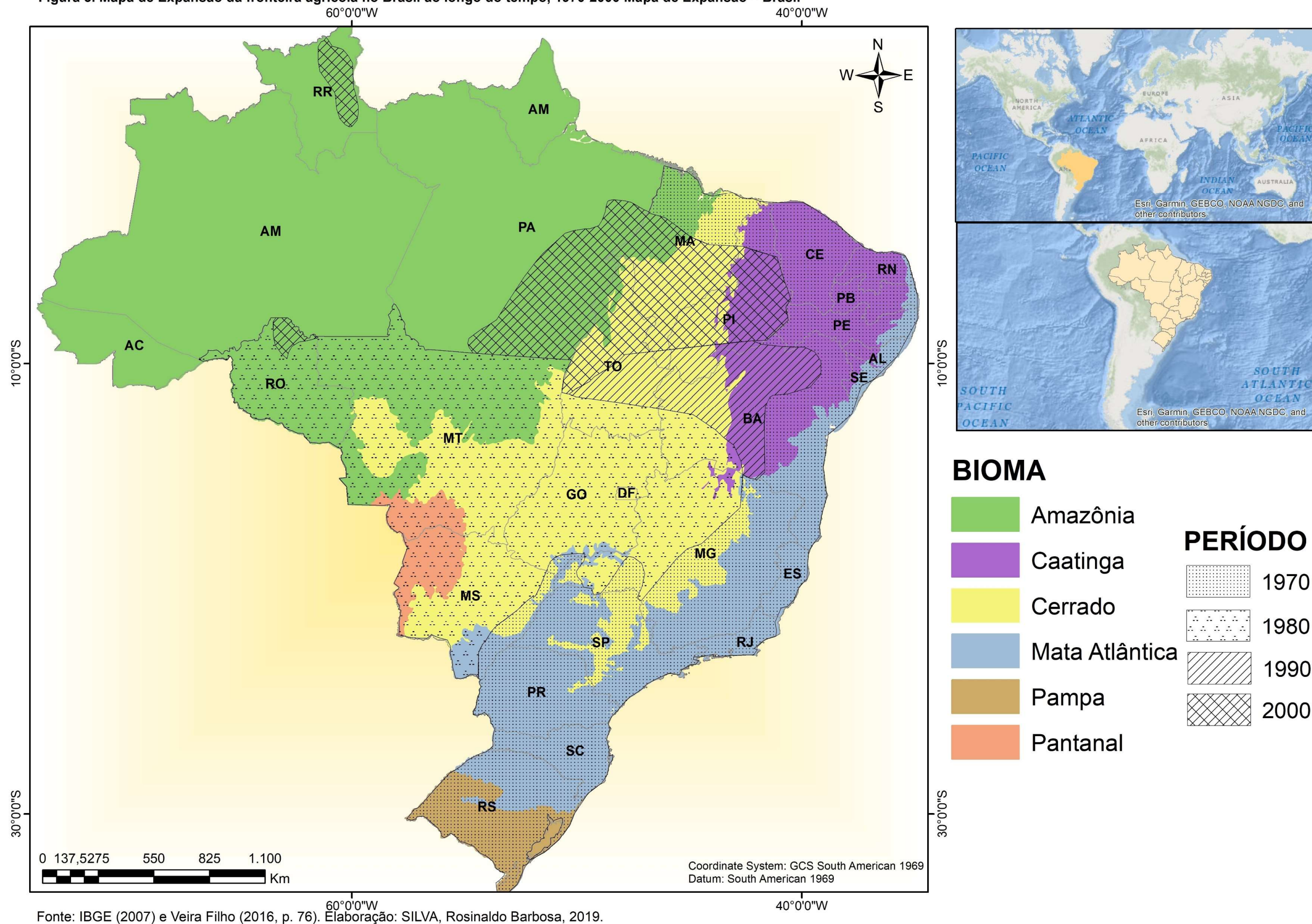
Dessa forma, a atuação articulada de universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e setor privado merecerá especial atenção governamental. Será incentivada a formação de complexos tecnológico-industriais, que funcionarão como *loci* de criação, absorção e transferência de novas tecnologias. Essas formas de cooperação deverão contribuir ainda para a difusão de técnicas que conduzam à modernização industrial, atuando de forma descentralizada, através do fortalecimento de centros de excelência científica e tecnológica existentes no país, para permitir a extensão do progresso técnico a nível regional e a consequente desconcentração do desenvolvimento industrial na nova etapa de crescimento. Nesse processo, deverá ser enfatizada a contribuição das empresas e institutos governamentais, sobretudo aqueles em áreas estratégicas. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1986, p. 142).

No bojo tecnológico, pautado nos PND's, situava-se o desenvolvimento da agroindústria (industrialização dos produtos agrícolas) e da agropecuária, e, inclusive, a atuação científica da EMBRAPA e EMBRATER, responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico da agropecuária e pelo aumento do potencial produtivo no Cerrado (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1975, p.06), tendo contribuído para o processo de ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste. Para essas áreas, os recursos financeiros do programa de Polos Agropecuários e Agrominerais (POLAMAZONIA) pretendiam aumentar o potencial produtivo, a atração de poupanças, da capacidade empresarial e o fortalecimento da iniciativa privada.

Podemos identificar o processo de reestruturação produtiva no Brasil incorporando as ações de expansão da fronteira agrícola contribuindo significativamente para a reorganização socioespacial do território (figura 3).



Figura 3. Mapa de Expansão da fronteira agrícola no Brasil ao longo do tempo, 1970-2000 Mapa de Expansão – Brasil



De modo geral, podemos classificar essa expansão em três momentos. O *primeiro período*, situado entre 1950 e 1970, compreende o processo de transição e incorporação da região Centro-Oeste. Conforme Moreira (2012), identificamos nesse período a produção industrial com crescente concentração, polarização e diferenciação da produção. A concentração diz respeito às novas funcionalidades (novos setores) industriais da região Sudeste. A polarização se define a partir do polo industrial em São Paulo, orientando os fluxos pelo território brasileiro, transferindo as tarefas agropecuárias para outras regiões, tal como o Centro-Oeste, por meio do avanço da fronteira agrícola, diminuindo a concentração industrial no Nordeste e no Sudeste, aumentando a diferenciação das regiões do Brasil.

Entre 1970 e 1980, compreende-se o *segundo período*, em que se constata as políticas do Estado para a redistribuição das indústrias. A partir do PND I, essas políticas se voltam para a modernização da agricultura e “integração nacional” (1970-1974); com o PND II (1975 a 1979), para a redistribuição da indústria, projeto de colonização e polos de produção; com o PND III (1980, 1985), para a reestruturação e a distribuição espacial da indústria no Brasil, visando a “Integração Nacional” e o fortalecimento do avanço da fronteira econômica para as áreas do Cerrado e da Amazônia. Atinge-se, dessa forma, o objetivo de desconcentração industrial da região Sudeste e de estabelecimento de indústria nos “estados das demais regiões” (MOREIRA, 2012, p. 257), tendo como base a indústria de bens intermediários (minério/usinas hidrelétricas e agroindústrias) (*Idem*). Nesse cenário, os Planos Nacionais de Desenvolvimentos foram fundamentais para a modernização da agricultura em Mato Grosso, trazendo novas dinâmicas produtivas para o estado por meio da agroindústria moderna, colaborando para a configuração da “Região do complexo agroindustrial” na Região Centro-Oeste.

A nova regionalização do atual trabalho industrial brasileiro, proposta por Moreira (2012, p. 257), é definida pelas seguintes regiões: 1) Fronteira Biotecnológica (Norte); 2) Difusão da agroindústria e indústria não-duráveis (Nordeste); 3) Complexo agroindustrial (Centro-Oeste) e 4) Polígono industrial (região Sul-Sudeste). Essa regionalização revela o processo de reestruturação produtiva incorporando as áreas do Planalto Central, por isso, destacamos a formação do complexo agroindustrial da região Centro-Oeste:

É uma formação regional que se relaciona à modernização da agricultura, uma modernização que antecede as políticas de modernizantes dos PNDs, promovendo a fusão dos domínios do cerrado pela soja, numa sinonimização de planalto central e sojicultura que atua com seu grande vetor. Assim, é,

antes, o resultado de um processo de rearrumação agrícola que começa inicialmente com a cultura do trigo no Rio Grande do Sul nos anos de 1940-1950, avança com a dupla trigo-soja, pelo oeste de Santa Catarina e oestenoeste de Paraná no correr dos anos 1950-1960, para chegar em dupla ao Mato Grosso do Sul nos anos de 1960 e deslançar com a cultura solo da soja pelos cerrados do Mato Grosso e circundâncias nos anos de 1970 e 1980, já sob a égide dos PNDs (BRUM, 1988 apud MOREIRA, 2012) [grifos nosso].

O avanço da fronteira agrícola em Mato Grosso revela as estratégias espaciais do Estado, que consistiam em reestruturar a produção econômica, inserir novos modelos produtivos e ampliar outros setores da economia: “O Centro-Oeste requer ampla transformação estrutural, com a adoção de modelos produtivos intensivos em mão-de-obra, e ampliação do setor secundário” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1986, p. 225). Esse processo significou a ampliação de infraestrutura de armazenamento, permitindo o aumento da produção regional e comercialização dos produtos agropecuários, bem como o papel da cidade no processo de avanço da fronteira agrícola e reestruturação do capital.

No *terceiro* período (1990/2000), por fim, ocorre a incorporação dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, designados pela sigla “MATOPIBA”, que se considera atualmente como a grande fronteira agrícola. De qualquer modo, consideramos que a expansão da fronteira agrícola não se deu por completo na região Centro-Oeste, posto que, ainda hoje, continua a avançar, principalmente no extremo norte e nordeste de Mato Grosso.

## 1.2 Cuiabá na estratégia espacial dos PND's

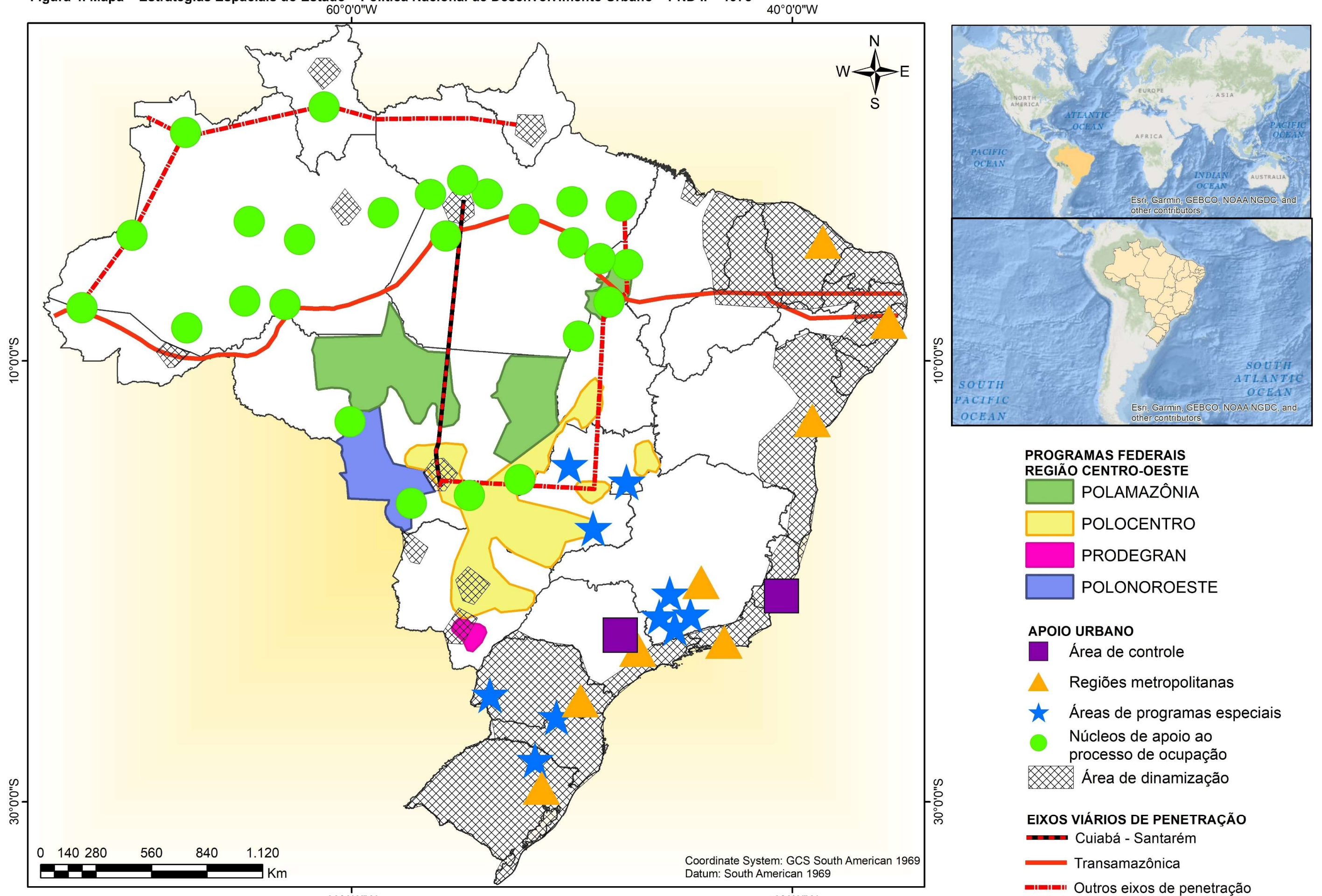
A estratégia espacial do Estado apresentada nos PND's possuía cunho regional e consistia na política de integração nacional. Caberia ao Planalto Central e à Amazônia o desenvolvimento de polos regionais econômicos de caráter agrícola-mineral. A integração nacional se realizaria interligando o país no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste, com o objetivo de dotação de infraestruturas-base para o escoamento da produção agrícola, tal como as obras da Transamazônica (eixo Leste-Oeste) e da Cuiabá-Santarém BR-165 (eixo Norte-Sul), bem como as redes de aeroportos e a implementação de núcleos urbanos ao longo desses eixos rodoviários. Nesse processo, foram criados incentivos fiscais regionais por meio da SUDENE e SUDAM, com o Decreto nº 1.106/70 (Recursos da SUDENE/SUDAM e projetos de



colonização) e o Decreto 1.179/71, destinados à agroindústria e ao PROTERRA (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1971, p. 25-29). A estratégia de ocupação produtiva obteve três campos de atuação: I – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), com recursos do PIN, PROTERRA, FDPI etc; II – Complexo Minerio-Metalúrgico da Amazônia Oriental; III – Políticas de desenvolvimento dos recursos florestais e uso racional dos solos da Amazônia, objetivando, principalmente, a transformação e a exploração de madeira numa atividade planejada (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1975, p. 49).

É de suma importância evidenciar como as estratégias espaciais do Estado para avanço da fronteira agrícola e ocupação do Centro-Oeste (figura 4) compreendem Cuiabá enquanto *locus* de concentração dos meios de produção e base para a reestruturação produtiva, o que significa que as ações estatais se distanciam das necessidades e das práticas concretas da vida =social. A escala pequena do mapa de planejamento dos burocratas revela Cuiabá como um ponto econômico estratégico de suporte para a ocupação do Cerrado e da Amazônia, de ligação com outros núcleos de apoio ao processo de ocupação, de área dinâmica e como ponto de ligação com as áreas mais dinamizadas do Brasil, especificamente com a região Sudeste. O emaranhado de programas federais para a região Centro-Oeste, tais como: Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA; Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO, Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados - PRODEGRAN e Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE permitiu o desencadeamento de operações financeiras, creditícias, para o investimento em capitais fixos e aumento da produção, capacidade de armazenamento produtivo e logístico, derrubando as barreiras espaciais que dificultavam a reprodução do capital com maior fluidez.

Figura 4. Mapa – Estratégias Espaciais do Estado – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PND II – 1975



Fonte: IBGE (2007), REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – PND II (1975, p. 72), LIMA, Ronei C. de (2014, p. 76) e Veira Filho (2016, p. 76). Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.

Para que o processo de desconcentração industrial e urbana da região Sudeste do país ocorresse, o Estado procurou dotar as novas cidades da “fronteira agrícola” de infraestrutura e configuração físico-urbana que “acompanhasse a estratégia de desenvolvimento do espaço interior” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1975, p. 67). Ou seja, as cidades foram pensadas pelo Estado como base para sustentação e apoio ao processo de ocupação e à produção econômica regional da agropecuária. Para isso, foi criado o programa de cidades de médio porte:

Programa de **Cidades de Porte Médio**, cujo objetivo é dotar **centros urbanos** médios de infraestrutura, serviços e equipamentos, bem como de alternativas de ocupação para as populações oriundas do meio rural ou de núcleos urbanos de menor porte. Neste sentido, o programa busca viabilizar uma base econômica para essas cidades através de projetos que **favoreçam a criação de empregos** (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1986, p. 243) [grifos nosso].

Além disso, havia o programa de cidades de pequeno porte, cujo objetivo era desenvolver centros urbanos como suporte para as atividades agropecuárias, oferecendo empregos e procurando evitar que os trabalhadores migrassem para os grandes centros urbanos:

Programa de Apoio a Cidades de **Pequeno Porte**, que prevê a implantação de infraestrutura em pequenos **núcleos urbanos ligados a áreas de produção agrícola**, de forma a oferecer à população local alternativas que desestimulem migrações para centros maiores (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1986, p. 243) [grifos nosso].

A estratégia urbana do Estado consistia, então, em realizar a “dinamização das funções urbanas de apoio às atividades agropecuárias e agroindustriais desempenhadas por cidades de médio e pequeno porte” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1975, p. 67), com sentido de compatibilização das dotações de fatores produtivos nas regiões com infraestrutura física e de serviços. Nesse processo, diversas cidades entraram nas estratégias espaciais do Estado como base de sustentação ao processo de reestruturação produtiva da agropecuária, tendo a “Dinamização das funções urbanas, entre outras cidades, de **Cuiabá**, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Macapá, Boa Vista e Rio Branco” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1975, p. 71) [grifo nosso]. Pretendia-se, assim, promover a ocupação produtiva da

Amazônia e do Centro-Oeste de áreas selecionadas e espacialmente descontínuas. Nesse interim, Cuiabá se coloca como centro de ligação e penetração da Amazônia:

**Ocupação por áreas selecionadas** (e, pois, espacialmente descontínuas), escolhendo as terras mais férteis e concentrando a ação; e, também, setorialmente seletiva, para desenvolver vantagens comparativas evidentes. A conjugação desses dois critérios leva à identificação de três tipos de programas, que não se excluem mutuamente: Programas Setoriais de Base Empresarial e Programas de Colonização ao longo dos novos eixos viários (Transamazônica, Belém-Brasília, **Cuiabá-Santarém**) (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1975, p. 48) [grifos nosso].

O planejamento racional do Estado favorecia a internacionalização do capital na área de expansão da fronteira agrícola e compreendia a cidade enquanto *locus* estratégico e indispensável para reestruturação produtiva. Esta se realiza em Mato Grosso mantendo as relações sociais de dominação política e econômica, negando o desenvolvimento social de forma ampla e, por consequência, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais.

### 1.3 O crescimento econômico de Mato Grosso

A estruturação econômica e a formação territorial de Mato Grosso fundam-se no processo histórico de ocupação, povoamento e exploração mineral iniciado no período colonial pelos bandeirantes paulistas, responsáveis pela descoberta de minas do Coxipó e do Cuiabá. A formação das elites dominantes, política e economicamente representadas pelas oligarquias, inicia-se nesse processo de expansão da fronteira. Essas elites imputavam as desigualdades sociais por meio da apropriação de terras (sesmarias), dos minérios, do comércio local e da força de trabalho da maioria da população, que era constituída por índios e negros, submetidos à escravidão, e trabalhadores livres, sobre os quais incidiam altas taxas sobre as atividades produtivas, restritas à mineração, ao comércio e à agricultura de subsistência. A ocupação das terras mato-grossenses a oeste (Capitania Vila Bela da Santíssima Trindade 1752-1820) era fundamental para a preservação das fronteiras e para o domínio territorial português, considerando os limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e pelo Tratado de Madri (1750), que garantiam a posse pela ocupação. Não obstante, diversos acontecimentos contribuíram para a decadência da exploração mineral, o que conduziu à reestruturação produtiva e espacial e ao surgimento de novos grupos dominantes:

A decadência da mineração ocorrida no final do século XVIII forçou um novo reordenamento das forças produtivas, e aqueles que detinham os meios de produção – latifundiários, mineiros e comerciantes – procuravam equilibrar-se diversificando sua produção através da intercomplementariedade da economia. Nesse sentido, era comum que mineiros, comerciantes e mesmo lavradores solicitassem a concessão de sesmarias para alargamento de suas atividades. Mineradores transformaram-se também em agricultores, proprietários de terras cultivando ao mesmo tempo lavouras de subsistência, de cana-de-açúcar e criando gado (MORENO, 2007, p. 35).

Os comerciantes e latifundiários (classe agrária) gradativamente enriqueceram e alinharam-se aos militares e burocratas, formando grupos de domínio político e econômico no período colonial. A produção econômica na época da independência (1822-1889) destacava-se pela produção açucareira e de subsistência, agropecuária e comércio, sobretudo na região cuiabana, favorecendo a formação de um centro hegemônico e de decisão política do estado:

A partir dos anos 20 do século XIX, Cuiabá transformou-se de fato e de direito no centro hegemônico das decisões políticas e administrativas. Naquele momento sua população era composta, basicamente, de dois extratos, sendo o primeiro constituído por grandes proprietários de terras rurais e imóveis urbanos, ricos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, militares de várias patentes e pelo clero; o segundo incluía escravos, índios, e homens livres pobres (VOLPATO, 1933 apud MORENO, 2007, p. 36).

A dominação econômica e política do período colonial, exercida, sobretudo, pelos proprietários de terras e comerciantes, estendeu-se com o processo de reestruturação produtiva. Grupos oligárquicos nortistas (usineiros de açúcar) e sulistas (pecuaristas e ervateiros) travaram disputas pelo poder político estadual no período republicano, imbricando-se ao poder dos coronéis: “devido à natureza das elites dominantes no Estado, desde o regime imperial, o coronel tanto podia ser um grande proprietário rural, como um usineiro ou um comerciante bem-sucedido” (MORENO, 2007, p. 44). Essa estrutura do domínio das oligarquias, de influência paternalista e coercitiva sobre a sociedade, favoreceu o surgimento das familiocracias, tais como os Murtinhos, os Barros, os Ponces, dentre outras famílias de coronéis no primeiro período da república (*idem*, p. 45).

Durante a fase de exploração mineral, foram criadas as primeiras cidades do estado de Mato Grosso, dentre as quais Cuiabá (1726), Vila Bela da Santíssima Trindade (1746), Diamantino (1818), Poconé (1831), Nossa Senhora do Livramento (1883) e Rosário Oeste



(1915), estabelecendo os principais núcleos urbanos na região Centro-Sul do estado, com exceção de Vila Bela da Santíssima Trindade<sup>14</sup>, localizada ao Sudoeste de Mato Grosso. Com a decadência da exploração do ouro no estado, no século XIX, inicia-se a exploração do diamante, que se estende até o século XX, contribuindo para o desenvolvimento de pequenos povoados ou núcleos urbanos (Poxoréo, Barra do Garças, Alto Araguaia, dentre outros – Mapa 3). Com o declínio da exploração mineral, a produção agrícola e pecuária foi fortalecida (VILARINHO-NETO, 2002). Durante a república velha (1889-1930), os grupos econômicos e políticos travaram diversas disputas para o controle político e econômico do estado<sup>15</sup>, atravessando a reorganização política ocorrida após a Revolução de 1930, adentrando o Estado Novo com novas recomposições oligárquicas, com decadência dos usineiros e fortalecimento das elites de segmento rural-pecuarista e seus representantes urbanos:

As alterações mais relevantes ocorridas no interior das elites, no pós 30, relacionaram-se ao caráter urbano-burocrático das oligarquias, propiciado pelo aprofundamento do processo de centralização político-administrativa no Estado Novo [...]. Esse poder deu suporte à ascensão das elites urbanas, mas também permitiu a recomposição das velhas oligarquias. A dominação passou a se dar, sobretudo pelo controle dos cargos políticos e administrativos (MORENO, 2007, p. 56).

Os esquemas de dominação perpetuaram-se com a sucessão hereditária das famílias latifundiárias, produtores rurais e elites urbanas de estrutura conservadora e oligárquica, de política clientelista e paternalista, garantindo a dominação dos meios de produção e da propriedade privada da terra e a subjugação da força de trabalho. Uma das famílias que ainda hoje exerce o domínio político e econômico, desde a segunda metade do século XX, é a família Campos, que tem sobretudo a cidade de Várzea Grande como um reduto político de dominação (MORENO, 2007).

Como produto do processo de interiorização do território brasileiro, foram criados 29 municípios em Mato Grosso entre os anos de 1931 a 1970, tendo as atividades da agricultura e pecuária como base econômica. A maioria dessas cidades localiza-se próximo a Cuiabá, ou seja, na porção sudeste e sudoeste do estado de Mato Grosso. Várias delas têm hoje grande importância econômica regional, tais como: Cáceres (1938), Barra do Garças (1943), Várzea

---

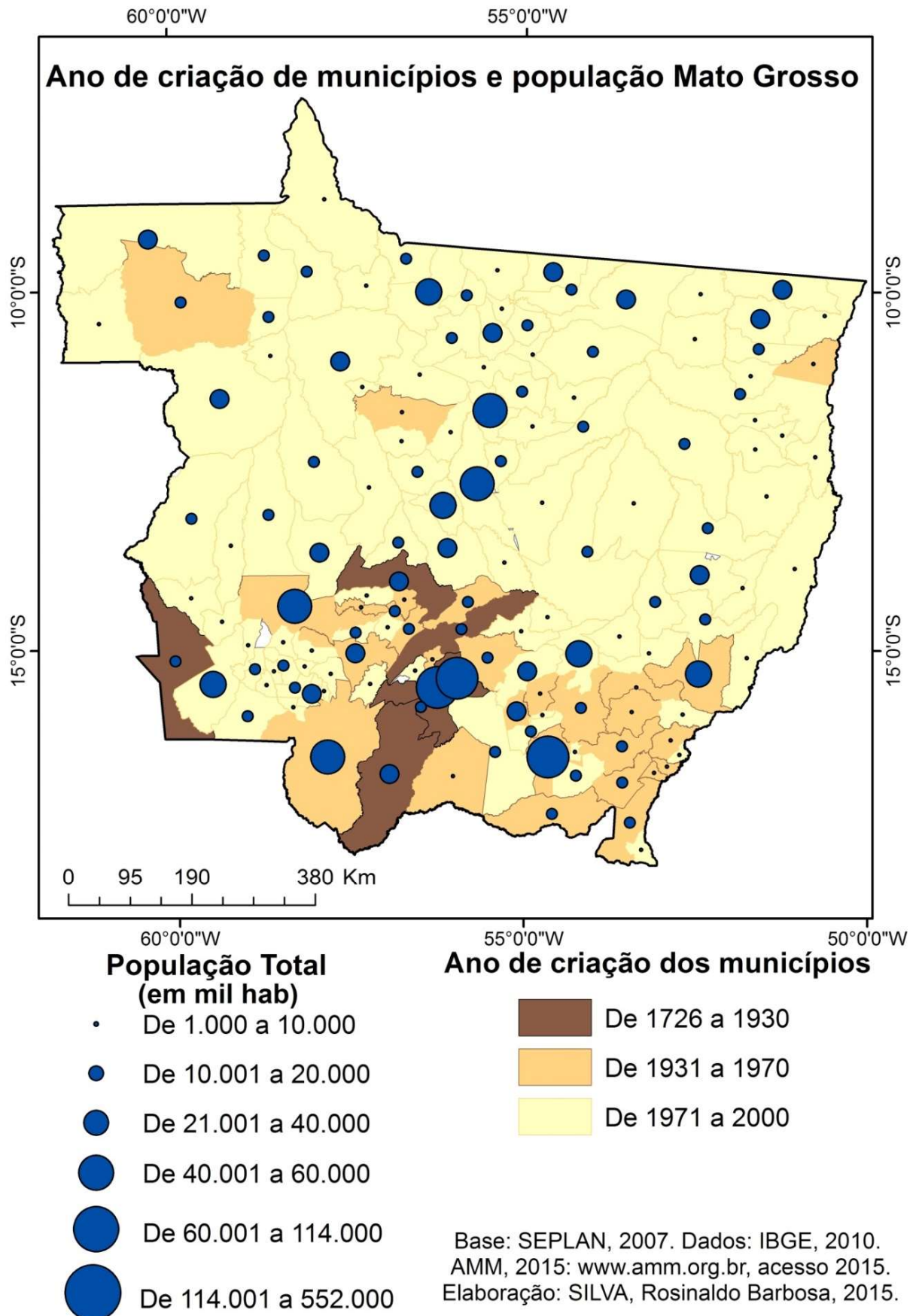
<sup>14</sup> Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital de Mato Grosso (1752 a 1820), localizada de forma a garantir a expansão e a preservação do território fronteiriço, pois a área ocupada pela coroa portuguesa estava para além da linha do Tratado de Tordesilhas (1494) (LACERDA, J. 2012).

<sup>15</sup> Ver mais em Moreno (2007).

Grande (1948), Chapada dos Guimarães (1953), Rondonópolis (1953) e Tangará da Serra (1969). Uma possível reorganização da dominação política e econômica do estado estabeleceu-se a partir de 1970 com a expansão da fronteira agrícola para a região Centro-Oeste e com a chegada de migrantes sulistas, incorporando novos arranjos produtivos da agropecuária, alterando o quadro político e econômico do estado. A partir de 1971 até 2000, foram criados 106 municípios em Mato Grosso, a maior parte deles localizados nas regiões norte e nordeste do estado, processo que evidencia a internacionalização do capital e reestruturação da produção no Cerrado e na Amazônia, com a inserção de novas atividades nessas regiões. Dentre esses municípios, Sinop (1979), Sorriso (1986), Campo Novo do Parecis (1988), Campo Verde (1988), Lucas do Rio Verde (1988) e Nova Mutum (1988) destacam-se principalmente pelas atividades decorrente do agronegócio. Diversos desses municípios foram criados a partir de projetos de colonização pública e privada implementados a partir do PND. São esses municípios que possuem população entre 27.000 mil a 46.000 mil habitantes (figura 05).

O processo de integração da região Centro-Oeste e, conseqüentemente, do estado de Mato Grosso revela a incorporação de novas áreas ao processo de reestruturação do capital, desencadeada pelas políticas dos governos militares, por meio de criação de fundos de financiamento produtivo, de novas operações creditícias com atuação de novas instituições financeiras, através dos programas como POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEGRAN e POLONOROESTE. Estes permitiram a penetração do capital, favorecendo os investimentos em capitais fixos, na agroindústria, nos investimentos tecnológicos da agropecuária, sedimentando a concentração fundiária e financeira.

**Figura 05 - Mapa - Ano de criação de municípios (1726-2000) e População Mato Grosso (2010)**





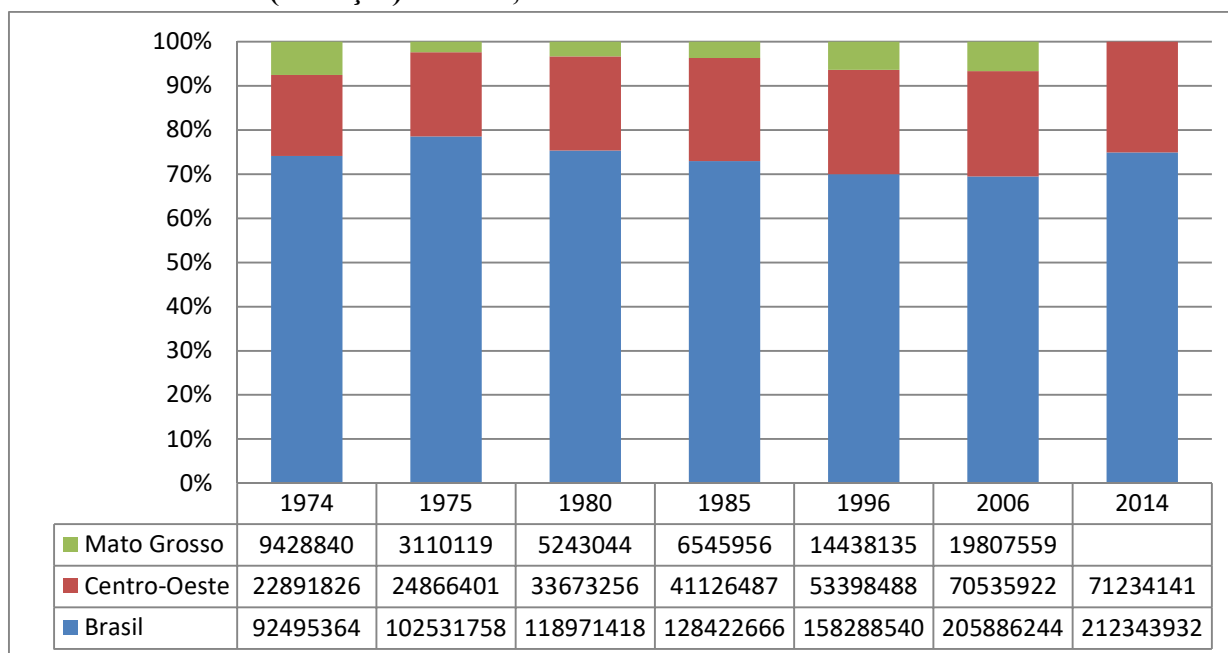
Em relação à concentração fundiária, identificamos o aumento do número de estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha entre 1980 e 2006, seguido pela elevação das áreas dessas propriedades (Tabela 1). Isso indica que as maiores terras estão concentradas em menor número de estabelecimentos, enquanto as menores propriedades, embora estejam em maior número, possuem menor parcela de terras. Além disso, as áreas ocupadas, incorporadas no processo de expansão da fronteira agrícola, mostram o vertiginoso processo de internacionalização do capital, centrado na propriedade privada da terra.

**Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas ocupadas: Centro-Oeste, 1980 a 2006**

Estratos	Número de estabelecimentos (1.000 unidades)				Área dos estabelecimentos (1.000 ha)			
	1980	1985	1995	2006	1980	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	51	67	32	52	258	328	159	243
10 a menos de 100 ha	92	109	111	165	3.771	4.416	4.689	6.344
100 a menos de 1.000 ha	65	74	78	77	20.632	23.209	25.358	24.927
Mais de 1.000 ha	16	17	21	20	70.107	71.168	7.293	72.283
Total	224	267	242	314	94.768	99.121	108.499	103.797

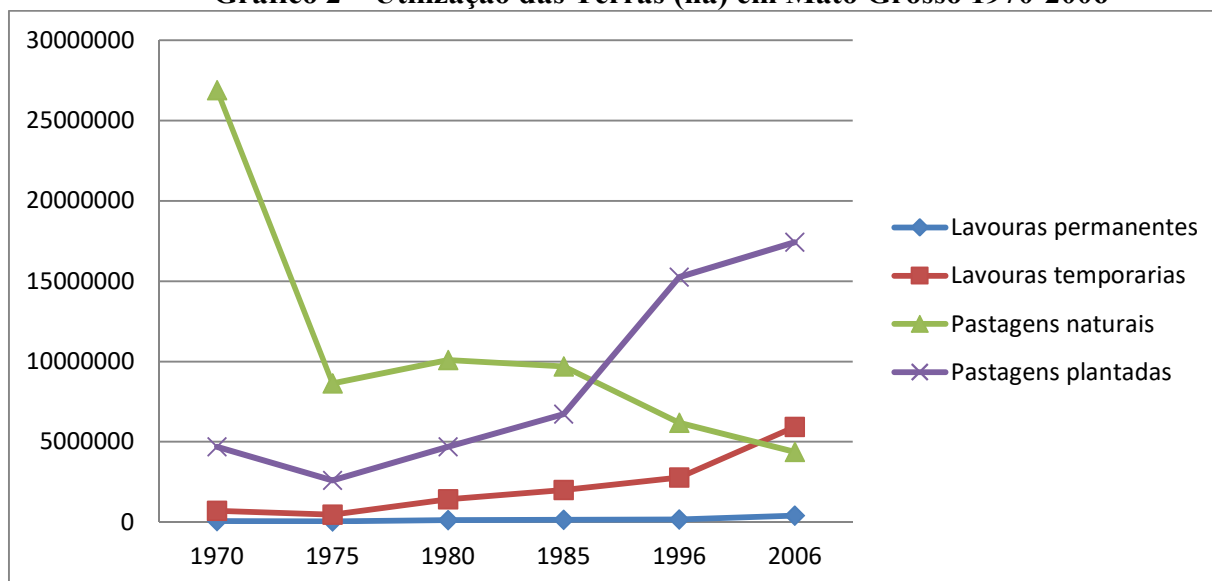
Fonte: IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006. Organização: SILVA, R.B, 2018.

A produção de bovinos (gráfico 1) indica a crescente produção da pecuária em Mato Grosso, passando de três milhões de cabeças de boi em 1975 para mais de dezenove milhões em 2006. Ao mesmo tempo, na região Centro-Oeste, o número de cabeças aumentou de quase vinte e cinco milhões para cerca de setenta e um milhões. Os dados revelam ainda o decréscimo no número de bovinos no Brasil, a partir de 1980, embora houvesse a elevação da produção de bovinos na região Centro-Oeste, sobretudo em Mato Grosso. Isso aponta para as ações voltadas ao crescimento quantitativo produtivo durante a “modernização da agropecuária”, desencadeadas principalmente a partir dos PND’s.

**Gráfico 1 - Bovino (Cabeças) - Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso 1970 a 2014**

Fonte IBGE, **Censo Agropecuário**. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. OBS: não contém dados de MT para o ano de 2014. Organização: SILVA, R.B, 2018.

Houve, entre 1970 e 2006, uma crescente utilização das terras mato-grossenses pela produção agropecuária, que pode ser constatada no gráfico nº 2. As **pastagens plantadas** são as áreas destinadas ao pastoreio, formadas mediante o plantio, e correspondem ao segmento que mais incorporou terras em Mato Grosso de modo significativo a partir de 1980 e 1990, elevando-se na década de 2000, ocupando mais de quinze milhões de hectares. Enquanto isso, as áreas de pastagens naturais decresceram significativamente entre 1970 e 1975, justamente quando as pastagens plantadas passaram a ocupar mais espaços, processo que indica a modernização da produção e incorporação dos avanços tecnológicos nas áreas de pastagens. Entretanto, as áreas ocupadas por **pastagens naturais** ainda são significativas, embora tenha havido acréscimo de áreas ocupadas entre 1980 e 1985 e oscilação menor de ocupação entre 1996 e 2006. Já as **lavouras temporárias** abrangem as áreas plantadas de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano), que incluem a produção de soja, milho, algodão herbáceo, de cereais de modo geral. Esse tipo de lavoura passou ocupar mais terras ao longo dos anos, sem queda na taxa de ocupação, com elevada projeção a partir de 1980, ultrapassando a marca de cinco milhões de hectares ocupados a partir de 2006, contribuindo para o destaque de Mato Grosso no cenário mundial de grãos. Enquanto isso, a produção de **lavouras permanentes** não apresenta oscilação de destaque no gráfico.

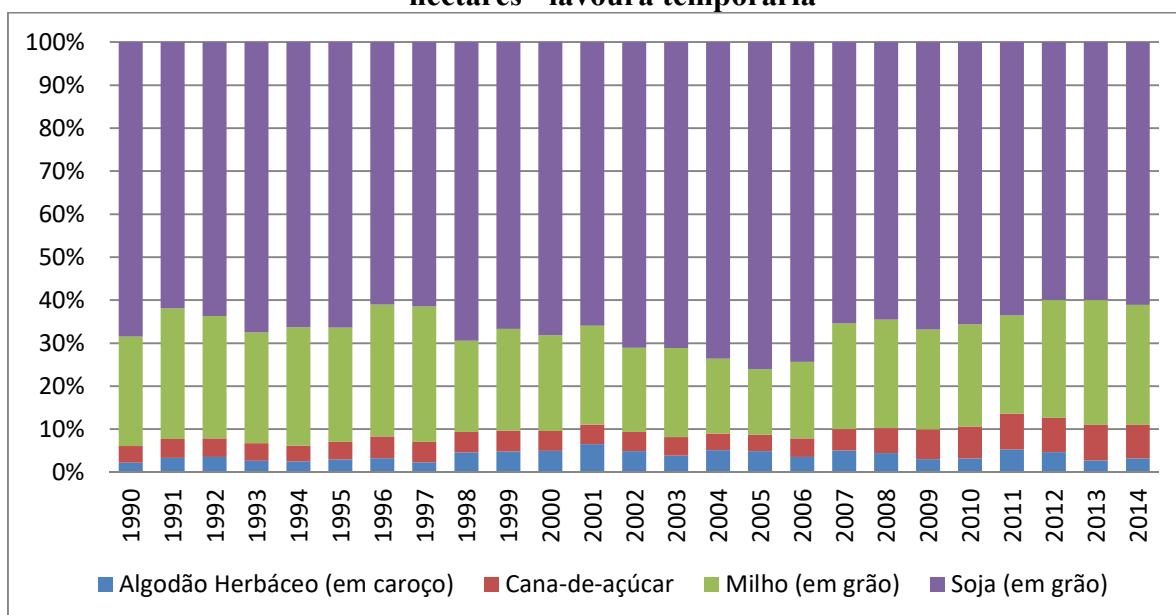
**Gráfico 2 – Utilização das Terras (ha) em Mato Grosso 1970-2006**

Fonte: IBGE. **Censo Agropecuário 1920/2006**. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Organização: SILVA, R.B, 2018.

Os dados do gráfico revelam a mudança na produção da agropecuária na medida em que as áreas ocupadas por pastagens naturais perdem lugar para pastagens plantadas, assim como a perda de áreas da lavoura permanente para a lavoura temporária indicam o processo de reestruturação do capital, conduzindo a novos arranjos produtivos, mediados pelos mecanismos de modernização do campo, avanço da fronteira agrícola e financeirização.

Entre os anos de 1990 e 2014, a produção agrícola municipal no Centro-Oeste relativa à lavoura temporária cresceu significativamente (gráfico nº 3). Constata-se que, entre 1990 e 2010, a produção de soja correspondia a mais de 60% do total, aproximando-se dos 75% em 2005, salvo oscilações. Entretanto, a produção demonstrou pequena queda a partir de 2007, sendo que entre 2012 e 2014 a produção manteve-se acima dos 60%, revelando uma pequena retração comparada aos anos anteriores, possivelmente influenciada pela crise econômica internacional das hipotecas imobiliárias, iniciada nos EUA em 2007-2009. A produção de milho em grãos, que corresponde a cerca de 25% da lavoura temporária, também revelou quedas, porém, isso ocorreu enquanto a soja batia recordes de produção, nos anos de 2003 e 2006. A cana de açúcar configura-se como em terceiro lugar de maior porcentagem na produção, ganhando mais espaço a partir dos anos 2000, enquanto o algodão herbáceo apresenta menor proporção, porém com relativa elevação na produção a partir de 2001, mesmo com queda na produção em 2013 e 2014.

**Gráfico 3 - Produção agrícola municipal (PAM) - 1990-2014 Centro-Oeste | Unidade: hectares - lavoura temporária**



Fonte: IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2018. Organização: SILVA, R.B, 2018.

Na tabela 2, constata-se que as exportações do agronegócio em 1989 eram de US\$ 13,921 bilhões, correspondendo a 40,49% das exportações brasileiras, enquanto a importação era apenas de US\$ 3,081, de forma que o saldo na balança comercial era de 10,840. Com o passar dos anos, o saldo da exportação do agronegócio aumentou em quase 100%, chegando a US\$ 23,37 bilhões em 1997, elevando o saldo na balança comercial do agronegócio para US\$ 15,17, enquanto o Brasil acumulava déficit na balança desde 1995 até 2000. Em 2014, a balança comercial brasileira novamente registrou saldo negativo, porém o setor do agronegócio atingiu, no mesmo ano, um saldo positivo de US\$ 80,13 bilhões. A participação do agronegócio na balança comercial brasileira aumentou década após década: enquanto no início do ano 2000 a exportação foi de US\$ 20,60 bilhões, com participação de 37,4% no total das exportações do país, as importações foram de US\$ 5,76 bilhões. Já no ano de 2017, a exportação atingiu a marca de US\$ 96,01 bilhões e passou a responder por 44,1% na balança comercial brasileira, com saldo de US\$ 81,86 bilhões.

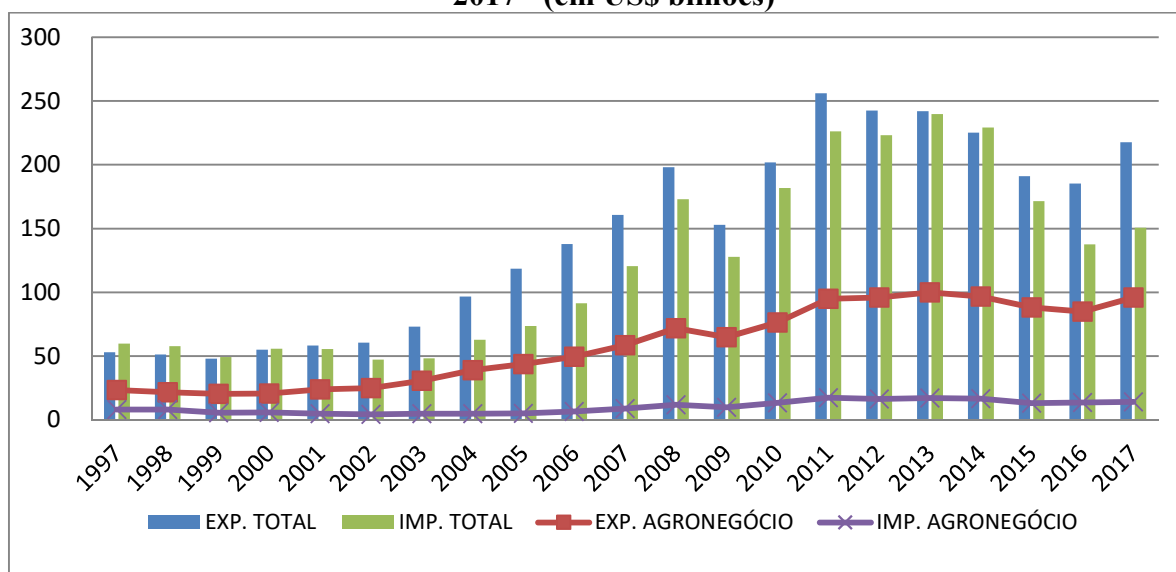
**Tabela 2 - Balança Comercial Brasileira e Balança Comercial do Agronegócio: 1989 a 2017 (US\$ Bilhões)**

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part. % (B/A)	Total Brasil (C)	Agronegócio (D)	Part. % (D/C)	Total Brasil	Agronegócio
1989	34,383	13,921	40,49	18,263	3,081	16,87	16,119	10,840
1990	31,414	12,990	41,35	20,661	3,184	15,41	10,752	9,806
1991	31,620	12,403	39,23	21,040	3,642	17,31	10,580	8,761
1992	35,793	14,455	40,38	20,554	2,962	14,41	15,239	11,492
1993	38,555	15,940	41,34	25,256	4,157	16,46	13,299	11,783
1994	43,545	19,105	43,87	33,079	5,678	17,16	10,466	13,427
1995	46,506	20,871	44,88	49,972	8,613	17,24	-3,466	12,258
1996	47,747	21,145	44,29	53,346	8,939	16,76	-5,599	12,206
1997	52,98	23,37	44,1	59,75	8,20	13,7	-6,76	15,17
1998	51,14	21,56	42,1	57,76	8,04	13,9	-6,62	13,51
1999	48,01	20,50	42,7	49,30	5,70	11,6	-1,29	14,80
2000	55,12	<b>20,60</b>	37,4	55,85	5,76	10,3	-0,73	14,85
2001	58,29	23,87	40,9	55,60	4,81	8,6	2,68	19,06
2002	60,44	24,85	41,1	47,24	4,45	9,4	13,20	20,39
2003	73,20	30,65	41,9	48,33	4,75	9,8	24,88	25,90
2004	96,68	39,04	40,4	62,84	4,84	7,7	33,84	34,20
2005	118,53	43,62	36,8	73,60	5,11	6,9	44,93	38,51
2006	137,81	49,47	35,9	91,35	6,70	7,3	46,46	42,77
2007	160,65	58,43	36,4	120,62	8,73	7,2	40,03	49,70
2008	197,94	71,84	36,3	172,98	11,88	6,9	24,96	59,96
2009	152,99	64,79	42,3	127,72	9,90	7,8	25,27	54,89
2010	201,92	76,44	37,9	181,77	13,40	7,4	20,15	63,04
2011	256,04	94,97	37,1	226,25	17,51	7,7	29,79	77,46
2012	242,58	95,81	39,5	223,18	16,41	7,4	19,39	79,41
2013	242,03	99,97	41,3	239,75	17,06	7,1	2,29	82,91
2014	225,10	96,75	43,0	229,15	16,61	7,3	-4,05	80,13
2015	191,13	88,22	46,2	171,45	13,07	7,6	19,69	75,15
2016	185,24	84,93	45,9	137,55	13,63	9,9	47,68	71,31
2017	217,74	96,01	44,1	150,75	14,15	9,4	66,99	81,86

Fonte: **AgroStat Brasil**, a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração: CGOE/ DPI/ SRI/ MAPA. Org. e adaptação: Silva, R.B 2018.

O gráfico 4 demonstra a evolução da balança comercial brasileira e do agronegócio entre o período de 1997 e 2017, onde podemos constatar a elevação da exportação do agronegócio, que era de US\$ 23,37 bilhões em 1997, para US\$ 96,01 bilhões em 2017. Constata-se também a queda nas exportações do agronegócio, sobretudo em 2009, 2015 e 2016. Porém, o bom desempenho desse setor, mesmo nos momentos de crises econômicas, é utilizado pelos grandes produtores como argumento para a não taxaço do setor e para a manutenção de incentivos fiscais e creditícios.

**Gráfico 4 - Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio - 1997 a 2017 - (em US\$ bilhões)**



Fonte: **AgroStat Brasil**, a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração DAC/ SRI/ MAPA. Org e adaptação: SILVA, R.B 2018.

Os dados da concentração fundiária (tabela 1), do aumento da produção da agropecuária (gráficos 1, 2 e 3) e do saldo da balança comercial do agronegócio (tabela 2) revelam a restauração do capital no processo de crescimento econômico em Mato Grosso, tencionando a reorganização espacial e, conseqüentemente, influenciando a produção de centros urbanos no estado, sobretudo em Cuiabá, possuidora de um longo processo histórico de formação.

#### 1.4 A relação entre crescimento econômico da agropecuária e centros urbanos

A reestruturação produtiva é inseparável do processo de industrialização enquanto motor das transformações da sociedade, principalmente nos países de “capitalismo avançado”. A formação de centros urbanos se dá de forma inerente ao processo de industrialização e de desconcentração industrial, como movimento que pode reestabelecer a economia e a própria sociedade das crises econômicas. No Brasil, a reestruturação produtiva transforma as relações de produção, conformando-se às estruturas sociais e econômicas do país, isto é, mantendo a “subordinação econômica” aos países industriais, existente desde a colonização portuguesa, tal como afirma George (1973, p. 17).

Para se efetivar, a reestruturação produtiva requer base urbana-industrial e agrária. Porém, na América do Sul, a industrialização se desenvolveu com menor intensidade que nos

países de “capitalismo avançado”. O Brasil se insere nesse processo de maneira diferenciada, com “ampliação maciça da cidade e pouca industrialização” (LEFEBVRE, 2001, p. 10), comparando-se aos países industrializados. Esse fator pode ser explicado, de certo modo, pela especificidade da estrutura agrária e pela expulsão de camponeses para as cidades. Entretanto, mesmo nesses casos, há profunda dependência das cidades, dos “países e dos polos de crescimento industriais” (*Idem*, p. 10), dado o desenvolvimento do modo capitalista de produção globalizada.

No sentido geral, no Brasil, a reestruturação produtiva pode acontecer em vários setores, com base produtiva agrária e industrial. O crescimento econômico da agropecuária se destaca, inclusive, pela riqueza de extensão de terras cultiváveis e pela sua produção agroexportadora. O crescimento produtivo e econômico da agropecuária produz mudanças nas relações industriais, financeiras e de serviços, posto que se caracteriza pela interdependência campo-cidade. As transformações geradas nos setores produtivos aceleraram o processo de urbanização, assim como afirma Carlos (2008, p. 29): “A urbanização acelerou-se pelas transformações ocorridas nos setores industrial, financeiro e de serviços, que necessitam e desenvolvem uma base urbana; assim, o processo de urbanização está submetido às leis da acumulação capitalista, daí a estreita relação entre estas e o processo de urbanização”.

Nesse viés, a reestruturação produtiva é um dos elementos constitutivos do processo de reprodução do modo capitalista de produção, pois a produção em grande escala torna-se necessária para que a reprodução do capital aconteça. Para isso, depende-se de concentração de pessoas (força de trabalho), de infraestrutura, serviços, comércio, informação, dentre outros, que possibilitam a reestruturação produtiva, de acordo com as especificidades sociais, históricas e econômicas do país e da região produtiva. A determinação social subjugada pela reestruturação produtiva favorece a produção de centros que permitam a materialização das condições de produção demandadas pela reestruturação produtiva, processo que tende a criar novas práticas sociais na produção dos centros.

Oliveira (1997a e 1997b), ao escrever a respeito do processo de ocupação da Amazônia mato-grossense, também observa o crescimento econômico de Mato Grosso, em especial pela agropecuária. A principal tese do autor é a de que esse artifício revela a estrutura fundiária brasileira e o avanço dos investimentos dos grandes capitalistas na fronteira, permeado pelo discurso ideológico dos governos militares brasileiros de ocupação do território, de integração das áreas ditas “vazias”, nas quais o “Integrar para não entregar”

demonstrava o contrário, isto é, o que ocorria de fato era a aquisição de grandes latifúndios por pessoas e grupos nacionais e estrangeiros, que mapeavam as riquezas minerais e delas se apropriavam. Esse processo se realizou em meio à implantação de projetos agropecuários e agroindustriais incentivados pelo Estado, criando conflitos entre os grandes investidores latifundiários (empresariados da agropecuária), índios, posseiros, comunidades tradicionais e pequenos agricultores, causando violência, genocídios de grupos sociais que ocupavam (e ocupam) as terras mato-grossenses em outro ritmo de produção, o da vida. Oliveira (1997a e 1997b) faz ricas contribuições para a compreensão desse crescimento econômico enquanto um processo marcado por conflitos, por contradições e pela degradação da vida humana através do trabalho escravo: o autor observa as transformações nas relações de trabalho que marcaram a “ocupação do cerrado”, pela derrubada da mata, queimadas e formação dos pastos, trabalhos que foram realizados pelos peões, “boias-frias”, pequenos produtores sob a opressão comandada pelos “Empreiteiros geral”, “gatos”, retaguarda (intermediário do gato). O autor valoriza as falas dos trabalhadores enquanto sujeitos, na medida em que a precariedade da reprodução da vida e a degradação do corpo, as péssimas condições de trabalho, as coerções, as imposições dos patrões (capangas, jagunços) e, por fim, as resistências e revoltas dos trabalhadores contra a degradação da vida humana estão presentes em sua explanação. Porém, o aspecto da prática social que identificamos em Oliveira (1997a e 1997b) situa-se no âmbito das transformações na produção agropecuária, que permeia as condições de trabalho e reprodução da vida no campo, não abarcando os aspectos da produção de centro e centralidade urbana, como estamos investigando nesta tese. Além disso, a abordagem do autor também privilegia outras escalas de análise, como território e região.

Arruda (2007), por sua vez, explica o crescimento econômico de Mato Grosso sobretudo em função da agropecuária reconfigurada pelo agronegócio, demonstrando o processo de “estruturação” econômica do agronegócio e a produção de “novas territorialidades”, que se configuram nas regiões produtoras de grãos. A investigação da autora colabora para a nossa compreensão, por um lado, sobre as estratégias espaciais perpetradas pelo Estado e pelos capitalistas e, por outro, sobre como esse processo revela as determinações da produção de centros urbanos nas regiões mato-grossenses produtoras de grãos enquanto submetidas a essa lógica:

[...] os centros urbanos, independentes de seus tamanhos, estão fazendo parte do circuito produtivo gerador do agronegócio, quer seja, como produtor e consumidor de bens, serviços e capitais necessários ao processo produtivo,



quer seja pelo grau de integração ao sistema socioeconômico global por meio da presença das corporações agroindustriais e tradings articuladas em redes (ARRUDA, 2007, p. 143).

Arruda (2007) procura compreender as “novas territorialidades” e as transformações socioespaciais que se configuram no urbano decorrente do redimensionamento da fronteira agrícola pelo agronegócio. Para a autora, o crescimento econômico se realiza pela lógica racional do campo modernizado. Em suas análises, o urbano, o centro, a cidade e o crescimento econômico são explicados pelos circuitos espaciais de produção do agronegócio, seus fixos e fluxos (materiais e imateriais) da produção “antes da porteira” (base urbana: ciência, tecnologia, serviços), “dentro da porteira” (produção propriamente dita) e “pós-porteira” (armazenagem, processamento, beneficiamento, transformação, comércio, consumo), que reconfiguram as redes urbanas e o papel das cidades no processo de territorialização do capital na fronteira do agronegócio em Mato Grosso. Abordando tais questões, é com afincos que Arruda (2007) conduz uma explanação sobre as transformações socioespaciais decorrentes do agronegócio na consolidação das “cidades pioneiras” mato-grossenses, segundo a lógica da reprodução do capital.

Também a investigação de Vilarinho-Neto (2002) contribui significativamente para a compreensão do crescimento econômico de Mato Grosso, evidenciando como a transformação da base produtiva econômica do estado – exploração mineral (ouro, diamante); pequena produção agropecuária – e seu fortalecimento econômico condicionaram a formação e consolidação da rede urbana mato-grossense. O autor identificou a formação de seis regiões de Mato Grosso: Tangará da Serra, Rondonópolis, Cuiabá, Cáceres, Barra do Garças e Sinop. Os três critérios levados em consideração foram: apropriação privada e espacialização da produção, capitalização da agropecuária e grau de modernização da produção. Vilarinho-Neto (2002) ainda observou a complexificação dos papéis da cidade de Cuiabá ao longo do processo de reestruturação econômica de Mato Grosso, evidenciando como a capital do estado se tornou uma “Metrópole Regional”. No entanto, sua ênfase analítica e explicativa recai nos conceitos de rede urbana e região, de forma que o autor não explora as transformações sociais na produção de centro e centralidade urbana, além de não pretender, em sua análise, abordar com profundidade as transformações na produção de centros e centralidades ocorridas em Várzea Grande.

A análise da reestruturação produtiva da agropecuária e de suas determinações na produção de centro e centralidades urbanas pode ser identificada em Volochko (2013) e Padua (2014). Volochko (2013), ao analisar cidades como Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, afirma que o processo produtivo da agropecuária “moderna” em Mato Grosso reproduz o atraso social brasileiro pelas relações sociais arcaicas. Já Padua (2014) descreve Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Campo Verde como “cidades comandadas pelo agronegócio”. Na abordagem de Volochko (2013), o aspecto financeiro da produção agropecuária é ressaltado, bem como as determinações desse processo na produção do espaço urbano, marcado pelas desigualdades sociais que perfazem a vida dos moradores nas cidades. Padua (2014), por sua vez, enfatiza o caráter quantitativo e qualitativo do processo produtivo da agropecuária “moderna”, que cria “novas cidades” na lógica racionalizada de produção espacial, em que o econômico dita a vida das pessoas dessas cidades. Tanto Volochko (2013) quanto Padua (2014) buscam a superação da análise da agropecuária moderna pautada nos aspectos técnicos, quantitativos (de modernização), sem negá-los, para privilegiar a análise dos aspectos qualitativos, ou seja, dos conteúdos sociais que permeiam a prática social dos moradores que são submetidos à lógica de trabalho massacrante e degradante da agropecuária “moderna”. Os aspectos qualitativos revelam os conflitos e contradições, as determinações e as possibilidades de transformações sociais que podem emergir da produção de centros e centralidades nas cidades determinadas pelo crescimento econômico de Mato Grosso, sobretudo da agropecuária. Nesse sentido, a abordagem de Volochko (2013) e Padua (2014) se aproxima da perspectiva de análise que adotamos aqui, qual seja, a tentativa de compreender as determinações do crescimento econômico de Mato Grosso, em especial da agropecuária, na produção de centro e centralidades urbanas.

O contexto atual é consolidado pela ação do “agronegócio globalizado”, unificando a economia no quesito industrial e financeiro e integrando a agricultura neste processo. Por um lado, o setor do agronegócio desencadeia novas relações campo-cidade a partir da divisão social e territorial do trabalho, da especialização de mão de obras, da espacialização produtiva (monocultura de grande valor no mercado financeiro); por outro, cria demanda de novos produtos (tais como insumos agrícolas, maquinários). Isso determina a reestruturação de centros e centralidades urbanas com alta inter-relação campo-cidade, em que o espaço urbano se configura como aspecto fundamental para a gestão do agronegócio (ELIAS, 2013). É nesse sentido que a dinâmica urbana das cidades é imanente às relações sociais produtivas do capitalismo. As cidades, principalmente aquelas submetidas às dinâmicas da modernização

produtiva da agropecuária, passam por novos processos de produção de centros urbanos, tornando-se lugares de consumo e bens de serviços ligados, principalmente, à demanda produtiva da agropecuária moderna. Constitui-se, portanto, um paradoxo, posto que “o consumo tem um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem seus papéis intermediários” (SPOSITO, ELIAS et. all. 2007. p. 48)<sup>16</sup>. Daí a relevância de compreendermos a generalização do modo de vida urbano, a constituição de novas práticas na produção de centros e centralidades urbanas, como a centralização do comércio e serviços nessas cidades, subordinadas à lógica produtiva da agropecuária. As novas relações espaciais e arranjos regionais transformam a produção agrícola e a dinâmica urbana das cidades pequenas e médias interioranas do território brasileiro.

O processo de reestruturação de centros e centralidades urbanas, portanto, é decorrente das relações capitalistas de produção, sendo desencadeado e determinado pelo crescimento econômico dos setores produtivos, dentre os quais a agropecuária. Em Mato Grosso, a produção de centro e centralidades urbanas se realiza em decorrência das relações de produção capital-trabalho, devido ao crescimento econômico da agropecuária, o que produz novas práticas sociais, não só nas recentes “cidades do agronegócio”, mas também em cidades mais antigas, tal como na conurbação Cuiabá-Várzea Grande, destacando-se pelas funcionalidades desempenhadas nos centros urbanos, atendendo às dinâmicas dos setores produtivos, especialmente da agropecuária, pelo comércio, prestação de serviços e consumo de bens.

### **1.5 A conurbação Cuiabá-Várzea Grande/MT – centro comercial e de serviços**

As estratégias espaciais do governo federal direcionaram o processo de modernização da agropecuária, tendo a cidade enquanto base de apoio ao processo produtivo e lugar de concentração das instituições financeiras, indústrias, força-de-trabalho e infraestrutura. A escala utilizada para as ações governamentais é de cunho regional e, nesse contexto, a conurbação Cuiabá-Várzea Grande faz parte da Região de Planejamento VI, que

---

<sup>16</sup>Embora haja um rico debate sobre “cidades médias” (e sobre quais elementos as definem), não utilizaremos esse conceito para investigar o processo de reestruturação de centros e centralidades na conurbação Cuiabá-Várzea Grande, pois entendemos que há uma prevalência metodológica de compreensão das cidades médias, pelos fluxos (materiais e imateriais) e pelo papel desempenhado por essas cidades na redefinição da rede urbana brasileira. Nossa pesquisa não caminha nessa orientação teórico-metodológica, mas sim procuramos compreender as práticas sociais de produção de centros e centralidades, ou seja, as relações práticas que perfazem as relações de trabalho, de moradia e de vida, determinadas pela reestruturação produtiva da agropecuária moderna.

compreende as seguintes cidades: Cuiabá (Cidade Polo), Várzea Grande, Nobres, Rosário Oeste, Acorizal, Jangada, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço e Poconé. Nessa escala, a Conurbação Cuiabá-Várzea Grande se coloca como local que apresenta boas condições de vida (situação que questionamos nesta tese), cabendo a ela o papel de atender às diversas demandas dos municípios vizinhos. Sua eficiência econômica é atribuída à produção agroindustrial e de serviços de Mato Grosso:

Região caracterizada por grande disparidade socioeconômica entre o aglomerado urbano Cuiabá/Várzea Grande e os demais centros urbanos, onde o aglomerado apresenta muito boas condições de vida, contrapondo-se a outros cuja precariedade de oferta de aparelhos sociais, bem como de oferta de emprego e renda, vem perdendo população, com condições de vida baixas e muito baixas. Isto significa que cabe a Cuiabá atender à demanda da população dos demais municípios vizinhos por equipamentos de saúde mais especializados e propiciar maior oferta de empregos, por ser um **centro de referência na administração pública** e órgãos de governo, de educação superior, profissionalizante e de proporcionar o acesso a estabelecimentos comerciais e industriais de maior porte. **A eficiência econômica é boa no aglomerado urbano, em decorrência de ser o maior centro industrial e de serviços do Estado.** Sua estrutura agroindustrial concentra elevada capacidade de armazenamento e grande número das principais unidades processadoras; nos demais municípios, a eficiência econômica é de baixa a muito baixa, pela baixa agregação de valor da principal atividade econômica nele desenvolvida, advinda principalmente da pecuária extensiva (CAMARGO, p. 26, 2011) [grifos nossos].

A correlação entre o crescimento econômico de Mato Grosso e a formação da conurbação enquanto centro industrial e de serviços do estado revela o caráter central-periférico da conurbação, reconfigurado pelo processo de reestruturação do capital; central, ao considerarmos a convergência de recursos financeiros para reestruturação da produção, e periférico, ao constataremos a reprodução precarizada da vida social. Tal convergência de recursos, mecanismos fiscais e creditícios desencadeados a partir dos PND's, já comentada nesta tese, revela-se nos incentivos fiscais concedidos inclusive por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em que se observa as empresas beneficiárias instaladas na conurbação (quadro 04). Dentre elas, destacamos a empresa ALL – América Latina Logística Malha Norte S/A, que possui um escritório localizado na Avenida do CPA em Cuiabá. Essa empresa, denominada Rumo (resultante da fusão entre Rumo e ALL), é responsável pela Ferronorte e pela hoje denominada Ferrovia América Latina Logística Malha Norte (ALLMN), uma importante obra de logística do agronegócio mato-grossense, visto que

os principais produtos transportados pela empresa são fertilizantes, milho, trigo, soja, farelo, óleo vegetal e açúcar. Outras empresas que acessaram recursos de redução de imposto de renda pela SUDAM são da área de tecnologia, de transmissão de energia, de telecomunicação, de hotéis, de indústrias metalúrgicas, de cimento, de bebidas e de comercialização de cereais. A empresa PRODUCAMPO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA é uma das beneficiárias do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial – PRODEIC<sup>17</sup>. Em Várzea Grande, destacamos a agroindústria SADIA S/A, também beneficiária de incentivos fiscais.

**Quadro 04: Incentivos fiscais – Empresas com pleitos redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) aprovados pela SUDAM – Conurbação Cuiabá-Várzea Grande – MT de 2007 a 2017.**

EMPRESA	CNPJ/MF	MUNICÍPIO
ÁBACO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	37.432.689/0001-33	CUIABÁ
AÇOFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	03.989.217/0003-26	CUIABÁ
ALL - AMÉRICA LATINA LOGISTICA MALHA NORTE S/A	24.962.466/0001-36	CUIABÁ
AMBEV S/A	07.526.557/0001-00	CUIABÁ
BIMETAL INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA	01.261.017/0001-65	CUIABÁ
BIMETAL INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA	01.261.017/0003-27	CUIABÁ
BORRACHAS DREBOR LTDA.	02.962.425/0001-07	CUIABÁ
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	09.274.998/0001-97	CUIABÁ
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE	00.357.038/0033-01	CUIABÁ
CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A - CEMAT	03.467.321/0001-99	CUIABÁ
CENTROAÇO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇO LTDA	12.027.138/0001-63	CUIABÁ
COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV	02.808.708/0001-07	CUIABÁ
COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV	02.808.708/0054-00	CUIABÁ
DEL CARO HOTÉIS LTDA - ME	05.982.547/0001-53	CUIABÁ
DURLICOUROS IND. E COM. DE COUROS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA	00.105.229/0006-03	CUIABÁ
EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	33.530.486/0061-60	CUIABÁ
EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO MATO GROSSO S.A. - ETEM	11.589.522/0002-78	CUIABÁ
EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE VÁRZEA GRANDE S/A - ETVG	12.385.102/0001-51	CUIABÁ
FERRONORTE S/A - FERROVIAS NORTE BRASIL	24.962.466/0001-36	CUIABÁ
HOTEL GRAN ODARA LTDA	12.262.251/0001-23	CUIABÁ
MILANFLEX IND. COM. MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	86.729.324/0002-61	CUIABÁ

<sup>17</sup>Fonte: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/Legislacao/legislacaotribut.nsf/2b2e6c5ed54869788425671300480214/ab27cfaca87ce1d784257c9e0049683c?OpenDocument>

LTDA		
OI MÓVEL S/A - CGB	05.423.963/0010-02	CUIABÁ
OI S/A - FILIAL MATO GROSSO	76.535.764/0329-32	CUIABÁ
PREFORMAX INDÚSTRIA PLÁSTICA S/A	01.837.197/0001-80	CUIABÁ
PREMIER PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.	04.648.918/0001-00	CUIABÁ
PRODUCAMPO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA	10.958.876/0001-06	CUIABÁ
RAYTAK INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA.	00.632.572/0001-93	CUIABÁ
RECICLMAX RECICLAGEM DE PLÁSTICOS LTDA	12.645.814/0001-62	CUIABÁ
ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S/A	78.958.717/0005-61	CUIABÁ
SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	61.064.838/0050-11	CUIABÁ
SAINT-GOBAIN QUARTZOLIT LTDA	60.729.795/0020-68	CUIABÁ
SOLAR MADEIRAS ESPECIAIS LTDA	01.894.104/0001-50	CUIABÁ
TIM CELULAR S/A	04.206.050/0065-45	CUIABÁ
TRAEI TRANSFORMADORES ELÉTRICOS LTDA	37.457.942/0001-03	CUIABÁ
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A - TME	10.994.254/0001-26	CUIABÁ
VIVO S/A	02.449.992/0072-58	CUIABÁ
VOTORANTIM CIMENTOS S/A	01.637.895/0184-22	CUIABÁ
BIO ÓLEO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIOCOMBUSTIVEL LTDA	08.387.930/0001-51	CUIABÁ
TRAEI TRANSFORMADORES ELÉTRICOS LTDA	37.457.942/0002-94	CUIABÁ
CARNES BOI BRANCO LTDA	04.352.277/0002-15	VÁRZEA GRANDE
COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES - CMR	06.272.199/0013-27	VÁRZEA GRANDE
CURTUME VIPOSA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	83.054.437/0002-16	VÁRZEA GRANDE
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESPUMAS E COLCHÕES CUIABÁ LTDA	02.292.655/0001-06	VÁRZEA GRANDE
RECICLAGEM IND. E COM. DE SUB-PRODUTOS DE ANIMAIS DO MATO GROSSO LTDA	05.062.988/0001-37	VÁRZEA GRANDE
REFRIGERANTES MARAJÁ S.A.	03.835.832/0001-16	VÁRZEA GRANDE
RENOSA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A	01.403.613/0001-32	VÁRZEA GRANDE
SADIA S/A	20.730.099/0053-15	VÁRZEA GRANDE
SADIA S/A	20.730.099/0054-04	VÁRZEA GRANDE
TERRA NOVA AGROINDÚSTRIA LTDA	07.175.357/0001-50	VÁRZEA GRANDE
TIO LINO IND. DE ALIMENTOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	05.218.796/0001-77	VÁRZEA GRANDE

FONTE: <http://www.sudam.gov.br/index.php/incentivos-fiscais>. Acesso: fevereiro de 2018. Org. Rosinaldo, B. S (2018).

As Empresas BORRACHAS DREBOR LTDA e SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, localizadas no Distrito Industrial de Cuiabá, constituem mais exemplos de beneficiárias da Sudam, como indicam as fotos 1 e 2, evidenciando que ainda existem políticas de incentivos para a produção e modernização da agropecuária na Conurbação.

**Foto 1 - Beneficiária dos incentivos fiscais da Sudam, empresa BORRACHAS DREBOR LTDA, Distrito Industrial de Cuiabá**



Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

**Foto 2 - Beneficiária dos incentivos fiscais da Sudam, empresa SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, Distrito Industrial de Cuiabá**



Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

A partir dos dados da tabela 3, constatamos que, entre o ano de 2010 e 2011, houve uma relativa queda no número de contratações de financiamentos empresariais. Não obstante, o valor total dos financiamentos aumentou de dois milhões duzentos e setenta e um mil e noventa reais em 2010 para quase três milhões de reais em 2011. Em Mato Grosso, no ano de 2011, houve mais de cinco mil contratos de financiamento empresarial, pouco mais de mil contratações industriais e quase quatro mil contratos de financiamentos firmados em benefício dos setores de comércio e serviços.

**Tabela 3 - Contratações por Setor/Linha de Financiamento Comparativo geral (Região Centro Oeste) 2010 X 2011 e contratações em Mato Grosso (2011) - FCO**

	2010		2011		Variação %		2011	
	Região Centro Oeste		Região Centro Oeste				Mato Grosso	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	<b>24.353</b>	<b>2.271.090</b>	<b>22.138</b>	<b>2.946.419</b>	<b>-9,1</b>	<b>29,7</b>	<b>5.382</b>	<b>1.013.618</b>
<b>Industrial</b>	5.198	993.269	5.929	988.663	14,1	-0,5	1.178	163.968
<b>Infraestrutura</b>	64	95.073	69	861.544	7,8	806,2	20	524.726
<b>Turismo</b>	1.518	157.350	1.628	158.630	7,2	0,8	301	50.700
<b>Comércio e Serviço</b>	17.573	1.025.398	14.512	937.582	-17,4	-8,6	3.883	274.224
Rural	<b>50.662</b>	<b>1.982.679</b>	<b>51.403</b>	<b>2.600.196</b>	<b>1,5</b>	<b>31,1</b>	<b>12.671</b>	<b>882.621</b>
<b>Pronaf-RA</b>	3.100	45.657	2.543	39.151	-18,0	-14,2	465	6.138
<b>Pronaf-Demais</b>	38.106	710.211	36.963	788.115	-3,0	11,0	9.832	290.411
<b>Demais Rurais</b>	9.456	1.226.811	11.897	1.772.930	25,8	44,5	2.374	586.073
Total	<b>75.015</b>	<b>4.253.769</b>	<b>73.541</b>	<b>5.546.615</b>	<b>-2,0</b>	<b>30,4</b>	<b>18.053</b>	<b>1.896.239</b>

Fonte: **Relatório de Gestão do BB (2011)**. Org. B.S, Rosinaldo (2018).

Ao hierarquizarmos e analisarmos os dados da tabela acima, referente ao FCO em Mato Grosso, constatamos que houve maior número de financiamento empresarial, seguido pelo setor industrial e, por último, o setor de comércio e serviços. Em contrapartida, na tabela 04, em que selecionamos apenas os contratos firmados na Conurbação Cuiabá-Várzea Grande, percebemos uma alteração: o setor mais beneficiado pelos financiamentos é o de comércio e serviços, somando um total de 8.350 financiamentos, que permitiram a movimentação de R\$ 919.746.833,022 – novecentos e dezenove milhões, setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte e dois centavos entre janeiro do ano 2000 e fevereiro de 2018. O setor da indústria foi o segundo mais beneficiado com o financiamento, somados na Conurbação R\$ 452.313.070,84 – quatrocentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e treze mil, setenta reais e oitenta e quatro centavos.



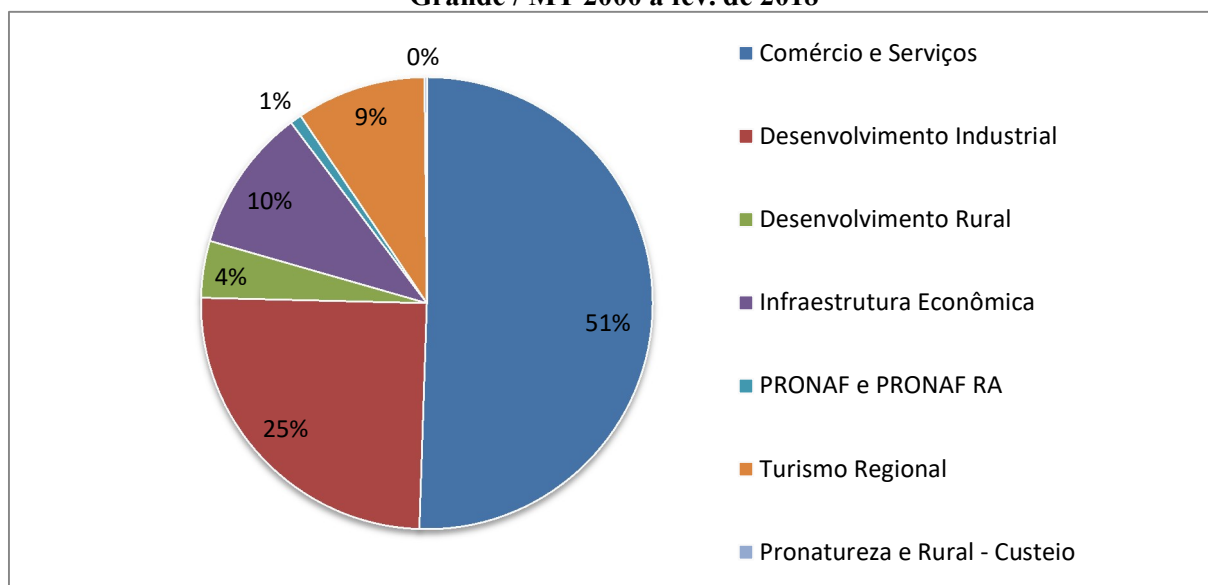
**Tabela 4 - Valores financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamentos do Centro-Oeste - FCO - Conurbação Cuiabá - Várzea Grande / MT de jan. de 2000 a fev. de 2018**

Linha de financiamento	CUIABÁ		VÁRZEA GRANDE	
	Valor financiado	Quantidade	Valor financiado	Quantidade
Comércio e Serviços	716.955.961,54	6509	202.790.871,68	1841
Desenvolvimento Industrial	304.972.386,89	1816	147.340.683,95	808
Desenvolvimento Rural	72.122.821,30	403	1.895.836,30	21
Infraestrutura Econômica	186.318.300,53	27	830.000,00	5
PRONAF e PRONAF RA	5.179.473,02	384	9.932.279,89	776
Turismo Regional	137.710.797,72	727	31.232.054,57	157
Pronatureza e Rural - Custeio	2.983.696,18	8	0,00	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.426.243.437,18</b>	<b>9874</b>	<b>394.021.726,39</b>	<b>3608</b>

Fonte: Banco do Brasil, 2018. Dados obtidos através do site: <https://esic.cgu.gov.br> (processo: 99901000225201815). Sistematização: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

A partir da soma dos valores financiados de Cuiabá e Várzea Grande, constatamos, no gráfico 5, que a Conurbação concentra maiores operações creditícias dos setores de comércio e serviços (51%), seguidas do setor de indústria (25%), infraestrutura (10%) e turismo (9%). Apenas 1% dos recursos se destina para a área rural. Esses dados evidenciam a concentração de recursos financeiros em Cuiabá e Várzea Grande e a dinâmica dos serviços urbanos ofertados na conurbação.

**Gráfico 5 – Porcentagem por Linha de Financiamento do FCO - Conurbação Cuiabá - Várzea Grande / MT 2000 a fev. de 2018**



Fonte: Banco do Brasil, 2018. Dados obtidos através do site: <https://esic.cgu.gov.br> (processo: 99901000225201815). Sistematização: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

Na foto 3, identificamos a placa afixada na fachada da empresa Açobett Indústria Metálica S/A, beneficiária do FCO com finalidade de expansão da firma localizada no Distrito Industrial de Cuiabá, contribuindo para o fortalecimento da centralidade da Conurbação na produção industrial.

**Foto 3 - Operações creditícias FCO. Financiamento de R\$ 1.105.776,52 com finalidade de expansão da Açobett Indústria Metálica S/A. Distrito Industrial – Cuiabá**

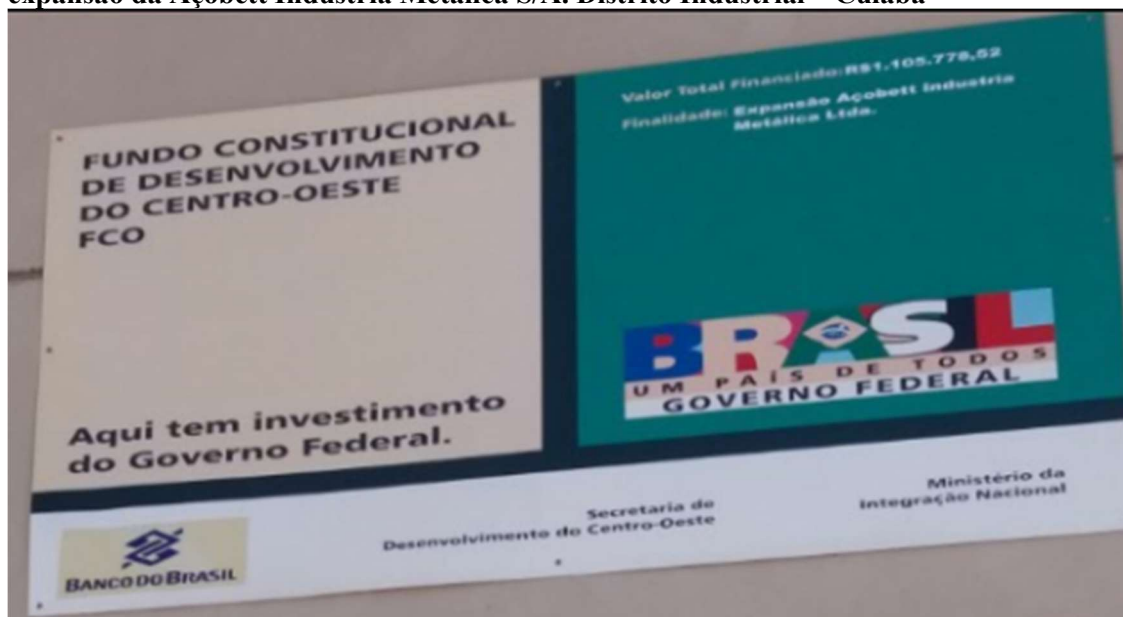


Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa (2018).

Essas operações creditícias contribuíram para o aumento do patrimônio líquido do FCO (tabela 5) de R\$ 2.976,6 (2001) para R\$ 15.075,4 (2012), somando R\$ 89.260,2 acumulados no período. O crescimento anual foi significativo, passando de aproximadamente três milhões em 2001 para mais de quinze milhões de reais em 2012. Ressaltamos, aqui, que o acesso aos incentivos à produção por meio de operações creditícias se deve a pressões políticas dos produtores rurais, como consta no Jornal Diário de Cuiabá, principalmente para alterações dos critérios para ampliar o número de beneficiários, bem como para redução de juros do FCO<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Produtores conseguem mudanças. Jornal Diário de Cuiabá 26 e 27/01/2003, p. C2. Dados acessados no Arquivo Público de Mato Grosso.

**Tabela 5 - Evolução do Patrimônio Líquido do FCO - 2001 a 2011**

<b>Mês/Ano</b>	<b>Valor R\$ milhões</b>
<b>Dez/01</b>	2.976,6
<b>Dez/02</b>	3.731,8
<b>Dez/03</b>	3.731,8
<b>Dez/04</b>	4.417,3
<b>Dez/05</b>	5.272,3
<b>Dez/06</b>	6.539,9
<b>Dez/07</b>	7.488,1
<b>Dez/08</b>	8.757,7
<b>Dez/09</b>	10.223,8
<b>Dez/10</b>	11.624,0
<b>Dez/11</b>	13.153,3
<b>Dez/12</b>	15.075,4
<b>Total</b>	<b>89.260,2</b>

Fonte: **Relatório de Gestão do BB**. Org. B.S, Rosinaldo (2018).

A tabela 6 demonstra os prejuízos contabilizados pelo Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FCO, conforme as modalidades de risco das operações contratadas nos termos da Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28.12.2005. Da totalidade dos riscos compartilhados e riscos assumidos contabilizados pelo FCO e pelo Banco do Brasil, somaram-se, apenas no ano de 2011, prejuízos de duzentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, setenta e oito reais e quarenta e oito centavos.

**Tabela 6 - Prejuízos contabilizados no Exercício de 2011 - FCO**

<b>Natureza da Operação</b>	<b>Prejuízos contabilizados (R\$)</b>
Assumidos em razão do risco compartilhado	3.559.607,26
3.559.607,26 * Contabilizados pelo Fundo	1.779.803,63
1.779.803,63 * Contabilizados pelo Banco	1.779.803,63
Assumidos pelo Fundo em razão de risco integral	3.183.408,14
Assumidos pelo Banco operador em razão de risco exclusivo	218.139.063,08
<b>Total</b>	<b>224.882.078,48</b>

Fonte: **Relatório de Gestão do BB** (2011). Org. B.S, Rosinaldo (2018)

No quadro 05, constata-se a capacidade instalada de processamento de Oleaginosas em Mato Grosso. Em Cuiabá, encontram-se importantes plantas industriais, tais como da Amaggi, Atlas, Sperafico, Producampo, dentro outros. Em Rondonópolis, encontram-se instaladas a Bunge, ADM e Noble. Esses dados mostram a importância da Conurbação no processamento de produtos agropecuários.

**Quadro 05. Capacidade Instalada de Processamento de Oleaginosas em Mato Grosso em 2013**

<b>Empresa</b>	<b>Localização da unidade</b>	<b>Processo de extração</b>	<b>Oleaginosas processadas</b>	<b>Situação da unidade</b>
Agrenco	Alto Araguaia	Solvente	Soja	Parada
Louis Dreyfus Commodities	Alto Araguaia	Solvente	Soja	Ativa
Amaggi	Cuiabá	Solvente	Soja	Ativa
Atlas	Cuiabá	Solvente	Soja	Ativa
Clarion	Cuiabá	Solvente	Soja	Parada
Grupal	Cuiabá	Solvente	Soja	Parada
Ovelpar	Cuiabá	Solvente	Soja	Ativa
Producampo	Cuiabá	Solvente	Soja	Ativa
Sperafico	Cuiabá	Solvente	Soja	Ativa
Amaggi	Lucas do Rio Verde	Solvente	Soja	Ativa
Bunge	Nova Mutum	Solvente	Soja	Ativa
Araguassú	Porto Alegre do Norte	Solvente	Soja	Ativa
Cargill	Primavera do Leste	Solvente	Soja	Ativa
ADM	Rondonópolis	Solvente	Soja	Ativa
Bunge	Rondonópolis	Solvente	Soja	Ativa
Bunge	Rondonópolis	Prensa	Algodão	Ativa
Noble	Rondonópolis	Solvente	Soja	Ativa
Bunge	Sorriso	Solvente	Soja	Ativa
Caramuru	Sorriso	Solvente	Soja	Ativa

Fontes: **ABIOVE, 2014, BUNGE, 2014**. Dados processados por: LIMA, R. C, 2015. Org.: SILVA, R.B, 2018.

Além dos incentivos fiscais e operações creditícias de ordem das políticas de desenvolvimento econômico federal, tal como o FCO, existem os mecanismos de atratividade de agroindústria de ordem estadual, sobretudo a renúncia fiscal, que se dá por meio do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o que diminui a capacidade de arrecadação de imposto e investimento sociais. A partir da análise dos dados da tabela 7, constatamos que não houve proporcionalidade de conversão do faturamento do agronegócio em arrecadação efetiva do ICMS (dados processados no primeiro bimestre de 2017). Dos 50,5% do faturamento da agropecuária, apenas 12,9% foram convertidos em arrecadação do ICMS efetivo, ou seja, houve renúncia fiscal de 41,9%. Sendo assim, a agropecuária tem a maior renúncia fiscal do ICMS (41,9%), dentro dessa porcentagem, destaca-se os incentivos da pecuária (20%) e soja (11,2%). Isso significa que houve tributação apenas de 5,1% da pecuária e de 2,1% da soja. Em contrapartida, a arrecadação efetiva do ICMS foi significativamente maior para as atividades ligadas ao setor de serviços (21,0%) e de comércio (64,4%), somando, portanto, 85,4% arrecadação do imposto. Esses dados

revelam profunda desigualdade na tributação entre o setor da agropecuária, comércio e serviços.

**Tabela 7- Segmento Econômico, Faturamento Total, Faturamento Tributável e Renúncia Fiscal ICMS<sup>19</sup> realizado – 5º Anual - 16. Realizado no 1º bim de 2017 - R\$ (Milhões).**

Segmento econômico	Faturamento total		Faturamento tributável (exclui exportações)		Renúncia fiscal bruta		ICMS efetivo	
	R\$	% s/total	R\$	% s/total	R\$	% s/total	R\$	% s/total
Algodão	1.592	6,65%	1.352	8,1%	13,3	9,4%	22,6	1,7%
Arroz	164	0,7%	164	1,0%	0,9	0,6%	47,4	3,5%
Madeira	285	1,2%	232	1,4%	0,8	0,6%	6,6	0,5%
<b>Pecuária</b>	<b>3.422</b>	<b>14,2%</b>	<b>2.444</b>	<b>14,6%</b>	<b>28,4</b>	<b>20,0%</b>	<b>68,2</b>	<b>5,1%</b>
<b>Soja</b>	<b>6.687</b>	<b>27,8%</b>	<b>938</b>	<b>5,6%</b>	<b>15,9</b>	<b>11,2%</b>	<b>28,2</b>	<b>2,1%</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>12.150</b>	<b>50,5%</b>	<b>5.130</b>	<b>30,6%</b>	<b>59,3</b>	<b>41,9%</b>	<b>173</b>	<b>12,9%</b>
Atacado	764	3,2%	764	4,6%	21,9	15,5%	81,3	6,1%
Bebidas	501	2,1%	501	3,0%	11,3	8,0%	77,0	5,8%
Combustível	2.688	11,2%	2.688	16,0%	3,7	2,6%	325,9	24,4%
Medicamentos	473	2,0%	473	2,8%	0,0	0,0%	36,6	2,7%
Supermercados	857	3,6%	857	5,1%	0,0	0,0%	60,9	4,6%
Varejo	2.161	9,0%	2.162	12,9%	7,7	5,5%	201,7	15,1%
Veículos	989	4,1%	989	5,9%	0,0	0,0%	76,9	5,8%
<b>Comércio</b>	<b>8.435</b>	<b>35,0%</b>	<b>8.435</b>	<b>50,3%</b>	<b>44,7</b>	<b>31,6%</b>	<b>860</b>	<b>64,4%</b>
Comunicação	943	3,9%	660	3,9%	0,0	0,0%	88,7	6,6%
Energia	1.039	4,3%	1.039	6,2%	2,6	1,8%	160,8	12,0%
Transporte	970	4,0%	970	5,8%	5,7	4,0%	31,3	2,3%
<b>Serviços</b>	<b>2.952</b>	<b>12,3%</b>	<b>2.669</b>	<b>15,9%</b>	<b>8,2</b>	<b>5,8%</b>	<b>281</b>	<b>21,0%</b>
Outros	541	2,2%	541	3,2%	29,4	20,8%	22,8	1,7%
<b>Total</b>	<b>24.079</b>	<b>100,0%</b>	<b>16.775</b>	<b>100,0%</b>	<b>142</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.337</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (2017). Organização: SILVA, R.B (2018).

Essas desigualdades na tributação do ICMS se tornam cumulativas ao longo dos anos. Por um lado, os grupos produtores do agronegócio aumentam vertiginosamente suas fortunas, graças, em parte, à baixa tributação, enquanto, por outro lado, os empresários do setor de comércio e serviços reclamam da elevada taxa de imposto. Para os empresários desses dois setores, a elevada tributação contribui para o aumento da taxa de desempregados e o fechamento de lojas da cidade, de forma que eles reivindicam que o agronegócio seja taxado<sup>20</sup>. As significativas isenções do ICMS contribuem, ainda, para o déficit nas contas do

<sup>19</sup>A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado (LRF, Art. 14, Inciso II, § 1º) (SEFAZ-MT, 2017, p. 74). Outras renúncias tributárias são apresentadas detalhadamente, na tabela na tabela “Renúncia fiscal no Estado de Mato Grosso de 2007 a 2013” desta tese.

<sup>20</sup>**Economia: Governo descarta taxar a exportação de grãos.** Fonte: Jornal Diário de Cuiabá 20 e 21/02/2016. Dados acessados no Arquivo Público de Mato Grosso.

Tesouro público estadual, considerando que, conforme noticiado<sup>21</sup>, a arrecadação do referido imposto correspondia a 90% da arrecadação estadual. Como consequência, o governo estadual executa o contingenciamento de gastos e políticas de austeridade fiscal e cortes nos gastos sociais.

É importante destacar que o processo de isenção do ICMS do setor do agronegócio que se perpetua ao longo dos anos é apontado como um fator importante para a competitividade das *commodities* no cenário internacional. A securitização de parte das dívidas e a modernização da produção, aliadas às significativas isenções do ICMS, foram apontadas como fatores para que o estado de Mato Grosso chegasse a 1997 como o terceiro maior produtor de soja do Brasil<sup>22</sup>. Entretanto, com a alta isenção de impostos concedida ao agronegócio, o Estado deixa de arrecadar cerca de R\$ 39 bilhões por ano<sup>23</sup>. Os representantes políticos e dos empresários de Mato Grosso afirmam que as isenções e incentivos fiscais aumentam a competitividade internacional e a diversificação das atividades tecnológicas e estimula a renovação das estruturas produtivas. Porém, eles também alegam que tais incentivos são convertidos em maciça geração de empregos, o que é questionável, pois podemos constatar, no gráfico 6, uma desagregação da paridade entre a curva de renúncia de receitas e geração de emprego, notadamente a partir de 2003. Isso significa que, mesmo com significativos incentivos fiscais, houve, no mesmo período, queda no número de empregos gerados, que é justamente o que concluiu o relatório do Tribunal de Contas do Estado: “A geração de empregos tem evoluído a um ritmo inferior à concessão de incentivos fiscais. Ou seja, o crescimento observado na concessão de incentivos fiscais não tem resultado em crescimento proporcional de novos empregos” (TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO, 2009, p. 94).

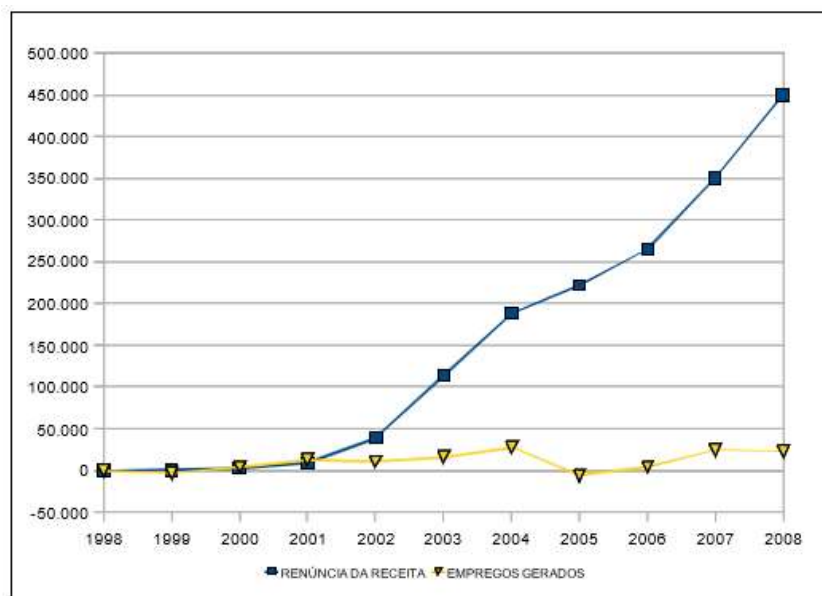
---

<sup>21</sup> **Estado fecha primeiro semestre com déficit de R\$ 66,1 milhões.** Fonte: Jornal Diário de Cuiabá, 21/07/2005, p. C3. Dados acessados no Arquivo Público de Mato Grosso.

<sup>22</sup> **Produtor colhe mais e fatura com a soja.** Fonte: Jornal: A Gazeta, Cuiabá, 16/03/1997, IB. Dados acessados no Arquivo Público de Mato Grosso.

<sup>23</sup> **Isenção de impostos ao agronegócio faz MT perder R\$ 39 bilhões por ano.** Fonte: <<http://www.reportermt.com.br/poderes/isencao-de-impostos-ao-agronegocio-faz-mt-perder-r-39-bilhoes-por-ano/68096>> Acesso: março de 2018.

**Gráfico 6 - Comparativo da renúncia de receita com a geração de empregos - Dados Anuais de 1998 a 2008**



Fonte: **Dados fornecidos pela SICME e Evolução de Emprego do CAGED EEC.** Disponível em: [http:// estatistica.caged.gov.br/ consulta.aspx](http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx) (MATO GROSSO, 2009).

Essa dissociação entre as isenções e incentivos e a geração de empregos revela, em certa medida, a complexidade da produção social na cidade e da apropriação privada dos bens produzidos. Considerando que, segundo relatório do TCE (MATO GROSSO, 2009, p. 68), as cidades que mais possuem empresas beneficiárias dos incentivos e isenções são Cuiabá e Várzea Grande, com 37,30% e 12,48%, respectivamente, constata-se que a Conurbação concentra 49,78% das empresas beneficiárias, enquanto os outros 50,22% são distribuídos entre as demais cidades de Mato Grosso.

Além disso, o Tribunal de Contas do Estado – TCE/MT contabilizou, por meio de um levantamento na receita pública do Estado<sup>24</sup>, os ônus financeiros provenientes do Índice de Inverso do ICMS, que “(...) significa o montante do imposto que poderia ter sido arrecadado, mas deixou de sê-lo em virtude de contencioso administrativo, contencioso judicial, conta corrente ou inadimplência e fraudes” (TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO TCE/MT, 2016, p. 54). Na tabela 8, constatamos que as maiores porcentagens do

<sup>24</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO TCE/MT. **Relatório de Levantamento na Receita Pública Estadual de Mato Grosso (2013 a 2016).** Cuiabá, MT, 2016. Disponível em <http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rio-Final-TCE-MT.pdf> Acesso: março de 2018.

índice inconverso pertencem aos segmentos da soja (R\$ 254 milhões), da pecuária (R\$ 221 milhões) e da comunicação (R\$ 201 milhões). Somando todos os segmentos, o Governo de estado deixou de arrecadar 18, 10% do ICMS em potencial, ou seja, R\$ 1,79 bilhão, apenas no ano de 2015. Destacamos, aqui, o significativo processo de operações fraudulentas, como a que se perpetua em Mato Grosso, visto que, em todos os relatórios disponibilizados no sítio da SEFAZ-MT<sup>25</sup> de 2012 a 2017, há contabilização do índice inconverso.

**Tabela 8 - Índice de inconverso do ICMS por segmento em 2015**

Segmentos - 2015	Eficácia	Inconverso	Inconverso (em R\$ milhões)
<b>Algodão</b>	91,56%	8,44%	3
<b>Arroz</b>	89,99%	10,01%	2
<b>Atacado</b>	87,43%	12,57%	57
<b>Bebidas</b>	89,29%	10,71%	57
<b>Combustível</b>	92,82%	7,18%	171
<b>Comunicação</b>	<b>76,29%</b>	<b>23,71%</b>	<b>201</b>
<b>Energia</b>	97,12%	2,88%	32
Madeira	23,78%	76,22%	146
<b>Medicamentos</b>	79,73%	20,30%	50
<b>Pecuária</b>	<b>63,97%</b>	<b>36,03%</b>	<b>221</b>
<b>Soja</b>	<b>49,07%</b>	<b>50,93%</b>	<b>254</b>
<b>Supermercados</b>	71,62%	28,38%	137
<b>Transporte</b>	<b>62,71%</b>	<b>37,29%</b>	<b>125</b>
<b>Varejo</b>	93,72%	6,28%	72
<b>Veículos</b>	79,12%	20,88%	143
<b>Outros</b>	54,68%	45,32%	120
<b>Total</b>	81,92%	18,10%	1.790

Fonte: Sarp/Upea/Tribunal de Contas de Mato Grosso – TCE/MT. Org. SILVA, R.B

Práticas ilícitas entrelaçadas aos incentivos fiscais se colocam como uma constante em Mato Grosso. Um exemplo são as exportações fictícias, em que “ocorre somente a emissão de Nota Fiscal de mercadoria destinada à exportação com a finalidade de gerar créditos fiscais às empresas fraudadoras” (TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO TCE/MT , 2016 p. 54, 55). Outros mecanismos de burlas são indicados pelo TCE, tais como: 1- Emissão de Certidão Negativa de Débitos para empresas devedoras; 2- Prescrição de créditos tributários; 3- Favorecimento na renegociação de dívidas; 4- Valor elevado de créditos tributários suspensos em decorrência do contencioso administrativo; 5- Fraudes na inscrição da dívida ativa; e 6- Registros contábeis incorretos (*idem*, 2016, p. 71). Isso demonstra que os maiores produtores de *commodities* são também os maiores causadores de danos financeiros ao

<sup>25</sup> Link para acesso aos relatórios: <https://www.sefaz.mt.gov.br/portal/Tributario/ReceitaPublica.php>



erário público, especificamente por meio de acesso, por vezes fraudulento, aos incentivos fiscais do ICMS. Obviamente, não constam nos relatórios auditados e da tabela de inconverso do ICMS os casos de lavagem de dinheiro por vezes divulgados na mídia, tal como a operação “**Sodoma I**”<sup>26</sup>, a qual identificou um esquema fraudulento de cobrança de propina de empresários em troca da concessão de incentivos fiscais através do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (Prodeic). Isso significa que o montante desviado é ainda maior do que os números apurados no relatório do TCE/MT. Outro caso de corrupção foi deflagrado pela operação “**Crédito podre**”<sup>27</sup>, em dezembro de 2017, revelando um esquema criminoso de sonegação de mais de R\$ 140 milhões em ICMS na comercialização de grãos (milho, algodão, feijão, soja, arroz, milho, sorgo, painço, capim, girassol e niger).

No emaranhado legal dos incentivos do ICMS, consta ainda o Auxílio Financeiro para o Fomento a Exportações (FEX), que é uma compensação financeira oferecida pela União aos Estados exportadores e prevista pela Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996). O FEX isentou o pagamento de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para a exportação de produtos não industrializados, constituindo-se, assim, num marco regulatório modernizador do sistema tributário nacional, aproximando-o das regras internacionais, inclusive no sentido de desonerar as exportações de impostos sobre o consumo. Mato Grosso é o terceiro estado com maior recebimento de recursos do FEX, conforme o gráfico 7, ficando atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo, respectivamente. Conforme as planilhas de dados disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, Mato Grosso recebeu, no ano de 2004, R\$ 84.553.200,000. O valor do repasse aumentou vertiginosamente ano após ano, a ponto de atingir R\$ 395.588.115,000 em 2015, totalizando, no período de 2004 a 2015 (exceto o ano de 2013), o valor de R\$ 2.613.086.710,000 (dois bilhões, seiscentos e treze milhões, oitenta e seis mil, setecentos e dez mil reais). Isso significa que houve expressivo aumento de concessão de isenção fiscal por meio do ICMS, bem como o aumento da produção e da exportação. Paradoxalmente, no entanto, as isenções do ICMS

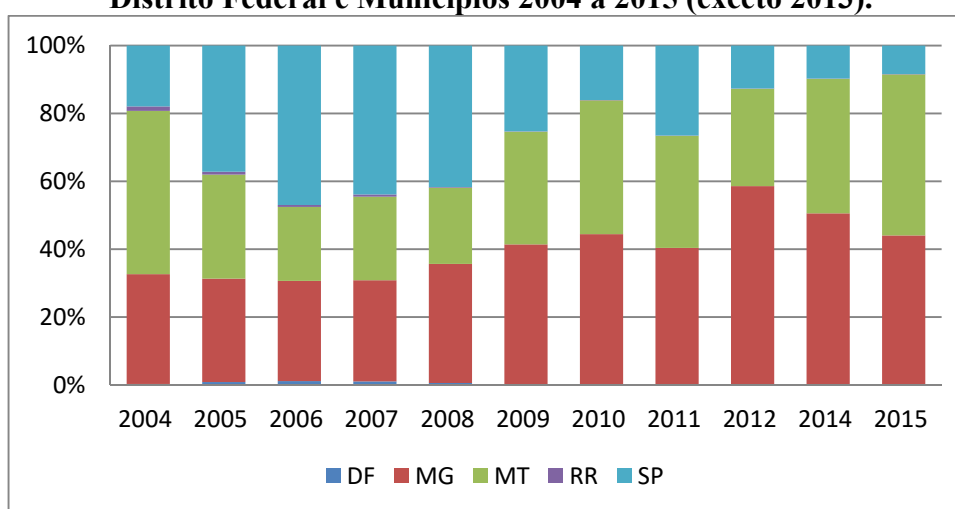
---

<sup>26</sup> Juíza condena ex-governador de MT e mais 5 por cobrança de propina de empresários em troca de incentivos fiscais. Fonte: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/juiza-condena-ex-governador-de-mt-e-mais-5-por-cobranca-de-propina-de-empresarios-em-troca-de-incentivos-fiscais.ghtml>> Acesso: março de 2018.

<sup>27</sup> Grupo suspeito de cometer fraudes e sonegar R\$ 140 milhões em ICMS é alvo de operação em MT, SC e SP. Fonte: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/grupo-que-cometeu-fraudes-e-sonegou-r-140-milhoes-em-icms-e-alvo-de-operacao-em-mt-e-sp.ghtml>> Acesso: março de 2018.

causam um rombo muito maior do que a compensação do FEX é capaz de cobrir, posto que seus recursos FEX são divididos entre os municípios do estado de acordo com os coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do ICMS. Os recursos do FEX são comumente anunciados como um auxílio financeiro importante para o “equilíbrio financeiro de Mato Grosso”<sup>28</sup>, isto é, pressupõem desequilíbrio e rombos nos cofres públicos causados, sobretudo, pela desmedida isenção e incentivos fiscais de apoio à produção, tal como já demonstrado.

**Gráfico 7 - Auxílio Financeiro para o Fomento a Exportações (FEX), Total: Estados, Distrito Federal e Municípios 2004 a 2015 (exceto 2013).**



Fonte: **Secretaria do Tesouro Nacional – STN**. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais> Acesso março de 2018. Organização: SILVA, R. B, 2018.

Na tabela 9, identificamos os programas e valores de renúncia fiscal e incentivo à produção em Mato Grosso. Dentre eles, destacamos o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (PRODEIC), que oferta maior incentivo. Entre os anos de 2007 e 2013, foram renunciados pelo PRODEIC R\$ 5.090.303.020,69 (cinco bilhões, noventa milhões, trezentos e três mil, vinte mil, vinte reais e sessenta e nove centavos). Voltado ao fomento da indústria e comércio, esse programa contribui significativamente para o desenvolvimento desses dois setores na economia urbana, principalmente para as cidades de Rondonópolis, Cuiabá e Várzea Grande, as quais possuem os maiores números de empresas beneficiárias. O total de renúncia fiscal entre os anos de 2007 e 2013 é de R\$ 7.340.624.252,89 (sete bilhões, trezentos e quarenta milhões, seiscentos e vinte quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos). Esses programas revelam as estratégias espaciais do governo do

<sup>28</sup> <http://www.mt.gov.br/-/5110826-governo-federal-libera-r-391-7-milhoes-do-fex-para-mato-grosso>

estado de Mato Grosso na busca de competitividade no mercado: atração de empresas por meio de concessões de incentivos fiscais, provenientes dos programas estaduais e que se somam aos programas federais, contribuindo para o crescimento econômico do estado e, por consequência, para a instalação de empresas na Conurbação que atendam às demandas produtivas do agronegócio, seja no processamento das agroindústrias ou na prestação de serviços.

As renúncias fiscais do ICMS ou de outros programas estaduais e federais foram fundamentais para promover a desconcentração industrial das regiões Sul e Sudeste do país, como propunham os PND's, e o seu direcionamento para outras unidades da federação, contribuindo para que a Conurbação se tornasse o centro de comércio e serviços, dinamizados pelo crescimento econômico de Mato Grosso. Em outras palavras, a Conurbação recebeu, assim, empresas voltadas à agropecuária, seja no desenvolvimento de insumos químicos, maquinários<sup>29</sup> e complexos agroindustriais, ou na logística e abastecimento (fotos 4, 5, 6, 7 e 8). Esse processo torna evidente o crescimento econômico orientado principalmente pela agropecuária, desencadeando novas relações espaciais, cujos mecanismos financeiros revelam a “guerra dos lugares” por investimentos produtivos e especializados.

---

<sup>29</sup> A John Deere (foto 5), uma das principais empresas de tratores e colheitadeiras do Brasil, possui “mais de 160 anos de existência e faturamento de US\$ 12,8 bilhões, juntou-se no Brasil com a tradicional empresa gaúcha SLC (Schneider Logemann & Cia. Ltda), fundada em 1945” (PINAZZA, ALIMANDRO, MEGIDO [et al], 1999, p. 194).

Tabela 9 - Renúncia fiscal no Estado de Mato Grosso de 2007 a 2013

Programas e outros incentivos fiscais	2007 (R\$)	2008 (R\$)	2009 (R\$)	2010 (R\$)	2011(R\$)	2012 (R\$)	2013(R\$)
<b>PROALMAT</b> Agricultura	106.047.185,87	99.545.932,06	70.468.676,80	117.405.274,43	103.637.127,0	17.030.967,21	1.299.496,27
<b>PROARROZ</b> Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PROALMAT</b> Indústria	1.671.990,34	1.284.703,24	962.013,57	0,00	89.582,78	0,00	247.703,34
<b>PROARROZ</b> Indústria	11.170.824,60	8.082.679,0	3.922.294,36	1.715.906,07	868.194,17	770.636,40	682.722,30
<b>PRODEIC</b>	<b>261.409.406,47</b>	<b>475.474.481,32</b>	<b>529.761.010,46</b>	<b>493.751.249,80</b>	<b>922.687.726,53</b>	<b>1.104.137.095,34</b>	<b>1.303.082.050,77</b>
<b>PROCAFE</b> Indústria	3.049.044,75	2.167.093,76	2.412.970,13	777.179,9	247.972,72	0,00	0,00
<b>PROLEITE</b>	16.794.324,08	11.148.227,09	11.767.203,72	13.191.705,25	5.217.245,57	61.407,08	100.552,85
<b>PRODECIT</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PRODETUR</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PROMINERACÃO</b>	2.741.627,12	3.065.403,08	2.700.172,66	3.070.575,97	2.661.510,24	2.266.042,74	691.319,24
<b>PRODER</b>	0,00	0,00	864.399,12	4.532.841,15	0,00	6.802.989,91	7.962.183,09
<b>PRODEI</b>	38.199.831,38	7.131.290,83	4.281.087,31	4.252.356,42	4.372.942,30	0,00	0,00
<b>Total - programas</b>	<b>441.084.234,61</b>	<b>607.899.810,44</b>	<b>627.139.828,13</b>	<b>638.697.089,00</b>	<b>2.344.180,8</b>	<b>1.131.069.138,68</b>	<b>1.314.066.027,86</b>
<b>Outros incentivos</b>	178.166.279,75	475.221.378,31	511.652.089,35	373.501.894,52	0,00	0,00	0,00
<b>Total da Renúncia Fiscal</b>	<b>619.250.514,36</b>	<b>1.083.121.188,75</b>	<b>1.138.791.917,48</b>	<b>1.012.198.983,52</b>	<b>1.042.126.482,24</b>	<b>1.131.069.138,68</b>	<b>1.314.066.027,86</b>

Fonte: Mato Grosso. Balanço Geral do Estado de Mato Grosso (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014). Org: LIMA, Ronei C. (2015).

**Foto 4 - Cargill Nutrição de Animais – Centro de Distribuição da Empresa Inaugurada em 2007 - Distrito Industrial de Cuiabá**



Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa (2018).

**Foto 5 - Empresa John Deere – Máquinas Agrícolas – Distrito Industrial – Cuiabá**



Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa (2018).



**Foto 6 - Empresa Matsuda Sementes para Pastagem, Nutrição Animal e Equipamentos Agrícolas. Distrito Industrial – Cuiabá**



Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa (2018).

**Foto 7 - Porto Seco Cuiabá - Armazenagem e Inspeção - Distrito Industrial – Cuiabá**



Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa (2018)

**Foto 8 - Empresa Ball Corporation - Ball Embalagens Amazônia Ltda - Distrito Industrial – Cuiabá**



Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa (2018).

O avanço da fronteira agrícola de Mato Grosso revela o processo de reestruturação produtiva e os meios encontrados pelo Estado e pelas instituições financeiras para realizar o ciclo produtivo e a dominação social. Esse processo acontece por meio de *acumulação por espoliação*, visto que a reestruturação é compreendida como artifício de superação das crises econômicas. Sendo assim, os mecanismos financeiros e as políticas de austeridades que identificamos nos PND's revelam o processo de acumulação por espoliação. Além disso, ainda atua, nesse contexto, um sistema predatório de créditos, do controle dos juros, da taxa de inflação, do câmbio e da balança comercial que permite às instituições financeiras e aos produtores aumentarem vertiginosamente seus lucros a partir da transferência do ônus do mercado financeiro para a sociedade. Harvey (2004, p. 123) expõe essa situação:

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. O colapso da

Enron privou muitos de seus meios de vida e de seus direitos de pensão. Mas temos de examinar, sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes.

A acumulação por espoliação permite, em partes, resolver o problema da sobreacumulação (das crises), considerando que a espoliação é capaz de liberar os ativos, inclusive da força de trabalho desvalorizada, por meio do aumento do exército industrial de reserva e da sujeição do trabalhador a condições degradantes de vida. Além disso, aumenta-se o número de pessoas expropriadas de suas terras, a fim de transferi-las aos latifundiários rurais e urbanos, e aumenta-se também as privatizações, seja da habitação, das telecomunicações, do transporte, dentre outros. As estratégias espaciais, analisadas neste capítulo, evidenciam as operações creditícias de financiamento da produção da agropecuária, assim como o avanço de políticas neoliberais e privatizações que incidem na vida social dos mato-grossenses em forma de precarização.

A crescente concentração da propriedade privada da terra nas mãos dos latifundiários, produtores da agropecuária e do agronegócio, o aumento vertiginoso da produção da pecuária, da agricultura e do agronegócio (revelado pelos saldos na balança comercial brasileira, mesmo em momentos de crise) demonstram o processo de acumulação por espoliação. Nesse sentido, as operações financeiras, tal como o FCO e as políticas federais, como a POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEGRAN, POLONOROESTE, além das isenções do ICMS (e os índice de inconverso), no nível estadual, e os programas de incentivos à produção, tal como o PRODEIC, PROALMAT, dentre outros, contribuem para a generalização da precarização da vida social por meio da acumulação por espoliação. Esse processo significa que o crescimento econômico de Mato Grosso, da agropecuária e do agronegócio tornou-se possível mediante a maciça transferência dos recursos financeiros sociais e sobrecarga da sociedade com políticas de austeridades fiscais, cortes de gastos sociais, desvalorização da força de trabalho, aumento exponencial do desemprego, manutenção de juros e dos altos impostos altos para a sociedade, redução relativa dos juros e perdão das dívidas<sup>30</sup> para latifundiários que tiveram acesso ao crédito para financiamento da produção. A acumulação pela espoliação revela, em sua base, a radicalização das desigualdades sociais e precarização da vida social em Mato Grosso, sobretudo na conurbação

---

<sup>30</sup> Dentre as diversas reportagens, destacamos: “Dívida dos produtores vai ser renegociada”, Jornal “O Estado de Mato Grosso”, quinta-feira, dia 25/07/1991. E: “Agricultores preparam protestos”, Jornal “O Estado de Mato Grosso”, dia 02/08/1994, sobre as políticas agrícolas e financiamentos. Dados acessados no Arquivo Público de Mato Grosso.



Cuiabá-Várzea Grande, reestruturada enquanto centro comercial e de serviços dinamizados pelo crescimento econômico de Mato Grosso, onde, no entanto, a centralidade econômica nega a centralidade da vida social.

## CAPÍTULO 2

### 2. A PRODUÇÃO DE CENTROS URBANOS

Para definir **centro** urbano, podemos partir das ideias de Marx (2011) acerca do sentido de capital fixo, conceito fundamental para compreendermos o movimento de produção de centros urbanos. Tudo aquilo que engloba a força produtiva e está em movimento no processo de produção deve ser definido como capital fixo: os maquinários, os portos, as ferrovias, as pontes, os aeroportos, as instituições financeiras (os Bancos), as fábricas, dentre outros, só podem ser definidos como capital fixo se não estiverem ociosos. Portanto, é considerado capital fixo aquilo que está inserido no processo de produção de mercadoria no ciclo capitalista, isto é, o valor em movimento. A produção de capital fixo requer base para sua instalação, que se realiza em uma determinada área e pode contribuir para criar a concentração dos meios de produção nas cidades. Neste momento, porém, interessa-nos uma questão que importava a Marx, qual seja, até que ponto o capital fixo (e por conseguinte a aglomeração e o centro urbano) e a sociedade permanecem determinados pela reestruturação produtiva:

O desenvolvimento do capital fixo (força produtiva) indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio *força produtiva imediata* e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas<sup>31</sup> em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não na forma do saber, mas como órgãos imediatos das práxis social; do processo real da vida [grifo do autor] (MARX, 2011, p. 589).

A produção de capital fixo pressupõe também a instalação de infraestruturas básicas que possibilitem a realização do ciclo capitalista (produção-circulação-troca-consumo). Sendo assim, instalação de capital fixo (infraestruturas e força produtiva), tal como estradas e portos, pode promover a formação de aglomeração e/ou concentração<sup>32</sup> dos meios de produção. Essa

---

<sup>31</sup> Estamos entendendo o termo *reorganizada*, utilizado por Marx (2011), como *reestruturação*.

<sup>32</sup> Os termos concentração e aglomeração são sinônimos. Por isso, todas as vezes que utilizarmos essas palavras estaremos referindo seu significado no contexto de concentração dos meios de produção, tal como define Marx (2000).

concentração aponta para a busca por diminuição do tempo de circulação do capital, tal como permite o investimento e funcionamento dos meios de transportes:

De um lado, temos a frequência com que funcionam os meios de transporte: o número de trens, por exemplo, aumenta na medida em que um local de produção mais fornece – se torna centro importante – e na direção dos mercados já existentes, por conseguinte na direção dos grandes centros de produção e de população, dos portos de exportação etc. Do outro lado, porém, essa facilidade particular de tráfego e a resultante rotação acelerada do capital (enquanto é determinada pelo tempo de circulação) apressam a **concentração dos centros de produção e dos respectivos mercados**. Com a concentração acelerada, em **determinados pontos, de massas de seres humanos e de capitais**, progride a concentração em poucas mãos dessas massas de capitais. Ao mesmo tempo, sucedem modificações e transferências decorrentes de mudanças, em virtude das transformações verificadas no meio de transporte [grifos nosso] (Marx, 2000, p. 287).

Além da aglomeração dos meios de produção em determinada área geográfica, as classes dominantes conseguem concentrar também a propriedade desses meios em suas mãos. De certo modo, a aglomeração revela a mobilidade do capital e o investimento das classes dominantes na sua destruição e reconstituição, revelando a riqueza capitalista ao mesmo tempo em que se procura ocultar as desigualdades sociais, tal como no processo de construção de “palácios para bancos, lojas etc” (MARX, 2002 b, p. 763). A concentração diz respeito à aglomeração dos meios de produção em uma área determinada e também “à aglomeração dos operários numa oficina” (MARX, 2002 a, p. 407). Esse processo revela a organização e divisão social e territorial do trabalho no interior da sociedade capitalista: a produção da concentração dos meios de produção (infraestrutura, força de trabalho, instituições financeiras, órgãos estatais, dentre outros) é social. A complexificação das relações sociais que se estabelecem em um lugar de concentração dos meios de produção de uma cidade pode formar centros e centralidades urbanas reestruturadas pela lógica de reprodução do capital, realizada no movimento de reestruturação produtiva.

O centro urbano tem uma característica fundamental no crescimento da sociedade capitalista: “O centro condensa riquezas, meios de ações, conhecimentos informações, a “cultura”. Tudo. A essas capacidades e poderes, ele superpõe o poder supremo, a concentração dos poderes: a Decisão. O sistema decisional se diz (abusivamente) racional” (LEFEBVRE, 2000, p. 696). A possibilidade do centro de concentração da riqueza social, do poder político e econômico, bem como dos meios de produção, faz que o centro urbano seja

um meio de reprodução do capital. Segundo Lefebvre (2000), “centro” remete à ideia de concentração, junção, reunião de algo, e também à ideia de centro da cidade, lugar de concentração de coisas, objetos e de pessoas; sendo assim, **definimos centro urbano como o lugar de concentração socioespacial de capitais fixos** produzidos socialmente, isto é, lugar de concentração de tudo aquilo que engloba a força produtiva e está em movimento no processo de produção (valor em movimento), tal como os portos, os aeroportos, as instituições financeiras (os Bancos), as instituições Estatais, os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços. A possibilidade de que o centro concentre riqueza social, poder político e econômico, bem como os meios de produção, faz que o centro urbano e a cidade em sua totalidade sejam condição, meio e produto da reprodução do capital, tal como afirma Carlos (2011).

Para Lefebvre (2000), a produção do centro urbano tende a realizar-se pela racionalidade superior, política, estatista, por onde se procura justificar que as pessoas da tecnoestrutura (dos planejadores), no processo de centralização (do capital), definam uma centralidade que se quer total, uma estratégia política e espacial, consciente ou inconscientemente. O pensamento crítico deve se atentar à crescente “suprafuncionalidade dos centros urbanos” (LEFEBVRE, 2008, p. 69), bem como à compreensão de que “a centralidade é constitutiva da vida urbana e que se não há centralidade, não há mais vida urbana, que a prática urbana é atacada no seu coração pelo deslocamento da centralidade” (*idem*, p.69). Esse deslocamento da centralidade se efetiva pelas relações sociais de produção que produzem a saturação, a explosão da centralidade urbana e a sua destruição por si mesma, mediadas cada vez mais pelas relações do movimento produtivo do capital, movimento que pode exigir a policentralidade, ou seja, uma perspectiva policêntrica da cidade.

Nesse contexto, colocam-se as seguintes questões: o que significa a produção de centro e centralidade urbana? É apenas um aglomerado dos meios de produção? Uma forma espacial concentrada? O lugar de encontro, sociabilidade e apropriação social? Podemos alegar que o fenômeno urbano e a cidade revelam o centro e a centralidade urbana em um movimento dialético, na medida em que a produção da centralidade urbana conduz à reunião de mercados e produtos, centralizando as criações e produções, possibilitando a proximidade, a troca, enfim, as relações sociais. Nesse sentido, a produção industrial, a formação de aglomerados e concentração não constituiria a centralidade em si, mas as relações que são estabelecidas socialmente em torno da cidade, do aglomerado e da concentração, elas sim permitem que a produção de centro e centralidade urbana se realize na cidade contemporânea.

A cidade moderna tem se tornado o centro de decisão, isto é, “ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção)” (LEFEBVRE, 2001, p. 57).

No modo capitalista de produção, centro e centralidade urbana são produzidos através das relações sociais de dominação econômica e política, o que diz respeito à concentração dos meios de produção, do capital e da política nas mãos das elites, sejam elas agrárias, industriais, financeiras ou políticas. Essa concentração facilita a formação de centros urbanos como condição de efetivação da reestruturação produtiva no desenvolvimento capitalista:

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural [...] A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessa transformação foi a centralização política (MARX, ENGELS, 1999, p. 14).

A produção de centro e centralidade urbana pode ser considerada, então, como um processo histórico-social determinado, como condição necessária para aumentar o ritmo de produção e para diminuir o tempo de circulação de capitais e de mercadorias. Nesse processo, a concentração dos meios de produção pode revelar a centralização do poder econômico e político pelas classes dominantes. A centralização do capital é justamente um dos meios que os capitalistas encontraram para manter o poder econômico. Em momentos de crise, os pequenos capitalistas não conseguem reestruturar a produção, adquirir novas tecnologias e maquinários no mesmo ritmo que os grandes capitalistas; estes últimos podem, assim, comprar as empresas menores e seus maquinários por preços baixos (desvalorizados), além de adquirir força de trabalho pagando salários menores, pois o contingente de trabalhadores desempregados, com sua força de trabalho desvalorizada, será alto. Os juros e a inflação são outros meios empregados pelos grandes capitalistas para “socializar a crise”, através do que recolhem (concentram) dinheiro da sociedade como um todo. Por isso, o pensamento marxista enfatiza que a taxa decrescente do lucro (crise) é acompanhada por uma massa crescente de lucro (centralização do capital):

O controle dos pequenos capitalistas por parte dos grandes capitalistas priva os primeiros do seu capital através de um tipo de expropriação que, na

verdade, desvaloriza o seu capital – para a vantagem dos grandes capitalistas [...] Apoiados nisso, esperaríamos que as crises periódicas fossem acompanhadas por fortes fases de centralização (HARVEY, 2013, p. 274).

Nesse sentido, em momentos de desvalorização do valor (crise), os capitalistas procuram iniciar a reestruturação produtiva a fim de valorizar o capital, inclusive investindo em capitais fixos que possibilitarão a formação de aglomerados e centros urbanos. Por isso, a reestruturação produtiva desencadeia mudanças na tecnologia e na organização do trabalho, tendendo à aglomeração das atividades produtivas nas cidades, nos centros urbanos:

A crescente interdependência dentro da divisão do trabalho (em oposição à competição pelo controle em mercados espacialmente distintos) significa que as mudanças tecnológicas e organizacionais podem conduzir à **aglomeração das atividades dentro de grandes centros urbanos**. Marx frequentemente alude a esse processo, mas também aponta que a cooperação permite que o trabalho e a abertura de novas linhas de produto estimulam a divisão territorial do trabalho e a dispersão geográfica [grifos nosso] (HARVEY, 2013, p. 500).

A formação de aglomerados, desencadeados pelo processo de reestruturação produtiva, com investimentos tecnologia, organização do trabalho e capitais fixos, diz respeito ao próprio processo de centralização (do poder e do capital em poucas mãos), ou seja, de formação de centros urbanos concretizados pelas relações de trabalho social que aí se estabelecem, compondo a divisão social e territorial do trabalho no contexto produtivo capitalista, possibilitando a extração do lucro. Diz respeito, também, ao movimento do capital-trabalho em novos espaços geográficos, quando são buscadas melhores localizações para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e o aumento da produtividade e do capital. A ação dos Estados, incorporando a lógica de competição do mercado para criação de infraestruturas sociais e atração do capital, direcionam-se para o crescimento dos interesses econômicos, diminuindo a promoção do desenvolvimento social pelo poder público (HARVEY, 2013, p. 497-514).

A força de atração de investimentos em infraestruturas sociais e do capital para determinada localidade dependem do envolvimento dos proprietários de terras, dos empresários, dos construtores e do Estado local na criação de uma aliança para promover os interesses locais e impedir a desvalorização dessa localidade (*Idem*, 2013). Essa articulação local e regional entre proprietários e poder público local se vincula aos interesses universais

da reprodução do capital, sendo estabelecida pela reestruturação produtiva. Esta possibilita a reprodução do ciclo do capital global em outros patamares, alcançando a escala local na produção do ambiente construído, desenvolvendo novas áreas produtivas locais, de acordo com o fluxo geral e global do capitalismo. Nessa perspectiva, a formação de aglomerados pode favorecer a produção de centros urbanos ditados pelas relações sociais de produção, na qual o ciclo de valorização do capital tem maior importância. A produção capitalista, conforme George (1973), funda-se no princípio da livre concorrência, da iniciativa individual e da predominância da produção industrial e agrícola. Por isso, cria relações de produção e de trabalho, desencadeando a prestação de serviços, de comércio e especulações financeiras, com a finalidade de obtenção de lucros. O crescimento industrial é o grande fator da urbanização, do aumento da malha urbana, da população e da concentração dos meios de produção:

A implantação das atividades industriais contribui para a fixação da população em espaços restritos. [...] condiciona a **concentração** de massas mais ou menos importantes de operários [...] é frequentemente acompanhada pelas novas **aglomerações** residenciais, sobretudo quando para o bom funcionamento das fábricas há necessidade de se dispor no local de mão-de-obra estável. A instalação de fábricas nas cidades ou em seus arredores provoca o crescimento da população urbana e a extensão espacial da cidade. [...] seu desenvolvimento é estimulado pela aparição de novas atividades ou pela ampliação ou transformação de empreendimentos antigos [grifos nosso] (GEORGE, 1973, p. 75, 76).

A implantação de atividades industriais contribui para a produção de novas atividades, a reestruturação dos empreendimentos e de atividades antigas, além de condicionar a produção de novas aglomerações residenciais e a concentração de mão de obra. Para Sposito (2013), o centro corresponde à área em que se concentram as atividades comerciais e de serviços, que podem ser identificadas fisicamente:

As múltiplas “áreas centrais” da cidade, compreendidas como aquelas em que se concentram atividades comerciais e de serviços, podem, ao contrário, ser empiricamente apreendidas, de modo muito mais direto; por isso, trabalhamos nela, passeamos por suas vias, sentamos em suas praças, participamos de atividades de múltiplas naturezas que nelas se realizam. As áreas centrais são, assim, espaços que ancoram a constituição de centralidades, mas não são a mesma coisa que elas (SPOSITO, 2013, p. 73).

Nesse sentido, todo centro revela a centralidade, ao mesmo tempo em que a centralidade se expressa pela concentração que a estrutura. Mas o centro se revela pela

localização, e a centralidade, pelo movimento social que constitui e produz o centro – nisso, incluem-se os fluxos de pessoas, mercadorias e de informações (SPOSITO, 2013). Com efeito, para Lefebvre (2000), a centralidade significa a apropriação social plena do centro pelo uso social, marcado pelo encontro, solidariedade e sociabilidade. Isso implica considerar que, na cidade, há vida urbana como um todo, sendo possível que a centralidade urbana se desenvolva em qualquer lugar dela. Entretanto, o desenvolvimento de uma centralidade urbana (econômica e social) se dá principalmente através dos interesses de classes, do Estado e dos setores privados. Estes podem produzir uma área central onde se instalam instituições, infraestruturas, aglomerados industriais, residenciais, de comércio e serviços, com finalidade de dinamizar a economia local. Assim, é preciso levar em consideração a produção de centros urbanos tendo o Estado como agente regulador e ordenador:

O Estado produz o espaço regulador e ordenador que tende a estabelecer-se no seio do mundial reproduzindo a oposição centro-periferia [...] o que significa a dominação de centros sobre o espaço dominado que exercem controle do ponto de vista organizacional administrativo, jurídico, fiscal e político sobre as periferias, coordenando-as e submetendo-as às estratégias globais do estado. Estratégias de poder fundadas no aparelho estatal enquadram territórios e populações reproduzindo um espaço de confrontos e conflitos (CARLOS, 2007, p. 28).

A produção da concentração dos meios de produção em um determinado espaço pode ser considerada como um momento da produção de centros e centralidades urbanas. A instalação de capitais fixos, infraestruturas e investimentos de modo geral na cidade pode ser considerada como a produção quantitativa e econômica do centro urbano. Mas mesmo essa produção quantitativa só é construída com a ação humana, ou seja, socialmente. Explicar a produção de centro e centralidades urbanas considerando a produção de concentração e aglomerados urbanos é necessário para o entendimento da complexidade da sociedade capitalista. Isso implica dizer que não há necessidade de criarmos uma dicotomia concentração *versus* centro, pois tanto um quanto o outro não somente são produzidos socialmente, como são processos inseparáveis. Nossa postura a cerca dessa temática parte da explanação de Lefebvre (1991), quando ele diz que a lógica formal é um momento da lógica dialética, portanto, uma não exclui a outra. Podemos dizer, contudo, que a produção de concentração/aglomeração é um momento da produção de centros e da centralidade urbana, por isso deve ser analisada em sua totalidade social, sem oposição. Sendo assim, a produção



de centro e centralidades urbanas tende a ser determinada pela força do modo de produção capitalista, na busca da realização do movimento do capital.

## **2.1 A reprodução das relações sociais de produção no processo de reestruturação produtiva**

A reestruturação produtiva capitalista racionalizada requer a organização da vida prática social, na qual se realizam as relações de trabalho, produção, consumo e a própria reprodução da vida humana. A vida prática social se estabelece de modo organizado e repetitivo, permitindo que as mudanças ocorridas na reestruturação produtiva possam ser assimiladas como algo banal e corriqueiro, o que revela o caráter racional da formação de centros e centralidades. É nesse sentido que a análise da reestruturação produtiva pela determinação da produção de centro e centralidade urbana pode levar ao entendimento das determinações da vida prática social na totalidade do movimento de reprodução das relações sociais capitalistas (CARLOS, 2011).

Giddens (1999) aborda a questão da reestruturação produtiva ao investigar a sociedade moderna, cuja origem se associa ao desenvolvimento do capitalismo e de suas instituições. Esse processo revela-se no uso e no avanço da ciência e da tecnologia voltados para a aceleração da produção de mercadorias no mundo globalizado, para além da esfera da produção. A tecnologia invade as relações sociais: “O impacto do industrialismo é claramente não limitado à esfera de produção, mas afeta muitos aspectos da vida cotidiana, bem como influencia o caráter genérico da interação humana com o ambiente material” (*Idem*, p. 88). Assim, a reestruturação produtiva levaria à reprodução do próprio modo capitalista de produção pelas ações sociais determinadas por ele, renovando as práticas produtivas e sociais, em um processo de movimento nunca acabado. Nas palavras de Giddens (1999, p. 48, 49): “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reforçadas à luz de informações renovadas sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.

Bauman (2001, p. 75) também discute a reestruturação produtiva ao pensar a modernidade como um processo de transformação das relações sociais: das relações produtivas rígidas do fordismo, associado ao “Capitalismo Pesado” e enraizado socialmente, para a produção “flexível”, associada ao “Capitalismo Leve”, na qual o capital e o trabalho podem fluir e mobilizarem-se pelo mundo com maiores facilidades, derrubando as barreiras

sociais que impediam essa mobilidade. Para o autor, essa forma de produção flexível, fluida e maleável caracteriza a modernidade e a sociedade, cujas relações sociais, até então sólidas, desintegraram-se em algo como um líquido que é facilmente modificado, caracterizado por movimentos de fluidez, transbordamento e derretimento. Esse movimento da produção flexível exige uma “sociedade fluida”: “A desintegração social é tanto uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder, a qual tem como ferramentas principais o desengajamento e a arte da fuga. Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas” [...] (*Idem*, 2001, p. 23). A principal ideia defendida por Bauman (2001, p. 70-116) é a de que a transformação da “sociedade líquida” significa o esgotamento da ilusão de uma sociedade perfeita, defendida pelos racionalistas com ar de progresso técnico econômico. Além disso, para o autor, as mudanças provocadas pela desregulamentação e privatização apresentam o indivíduo como marca da sociedade moderna, isto é, houve um processo de individualização que significou a fragmentação do coletivo, fazendo crer que há uma autonomia individual perante a determinação social e econômica historicamente construída. Esse aspecto contribui para explicar, no contexto de reestruturação produtiva, as novas práticas sociais de produção de centros e centralidades contemporâneas. Na conjuntura atual, as classes dominantes dizem que o próprio indivíduo é o culpado pelas suas frustrações e pelo desemprego causado pela reestruturação produtiva. Deste modo, o desemprego não se apresenta como um processo inerente ao capitalismo (desvalorização da força de trabalho), mas enquanto culpa individual. Esse discurso é adotado pelas elites, inclusive pela mídia, fazendo crer que é o indivíduo que não está suficientemente qualificado para ingressar no mercado de trabalho.

Uma possível forma de analisar a reprodução das relações sociais de produção é através da relação inerente entre a produção e o consumo de mercadorias. Se os trabalhadores e a sociedade como um todo não consumissem, não haveria produção que fizesse o ciclo capitalista produção-distribuição-troca(circulação)-consumo se concretizar. Harvey (2013) observa essa relação basilar entre o funcionamento capitalista e a reprodução social, demonstrando como a relação entre *produção* e *consumo* abre possibilidades de compreensão da reestruturação produtiva e da reprodução das relações sociais de produção, pois trata-se de uma correlação de forças, uma busca por um “equilíbrio social” pelo consumo e um “equilíbrio da produção”, isto é, por estabilização da sociedade capitalista. Esse equilíbrio, no entanto, nunca é alcançado. De acordo com Harvey (2010), para alguns autores, a *oferta* de produtos cria sua própria *demanda*, assim como defende a Lei de Say. Malthus, por exemplo,

afirma que o desejo humano de uma demanda causaria a saturação de produtos e da produção. Já para Ricardo, a poupança levaria à acumulação. Marx critica tais autores justamente em função da crença que sustentam na possibilidade de um equilíbrio metafísico, irreal, entre oferta e demanda. Para Marx, há uma relação de interdependência entre *produção* e *consumo*. Ele considera que a produção de mercadoria, desde as matérias-primas até a força de trabalho, envolve o consumo, e as mercadorias produzidas têm valor de uso e criam novos desejos humanos para o consumo. Sendo assim, a relação oferta-demanda não se dissocia da produção e consumo. A rejeição de Marx do “equilíbrio” entre oferta-demanda se baseia, portanto, na criação de crise, em que o desequilíbrio entre oferta-demanda e produção-consumo emerge:

Em um dado momento, a oferta de todas as mercadorias pode ser mais que a demanda por todas as mercadorias, pois a demanda pela mercadoria geral, o dinheiro [...] é maior que a demanda por todas as mercadorias específicas. Se a relação entre a demanda e a oferta é considerada em um sentido mais amplo e mais concreto, então ela compreende também a relação de produção e consumo. Aqui, mas uma vez, a unidade dessas duas fases, que existe e obrigatoriamente se aplica durante a crise, deve ser oposta à separação e ao antagonismo dessas duas fases. (Marx 1970, p. 504-5) apud (HARVEY, 2013, p. 127).

As crises permitem a criação de novas relações de produção em outros níveis, produzindo a reestruturação produtiva. Como processo de desvalorização do capital-monetário, o capital-mercadoria fica ocioso:

Todas as crises são crises de realização e resultam na desvalorização do capital. Um exame da circulação do capital e de suas possíveis desagregações sugere que essa desvalorização pode assumir diferentes formas tangíveis: (1) capital monetário ocioso; (2) capacidade produtiva não realizada; (3) força de trabalho desempregada ou subempregada; e (4) um excedente de mercadorias (estoques excessivos) (HARVEY, 2013, p. 143).

A necessidade do ciclo do capital de realizar-se pelo consumo de mercadorias revela a sua contradição interna, pois, por um lado, os trabalhadores consomem mercadorias e são importantes para o mercado, mas, por outro, os capitalistas tendem a lhes pagar o “mínimo preço” possível (HARVEY, 2013, p. 143) pela sua força de trabalho. Isso afeta diretamente o volume de dinheiro pago para a “massa trabalhadora” e o montante retornado aos capitalistas na realização do consumo de mercadorias pelos trabalhadores. Nesse sentido, há um risco constante de limitação de consumo na sociedade geral, razão pela qual os capitalistas criam novas necessidades, novos produtos e novo estilo de vida, além de relativo aumento do padrão

de vida dos trabalhadores, como meios para manutenção do ciclo de produção de novos produtos e consumo de mercadorias. A tentativa de resolver o problema da superacumulação direciona os capitalistas à produção mundializada, criando um mercado mundial. Mas isso não resolve o problema da demanda, pelo contrário, não faz senão reproduzir em nível global as contradições das nações capitalistas. Nem mesmo a criação de novos produtos e novos desejos humanos alimentados, com mais dinheiro disponível para o consumo, pode solucionar a produção excessiva.

O dinheiro injetado na economia não garante a sua conversão em capital senão pelo lançamento de dinheiro em circulação sem base na produção de mercadorias, isto é, pelo lançamento de “capital fictício”. Este, no entanto, ainda não resolve o problema da crise, na medida em que reforça a intensidade da desvalorização do capital, visto que, nos momentos de crise, o capital fictício e creditício deve retornar à base monetária. É verdade que ele possibilita a produção de produtos futuros, via financiamento/empréstimos, mas o pagamento do financiamento pelo produtor ao bancário dependerá do sucesso da produção e da venda da mercadoria. É justamente nesse ponto que reside um dos problemas que impedem que se gere o pretensível equilíbrio entre produção-consumo: “O sistema de crédito registra a “altura da distorção” em um ponto em que a acumulação das reivindicações supera em muito a produção real” (HARVEY, 2013, P. 356).

Assim, reestruturação produtiva indica a incapacidade do modo capitalista de produção de manter o “equilíbrio econômico” e a “conformação social” às relações sociais de produção. A racionalização da reestruturação produtiva revela, paradoxalmente, a irracionalidade do modo capitalista de produção. Por isso, a relação entre produção e consumo pode indicar a forma pela qual a reprodução das relações sociais de produção se realiza e a reestruturação produtiva comanda esse processo. Harvey (2013) demonstra compreender profundamente esse processo, observando as mudanças ocorridas internamente ao movimento do ciclo capitalista e das relações de produção. Entretanto, por privilegiar conceitos marxistas e sua reinterpretação no contexto atual, suas análises acabam por não abarcar as transformações sociais no sentido da produção de centros e centralidades urbanas na escala local, em sua tessitura da prática social, limitando-se à consideração de que há transformações das áreas centrais pelas estratégias de reprodução do capitalismo na escala local e global e à abordagem das mudanças gerais que ocorrem nas relações de trabalho, na vida do trabalhador e na vida social como um todo. Sendo assim, é explanação de Lefebvre (1973) que tomamos

como ponto de partida para análise das consequências da reestruturação produtiva na prática social da produção de centros e centralidades urbanas.

A investigação da reestruturação produtiva do capital global, abstrato e distante, requer compreensão da profunda cisão entre o global e o local (o vivido) na prática social e concreta, pois é nela que se realiza a reestruturação produtiva pelas relações sociais na produção de centros e centralidades urbanas, provenientes desse processo. Assim, nossa perspectiva teórica exige uma análise para além da esfera da produção “*stricto sensu*” (maquinários, técnica, mão de obra, organização do trabalho, dentre outros). Embora essa análise seja essencial, procuramos superar os aspectos quantitativos, descritivos e aparentes para chegarmos ao entendimento espacial e temporalmente possível das “relações sociais de produção”, visto que a realidade social é movente, e não permite nunca que se chegue a um entendimento pronto e acabado, apenas à “verdade do momento”, como diz Lefebvre (1991).

A sociedade capitalista se constitui pelas relações entre Terra-Capital-Trabalho na produção e na sociedade, pelos aspectos formais do código civil, situando no Estado o nível geral de reprodução social, no sentido de regulação das relações de produção (LEFEBVRE, 1973, p. 08-11). A reestruturação produtiva, levada a cabo pela ideologia do Estado, mascara a produção de novas relações a partir da interação com relações de produção antigas, movimento indicativo da decadência e da reconstituição do capital. Esse processo de reconstrução e reintegração das relações sociais existentes nunca se dá de maneira acabada e fechada, mas com movimentos contraditórios e antagônicos, que revelam o devir social (*Idem*, p. 12, 13). Na sociedade contemporânea, a reestruturação produtiva se realiza dialeticamente a partir de três elementos: 1) manutenção das relações sociais de produção e de propriedade, no curso das forças produtivas; 2) regressão, degradação, transgressões, no nível cultural, da família e de amizade, “na vida socioeconômica dos grupos sociais”; 3) produção de novas relações sociais nos grupos sociais, no processo produtivo, utilizando o cotidiano, o urbano, o espaço (LEFEBVRE, 1973, p.14). A análise do movimento da reestruturação produtiva na perspectiva dialética evidencia seus aspectos positivos e negativos. Por um lado, há a apropriação da natureza e da propriedade da terra pelo homem, em suas necessidades humanas, incluindo o corpo, necessidades e desejos, em um processo de destruição da natureza e de sua reconstrução em outro nível, a segunda natureza (a cidade e o urbano). Mas há, também, o movimento de choques e conflitos, da separação e das reduções no conjunto social, o movimento que vai do vivido (singular e inicial) ao viver (universal, conhecido e reconhecido), por meio das particularidades e do caos das coisas (*Idem*, 1973, p.15, 16).

A respeito da manutenção e reprodução do capital e da sociedade, Lefebvre (1973) afirma:

Todo o crescimento econômico pressupõe, portanto, simultaneamente, a reprodução alargada da força de trabalho e da maquinaria, por outras palavras, do capital constante (fixo, investido) e do capital variável (salários), segundo proporções que Marx analisa; ele mostra que o capitalismo não as realiza sem períodos críticos, em que se defrontam as auto-regulações espontâneas (médias sociais) e os conflitos. São as crises econômicas (LEFEBVRE, 1973, p.49).

A reprodução do ciclo D-M-D envolve o movimento cíclico econômico entre crise/animação/depressão, que tende a reproduzir as condições próprias do capital, do contrário, não haveria processos cíclicos. Mas Lefebvre (1973) procura superar a ideia de “reprodução dos meios de produção”, que trata da esfera produtiva. Segundo o autor, Marx havia identificado que a reprodução do capital implicava reprodução social, embora tenha dispensado maior atenção à reprodução do capital, motivo que explica por que a passagem da “reprodução dos meios de produção” para a “reprodução das relações sociais de produção” foi mais investigada criticamente, após a segunda guerra mundial, possibilitando o refinamento das ideias marxistas. Lefebvre (1973) procura explanar a reprodução das relações sociais de produção, envolvendo a produção, a sociedade como um todo, para além das relações estritamente produtivas da fábrica. Com isso, há possibilidades de investigação de como a reestruturação produtiva se realiza, na esfera quantitativa e econômica, e de quais são as mudanças sociais provenientes desse processo, isto é, como a reestruturação produtiva é produzida socialmente.

A reestruturação produtiva acontece como esforço de manutenção e reprodução do capital, mas também para manter os capitalistas, a sociedade burguesa, procurando perpetuar as relações sociais. Assim, nas palavras de Lefebvre (1973, p.50-1), “A sociedade burguesa ou subsiste, ou se desmorona. Ou a revolução introduz relações (sociais) de produção radicalmente novas [...], ou então perpetuam-se as antigas relações por uma espécie de inércia e de efeito interno”. Nesse movimento de reestruturação produtiva, identificamos a reprodução da produção e das relações sociais para além da esfera produtiva: “Marx mostra por que razão o processo não se interrompe, pois reproduz as suas próprias condições [...] as relações de produção são o resultado incessantemente renovado, do processo de produção e que a reprodução é também reprodução das relações” (*Idem*, 1973, p.52).

A investigação do processo de reestruturação produtiva pode evidenciar a reprodução das relações de produção na prática social desde que se rompa com a investigação clássica, direcionando a análise para além da reestruturação produtiva dentro da fábrica, da empresa e da produção de mercadoria. Essa perspectiva de análise torna ainda mais complexo o entendimento das mudanças provenientes da reestruturação produtiva, pois além da explicação sobre a reprodução do capital e das estratégias da classe dominante de planejamento (da suposta coerência), permite a investigação das transformações das relações sociais de produção, dos conteúdos sociais:

“[...] o lugar da reprodução das relações de produção (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção), é simultaneamente ocasião e instrumento duma planificação (ordenamento do território), duma lógica do crescimento. A prática social do capitalismo implica e contém saber, a lógica (busca de coerência), uma ideologia da coesão e das contradições à escala global” (LEFEBVRE, 1973, p.17).

A reestruturação produtiva trata de uma das estratégias dos capitalistas para colocar em prática seus projetos, que nascem da concepção do espaço abstrato, matemático, idealizado, pertencente ao domínio da lógica formal, que persiste na ciência, tal como explica Moulines (2011). Porém, a materialização de projetos racionalizados implica na lógica dialética desde o momento em que o espaço se torna social, a partir das relações sociais que se estabelecem com início no projeto racionalizado. A partir das contribuições de Lefebvre (1973), podemos dizer que a reestruturação produtiva parte do plano abstrato, pensada pelos capitalistas a fim de manter o ciclo de reprodução do capital, e concebe o espaço (e o centro) como homogêneo, linear e a-histórico. Essa perspectiva decorre dos estruturalistas e de muitos cientistas que defendem um “saber puro”, uma “prática científica neutra”. É interessante notar que essa ideia de neutralidade científica permanece na ciência moderna, tal como aponta Moulines (2011), embora haja contraposição dessa perspectiva e autores que buscam considerar, nessa questão, o movimento social. A defesa da “pureza” e “neutralidade” da ação dos cientistas, subsidiando as ações dos capitalistas, tende a produzir projetos racionalizados, desconsiderando o movimento social, o contexto histórico e a reprodução da vida social, que é o que permite realizar o movimento de reestruturação produtiva.

A partir da reflexão de Lefebvre (1973) e Carlos (2008), podemos dizer que a análise da reestruturação produtiva como processo de realização de projetos racionalizados, na realidade concreta e social, pode revelar os conflitos e contradições entre o valor de troca e o

valor de uso entre a necessidade de reprodução do capital e a necessidade de humana de reprodução da vida. Desse modo, entre a esfera racionalizada da reestruturação produtiva e a esfera da reprodução das relações de produção pelas relações sociais, existem as fissuras, as contradições, os conflitos entre o social e o econômico, que se constituem em movimento histórico e determinado, mas aptos a constatar a ordem imposta, pois a reprodução implica produção de novas relações e, ao mesmo tempo, a reestruturação produtiva mostra esse movimento de renovação de reestruturação.

## **2.2 A formação da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande e a produção de centros urbanos**

A produção de centros urbanos na Conurbação remete ao processo histórico-geográfico de ocupação territorial e reorganização das forças produtivas econômicas nessa região. Por volta de 1670, a produção açucareira, que se concentrava no litoral da colônia, começou a declinar. A fim de evitar uma crise econômica, o rei de Portugal resolveu incentivar a procura e exploração de minérios pelo território brasileiro. Assim, os bandeirantes paulistas passaram a organizar expedições de busca de pedras preciosas, adentrando o território brasileiro. É assim que, a partir do século XVII, tem início a ocupação urbana na Conurbação, com o deslocamento de pessoas do litoral para o interior do território impulsionado sobretudo pela busca e extração de minérios, aliados à exploração do ouro e às atividades da pecuária e agricultura que, embora em menor intensidade, contribuíram para a fixação da população e, ao mesmo tempo, para a exploração da colônia.

Vilarinho-Neto (2009) explica que a fundação da cidade de Cuiabá em 1719, pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral e a criação da capitania de Mato Grosso em 1748 permitiram o desmembramento dessa localidade da capitania de São Paulo. Com a chegada e fixação dos bandeirantes, foram descobertas e exploradas jazidas de ouro, inicialmente no Rio Coxipó (atual Coxipó do Ouro) e, posteriormente, no córrego Prainha, na área central da cidade. A procura de pedras preciosas atraía fluxo de pessoas que se reuniam em arraia e nos simples aglomerados de edificações rústicas. Nesse sentido, os primeiros traçados das ruas da cidade se deram de forma irregular, delimitando a ocupação residencial circunscrita por poucas quadras. É importante destacar, no entanto, que a riqueza provinda da exploração mineral não foi investida na cidade, muito menos distribuída igualmente, visto que parte



significativa da riqueza produzida era destinada a Portugal e às elites locais dominantes. Ainda assim, a atividade da mineração foi responsável por mudanças na Colônia, sobretudo em função de sua significativa contribuição para o povoamento e urbanização das regiões mineiras, inclusive para o avanço dos negócios no interior do território da região Centro-Oeste. Os tropeiros eram os principais responsáveis pelo abastecimento e comercialização de mercadorias nas regiões mineradoras. As suas rotas de ligação à Cuiabá definiram as primeiras vias em Várzea Grande.

No século XIX, o ouro entrou em decadência e, por isso, a exploração de diamantes no interior do estado foi intensificada. Introduzida na colônia pelos portugueses, a atividade da pecuária era tímida, mas passou a se fortalecer com a crise da exploração de minérios. Em 1822, a capitania se tornou província de Mato Grosso, e em 1891, foi transformada em Estado. As políticas de colonização e migração para a expansão das atividades econômicas e ocupação do interior do território contaram com a atuação da esfera federal, por meio do Departamento Nacional de Povoamento (1931) e o Departamento de Terras e Colonização (1938). Além disso, em 1943, foi criada a expedição Roncador-Xingu, que visava a colonização do Brasil Central e da Amazônia, para isso, penetrava-se por Mato Grosso. Esse contexto significou o aumento populacional no Centro-Oeste e, conseqüentemente, o alargamento do tecido urbano, formando a Conurbação. Identificamos, na tabela nº 10, que de 1872 até 1940 não havia informações de população residente em Várzea Grande; provavelmente, havia ali menos de 5 mil habitantes, visto que em 1950 havia 5.503 moradores. Já na cidade de Cuiabá, nesse mesmo intervalo de tempo, houve aumento populacional de 35.987 para 54.394 mil pessoas. Os primeiros núcleos urbanos em Mato Grosso formaram-se, assim, em associação com a exploração mineral, embora a ocupação espacial ainda fosse restrita, concentrando-se na cidade de Cuiabá. Monteiro (1987) destaca que a tentativa de organização e desenvolvimento de Várzea Grande começou a partir da construção da primeira ponte sobre o rio Cuiabá, em 1942. Entretanto, até o ano de 1950 não havia desenvolvimento da cidade, a não ser pela pavimentação de trecho da Avenida Couto Magalhães para beneficiar pouco mais de quatro mil habitantes.

Por volta de 1967, criou-se a SUDECO, importante para administrar a ocupação do Centro-Oeste, processo que atraiu investidores que passaram a adquirir terras no estado. Além disso, havia incentivo à colonização, tanto para projetos públicos quanto privados, o que contribuiu para a intensificação da atividade agropecuária e aumento da migração. De 1950 a 1980 houve um salto populacional na Conurbação: em Várzea Grande, a população passou de

pouco mais de 5 mil habitantes para 76.676 mil habitantes, e em Cuiabá, nesse mesmo período, os indicadores subiram de 56.204 mil habitantes para 212.984 mil habitantes. As políticas de planejamento regional, encaminhadas pelo Estado na esfera federal, contribuíram decisivamente para o intenso fluxo de pessoas que migraram para a Conurbação Cuiabá/Várzea Grande. A busca pela “integração nacional” por meio da ocupação estava estritamente ligada às atividades da agricultura e da pecuária no Estado de Mato Grosso, tal como mostramos no Capítulo 1 desta tese. A população continuou crescendo nas décadas seguintes, de 1980 a 2010. Em Várzea Grande, houve um salto populacional de 76.676 mil habitantes para 252.709 mil habitantes, enquanto em Cuiabá o salto foi de 212.984 mil para 551.530 mil habitantes, totalizando mais de 800 mil moradores na Conurbação. Nesse sentido, as décadas de 1970, 1980 e 1990 foram marcadas pelas maiores taxas de aumento populacional. Houve continuidade do crescimento populacional em 1980 e 1990 de maneira significativa, diminuindo expressivamente entre 2000 e 2010, mas ainda crescendo, considerando que o quantitativo estimado para o ano de 2017 foi de 864.131ha na Conurbação.

As altas taxas dos índices populacionais entre 1980 e 1990 podem ser explicadas, por um lado, pelos efeitos dos discursos e ações de “integração nacional”, e, por outro lado, em decorrência das transformações ocasionadas pela modernização do campo, condicionando a espacialização produtiva, além do fortalecimento da agropecuária e do setor do agronegócio. A mudança na estrutura produtiva de Mato Grosso neste período associou-se estreitamente às estratégias para superação da crise bancária de 1982 (EUA) e da crise da década de 1990 no Brasil. A estratégia de flexibilização favoreceu o fortalecimento do mercado financeiro internacional, tal como se identifica na força do setor do agronegócio demonstrada no Capítulo 1 desta tese.

**Tabela 10 – População Residente na Conurbação Cuiabá – Várzea Grande / MT**

ANO	Cuiabá		Várzea Grande		Conurbação Cbá-VG	
	População	I % a.a.	População	I % a.a.	População	I % a.a.
1872	35.987	---	---	---	35.987	---
1890	17.815	-3,83	---	---	17.815	-3,83
1900	34.393	6,80	---	---	34.393	6,80
1920	33.678	-0,10	---	---	33.678	-0,10
1940	54.394	2,43	---	---	54.394	2,43
1950	56.204	0,33	5.503	---	61.707	1,27
1960	57.860	0,29	11.044	7,21	68.904	1,11
1970	100.865	5,71	18.146	5,09	119.011	5,62
1980	212.984	7,76	76.676	15,50	289.660	9,30
1990	380.140	5,96	151.314	7,03	531.454	6,23
1991	402.813	5,96	161.958	7,03	564.771	6,23
2000	483.346	2,04	215.298	3,21	698.644	2,39
2010	551.530	1,33	252.709	1,61	804.239	1,42
2017*	590.118	-	274.013	-	864.131	-

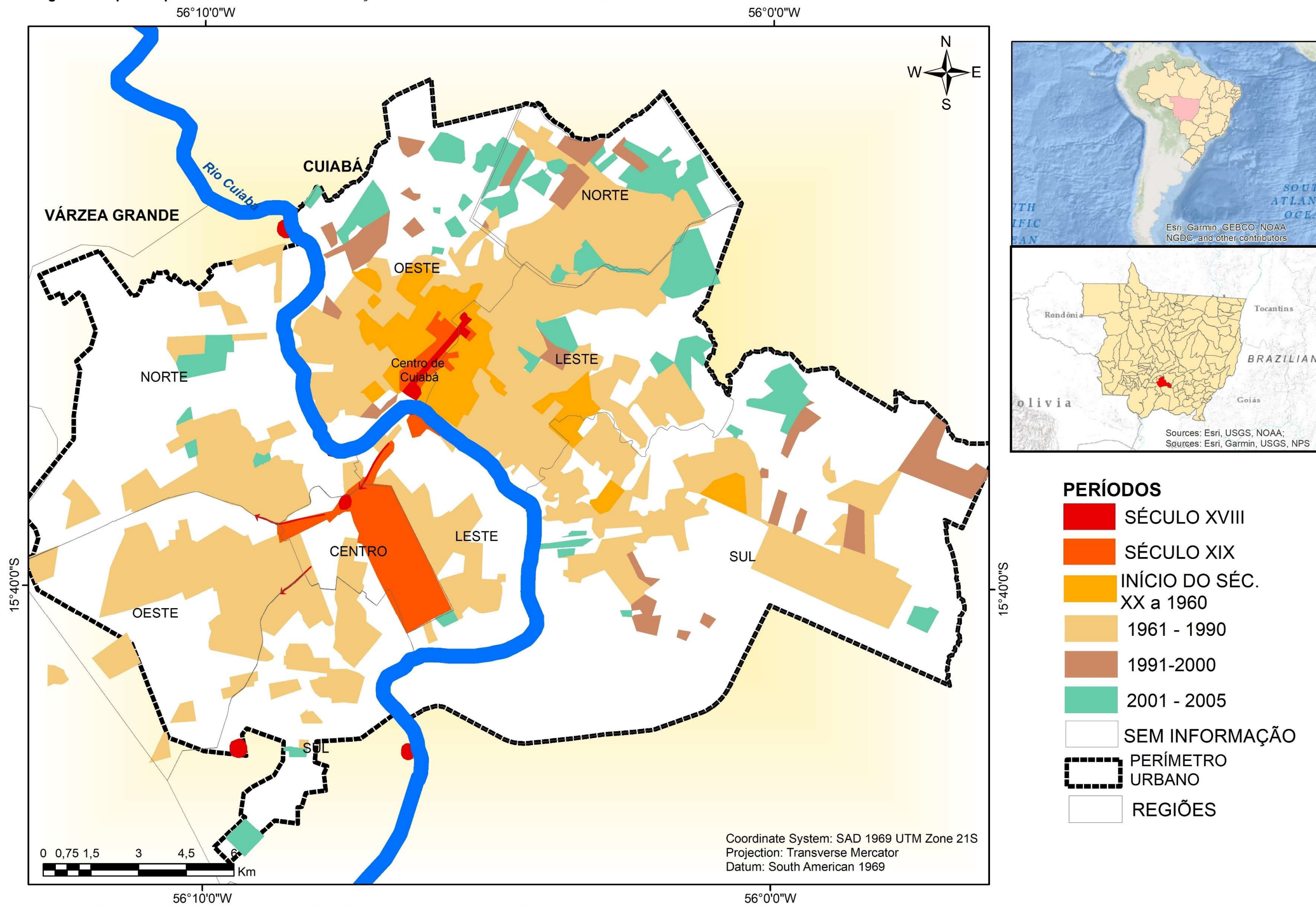
Fonte: Várzea Grande, 2013. IBGE (2014): <http://www.ibge.gov.br>. Org. SILVA, R.B 2015. OBS: \*Estimada.

As transformações produtivas da agropecuária provocaram, inclusive, o decréscimo de postos de trabalho por conta da mecanização do campo (conflitos pela terra, dentre outros) e influenciaram o crescimento populacional das cidades, em especial da Conurbação, a qual foi sendo transformada em centro de serviços e comércios, decorrente das atividades econômicas desempenhadas no Estado de Mato Grosso. Ao mesmo tempo em que o crescimento populacional se intensificava, o tecido urbano da Conurbação foi se alargando de forma irregular e fragmentada. Verifica-se, na figura nº6, que, no século XVIII e XIX, a ocupação urbana na Conurbação se restringia às principais rotas dos bandeirantes e tropeiros e às áreas onde foram instalados pequenos povoados, os arraiais, ligados ao período de exploração mineral. Constata-se também que, até 1960, a ocupação urbana se restringia mais à área do centro histórico de Cuiabá e ao seu entorno imediato. Percebe-se, ainda, que é nesse período que o alargamento do tecido urbano se dá com maior intensidade, de forma irregular, direcionando-se para as bordas da área urbana, fragmentando o tecido urbano, com manchas urbanas longe do centro da cidade. Constata-se que o tecido urbano foi se expandindo à medida que avançavam as políticas migratórias e de incentivo à produção econômica, sobretudo da agropecuária. A análise dos dados concernentes ao crescimento econômico de

Mato Grosso, explicados no primeiro capítulo desta tese, permite constatar que os índices de produção tiveram alta, assim como lucros significativos dessa atividade econômica. Entretanto, a riqueza produzida pelas elites agrárias e industriais se deu de modo monopolizado e descompromissado com o desenvolvimento social, inclusive, sem reverter ou reinvestir maciçamente esses proventos na urbanização e em obras de infraestrutura de equipamentos sociais. Em certa medida, isso explica o descolamento entre crescimento econômico e desenvolvimento social em Mato Grosso e na Conurbação, o que produz uma gritante contradição: Mato Grosso está entre os estados mais ricos em produção econômica, mas a Conurbação apresenta alto índice de desigualdade social.

Monteiro (1987) afirma que, em Várzea Grande, somente a partir de 1968, durante a gestão de Sarita Baract, foram doadas as primeiras terras em incentivo à instalação de indústria e comércio na cidade, processo a que Ary Leite de Campos (1970) deu continuidade. Com a construção da Cuiabá-Santarém, houve aumento de migração de pessoas para as novas cidades de Mato Grosso, tal como Sinop, mas, segundo Monteiro, muitas pessoas ficaram na Conurbação: “Várzea Grande, com o incentivo na área industrial, recebeu alto percentual migratório e, em quinze anos (1970-1985) [...] destacou-se, pois recebeu mais de cem mil novos habitantes, que impulsionaram suas indústrias, comércio e agricultura” (MONTEIRO, 1987, p. 115, 116). Os bairros que tiveram maior ocupação urbana foram aqueles localizados nas imediações do centro da cidade, tal como o Jardim Glória, além de outro mais distante, tal como o Bairro Cristo Rei. No mapa de espraiamento urbano, constata-se ainda que, entre 1960 e 1990, o processo se deu com mais intensidade, ocupando uma área maior do que em qualquer período anterior ou posterior. Durante esse período, houve o fortalecimento da produção agropecuária a partir das políticas de reestruturação econômica e produtiva, sobretudo as de avanço da fronteira agrícola postas nos PND's e analisadas no Capítulo 1 desta tese. Esse período marca a transição da agropecuária tradicional para a agricultura moderna, representada pelo fortalecimento do agronegócio a partir de 1990. Entre 1991 e 2000 constata-se, em Cuiabá, a ocupação urbana cada vez mais fragmentada e distante do centro histórico da cidade, concentrando-se na região norte e sudeste. Esse padrão de ocupação fragmentada, nas bordas da mancha urbana, persiste entre 2001 e 2015, intensificando-se na área mais ao norte e à leste da área urbana de Cuiabá e ao Norte de Várzea Grande. Com relação à ocupação em Cuiabá, destaca-se a concentração de condomínios de alto padrão em áreas de zona de expansão urbana: “anexada pela Lei nº 4.719, de 2004, é conhecida como região dos florais” SILVA (2016).

Figura 6. Mapa – Espreadimento Urbano – Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT do Século XVIII até 2005



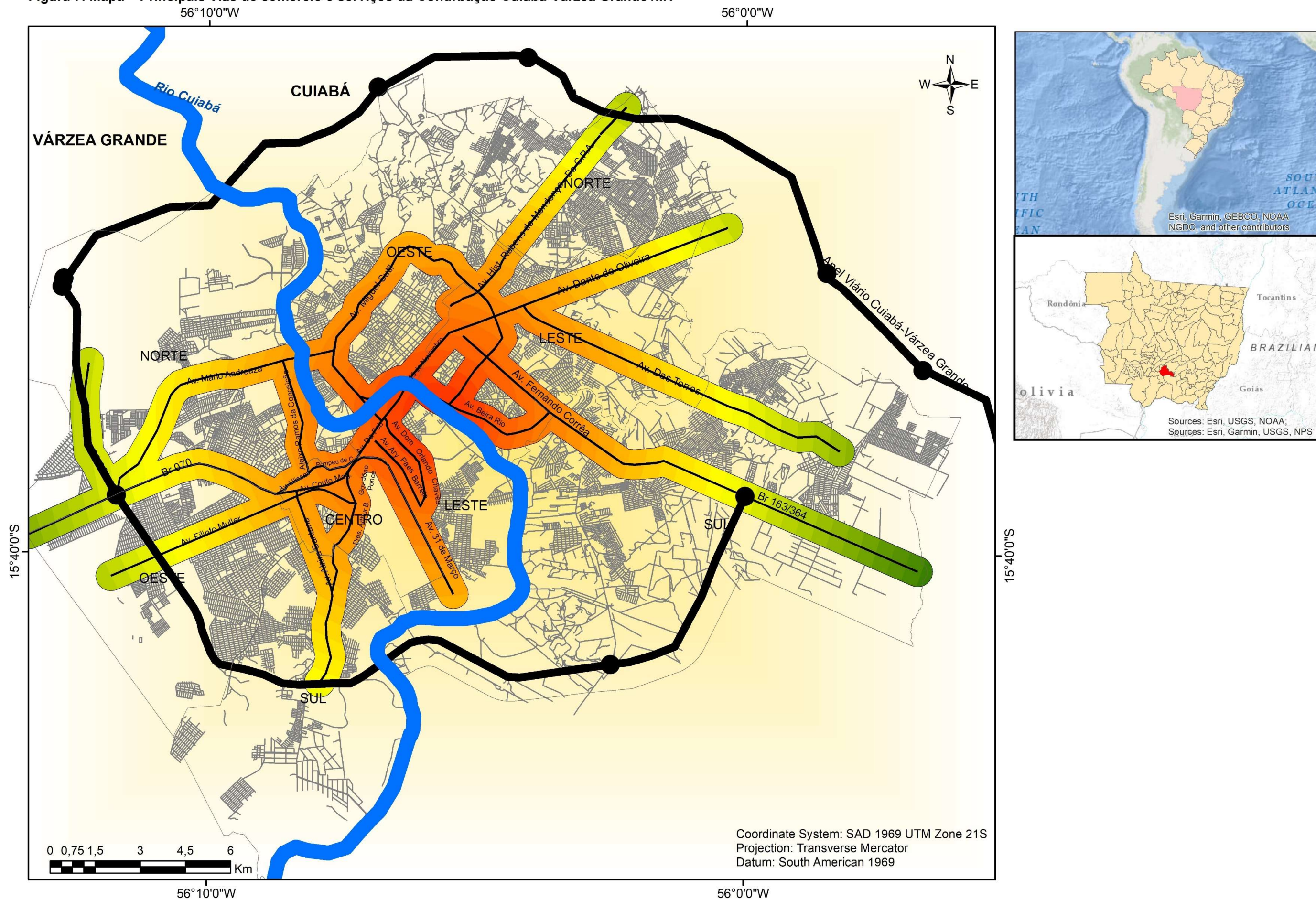
Fonte: Prefeitura de Várzea Grande (2013), SILVA (2015): prefeitura de Cuiabá (2010):

[http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/evolucao\\_urbana\\_de\\_cuiab\\_dez\\_2009.pdf](http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/evolucao_urbana_de_cuiab_dez_2009.pdf) Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.

O desenvolvimento da mancha urbana e espraiamento da Conurbação revela a divisão social espacial do trabalho. As áreas centrais se desenvolvem a partir do núcleo antigo, delimitado pelas principais vias de circulação de pessoas e mercadorias (figura 07), tal como a Avenida da FEB, nomeada em homenagem às tropas brasileiras da Força Expedicionária Brasileira – FEB, primeira rota dos bandeirantes paulistas e a primeira via a ser asfaltada na cidade, em 1957. A avenida inicia-se na ponte Júlio Muller e termina no marco Zero Quilômetro, tendo sido duplicada em 1976 durante a gestão do prefeito Júlio José de Campos. Conforme Monteiro (1987), por volta de 1930, havia, nela, apenas seis casas; em 1987, praticamente toda a sua via estava ocupada. A Avenida da FEB é a artéria principal de ligação entre o centro histórico/principal de Várzea Grande e de Cuiabá.



Figura 7. Mapa – Principais Vias de comércio e serviços da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT



Fonte: Prefeitura municipal de Cuiabá (2012) e de Várzea Grande (2013) Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.



Ao longo dessa via, concentram-se diversas concessionárias de automóveis, de máquinas agrícolas, hotéis e estabelecimentos de serviços (foto nº 09). Recentemente, novos empreendimentos foram instalados, tal como o Fort Atacadista e a Havan. A Avenida da Feb faz ligação com as principais vias de acesso ao bairro Cristo Rei em Várzea Grande, tal como a Avenida 31 de março e a Avenida Dom Orlando Chaves, que concentram diversos estabelecimentos comerciais e de serviços diversos.

**Foto 09 – Mosaico - Vista panorâmica da Avenida da Feb sentido Cuiabá (1) e Empresa de automóveis (2) Empresas de Máquinas Agrícolas (3).**

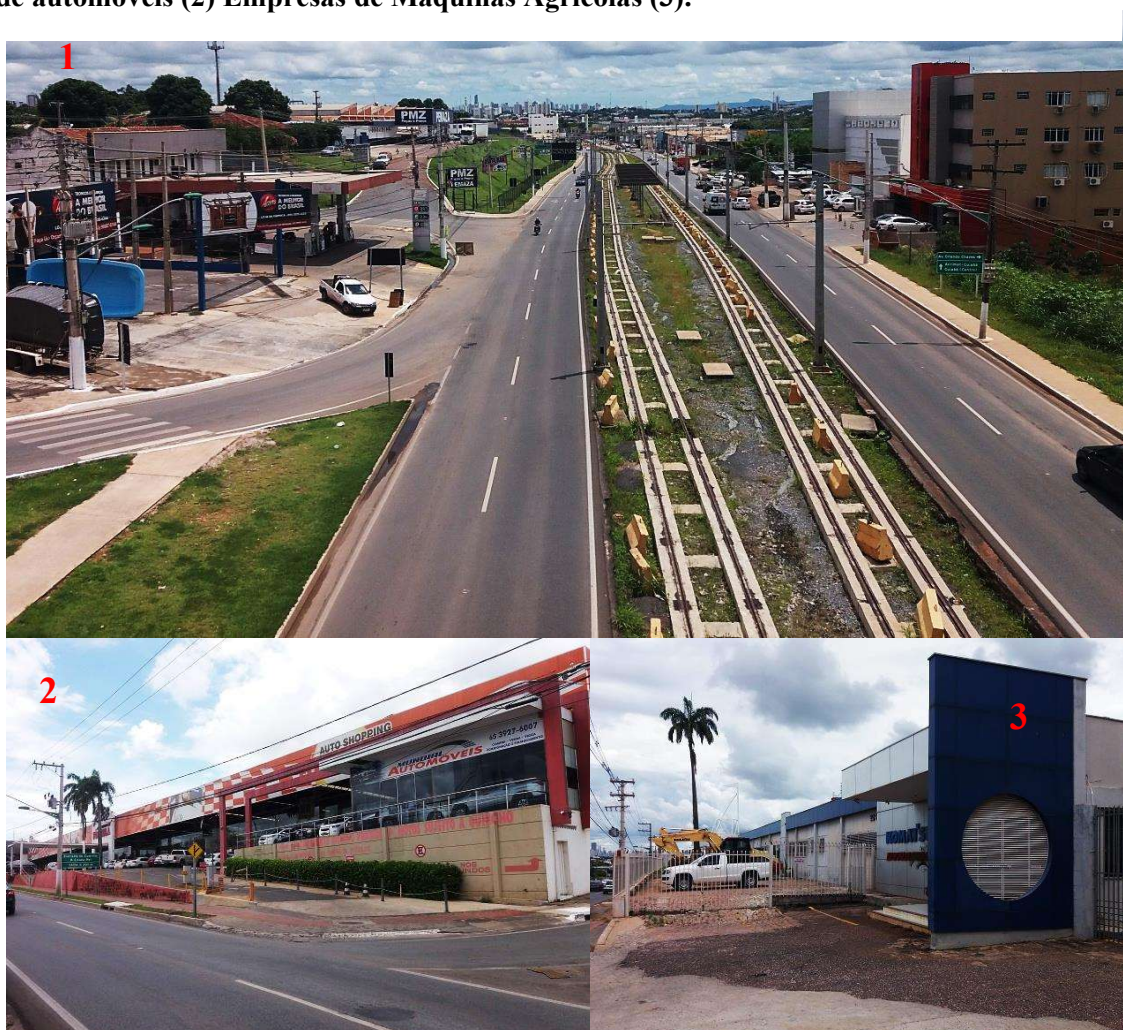


Foto: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

Outra via que merece destaque em Várzea Grande é a **Avenida Alzira Santana**, a antiga estrada da Praia Grande, cujo nome foi modificado em 1970. Nessa via, o tráfego de veículos de cargas foi sendo intensificado pela ligação com os distritos de Bom Sucesso e de Capão Grande. Segundo Monteiro (1987), em 1983, a via foi asfaltada na gestão do prefeito



Jaime Campos, o que promoveu a intensa urbanização no período cinco anos, ou seja, até 1988. Nela, encontra-se o Pronto Socorro de Várzea Grande e, por isso, em suas mediações vê-se diversas farmácias, funerárias, laboratórios e estabelecimentos que oferecem serviços de saúde. O supermercado Comper<sup>33</sup> e uma diversidade de edificações de comércio varejista de vestuários, materiais de construções, produtos farmacêuticos, além de serviços mecânicos e escritórios diversos estão instalados nessa via, que também é um dos principais acessos ao prédio da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

Na **Avenida Governador Júlio Campos** (figura 08), inaugurada em 1985, diversos estabelecimentos comerciais e industriais foram instalados, tornando-a fundamental para o adensamento urbano do Bairro Jardim Glória. Essa via possui intenso tráfego de caminhões, visto que faz ligação com a Br 364/163, em direção aos municípios produtores de *commodities*, localizados ao norte de Mato Grosso, e a Br 060, que se liga ao município de Nossa Senhora do Livramento e Poconé.

**Figura 8 – Vista panorâmica da Avenida Governador Júlio Campos – entroncamento Br 060, 364, 163 e concentração de galpões de serviços e comércio de produtos agrícolas.**



Fonte: googlemaps, 2018. Org: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

Concentram-se, na Avenida Governador Júlio Campos, diversos estabelecimentos de serviços voltados ao setor da agropecuária (fotos 10 e 11), tais como: comércio varejista de medicamentos veterinários, produtos agropecuários, atacadista de algodão, de farinhas, amidos e féculas, indústrias de bebidas, de fabricação de alimentos para animais, venda e

<sup>33</sup> Rede de supermercados do Grupo Pereira, líder no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com presença em Santa Catarina e no Distrito Federal. São 30 unidades no Brasil: Fonte: <https://www.comperdelivery.com.br/institucionais/AntesCompra/QuemSomos.aspx> Acesso, nov. 2018.

locação de máquinas agrícolas, cooperativas agrícolas de cana de municípios vizinhos, tal como de Campo Novo dos Parecis<sup>34</sup>, transportes de cargas e rodoviários, comércio atacadista de agrotóxicos, comércio e serviços da construção civil, serviços mecânicos, dentre outros.

**Foto 10. Concentração galpões de serviços mecânicos – Avenida Governador Júlio Campos.**



Fonte: googlemaps, 2018. Org: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

**Foto 11. Concentração galpões comércio varejista produtos agropecuários – Avenida Governador Júlio Campos.**



Fonte: googlemaps, 2018. Org: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

A **Avenida Couto Magalhães**, nomeada em homenagem ao fundador de Várzea Grande, situada no centro, é a mais importante via comercial da cidade. Originalmente, ela foi estrada boiadeira no século XVIII, tendo sido asfaltada em 1958 no governo de Júlio Domingos de Campos. A elevação da categoria de rua para avenida ocorreu em 1967. Com o

<sup>34</sup> Dados fornecidos pela prefeitura municipal de Várzea Grande pelo processo nº 495246/2018.

passar do tempo, a Avenida Couto Magalhães passou a concentrar diversidade de comércios, instituições bancárias e escritórios dos profissionais liberais, dentre outros. Segundo Monteiro (1987), a abertura dessa avenida e o seu respectivo adensamento comercial promoveram o surgimento de bairros em suas mediações, tal como o bairro Figueirinha e Bairro Glória. Nas proximidades do Posto Zero Quilômetro, concentram-se com mais intensidade estabelecimentos de serviços diversos.

Os principais estabelecimentos de comércio e serviços estão localizados principalmente nas principais ruas da cidade. Em Várzea Grande, de um total de 28.706 estabelecimentos de comércio e serviços, destacamos as edificações com tipologias de uso mais comum, tais como as de comércio varejista e atacadista com o total de 5654 e 1263 edificações respectivamente, tal como se constata na tabela 11. Em seguida, identifica-se a existência de 1631 estabelecimentos prestadores de serviços diversos, bem como de 1260 estabelecimentos de fabricação de produtos diversos. Além disso, existem diversas edificações onde funcionam frigoríficos, locação e vendas de automóveis, Agências Bancárias e diversas atividades.

**Tabela 11. Cadastro Mercantil de Contribuinte - Pessoa Jurídica (2018).**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE EDIFICAÇÕES
Comércio varejista	5657
Comércio Atacadista	1262
Atividade médica	57
Serviços diversos	1631
Transportes rodoviários de cargas	1124
Comércio varejista de produtos alimentícios	213
Serviços combinados de escritórios	113
Comércio de matérias-primas e aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas	31
Locação e venda de automóveis	293
Fabricação de produtos diversos	1260
Frigorífico de abate bovino	28
Agências Bancárias	57
<b>Total</b>	<b>11726</b>
Total – Banco de Dados prefeitura	28706
Diferença (outros)	16980

Fonte: Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT, Secretaria da Gestão Fazendária através do processo nº 495246/2018. Org. SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018. <sup>35</sup>

<sup>35</sup>Solicitamos à prefeitura de Cuiabá (processo nº: 00.001.591/2018) esses dados, referentes aos estabelecimentos de comércio, serviços e indústrias de Cuiabá, mas não os obtivemos, o que dificultou a análise da Conurbação como um todo e impossibilitou gerar o mapa de centralidade (figura 9) da Conurbação.

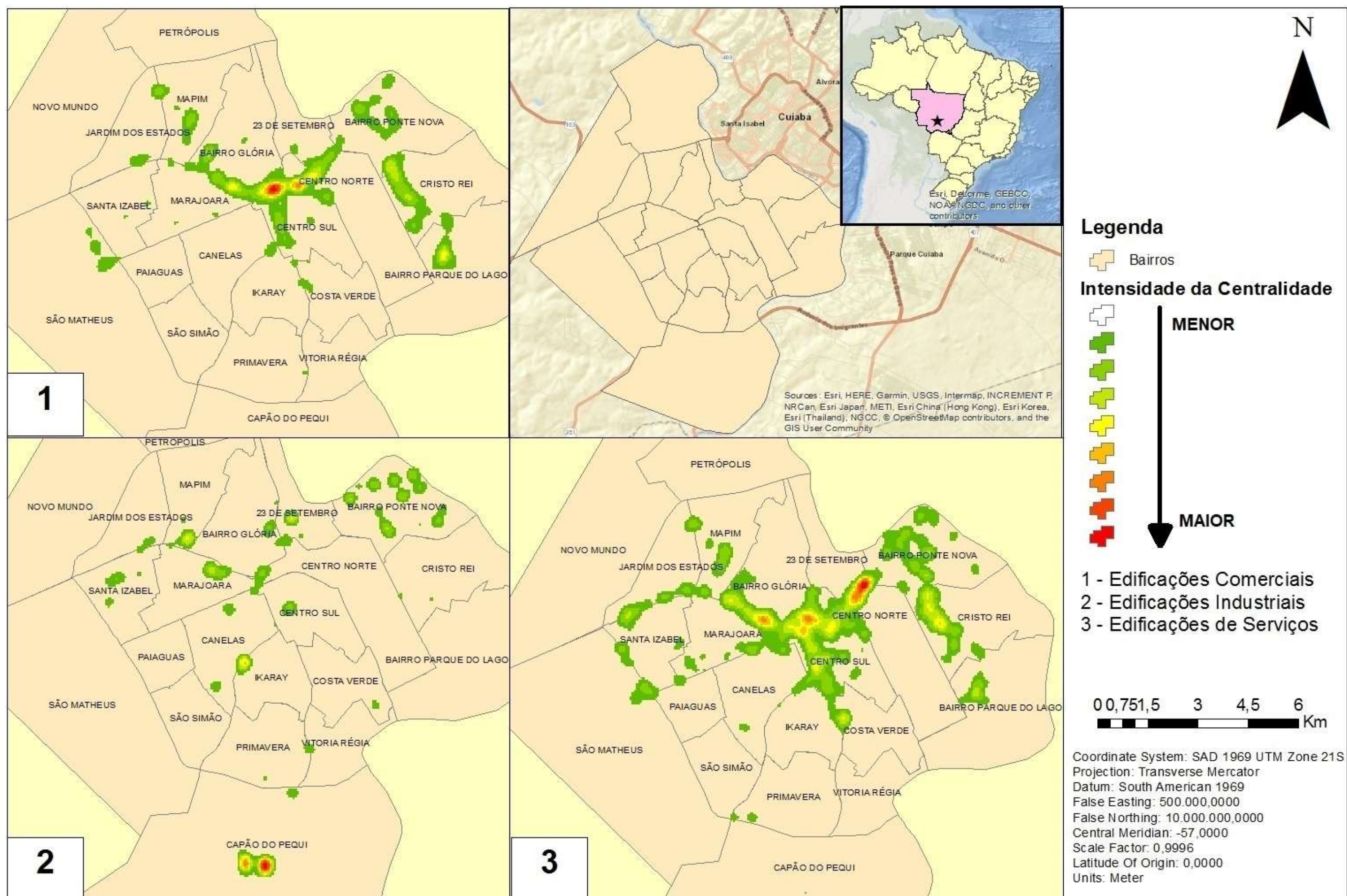
Na figura nº 9, constata-se a distribuição e intensidade da centralidade econômica dos setores de comércio, indústria e serviços em Várzea Grande. Há maior intensidade da centralidade comercial no centro da cidade, especificamente na Avenida Couto Magalhães e Avenida Filinto Müller, abrangendo as suas imediações, o núcleo do centro da cidade. Constata-se, também, a formação de centralidades econômicas nos bairros mais populosos e distantes do centro da cidade, tal como no bairro Cristo Rei, Parque do Lago, Jardim Glória e Mapim.

A centralidade econômica do setor industrial, por sua vez, concentra-se em formas de ilhas no Bairro Ponte Nova, nas imediações da Estrada da Guarita nos bairros 23 de Setembro e Glória, no Bairro Marajoara, ao longo da Avenida Governador Júlio Campos, e entre os bairros Canelas e Ikaray, ao longo da Avenida Frei Coimbra, onde se localiza, por exemplo, a fábrica de Refrigerantes Marajás. Há, também, pequenas concentrações de indústria no Bairro Centro Norte e Centro Sul. Entretanto, a maior intensidade da centralidade industrial localiza-se no bairro Capão do Pequi, onde se encontra o Distrito Industrial de Várzea Grande, que tem o principal acesso pela estrada da Praia Grande. No início da área, encontra-se a Indústria de arroz, Cremoso Alimentos Ltda e Tio Lino Alimentos, em seguida a Kicaldo Porto Brasil (feijão). Importantes Indústrias de Cerâmicas estão distribuídas pela área do distrito, tais como Cerâmicas Santa Maria, Santa Rita, Monte Carmelo e Porto Rico Ltda. Ao longo da “Avenida Principal”, encontram-se as seguintes empresas: SAS - Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda (Peak South American Service); Isoeste Constructive Insulated Ltda (fabricação de isotérmicos, tais como telhas e painéis); Isofour Indústria e Comércio de Isopor Ltda; Planutre Nutrição Animal; Dconcreto; Frigorífico Pantanal (Marfrig Global Foods), dentre outros.

Já a centralidade do setor de serviços abrange maior porção da mancha urbana, com maior intensidade em todo o centro histórico da cidade, irradiando-se pelas principais vias da cidade, tais como Avenida Governador Júlio Campos, Alzira Santana, Couto Magalhães, Filinto Müller, Bairro Cristo Rei, Ponte Nova e, principalmente, ao longo da Avenida da FEB, onde a centralidade do setor de serviços é maior.



Figura 9 – Mapa de Centralidade Econômica em Várzea Grande/MT, 2013

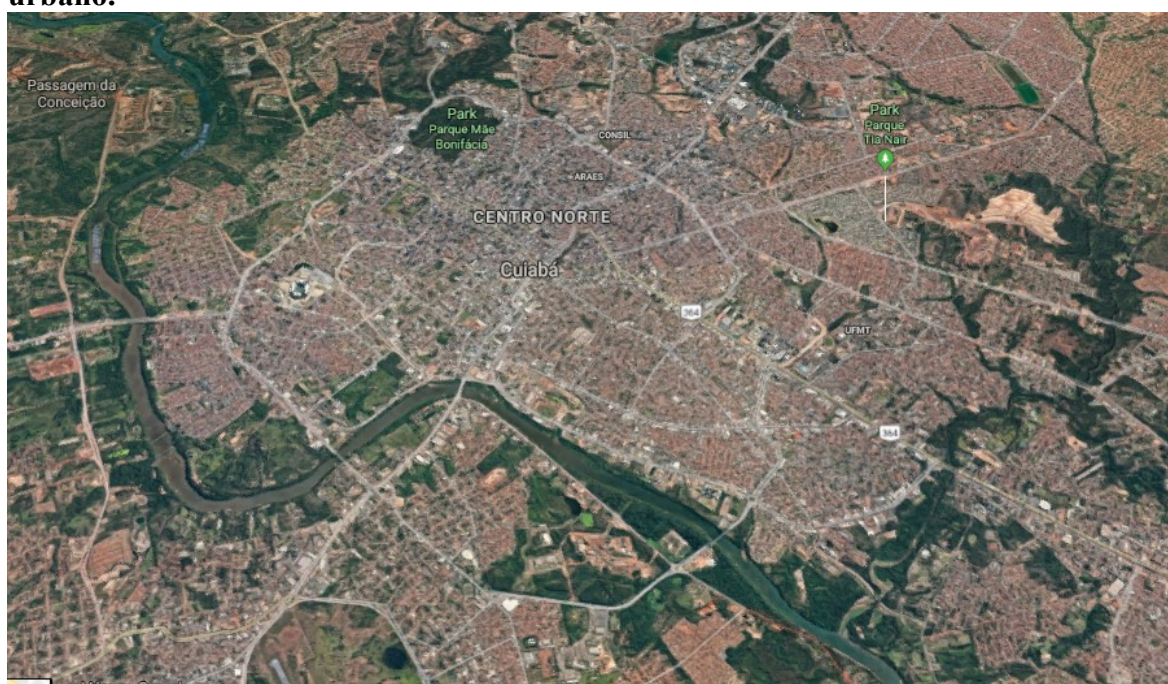


Fonte: Prefeitura municipal Várzea Grande (2013) Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.



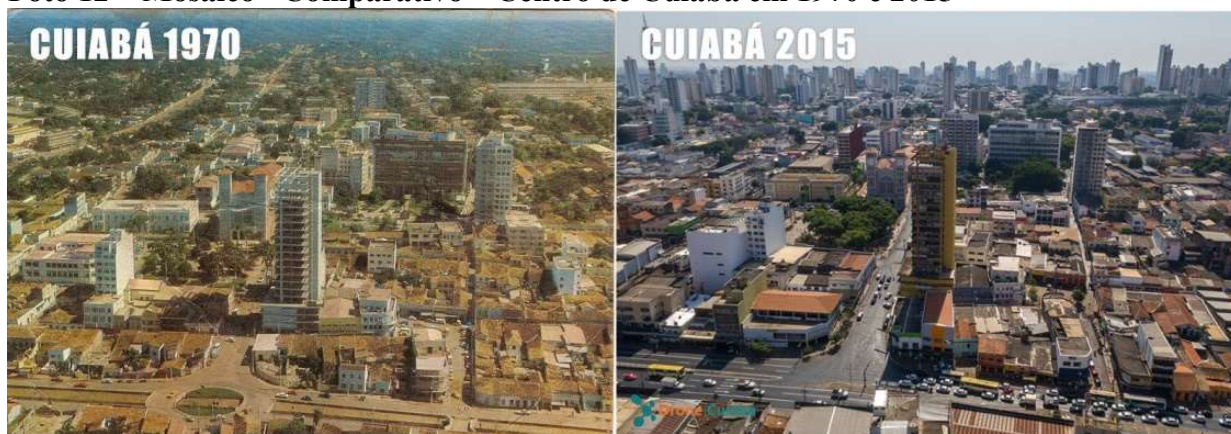
Em Cuiabá, a construção de um anel viário levou à construção da Avenida Miguel Sutil e da Avenida Beira-Rio (oficialmente, Avenida Prefeito Manoel José de Arruda), formando um perímetro que cercava a área urbana (figura nº 10 e foto nº 12). Ao centro da área, está o centro histórico da capital mato-grossense, em que a densidade de edificações é maior. Mas a urbanização se espalhou e, hoje, essas vias estão totalmente integradas à cidade como vias estruturais, não mais perimetrais, concentrando diversos estabelecimentos comerciais e de serviços.

**Figura 10 – Vista panorâmica do anel viário da Miguel Sutil (Cuiabá) e adensamento urbano.**



Fonte: googlemaps, 2018. Org: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

**Foto 12 – Mosaico - Comparativo – Centro de Cuiabá em 1970 e 2015**



Fonte: <<https://dronecuiaba.wordpress.com/2015/08/20/fotos-comparam-cuiaba-de-1970-com-a-atual/>>. Org: SILVA, 2019.

Em Cuiabá, destaca-se, ainda, a **Avenida Historiador Rubens de Mendonça** (foto 13), via que dá acesso ao Centro Político Administrativo – CPA. Este último, segundo Romancini (2009), foi construído a partir das ações do governo municipal e estadual por meio do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Cuiabá, lançado no início de 1970, para instalação e funcionamento dos órgãos do governo estadual e federal. Com o discurso do poder público de ordenamento da cidade e de desconcentração dos órgãos públicos do centro histórico de Cuiabá, houve a escolha da área na região norte da cidade em direção à saída para a cidade Chapada dos Guimarães.

A estratégia espacial era alargar o tecido urbano para aquela região, pois o lugar ainda não era urbanizado. Assim, para garantir acesso ao **Centro Político Administrativo** (figura 10), foi construída, em 1983, a Avenida do CPA, como é popularmente conhecida a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, que liga o centro histórico da cidade à até então mais nova área de urbanização, concentra-se nessa via diversos escritórios, sedes de empresas, oferecendo diversos serviços administrativos. A via cruza a Avenida Miguel Sutil, que, de certa forma, delimitava o anel de urbanização da cidade. Nesse sentido, houve, com esse novo vetor de urbanização, tensionamento espacial estratégico e geopolítico para o crescimento da cidade, construindo socialmente uma morfologia urbana radicalmente diferente da paisagem urbana até então existente na cidade:

Com estas transformações ocorridas em Cuiabá, constata-se o surgimento de novas formas de habitat urbano, ou seja, surgem casas de alto padrão construídas nos bairros de elite, os condomínios verticais para as classes média e alta, os loteamentos destinados à classe média, os conjuntos habitacionais populares e os bairros originados pelas ocupações. Este processo acentuou a segregação socioespacial, pois as classes média e alta veem nos condomínios verticais espaços de segurança e distinção social (ROMANCINI, 2009, p. 60).

O Centro Político Administrativo abriga o poder Judiciário, Legislativo e Executivo e diversos órgãos de decisões políticas e econômicas, tais como: Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT; Tribunal Regional do Trabalho, Secretaria de Fazenda – SEFAZ; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Gross – FAMATO; Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso – FIEMT; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (FECOMÉRCIO-MT).



Foto 13 - Vista panorâmica da Avenida Historiador Rubens de Mendonça 2018



Fonte: Aquisição da imagem da empresa “Drone Cuiabá”, 2018. Org: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.



O Centro Político Administrativo abriga ainda a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA; Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN; Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MT; Fundação Nacional do Índio – FUNAI-MT; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, dentre outros (figura nº 11). Destacam-se, também, na Avenida do CPA, o Pantanal Shopping e a sede da empresa Amaggi.

**Figura 11– Imagem aérea do Centro Político Administrativo – CPA**



Fonte: Google Earth (2018), organização: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

Para se aproximar do centro de decisão política da Conurbação, a empresa do Grupo Amaggi fez a transferência da sua matriz de Rondonópolis (MT) para Cuiabá (MT), concluída no final de 2011 (foto nº 14). A justificativa apresentada foi o fato de a capital abrigar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de sediar inúmeras empresas e associações e consistir em um ponto de convergência quando o assunto é ‘transporte’, aspecto relevante visto que a AMAGGI<sup>36</sup> conta com unidades em todas as regiões do País, e os voos para as principais capitais estão concentrados no Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, cidade vizinha à capital. Outro fator positivo proporcionado pela transferência é a facilidade de acesso a treinamentos, que contribuem para aprimorar ainda mais a política de Treinamento e Desenvolvimento da companhia.

<sup>36</sup> Fonte: <<http://amaggi.com.br/sobre/>> Acesso em: abril de 2017.

**Foto 14 -Sede do escritório da empresa Amaggi - localizada no CPA**



Fonte: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

Posteriormente, em 2014, foi inaugurado o edifício Cloves Vettorato no Centro Político Administrativo – CPA (foto nº 15), obra que custou R\$ 12 milhões e que congrega as principais associações dos setores produtivos do agronegócio de Mato Grosso, tais como: Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa); Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja- MT); a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat); Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso (Acrismat); o Fundo de Apoio à Cultura da Soja (Facs) e o Fundo Mato-grossense de Apoio à Cultura da Semente (Fase-MT).

**Foto 15: Edifício Cloves Vettorato localizado no CPA**



Fonte: CIRCUITOMT. Org: Silva, R.B, 2019.



A localização dessas associações do agronegócio no Centro Político Administrativo facilita a articulação do setor produtivo com o poder público representado pela concentração dos diversos órgãos públicos no CPA, possibilitando maior agilidade nas decisões políticas e de gestão do agronegócio, tal como relata o presidente da Ampa, Milton Garbugio: “No mesmo prédio, temos todos os setores do agro, facilitando a vida do produtor em suas necessidades nas entidades agrícolas reunidas em um mesmo local” (CIRCUITOMT, 2014). O produtor de algodão José Pupim também afirma que “O novo edifício centralizou todas essas instituições, é a casa do algodão e da soja, onde se discute todas as políticas voltadas ao mercado estadual” (CIRCUITOMT, 2014).

Na **Avenida Fernando Corrêa**, destacam-se dois importantes fixos que promovem a centralidade urbana: O Shopping Três Américas e a Universidade Federal de Mato Grosso (foto 16).

**Foto 16 – Mosaico - Comparativo – Centro da Universidade Federal de Mato Grosso –UFMT em Cuiabá em 1975 e 2015**



Fonte: <https://dronecuiaba.wordpress.com/2015/08/20/fotos-comparam-cuiaba-de-1970-com-a-atual/>. Org: Silva, R.B, 2019.

As transformações urbanas na Conurbação revelam a produção de centros e centralidades em novos patamares, exigindo uma análise mais ampla, da estruturação da cidade como *locus* de reprodução do capital. Constata-se, na figura nº 12, o processo de intensificação dos centros econômicos existentes, a produção de nova centralidade, novos empreendimentos urbanos, a criação de novos estilos de vida e de morar, processo que conduz à reprodução das relações sociais de produção. Isso se realiza, inclusive, pela formação de novas centralidades mediante instalação de novos fixos, com mediação de novos agentes econômicos, bem como pela instalação de grandes equipamentos urbanos, tais como *shoppings centers*, hipermercados, locais de feiras e eventos agropecuários (Expoagro), lançando a cidade como mercadoria, causando o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

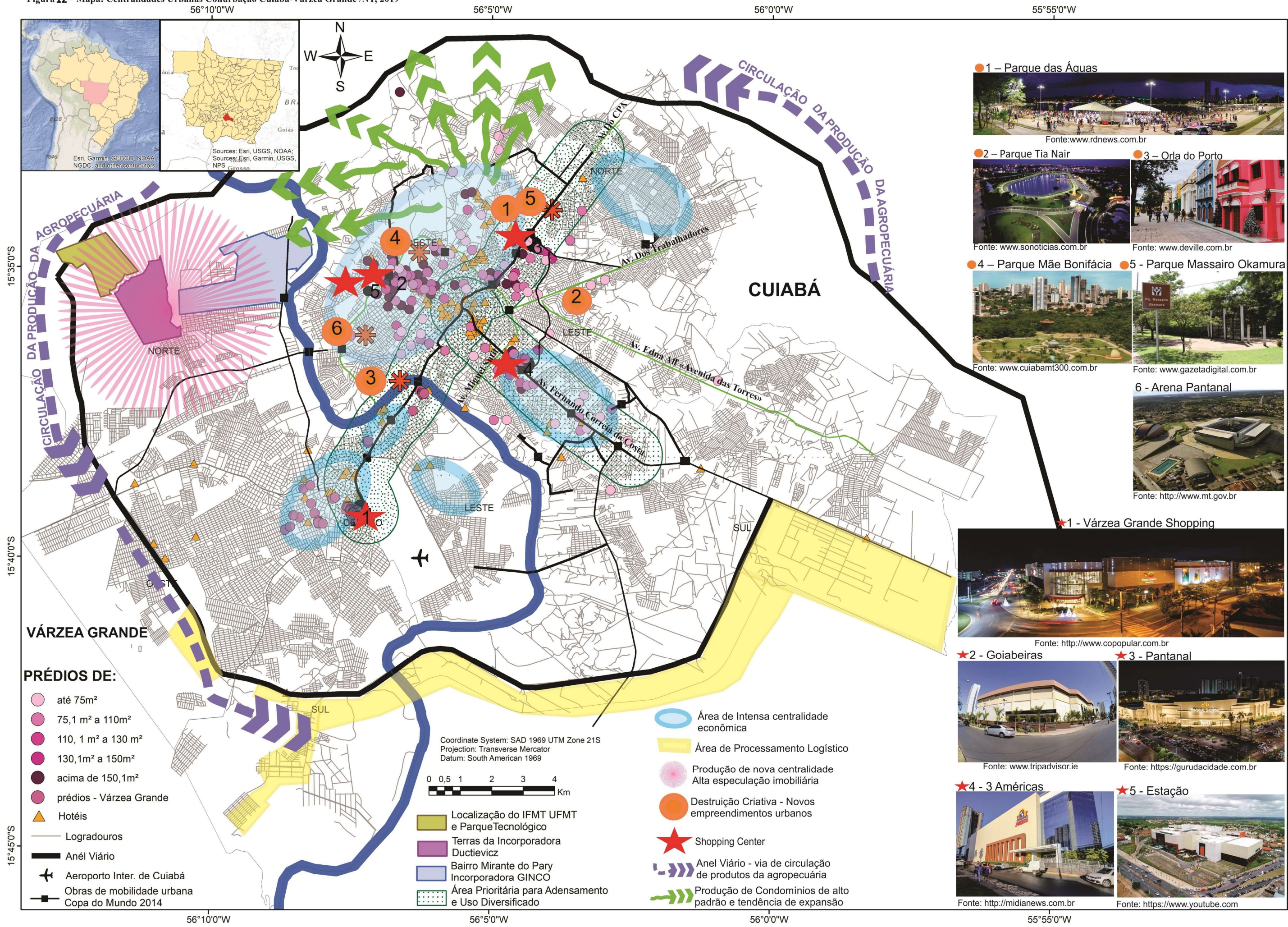
Podemos analisar a Conurbação como centro estruturado em torno do Anel Viário Rodovia dos Imigrantes, que é fundamental para a circulação da produção da agropecuária: “essa rodovia no trecho do Anel Viário em Cuiabá e Várzea Grande tem um fluxo diário aproximado de 17 mil veículos. Cerca de 70% do tráfego é feito por bitrens, carretas e caminhões trucados” (BOA MÍDIA, 2018)<sup>37</sup>. O Anel Viário é, portanto, um importantíssimo tráfego regional de cargas, contribuindo significativamente para a logística da produção de *commodities* mato-grossense, considerando que faz entroncamento com a Br 163/364, ligando a Conurbação no sentido Norte e Sul do Brasil, sendo que a Br 163 conecta as cidades norte-mato-grossenses produtoras de grãos, e a Br 364 liga o Estado de Acre à São Paulo, passando antes pela Conurbação e Rondonópolis. Já a Br 070 liga os municípios à oeste e à leste de Mato Grosso à Brasília. Além da relevância para a logística e escoamento da produção agrícola de Mato Grosso, o Anel Viário Rodovia dos Imigrantes margeia toda a área urbana da Conurbação. Ao noroeste da área urbana de Cuiabá e ao norte da cidade de Várzea Grande, o rodoanel mostra-se como um importante vetor de espraiamento urbano.

---

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.boamidia.com.br/anel-viario-por-obra-transito-em-pare-e-siga/>> Acesso, jan. 2019.



Figura 12 – Mapa: Centralidades Urbanas Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /NT, 2019





Silva (2016) analisa processo de incorporação de terras ao norte de Várzea Grande como um movimento de ampliação da escala de atuação dos incorporadores e da “expansão do conceito “florais”” (SILVA, 2016, p. 81), visto que a Ginco, por exemplo, possui também banco de terras na área expansão urbana na região oeste de Cuiabá. Além disso, há, nessa área, uma morfologia urbana marcada pela intensa quantidade de condomínios residenciais fechados de alto padrão, tais como: Florais do Valle, Florais dos Lagos, Florais Cuiabá e o Condomínio Vertical e Residencial *Brasil Beach Home Resort*, do grupo chileno *BC Genera Real Estate Investments*. Isso revela um intenso processo de financeirização imobiliária, ao mesmo tempo em que se produz um espaço urbano desigual, pois há vetores de urbanização comandada por empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, incorporando várias faixas de rendas, enquanto os loteamentos existentes há mais tempo na região norte de Várzea Grande continuam com precárias infraestruturas urbanas.

A pequena parcela mais financeiramente abastada da Conurbação desfruta com mais facilidade das centralidades econômicas, pois tem maior facilidade de mobilidade urbana. O acesso à cidade e à centralidade impõe-se cada vez mais pela mediação da propriedade privada e pelo valor de troca, marcada pela proliferação de empreendimentos modernos, sobretudo da década de 1990 em diante, justamente quando o agronegócio se fortalece em Mato Grosso. Para verificar essa relação, basta analisarmos os anos de inauguração dos *shoppings centers* da Conurbação: Goiabeiras – 1989; 3 Américas – 1996; Pantanal – 2004, Várzea Grande Shopping – 2015 e Estação Cuiabá – 2019. Os excedentes produtivos agrícolas de certa forma são investidos na “modernização” das cidades, atraindo empreendimentos modernos, e originando novas práticas sociais e novos estilos de vida.

A conquista do consumidor pelo agronegócio se realiza para além dos estabelecimentos comerciais, tais como mercado, armazéns, feiras municipais, padarias, açougues, que passam a dar lugar aos mercados modernos, tais como supermercados, hipermercados e redes de *fast food*, criando novos estilos de vida e padrões de consumo (PINAZZA, ALIMANDRO, MEGIDO [et al], 1999). Novas práticas sociais são inseridas na Conurbação com a chegada das redes de *fast food* de atuação internacional, tais como McDonald’s; Bob’s; Subway; Giraffas; Burger King e Fry Chicken (no bairro goiabeiras), que, além de se concentrarem nos Shoppings, passaram a se instalar nas principais avenidas de Cuiabá e Várzea Grande. Outros empreendimentos modernos de atuação internacional que ampliaram seus negócios na Conurbação são os supermercados e hipermercados, tais como do Grupo Pão de Açúcar (hipermercados Extra), do Grupo Pereira (Fort Atacadista e

Supermercado Comper) e do Grupo Carrefour (Hipermercados Atacadão), com diversos estabelecimentos em Cuiabá e Várzea Grande.

Novas relações com a cidade e com a centralidade social estabelecem-se, ainda, pela destruição criativa de áreas históricas do centro urbano e de outras localidades da Conurbação, que passam a dar lugar a empreendimentos turísticos. Tais mudanças fazem parte inclusive do Plano Estratégico municipal, cuja intenção é lançar Cuiabá como uma capital moderna, a Capital do Agronegócio, considerando a possibilidade de atração de novos negócios e empreendimentos:

[...] projetamos uma cidade sustentável com investimento em projetos que transformem Cuiabá em uma cidade atrativa para o desenvolvimento de **negócios, em especial de serviços e comércios voltados para o agronegócio**, e espaços de lazer para se viver melhor. A **requalificação da orla do Rio Cuiabá** – Projeto Porto Cuiabá resgata a relação histórica dos cuiabanos com o Rio Cuiabá. Outros, como o **Parque das Águas**, Jardim Botânico de Cuiabá (Horto Florestal), Revitalização do Centro Histórico e **Parque Tia Nair** também serão marcos estratégicos para promover o ambiente urbano, a ponto de atrair visitação turística durante a Copa do Mundo de 2014 e em dezenas de outros eventos que serão realizados anualmente. (PREFEITURA DE CUIABÁ, 2013, p. 9).

Nesse sentido, novos empreendimentos urbanos significam o aumento da financeirização, da especulação financeira e da transformação da cidade em mercadoria. O verde urbano é mercantilizado e usado como marketing para valorização imobiliária, principalmente no entorno dos Parques Mãe Bonifácia (inaugurado em 2000) e Massairo Okamura (inaugurado em 2004). Outros empreendimentos instalados recentemente projetam a cidade como um lugar turístico, um espetáculo da modernidade, tais como a Arena Pantanal (2014) – destruição do antigo Verdão –, o Parque Tia Nair (2015), o Parque das Águas (2016) e a Orla do Porto (2016). As novas centralidades coexistem, assim, com as outras espalhadas pela Conurbação, movida por pequenos, médios e grandes comerciantes e prestadores de serviços, tal como no centro de Cuiabá e Várzea Grande, ao longo da Avenida da Feb, e por moradores comerciantes pelos Bairro Cristo Rei em Várzea Grande, e pela centralidade nos Bairros do Centro Político Administrativo, CPA I, II e III em Cuiabá.

A área do centro histórico de Cuiabá e seu entorno imediato apresentam intensa centralidade econômica, sendo margeados pelo Anel viário da Avenida Miguel Sutil, a partir de onde há maior lançamento de prédio de 75 a mais de 150m<sup>2</sup>, intensificando a verticalização

existente nas imediações dessa via e englobando alguns dos bairros mais valorizados de Cuiabá, tais como Goiabeiras, Verdão, Quilombo, Duque de Caxias, Santa Helena, Santa Rosa, dentre outros. Dentro desse perímetro, está localizada a maior parte dos Hotéis da Conurbação. Em seguida, a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, do CPA, se destaca pela intensa centralidade política e elevada concentração de escritórios e empresas, tal como explicamos anteriormente. Além disso, as **obras de mobilidade da Copa do Mundo 2014** (foto 14) podem ser vistas como um marco na reconfiguração da centralidade urbana, sobretudo para o marketing do poder público e econômico que deseja divulgar Cuiabá como “Capital do Pantanal e do Agronegócio”, angariando incentivos aos negócios relacionados ao turismo, serviços pertinentes ao agronegócio e investidores do ramo imobiliário.

Esses investimentos ampliariam as possibilidades de negócios que envolveriam a comercialização da produção do campo e da reprodução do capital no espaço urbano do Estado de Mato Grosso, pois, com a destinação de recursos públicos para dinamizar a área urbana da cidade, outros investimentos poderiam ser priorizados pelo governo estadual que aplicaria o recurso em seu plano de governo, incluindo sua matriz econômica: o agronegócio, na instalação de hidrovias e também no deslocamento da Ferronorte – (Ferrovia que leva os produtos agrícolas a importante área portuária do país, mas que se encontra parada em Alto Taquari-MT, próximo à divisa com o Estado de Goiás) para áreas polos, tais como Rondonópolis e Cuiabá (NASCIMENTO-PINHORATI – p. 94, 2016).

A reestruturação das centralidades urbanas na Conurbação em virtude da Copa do Mundo de 2014 evidencia o investimento maciço de recursos financeiros: foram aproximadamente R\$ 2,400 bilhões (NASCIMENTO-PINHORATI, p. 70, 2016), o que demonstra diversos conflitos urbanos entre as necessidades de reprodução do capital e a reprodução da vida marcada pelo valor de uso. Como consequência, as elites locais articularam estratégias de expulsão, por meio da violência policial, dos moradores das áreas mais valorizadas e centrais. Os moradores que possuíam distintas relações espaço-temporais se depararam com a sobreposição de novas morfologias, impostas de modo perverso pelo processo de reprodução do capital, justificado pelo evento futebolístico<sup>38</sup>. Este, na verdade, procurava ocultar as intencionalidades de projeção internacional de Cuiabá como Capital do Pantanal e do Agronegócio, além de buscar dinamização dos negócios imobiliários, atração de novos investidores e legitimação da produção de novas centralidades na Conurbação.

---

<sup>38</sup> Ver mais detalhes em: OLIVEIRA, José Hélio Dias de (2016) e NASCIMENTO-PINHORATI, Adriana Queiroz do (2016).



No mosaico (foto nº 17), destacam-se as principais obras de mobilidades da copa do mundo 2014 realizadas na Conurbação, são elas: (1) Duplicação da Ponte Mário Andreazza (Cuiabá-Várzea Grande); (2) Trincheira na Av. Miguel Sutil – Rótula da Av Trabalhadores/Av. Jurumirim; (3) Trincheira na Av. Miguel Sutil – Av. Antártica (Trevo do Santa Rosa); (4) Complexo Viário do Tijucal; (5) Viaduto na Av. Miguel Sutil – Rua Pres. Afonso Pena (Trevo do Despraiado); (6) Trincheira na Av. Miguel Sutil – Av. Agrícola Paes de Barros (Trevo do Verdão); (7) Trincheira na Av. da FEB – Trevo Km Zero (Várzea Grande); (8) Adequação Av. Fernando Correa – Trevo Av. Carmindo de Campos; (9) Viaduto na Av. Fernando Correa – Trevo da UFMT e (10) Ponte e Viaduto na Av. Fernando Correa – Trevo Av. Beira Rio.

Foto 17. Mosaico - Obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo 2014



Fonte: SECOPA, 2012. Org. SILVA, R.B. 2018.

As obras de mobilidade urbana situadas nas principais vias de Cuiabá e Várzea Grande reforçam as centralidades econômicas e políticas da Conurbação, privilegiando a mobilidade de capitais, pessoas e mercadorias. A construção de arrojados viadutos, trincheiras e avenidas mais largas parecem apresentar Cuiabá como cidade moderna. Mas, em sua essência, situam as novas práticas sociais ditadas pelo fluxo de carros, mercadorias e pessoas em seus afazeres cotidianos, aprofundando o sentido de estranhamento da cidade, visto que tais obras acentuaram o distanciamento das camadas populares das áreas centrais da cidade, tanto pela limitação corpórea dos moradores que viviam em áreas valorizadas e foram expulsos para as bordas do tecido urbano, distantes do centro, quanto pela dificuldade de acesso dos trabalhadores à moradia nas áreas mais centrais e mais valorizadas da cidade, pois as transições imobiliárias cresceram, inclusive após a realização da Copa do Mundo de 2014.

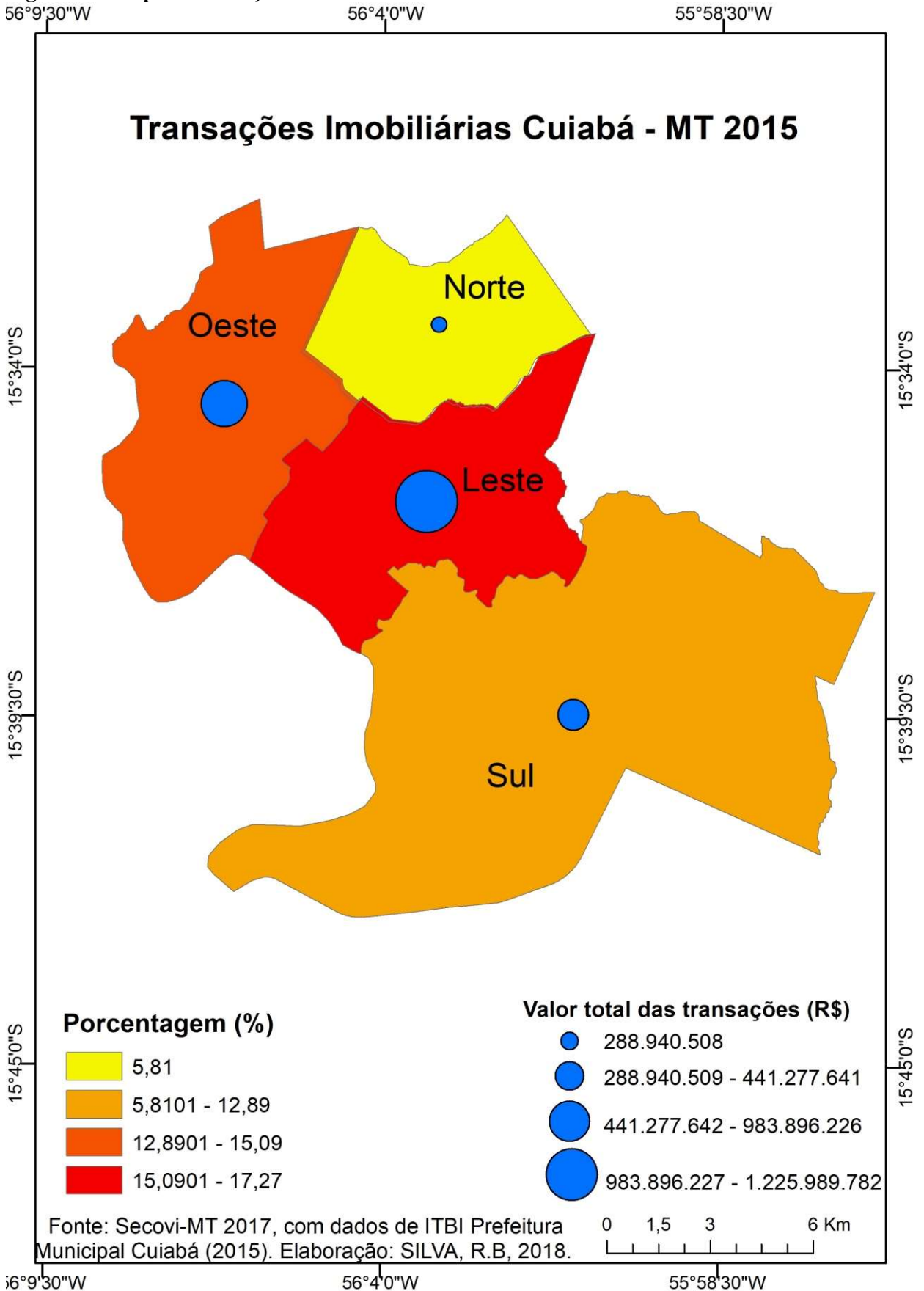
Os mapas da figura nº 13 e 14 revelam a crescente comercialização de imóveis em Cuiabá<sup>39</sup>. Apenas no ano de 2015, foram comercializados quase treze mil imóveis – 12.749 unidades – totalizando aproximadamente três bilhões de reais (2.955.029.200,10) em transações imobiliárias; desse total, R\$ 581.484.240,79 foram financiados, isto é, 19,68%. As áreas com maiores transações imobiliárias são aquelas que, segundo o IBGE, possuem as melhores condições de vida, as quais coincidem com as obras de mobilidades que reforçam a centralidade dessas localidades, compondo uma nova morfologia urbana que, de certa forma, dinamiza o mercado imobiliário. Nesse sentido, a região leste responde por até 17,27% das transações, enquanto a região oeste responde por 15,09%, a sul, por 12,89% e a norte, por 5,81%. Portanto, as regiões Leste, oeste e sul possuem maior número de unidades prediais comercializadas, gerando também os maiores valores transacionados. No ano de 2016, constata-se que houve queda na comercialização de imóveis, sendo comercializadas 11.850 unidades, totalizando R\$2.912.273.486,90 em transações imobiliárias, números ainda significativos. Desse universo, R\$ 452.184.514,35 foram financiados, respondendo por 15,53% do total.

---

<sup>39</sup> Não encontramos pesquisas com dados das transações imobiliárias da cidade de Várzea Grande. Nos documentos online do Sindicato da Habitação – SECOVI-MT, constam apenas dados imobiliários de Cuiabá, fato que dificulta a análise da dinâmica imobiliária na Conurbação como um todo.

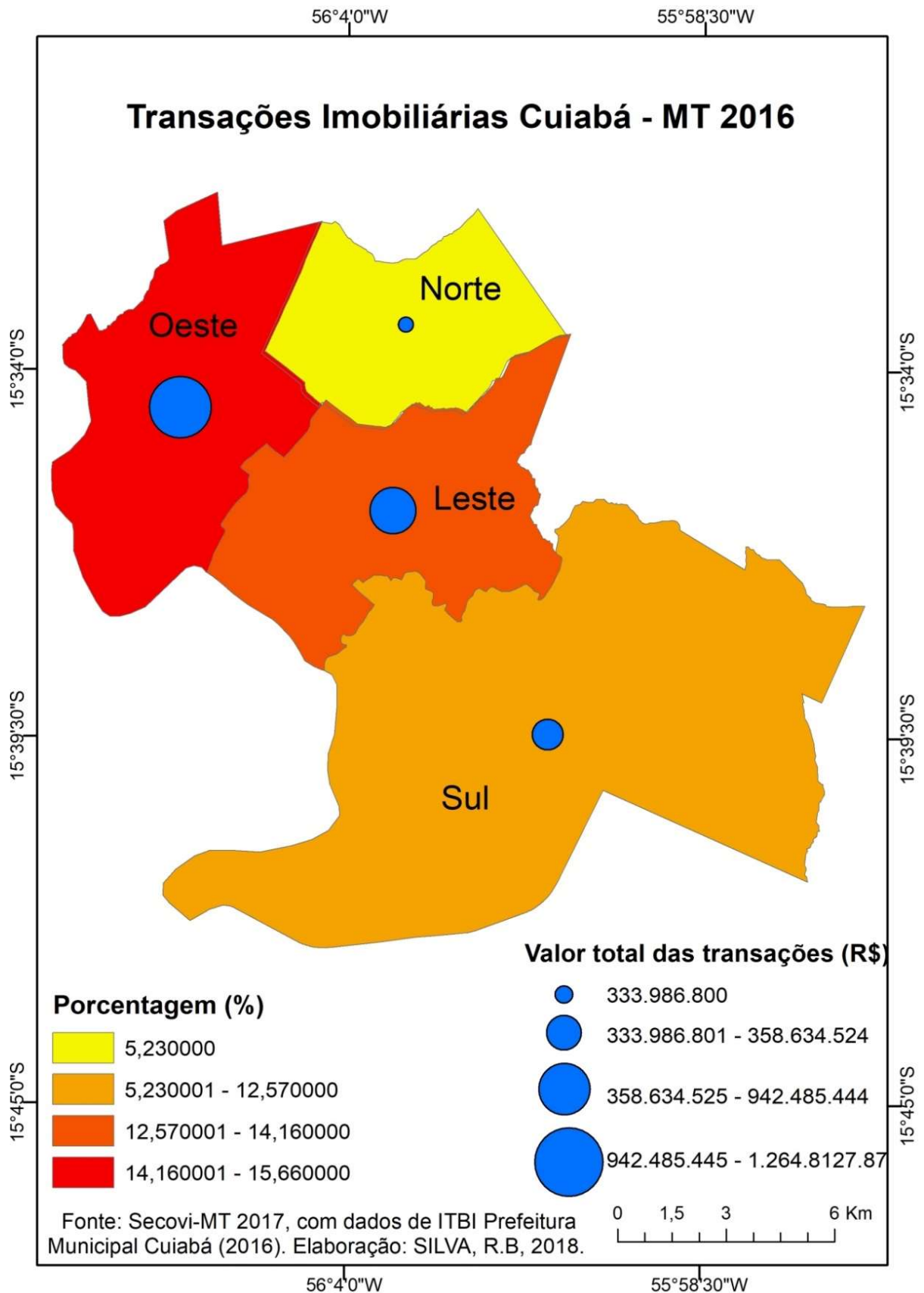


Figura 13– Mapa – Transações imobiliárias Cuiabá – 2015.



Fonte: Secovi-MT 2017, com dados de ITBI Prefeitura Municipal de Cuiabá (2015). Elaboração: SILVA, R.B, 2018.

Figura 14– Mapa – Transações imobiliárias Cuiabá – 2016.



Fonte: Secovi-MT 2017, com dados de ITBI Prefeitura Municipal de Cuiabá (2015). Elaboração: SILVA, R.B, 2018.

Além das obras de mobilidade da Copa do Mundo 2014 outro processo já vinha contribuindo para a mudança da morfologia urbana, criando novas relações entre centro-periferia: a construção de casas populares do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), que marca um novo momento da produção urbana, revelando novas práticas da centralidade. As moradias do programa MCMV foram instaladas em diversos lugares da Conurbação onde havia reservas de terras, sobretudo longe dos centros urbanos, ou seja, nas bordas do tecido urbano, levando as camadas populares para longe das áreas de melhores infraestruturas urbanas e onde a precariedade de benfeitorias públicas e da própria vida são maiores. Entre os anos de 2009 e 2013, foram contratadas 17.323 unidades residenciais, totalizando R\$ 854.768.837,51 (oitocentos e cinquenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos). A maior parte desses empreendimentos coube à Construtora Aurora Ltda, seguida pela Construtora Lumen, conforme dados da tabela nº 12.

Tabela 12. Dados do MCMV – Faixa 1

Município	Data Ass. Contrato	Nome Empreendimento	Construtora	Nº Unidades Contratadas	Valor Contratado (R\$)
Cuiabá	05/05/2009	RESIDENCIAL NOVA CANAA 1A ETAPA	LUMEN C.C.COM	499	18.579.650
Cuiabá	29/06/2009	RESIDENCIAL ALICE NOVACK	CONCREMAX	423	15.898.576
Cuiabá	31/07/2009	RESIDENCIAL JAMIL BOUTROS NADAF	LOTUFO ENGEN	322	12.172.763
Cuiabá	12/11/2009	RESIDENCIAL NOVA CANAA II ETAPA	LUMEN C.C.COM	499	18.872.936
Cuiabá	11/12/2009	RESIDENCIAL NILCE PAES BARRETO	CONCREMAX	500	19.499.990
Cuiabá	31/12/2010	RESIDENCIAL ALTOS DO PARQUE	LUMEN C.C.COM	472	17.855.748
Cuiabá	18/01/2012	RESIDENCIAL JAIME SEITI FUJI 1	CONST.EGIDE LTD	301	12.642.000
Cuiabá	23/01/2012	RESIDENCIAL ALTOS DO PARQUE II	LUMEN C.C.COM	500	25.000.000
Cuiabá	27/07/2012	RESIDENCIAL ALTOS DO PARQUE II - 2A ETAPA	LUMEN C.C.COM	138	6.900.000
Cuiabá	31/12/2012	RESIDENCIAL FRANCISCA LOUREIRO BORBA	CONCREMAX	500	29.776.844
Cuiabá	31/12/2012	RESIDENCIAL NICO BARACAT 1A ETAPA	CONST.EGIDE LTD	360	21.600.000
Cuiabá	31/12/2012	RESIDENCIAL NICO BARACAT 2A ETAPA	ENGECENTER	443	26.580.000
Cuiabá	31/12/2012	RESIDENCIAL NICO BARACAT 3A ETAPA	CONENGE CONST C	461	27.660.000
Cuiabá	30/12/2013	(vazio)	(vazio)	1.856	110.794.721
Cuiabá	09/10/2013	RESIDENCIAL JONAS PINHEIRO 3A ETAPA	LUMEN C.C.COM	457	27.420.000
Cuiabá	12/12/2013		FEDERACAO MATOGROSSENSE DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA	29	719.900
Cuiabá	09/10/2014		ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE MACHADO	6	177.000
Cuiabá	18/11/2014		ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE MACHADO	8	-
Várzea Grande	05/05/2009	RESIDENCIAL CELESTINO HENRIQUES PEREIRA 1A EPATA	LUMEN C.C.COM	499	18.676.529

<b>Várzea Grande</b>	29/06/2009	RESIDENCIAL JOSE CARGOS GUIMARAES 2A ETAPA.	AURORA C S LTDA	500	18.904.870
<b>Várzea Grande</b>	29/06/2009	RESIDENCIAL JOSE CARLOS GUIMARAES 1A ETAPA	AURORA C S LTDA	480	17.991.802
<b>Várzea Grande</b>	10/12/2009	RESIDENCIAL CELESTINO HENRIQUES PEREIRA 2A ETAPA	LUMEN C.C.COM	87	3.392.704
<b>Várzea Grande</b>	10/12/2009	RESIDENCIAL DEPUTADO GILSON DE BARROS	CONENGE CONST C	315	12.197.092
<b>Várzea Grande</b>	10/02/2010	RESIDENCIAL SOLARIS DO TARUMA	AURORA C S LTDA	500	18.910.580
<b>Várzea Grande</b>	22/12/2010	RESIDENCIAL SAO MATEUS 1 ETAPA	AURORA C S LTDA	490	18.512.598
<b>Várzea Grande</b>	24/12/2010	RESIDENCIAL SAO MATEUS 2 ETAPA	AURORA C S LTDA	500	18.901.420
<b>Várzea Grande</b>	13/01/2012	RESIDENCIAL JACARANDA 1 ETAPA	AURORA C S LTDA	500	24.998.245
<b>Várzea Grande</b>	13/01/2012	RESIDENCIAL JACARANDA 2 ETAPA	AURORA C S LTDA	411	20.520.904
<b>Várzea Grande</b>	31/05/2012	CONDOMINIO RESIDENCIAL COLINAS DOURADAS 1 ETAPA	AURORA C S LTDA	500	25.500.000
<b>Várzea Grande</b>	11/06/2012	RES. SAO BENEDITO - Etapa 1	AURORA CONSTRUCOES INCORPO SV LTDA - EM RECUP	498	25.011.150
<b>Várzea Grande</b>	11/06/2012	RES. SAO BENEDITO - Etapa 2	AURORA CONSTRUCOES INCORPO SV LTDA - EM RECUP	500	25.078.962
<b>Várzea Grande</b>	11/06/2012	RES. SAO BENEDITO - Etapa 3	AURORA CONSTRUCOES INCORPO SV LTDA - EM RECUP	283	14.191.212
<b>Várzea Grande</b>	29/06/2012	RESIDENCIAL COLINAS DOURADA 2A ETAPA	AURORA C S LTDA	500	25.500.000
<b>Várzea Grande</b>	31/10/2012	RESIDENCIAL JEQUITIBA	AURORA CONSTRUCOES INCORPO SV LTDA - EM RECUP	404	20.370.641
<b>Várzea Grande</b>	28/06/2013	RESIDENCIAL SANTA BARBARA 1 ETAPA	AURORA C S LTDA	288	17.280.000
<b>Várzea Grande</b>	28/06/2013	RESIDENCIAL SANTA BARBARA 2 ETAPA	AURORA C S LTDA	288	17.280.000
<b>Várzea Grande</b>	28/06/2013	RESIDENCIAL SANTA BARBARA 3 ETAPA	AURORA C S LTDA	288	16.320.000



<b>Grande</b>					
<b>Várzea Grande</b>	19/07/2013	CONDOMINIO SANTA BARBARA V	AURORA C S LTDA	288	17.280.000
<b>Várzea Grande</b>	19/07/2013	RESIDENCIAL SANTA BARBARA IV	AURORA C S LTDA	288	17.280.000
<b>Várzea Grande</b>	18/12/2013	RESD PD ALDACIR JOSE CARMIEL	LUMEN C.C.COM	566	33.960.000
<b>Várzea Grande</b>	19/12/2013	RESD ISABEL CAMPOS 2A ETAPA	CONST. JOAO BAR	288	17.280.000
<b>Várzea Grande</b>	19/12/2013	RESIDENCIAL ISABEL CAMPOS 1A ETAPA	CONST. JOAO BAR	288	17.280.000
<b>TOTAL</b>				<b>17.323</b>	<b>854.768.838</b>

Fonte: Banco de dados Instituições/Agentes Financeiros. MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação 2018. Organização: SILVA, Rosinaldo Barbosa 2018.

Os dados detalhados MCMV referentes às faixas 2 e 3 são sigilosos<sup>40</sup>, sendo assim, não é possível identificar o nome dos empreendimentos e nem das construtoras responsáveis pela execução das obras. Constatou-se na tabela nº 13 tal que foram contratadas 30.412 unidades habitacionais até o ano de 2017 na Conurbação, tendo o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como instituições financeiras, mobilizando R\$ 2.631.617.118 dois bilhões seiscentos e trinta e um milhões seiscentos e dezessete mil e cento e dezoito reais. Vale destacar que para a facilitação dos financiamentos, o consumidor poderia utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para firmar o financiamento do imóvel.

Foram contratadas 67.735 unidades habitacionais considerando a soma dos dados do MCMV faixas 1, 2 e 3, movimentando R\$ 3.485.785.956 – três bilhões quatrocentos e oitenta e cinco milhões setecentos e oitenta e cinco mil e novecentos e noventa e seis reais.

**Tabela 13. Dados do MCMV – Faixas 2 e 3 - Posição: 31 de dezembro de 2017**

Município	IF	Faixa	UH Contratadas	UH Concluídas	UH Entregues	Valor Contratado (R\$)
Cuiabá	Banco do Brasil	2	769	9	4	38.891.404
Cuiabá	Banco do Brasil	3	645	79	4	60.163.355
Cuiabá	Caixa	2	13.000	10.307	9.542	1.151.269.910
Cuiabá	Caixa	3	4.981	4.611	2.823	333.871.948
Várzea Grande	Banco do Brasil	2	981	174	18	42.628.649
Várzea Grande	Banco do Brasil	3	645	5	4	48.408.447
Várzea Grande	Caixa	2	7.053	5.285	5.258	750.228.537
Várzea Grande	Caixa	3	2.338	2.338	1.258	206.154.869
<b>Total</b>			<b>30.412</b>	<b>22.808</b>	<b>18.911</b>	<b>2.631.617.118</b>

Fonte: Banco de dados Instituições/Agentes Financeiros. MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação 2018. Organização: SILVA, Rosinaldo Barbosa.

<sup>40</sup>Solicitação de acordo com a Lei de acesso à informação nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, à Gerência de Informações da Secretaria Nacional de Habitação acerca dos dados abertos para as faixas 2 e 3, destaca-se que são contratos protegidos pelo sigilo bancário e se submetem aos ditames da Lei Complementar nº. 105/2001, devendo as instituições financeiras agirem em conformidade ao que determina o Art. 6º, inciso I, do Decreto nº. 7.724, de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação. Cabe esclarecer que esta Secretaria de Habitação não possui os dados dos possíveis valores aportados como contrapartida pelo estado ou município. Além disso, até o momento, não possuímos a base de dados consolidada da faixa 1,5. MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação 2018.

A morfologia do tecido urbano da Conurbação foi modificada promovendo o reforço das áreas centrais e a reprodução de áreas socialmente precárias. Esse movimento se deu tanto pela produção social da cidade ao longo do seu processo histórico quanto pelas recentes obras de mobilidade urbana, tal como as que foram realizadas para a Copa do Mundo 2014, ou mesmo pela inserção de novas formas de habitações, como o MCMV para as classes populares e os “Florais” para a classe média e/ou média alta, assim como pelos novos empreendimentos urbanos lançados recentemente. Assim, acentuam-se as desigualdades sociais delimitadas pelos preços dos imóveis, as áreas de acesso, exclusão e segmentação social por meio do valor de troca, mediado pelo mercado imobiliário. Nesse processo, diversos agentes da Conurbação participam do movimento da reprodução do capital, extraíndo a renda, o lucro, juros e investimentos financeiros, tal como explica Harvey (2013, p. 503):

*Os proprietários de terra recebem renda, os empresários recebem aumentos na renda baseados nas melhorias, os construtores ganham lucro do empreendimento, os financistas proporcionam capital monetário em troca de juros, ao mesmo tempo em que podem capitalizar qualquer forma de receita acumulada pelo uso do ambiente construído em um capital fictício (preço da propriedade) e o Estado pode usar os impostos (atuais ou antecipados) como suporte para investimentos que o capital não pode ou não vai realizar, mas que não obstante expande a base para a circulação do capital. Esses papéis existem, não importa quem os desempenha (HARVEY, 2013, p. 503) [grifos do autor].*

Com isso, porém, reproduzem as desigualdades socioespaciais historicamente construídas, tal como se pode constatar na figura nº 15, que apresenta as melhores e piores condições de vida dos moradores da Conurbação. O mapa foi elaborado pelo IBGE, que levou em consideração 13 variáveis<sup>41</sup>, que englobam, de modo geral, o acesso à infraestrutura urbana (coleta de lixo, saneamento básico), características de moradia, acesso à educação e à internet e questões socioeconômicas, tal como renda e acesso aos bens de consumo. A partir

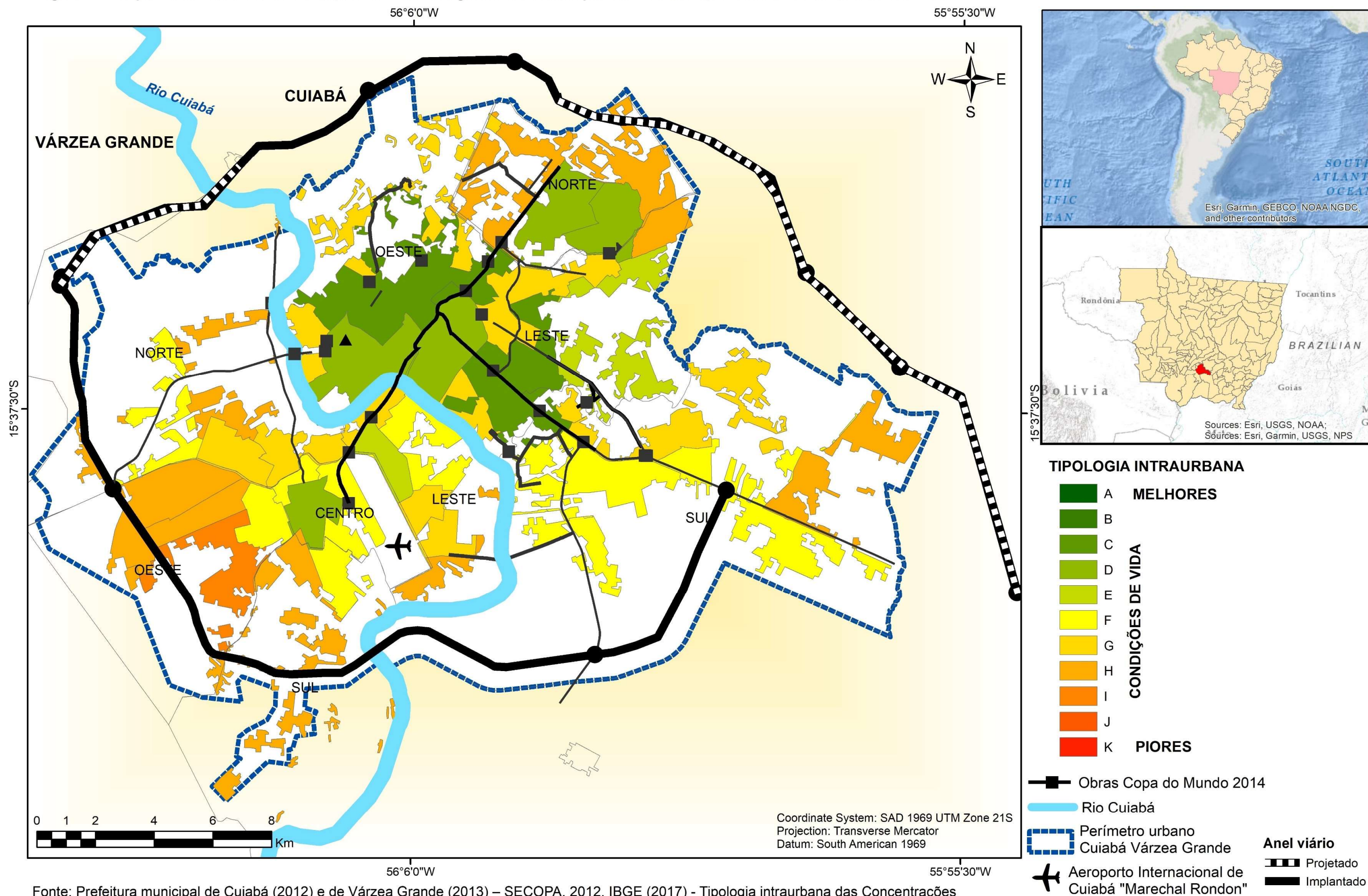
---

<sup>41</sup>Percentual de pessoas com acesso a água; coleta de lixo; percentual de pessoas com até dois moradores por dormitório; mediana do rendimento domiciliar per capita; razão de dependência de menores de 15 anos; Percentual de pessoas com fundamental completo ou médio incompleto e 18 anos ou mais de idade; Percentual de pessoas com médio completo ou superior incompleto e 18 anos ou mais de idade; Percentual de pessoas com superior completo e 18 anos ou mais de idade; Percentual de pessoas em domicílios com existência de máquina de lavar; Percentual de pessoas em domicílios com existência de computador com acesso à Internet; Percentual de pessoas em domicílios com alvenaria predominante nas paredes externas. As primeiras quatro variáveis estão alinhadas à noção de adequação de moradia, as demais estão associadas a características socioeconômicas da população. Essas duas noções conceituais serão importantes e utilizadas ao longo das demais etapas do estudo (IBGE, p. 14, 15).

desses critérios, foram criadas 11 tipologias representadas na legenda com a sequência do Tipo A ao K, da melhor à pior qualidade de vida. Na Conurbação, não foram identificadas áreas com o Tipo A e B, que se referem aos melhores desempenhos em todos os percentuais, indicando as melhores condições de vida e as áreas mais ricas, lugares que em predominariam efetivamente condomínios de luxo, moradia da elite da cidade, em geral, pessoas com rendimento domiciliar per capita de R\$ 3 250,00 a R\$ 2 500,00, respectivamente. Também não foram identificadas, na Conurbação, áreas das duas últimas colocações, ou seja, Tipo J e K, em que o rendimento per capita é muito baixo, R\$ 260,00 e R\$ 217,00, respectivamente, e as condições de vida são extremamente precárias. Portanto, foram identificadas na Conurbação classificações do Tipo C ao I.



Figura 15 – Mapa – Melhores e Piores Condições de vida / desigualdades socioespaciais – Conurbação Cuiabá-Várzea Grande /MT - 2017



As pessoas que vivem nas áreas de **Tipo C**, recorrente nas Grandes Regiões Metropolitanas do Brasil e o maior nível de qualidade de vida existente na Conurbação (restrito a Cuiabá), possuem boas condições de vida, diferenciando-se diminutamente da qualidade de vida dos tipos A e B. Nesse tipo, os serviços de abastecimento de água e coleta de lixo são universalizados, enquanto o esgotamento sanitário atinge 99,1% dos domicílios. O nível de instrução média e superior da população é elevado (83,9%), e verifica-se o maior rendimento domiciliar per capita, R\$1750,00, o que torna estas as áreas mais ricas da Conurbação. É onde estão concentrados os lugares com amenidades naturais, tal como o Parque Mãe Bonifácia, bem como as melhores localizações em relação ao centro de negócios, e onde se posicionam, também, os condomínios de médio e alto padrão, destinados à parcela da elite local (foto nº 18). A área de Tipo C possui 22,62 km<sup>2</sup> do tecido urbano, que contemplam bairros da classe mais economicamente abastada da Conurbação, dentre os quais podemos citar, no fragmento ao Norte da cidade: Círculo Militar; Santa Rosa; Duque de Caxias; Quilombo; Centro Norte; Araés e Bosque da Saúde. No fragmento ao Sudeste de Cuiabá, no sentido da Avenida Fernando Corrêa e entorno, encontram-se: Jardim das Américas; Jardim Tropical; Boa Esperança (onde se localiza a UFMT campus Cuiabá); Jardim Itália; Jardim Califórnia e parte do Coxipó. Como apresenta o maior rendimento da Conurbação, os moradores dessa localidade tem acesso a um elevado padrão de consumo de mercadorias; há localização estratégica de estabelecimentos comerciais de alto padrão e serviços especializados voltados para a classe mais abastada, gerando certo dinamismo para o setor de comércio e serviços. Além disso, essas áreas concentram as edificações residenciais de médio e alto padrão, com acabamentos externos arrojados e desenhos modernos, com destaque para os condomínios horizontais e verticais, além dos bairros de classe média e alta. É interessante notar que a tipologia C, a mais elitizada, não está efetivamente no centro da cidade, mas sim ao norte e ao leste (CPA) do centro histórico de Cuiabá.



**Foto 18 – Vista panorâmica verticalização no entorno do Parque Mãe Bonifácia, Cuiabá 2018**



Fonte: Aquisição da imagem da empresa “Drone Cuiabá”, 2018. Org: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.



Os lugares de **tipologia D** se concentram no centro principal/histórico de Cuiabá e no seu entorno imediato, localizando-se ao lado das áreas mais ricas da Conurbação (tipologia C), e apresentando boas condições de vida. Os serviços de água e lixo estão universalizados e o esgotamento sanitário (98,1%) dos moradores é abrangido. As edificações possuem bom acabamento e os moradores possuem elevado acesso ao mercado de consumo, considerando que a renda domiciliar per capita atinge R\$ 870,00, a segunda maior da Conurbação. Nessa localidade, concentram-se 62,1% dos moradores com nível de instrução médio ou superior. A área de Tipo D possui 25,26 km<sup>2</sup> do tecido urbano, em que se localizam diversos bairros de classe média e alta localizados mais próximos ao Centro Histórico de Cuiabá e a seu entorno, tais como: Verdão (foto nº 19); Porto; Coophamil; Centro Sul; Dom Aquino; porção do Araés, Lixeira e Morada da Serra. As áreas de Tipo D ocupam designam a melhor qualidade de vida de Várzea Grande, delimitando a área central da cidade, onde se localizam os seguintes bairros: Centro Sul, Imperador, Vila Ipase, parte do Loteamento Nova Várzea Grande e pequena parte do Centro Histórico de Várzea Grande.

Os lugares de **Tipo E** compreendem condições médias de vida, pois apresentam percentuais satisfatórios, com necessidade de melhora. Essa tipologia ocupa significativas parcelas da mancha urbana, estando localizada entre as áreas com menores e piores condições de vida. Ainda persiste, nessas áreas, a universalização dos serviços de coleta de lixo, com ampla cobertura de abastecimento de água, porém o padrão construtivo das edificações começa a piorar, embora ainda seja satisfatório se comparado às tipologias posteriores. Os habitantes possuem bom acesso ao mercado de consumo e aos bens domésticos, sendo que o rendimento domiciliar per capita é de R\$ 510,00, o terceiro melhor da Conurbação. As áreas de Tipo E são significativamente fragmentadas, possuindo apenas 9,66 km<sup>2</sup>. No fragmento leste da cidade de Cuiabá, no entorno da Avenida Dante de Oliveira, destaca-se o Loteamento Altos da Serra, e nas proximidades da Avenida das Torres, o Loteamento Santa Cruz e Parque Universitário. Em Várzea Grande, encontramos áreas no entorno da Avenida da Feb, em direção ao centro da cidade, onde situam-se os Loteamentos núcleo I, seguindo na direção do loteamento Núcleo SESI e entorno da Avenida 31 de Março, que dá acesso ao Bairro Cristo Rei, onde situa-se, por exemplo, o Loteamento Gov. José Fragelli.

**Foto 19 – Bairro “Verdão”, no centro da imagem a Arena Pantanal, Cuiabá 2018**



Fonte: Aquisição da imagem da empresa “Drone Cuiabá”, 2018. Org: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.

A **tipologia F**, recorrente em áreas de expansão urbana, caracteriza as áreas de condições de vida médias, mas com vários aspectos insatisfatórios. Tais áreas localizam-se próximo às áreas com melhores condições de vida. Os habitantes possuem dois subtipos de rendimentos: o primeiro, de R\$ 440,00, que garante amplo acesso aos serviços de coleta de lixo, esgotamento sanitário, distribuição de água, porém com porcentagens inferiores às do Tipo D; o segundo, possui rendimento domiciliar per capita de R\$ 555,00 e o percentual de abastecimento de água só alcança a metade da população. O Tipo F ocupa uma expressiva área, 37,16km<sup>2</sup> do tecido urbano da Conurbação. No fragmento Sudeste de Cuiabá, destacam-se os bairros: Distrito Industrial; Parque Geórgia e Parque Cuiabá. Em Várzea Grande, no fragmento do Cristo Rei, destacam-se: Construmat, Residencial Aurília Curvo, Jardim Aroeira e Dom Orlando Chaves. Destacam-se ainda, em Várzea Grande, à Oeste do tecido urbano, o Loteamento Jardim Paula II, Costa Verde, parte do Centro Histórico e Aeroporto. Por fim, ao norte da cidade, temos como exemplo o Loteamento Chapéu do Sol.

Caracterizado por fortes oscilações nos resultados das variáveis, os lugares de **Tipo G** se localizam entre áreas com melhores e piores condições de vida, situando-se nas bordas da mancha urbanizada. O nível de instrução dos moradores é abaixo de 40%, entretanto, é significativa a cobertura de esgotamento sanitário (87,7%) nos lugares com renda domiciliar per capita de R\$ 400,00. Nos lugares com rendimento de R\$ 325,00, há 70,4% de abrangência de esgotamento sanitário. As edificações são, em sua maior parte, de alvenaria com revestimento externo, destacando-se com percentual muito elevado (87,1%). As áreas de tipologia G ocupam significativa parcela da Conurbação, 36,06 km<sup>2</sup>, englobando alguns bairros situados a Sudeste da área urbana, tais como parte do Cidade Verde e do Santa Izabel, Jardim Leblon, Pedregal, Novo Horizonte, assim como os bairros localizados no final da Avenida das Torres, tais como O Osmar Cabral e Tijucal. Em Várzea Grande, destacam-se, no Cristo Rei, os loteamentos: Parque do Lago, Jardim União e Cohab Cristo Rei. Na direção centro-norte, situam-se o Jardim Glória, Figueirinha e Vila Arthur.

As áreas de **Tipo H** mesclam resultados bons, médios e ruins. De modo geral, caracteriza as maiores porções das manchas urbanas do Brasil, marcado pela fragmentação do tecido urbano. A abrangência dos serviços de distribuição de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário varia, nessas áreas, de 60% a 89,9%, enquanto o acesso ao mercado de consumo é mais restrito. Os lugares com o Tipo H concentram 44,03 km<sup>2</sup> da área urbana da Conurbação, cuja maior parcela encontra-se em Várzea Grande, 25,26 Km<sup>2</sup>, isto é, a parcela das pessoas mais empobrecidas e com piores condições de vida se localiza em Várzea Grande.

Em Cuiabá, os bairros com piores condições de vida estão localizados nas extremidades da Avenida do CPA, onde se situam os bairros Doutor Fábio, Três Barras, Jardim Vitória e Jardim Umuarama. Em Várzea Grande, há uma infinidade de bairros, espalhados em diversas direções do tecido urbano, tais como: Loteamento Esmeralda; Jardim Itororó; Cidade de Deus; Loteamento Industrial e Jardim das Oliveiras.

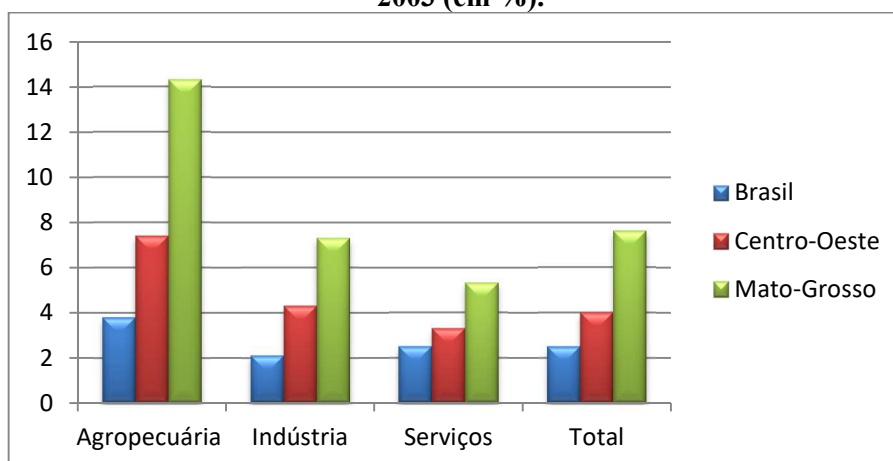
As áreas **Tipo I** apresentam significativas deficiências em vários índices avaliados, portanto, as pessoas desses lugares possuem as piores condições de vida da Conurbação. O rendimento varia em torno de R\$327,00 e é raro o acesso ao computador e à internet. No primeiro subgrupo, o nível de instrução é bem reduzido: apenas 29,4% da população tem nível médio ou superior. O esgotamento sanitário é razoável (60,7%), os serviços de distribuição de água são expressivos (73,8%) e os de lixo possuem uma cobertura elevada (81,0%). Entretanto, o número de residências de alvenaria gira em torno de (75,7%). Já no segundo subgrupo, as demais variáveis sofrem um acentuado decréscimo, com exceção da coleta de lixo (98,2%) e abastecimento de água (85,0%). As áreas do Tipo I existem apenas em Várzea Grande – ou seja, onde se localiza o pior nível de qualidade de vida da Conurbação –, contemplam 5,31 Km<sup>2</sup> e englobam o Loteamento São Simão, Ouro Verde, Nova Fronteira, Colinas Verdejantes e parte do Loteamento São Mateus.

### **2.3 Centralidade de comércio e serviços na Conurbação e a precarização do trabalhador**

Com a redefinição da base produtiva, novos investimentos se concretizam no Estado de Mato Grosso, que desponta como parque agroindustrial no cenário nacional. Esse processo que gera trabalhos no campo (embora em menor número, dado à mecanização da produção) e sobretudo na cidade, destacando-se pela atividade da agropecuária, indústria, comércio e serviços. A estruturação produtiva do Estado de Mato Grosso, com grande representatividade nacional, surge nos índices de crescimento anual de 1985 a 2003, tal como ilustrado no gráfico nº 8. O setor da agropecuária possui o maior índice de crescimento anual, com 14,3%, seguido pela indústria, com 7,3%, e serviços, com 5,3%. Esses dados revelam uma visível vantagem econômica do Estado de Mato Grosso em comparação ao crescimento econômico anual do Brasil e da região centro-oeste entre 1985 e 2003.



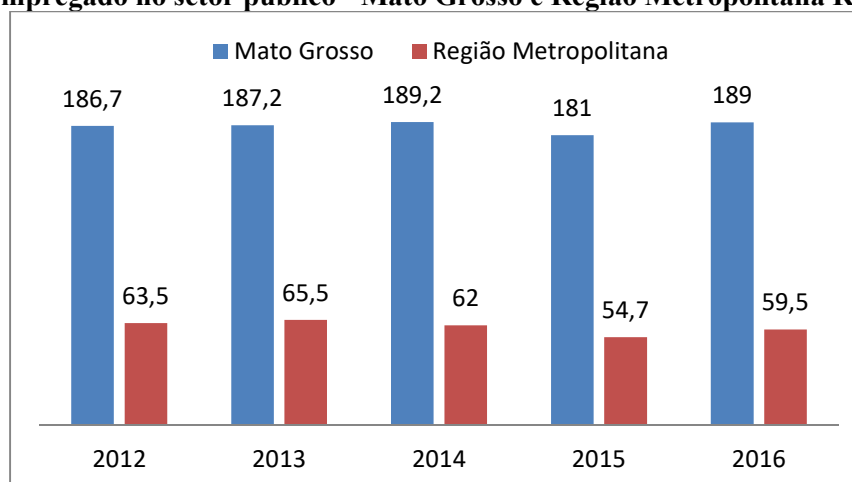
**Gráfico 08: Taxas Médias Anuais de Crescimento - Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso 1985-2003 (em %).**



FONTE: IBGE – **Contas Regionais / Plano MT + 20 – MATO GROSSO**, 2011. Org: SILVA, R.B, 2015.

O crescimento econômico de Mato Grosso, sobretudo da agropecuária, influenciou diretamente o crescimento da indústria e das atividades de serviços. Em Mato Grosso, o número de trabalhadores empregados no setor público é significativo (gráfico nº 9): em 2012, eram 186,7 mil pessoas, chegando a 189,2 mil em 2014. Em 2015, houve queda significativa para 181 mil, entretanto, em 2006 os índices voltaram a subir para 189 mil, ultrapassando a taxa de 2012. Na Região Metropolitana, a oscilação no número de trabalhadores ocupados no setor público é maior. Houve crescimento de 2012 para 2013, de 63,5 para 65,5 mil pessoas. Porém, de 2014 a 2016 os índices acumularam queda de 62 mil para 59,5 mil pessoas, ou seja, abaixo da taxa de 2012.

**Gráfico 9. Empregado no setor público - Mato Grosso e Região Metropolitana RMVRC**

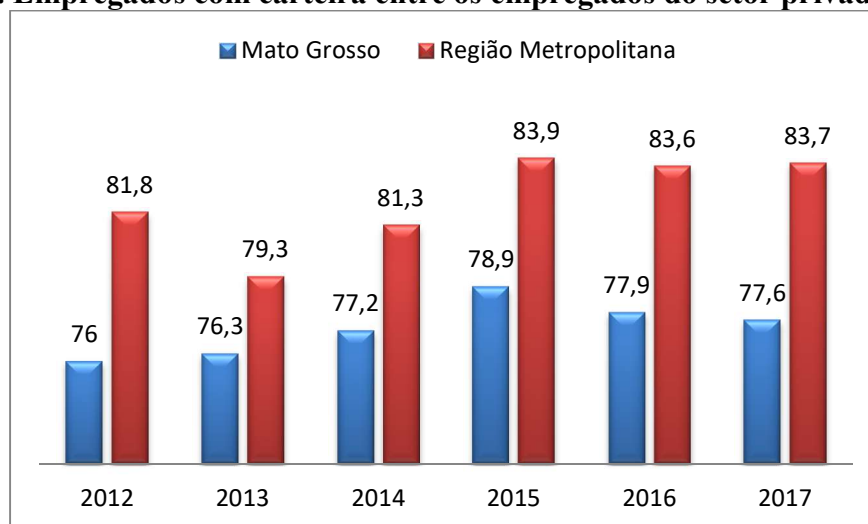


Fonte: **PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2017 - Médias Anuais** – [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br), acesso: agosto de 2018. Organização: SILVA, R. B. (2018).



A porcentagem de trabalhadores com carteira de trabalho assinada entre os empregados do setor privado é alta de 2012 a 2017, conforme gráfico nº 10. Contudo, na Região Metropolitana, a oscilação é significativa, como se pode ver pela queda nas taxas de 2012 para 2013 e de 2015 para 2016.

**Gráfico 10. Empregados com carteira entre os empregados do setor privado (%)**



Fonte: PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2017 - Médias Anuais – [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br), acesso: agosto de 2018. Organização: SILVA, R. B. (2018).

Podemos constatar o quantitativo de **trabalhadores ocupados** por segmento de setores econômicos entre o ano de 2012 e 2017 na tabela nº 14. Com relação à população ocupada em Mato Grosso, verifica-se que houve aumento de um milhão, quatrocentos e sessenta e quatro mil em 2012 para pouco mais de um milhão e meio de pessoas em 2017. Desse total, uma parcela significativa de pessoas ocupadas concentra-se na Região Metropolitana de Cuiabá (27,58%) e na cidade de Cuiabá (18,37%), conforme a média acumulada<sup>42</sup>. Entretanto, o percentual de pessoas desocupadas na Região Metropolitana e na cidade de Cuiabá é também mais elevado, 32,42% e 22,63%, respectivamente. De qualquer maneira, destacamos que os índices de trabalhadores desempregados entre 2012 e 2017 são crescentes, tanto em Mato Grosso quanto na Região Metropolitana e em Cuiabá, o que implica considerarmos a dissociação entre o significativo crescimento da agropecuária e a geração de emprego e renda, analisada no primeiro capítulo desta tese.

<sup>42</sup>A média acumulada se refere à da soma dos dados de 2012 a 2017 e suas respectivas porcentagens.

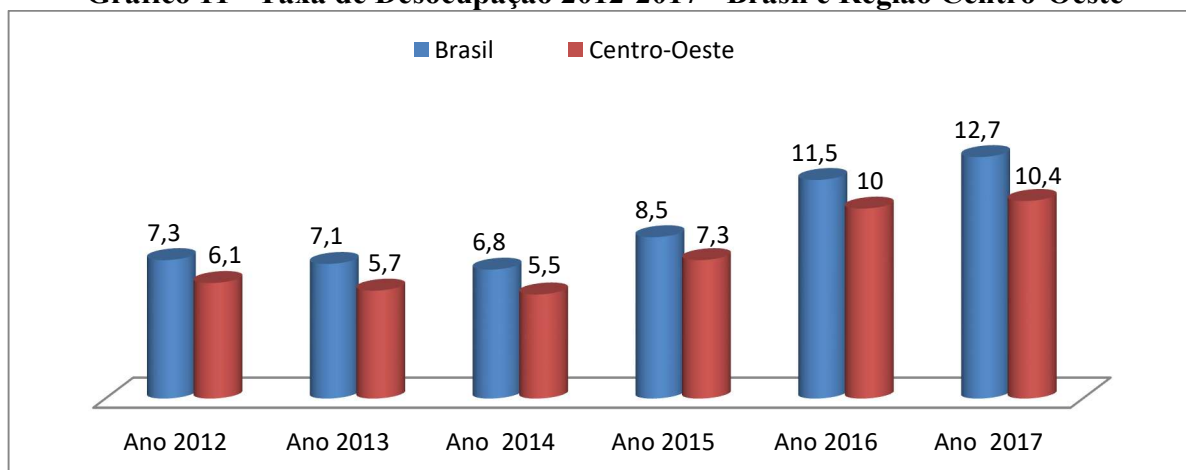
**Tabela 14: População Ocupada-Setores - Mato Grosso, Região Metropolitana e Cuiabá 2012-2018 (mil)**

SETORES E ATIVIDADES	RECORTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	%
Pop. ocupada	Mato Grosso	1464	1527	1560,2	1526,5	1499,7	1521,5	
	Região Metropolitana	419	428,2	422,7	418,5	406	415,2	<b>27,58%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>283</b>	<b>289,5</b>	<b>279,5</b>	<b>274,7</b>	<b>272</b>	<b>273,2</b>	<b>18,37%</b>
Pop. desocupada	Mato Grosso	85,2	71	65	97,7	154,2	149,5	
	Região Metropolitana	25	23,7	22,7	34,5	50,7	45,5	<b>32,42%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>21,7</b>	<b>36,2</b>	<b>35,7</b>	<b>22,63%</b>
<b>AGROPECUÁRIA</b>								
Agricultura, pecuária, florestal, pesca e aquicultura	Mato Grosso	247	254,2	253,7	247,2	248,5	238,7	
	Região Metropolitana	12	9	11,7	11,7	15,2	11	4,40%
	<b>Cuiabá</b>	<b>5,2</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>7,5</b>	<b>4,7</b>	2,00%
<b>INDÚSTRIA</b>								
<b>Indústria geral</b>	Mato Grosso	163	170	156,5	166,2	143,5	139	
	Região Metropolitana	45,5	45,7	40,2	42	35,7	35,2	<b>26,30%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>26,5</b>	<b>28,5</b>	<b>21</b>	<b>24,7</b>	<b>21,5</b>	<b>20</b>	15,15%
<b>Construção</b>	Mato Grosso	130,7	137	156,2	147	137,5	132,2	
	Região Metropolitana	39,2	39,7	45,2	44,5	38,7	36	<b>28,94%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>24</b>	<b>24,5</b>	<b>31</b>	<b>30</b>	<b>26,2</b>	<b>23,2</b>	<b>18,90%</b>
<b>TERCIÁRIO</b>								
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Mato Grosso	293,7	318	331,2	313,5	304,2	308,7	
	Região Metropolitana	99,5	103	99,7	98	92,5	89,2	<b>31,12%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>65,5</b>	<b>67,2</b>	<b>58,2</b>	<b>59,5</b>	<b>57,5</b>	<b>54,2</b>	19,37%
Transporte, armazenagem e correio	Mato Grosso	64,7	71,5	74,5	68,5	76	79	
	Região Metropolitana	18,7	22,7	21,2	21,5	21	22,5	<b>29,38%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>11,5</b>	<b>13,5</b>	<b>12,5</b>	<b>12,7</b>	<b>11,5</b>	<b>13,7</b>	17,36%
Alojamento e alimentação	Mato Grosso	60,2	70,7	69	68	69,7	81	
	Região Metropolitana	20,7	25,5	22	24,2	24,2	27,2	<b>34,35%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>13,5</b>	<b>16,5</b>	<b>14,7</b>	<b>15,7</b>	<b>16,5</b>	<b>19,5</b>	23,02%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	Mato Grosso	109,5	119	122,2	119,7	106,5	120,7	
	Região Metropolitana	50	53,2	52,2	49,7	45,7	53,5	43,62%
	<b>Cuiabá</b>	<b>39</b>	<b>40,5</b>	<b>40,7</b>	<b>36,7</b>	<b>35,7</b>	<b>40,5</b>	<b>33,41%</b>
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	Mato Grosso	232	227,7	234,2	229,2	240,7	257	
	Região Metropolitana	84,7	81	81,7	75,7	81,2	93,2	<b>35,01%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>65,7</b>	<b>62,7</b>	<b>65,2</b>	<b>58,5</b>	<b>62</b>	<b>67,2</b>	26,83%
Outro serviço	Mato Grosso	53,7	61	63,7	60	58,2	56,7	
	Região Metropolitana	19,7	22,5	23	22,2	20,5	20,2	<b>36,25%</b>
	<b>Cuiabá</b>	<b>13,7</b>	<b>15,7</b>	<b>15,7</b>	<b>14,7</b>	<b>14</b>	<b>12,2</b>	20,46%

Fonte: PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2017 - Médias Anuais – www.ibge.com.br, acesso: agosto de 2018. Organização: SILVA, R. B. (2018).

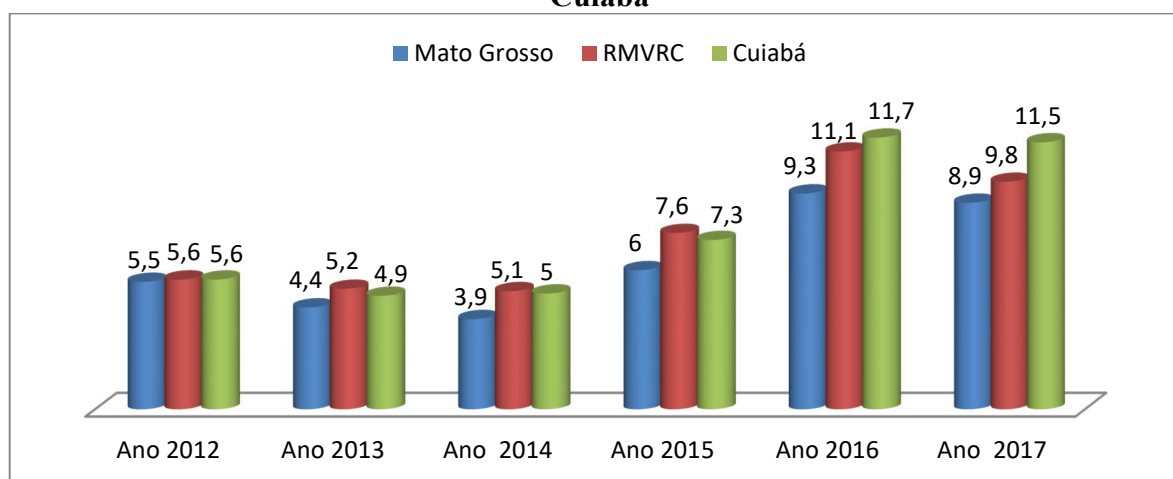
No **setor da agropecuária**, podemos constatar a oscilação do número de pessoas empregadas em Mato Grosso de 2012 a 2017: os números variam de 238,7 a 253,7 mil trabalhadores. Entretanto, a participação de pessoas empregadas nesse setor econômico na Região Metropolitana é irrisória: 4,40% e apenas 2,00 % em Cuiabá. Isso significa que a produção em si não está em Cuiabá ou na Região Metropolitana, visto que 94,60 % dos trabalhadores da agropecuária estão distribuídos nos municípios do interior de Mato Grosso. Em contrapartida, o **setor da indústria** (geral), decorrente do setor da agropecuária, apresenta 26,30% de trabalhadores empregados na Região Metropolitana e 15,15% em Cuiabá. Ainda no segmento industrial, a atividade da construção civil também concentra 28,94% de pessoas empregadas na Região Metropolitana e 18,90% em Cuiabá, números que são significativos. Já no **setor de terciário**, nas atividades de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas a Região Metropolitana concentra 31,12% de trabalhadores ocupados e Cuiabá 19,37%. As atividades de transporte, armazenagem e correio na Região Metropolitana concentram 29,38%, e Cuiabá, 17,36% de trabalhadores ocupados. Ainda no setor terciário, há destaque para a atividade de alojamento e alimentação: a Região Metropolitana concentra 34,35% de pessoas ocupadas e Cuiabá 23,02%. Destacamos a significativa importância da Região Metropolitana e de Cuiabá, que concentram 43,62% e 33,41% pessoas ocupadas, respectivamente, nas atividades de informação, comunicação e atividades **financeiras, imobiliárias**, profissionais e administrativas, bem como nas atividades de **administração pública**, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, que concentram 36,25% de pessoas ocupadas na Região Metropolitana e 20,46% em Cuiabá.

Esses dados são fundamentais para compreendermos, por um lado, a relação entre o crescimento econômico de Mato Grosso, sobretudo da agropecuária, e a centralidade das atividades terciárias, principalmente da administração pública no sentido da concentração da decisão política e da gestão pública da agropecuária; por outro, como a informação, a comunicação e especialmente as atividades financeiras e imobiliárias ganham relevo na concentração de pessoas ocupadas nessas atividades, revelando, em certo sentido, a aplicação do excedente produtivo agrário na cidade. Constata-se, no gráfico nº 11, que a taxa de trabalhadores desocupados é crescente no Brasil; no ano de 2012, a taxa era de 7,3%, subindo drasticamente para 12,7%, sem queda nos índices. Em Mato Grosso a situação não é diferente, tendo subido de 6,1% em 2012 para 10,4% em 2017.

**Gráfico 11 - Taxa de Desocupação 2012-2017 - Brasil e Região Centro-Oeste**

Fonte: PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2017 - Médias Anuais – [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br), acesso: agosto de 2018. Organização: SILVA, R. B. (2018).

Podemos constatar, no gráfico nº 12, a elevação das taxas de pessoas desocupadas em Mato Grosso: de 5,5% em 2012 para 8,9% em 2017. Na região Metropolitana, a taxa de trabalhadores desocupados foi ainda maior do que a estadual entre 2012 e 2015, chegando a 9,8% em 2017. Em Cuiabá, a situação é ainda mais alarmante, passando de 5,6% para 11,5%, mantendo-se ligeiramente maior do que as taxas estaduais e da Região Metropolitana.

**Gráfico -12. Taxa de Desocupação 2012-2017 - Mato Grosso, Região Metropolitana e Cuiabá**

Fonte: PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2017 - Médias Anuais – [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br), acesso: agosto de 2018. Organização: SILVA, R. B. (2018).

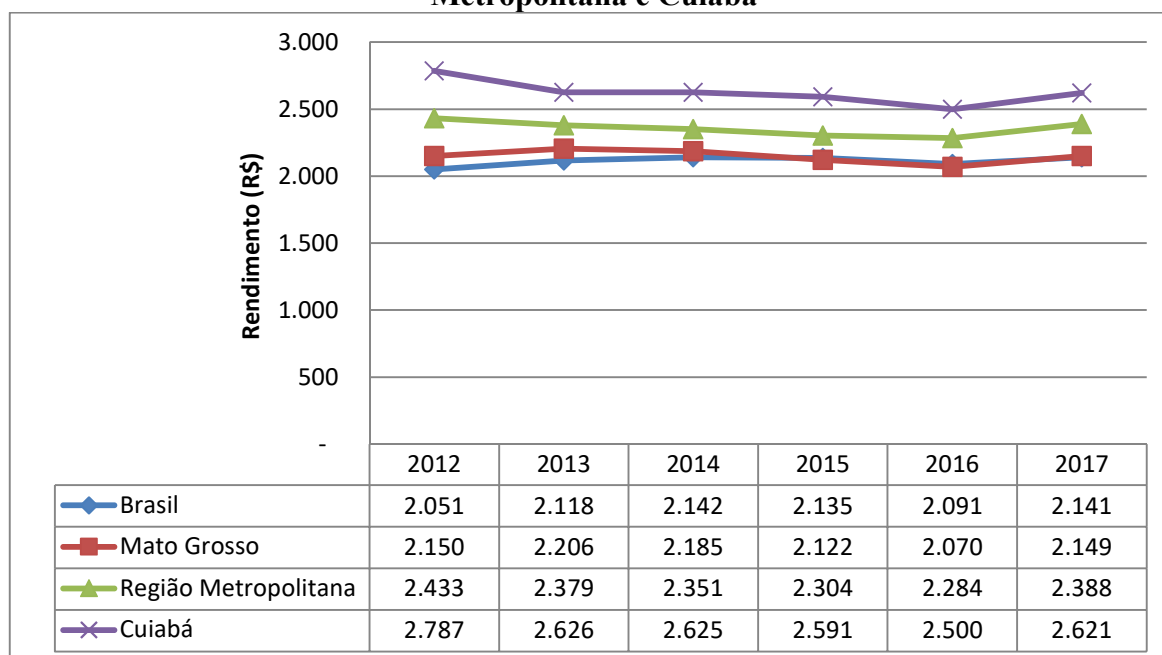
Isso significa que, embora haja maior concentração das atividades do setor da indústria e terciário, dinamizadas pelo crescimento econômico da agropecuária, paradoxalmente verifica-se, também, o aumento da taxa de trabalhadores desocupados na Região

Metropolitana. Isso se dá em função da economia de Mato Grosso estar ligada ao mercado de exportação e ao mercado financeiro, que geram maior instabilidade na economia urbana e no aumento do desemprego em momentos de crises, sobretudo na Região Metropolitana, tal como consta no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC):

No caso de Mato Grosso, o quadro internacional também é um fator de atenção, pois o estado tem suas finanças altamente ligadas ao mercado de exportações de commodities, especialmente soja, milho e carne bovina. [...] A recessão econômica que acabou por incidir na RMVRC nos últimos dois anos. Após momentos de pleno emprego – com taxas reduzidas de 4,40%, em 2014 – viu o mercado de trabalho baixar a 12,90% de desocupação entre as pessoas com 14 anos ou mais de idade, no primeiro semestre de 2016 (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2017, p. 27).

Os dados da taxa de trabalhadores desocupados revelam a contradição e o descolamento entre o crescimento econômico da agropecuária e o desenvolvimento social, considerando que, de 1989 até 2017, o saldo da Balança Comercial do Agronegócio (analisado no primeiro capítulo desta tese) foi crescente, sem oscilação negativa, mesmo em momentos de crises econômicas. Isso significa que os grandes produtores da agropecuária não têm sentido a crise como os trabalhadores e os empregadores urbanos. O aprofundamento da precariedade da vida desses trabalhadores pode ser constatado no gráfico nº 13, que revela os baixos salários e as oscilações do rendimento médio real habitual dos trabalhadores entre 2012 e 2017. Em 2012 e 2013, houve ínfimo aumento na renda média dos trabalhadores de Mato Grosso e na renda do Brasil, elevação que continuou até 2014. Entretanto, em 2015 e 2016, houve oscilação para menores valores. Ao analisarmos o gráfico, constatamos também que a renda dos trabalhadores da Região Metropolitana e da cidade de Cuiabá é maior do que a média do estado e do Brasil, contudo, eles sofreram com constante desvalorização do trabalho, com sucessivas quedas no rendimento de 2012 a 2016. Vale destacar que, embora houvesse pequena elevação do rendimento em 2017, ela é inferior à renda de 2012.

**Gráfico 13. Rendimento Médio Real Habitual 2012-2017 - Brasil, Mato Grosso, Região Metropolitana e Cuiabá**



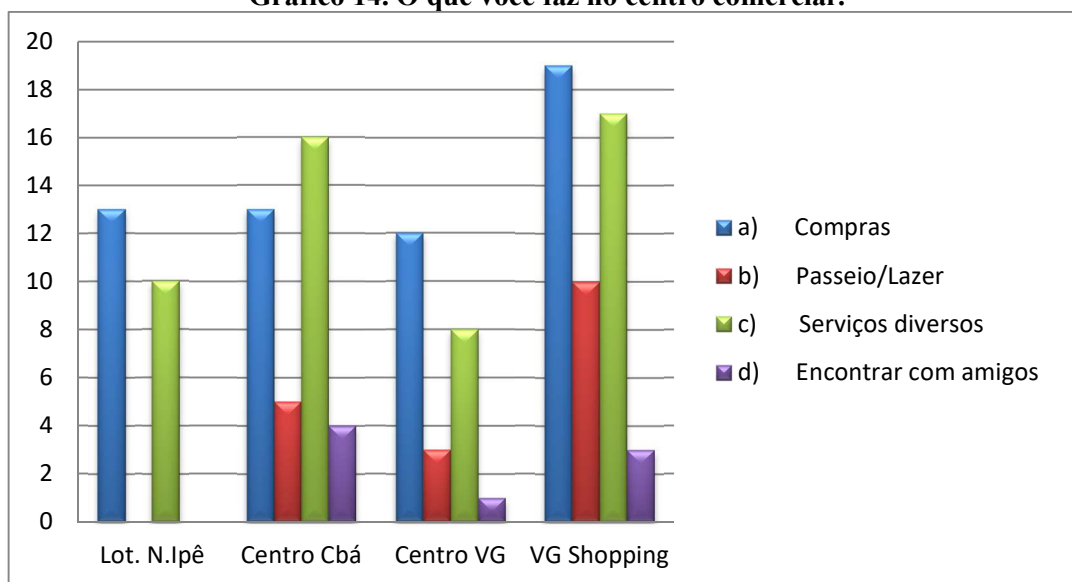
Fonte: **PNAD Contínua - Retrospectiva 2012-2017 - Médias Anuais** – [www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br), acesso: agosto de 2018. Organização: SILVA, R. B. (2018).

Destacamos, assim, a volatilidade do mercado de trabalho e dos rendimentos médios dos trabalhadores, que apontam para a possível manutenção de lucro dos patrões que, no contexto geral, tiram proveito do enfraquecimento do movimento sindical e fazem bom uso das políticas de austeridade do governo atual no sentido de desvalorizar os salários e a força de trabalho, considerando o crescente exército de reserva engrossando a massa de desempregados. Constatamos, portanto, que o processo de crescimento econômico de Mato Grosso não tem promovido o desenvolvimento social, a melhora das condições de trabalho, melhores rendimentos, muito menos a redução das desigualdades. Os dados revelam o contrário o efetivo aumento da precarização da vida dos trabalhadores/moradores conduzindo o contraditório da centralidade econômica e social – a precarização da vida. São estes trabalhadores da Conurbação, que possuem esta média salarial, que contribuem para o ciclo do capital girar, seja por meio da venda da sua força de trabalho ou pelo consumo de mercadorias realizadas para a manutenção de necessidades humanas, tal como aluguel (moradia), alimentação, vestuário, lazer, dentre outros. É nesse sentido que as entrevistas e os questionários aplicados nos centros urbanos da Conurbação esclarecem a contradição entre a formação de uma centralidade econômica e a precarização da centralidade lúdica e social.



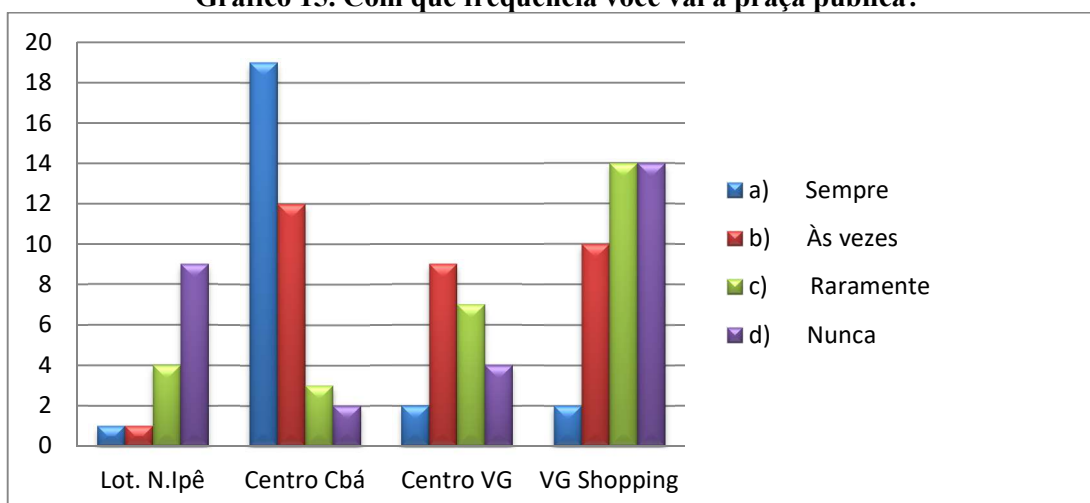
Os entrevistados do Loteamento Nova Ipê, do Várzea Grande Shopping, do centro de Cuiabá e de Várzea Grande têm o centro comercial da cidade como lugar de **consumo de mercadorias** e lugar onde encontram **serviços** diversos. A maior parte dos entrevistados disse ir ao centro para fazer compras e realizar serviços diversos (gráfico nº 14). Poucas pessoas responderam que se dirigem ao centro para passear ou fazer atividades de lazer, índice que diminuiu ainda mais quando se trata de sair de casa para encontrar amigos no centro da cidade. Porém, uma parcela maior de entrevistados do Várzea Grande Shopping responderam que utiliza o centro da cidade para passeio e lazer.

**Gráfico 14. O que você faz no centro comercial?**



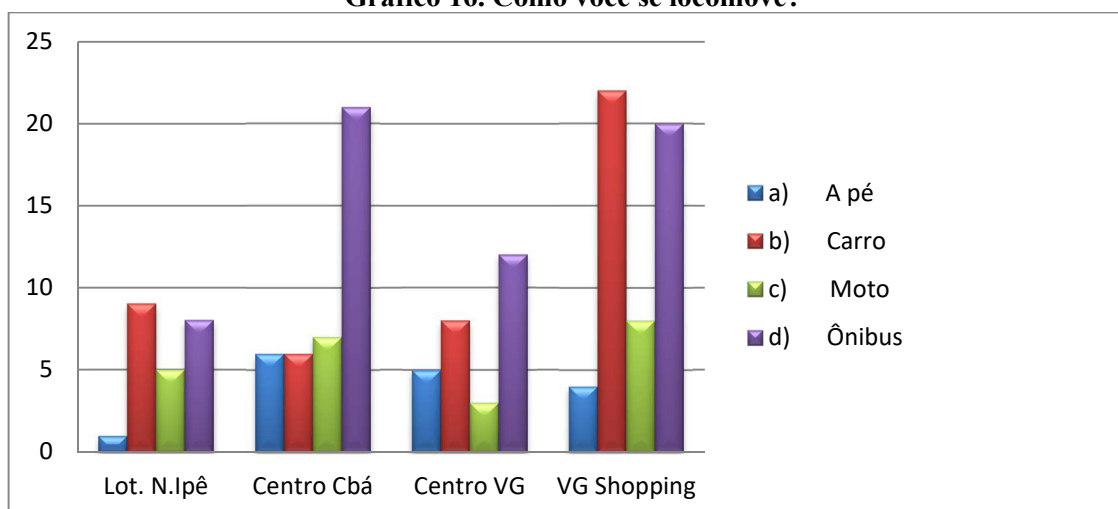
Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo (2018). Organização: SILVA, R. B. 2018.

É importante evidenciarmos, aqui, as distintas práticas sociais de relação com as praças públicas da Conurbação (gráfico nº 15). Apenas dois entrevistados do Várzea Grande Shopping disseram frequentar sempre uma praça pública, 14 pessoas afirmaram que o fazem raramente e nunca, e apenas 10 pessoas disseram que o fazem às vezes. Mesmo as pessoas que estavam no centro de Várzea Grande quase não frequentam as praças públicas. Em Cuiabá, a maior parte dos entrevistados disse frequentar praças públicas sempre (19 pessoas) e às vezes (12 pessoas).

**Gráfico 15. Com que frequência você vai à praça pública?**

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo (2018). Organização: SILVA, R. B. 2018.

Embora muitos utilizem o transporte coletivo, a maior parte dos entrevistados do Várzea Grande Shopping se locomovem de automóvel particular, conforme o gráfico nº 16, o que evidencia a constante inserção das camadas populares no mercado de consumo, considerando que os serviços de transporte coletivos são precários na Conurbação. Parte significativa dos entrevistados do Centro de Cuiabá e de Várzea Grande se locomove de transporte coletivo, e, nesse aspecto, seu perfil difere radicalmente dos entrevistados do Shopping. Verifica-se, aí, múltiplos usos da cidade e do centro, bem como uma limitação das possibilidades de deslocamentos, sobretudo para os menos favorecidos economicamente, que dependem do transporte coletivo.

**Gráfico 16. Como você se locomove?**

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo (2018). Organização: SILVA, R. B. 2018.

Os dados revelam a inserção precária dos moradores/trabalhadores da Conurbação em sua prática social cotidiana, com o centro cada vez mais destituído de sentido da centralidade lúdica. A centralidade econômica ligada à reprodução do capital passa a ditar o ritmo de vida no centro, permitindo o acesso de um determinado grupo ao centro de consumo (tal como os *Shoppings Centers*) e de serviços diversos, a inserção precária de pessoas de baixa renda, que não acessam os mesmos lugares pela desigualdade de renda, e, ainda, a exclusão de outros grupos, sobretudo os mais empobrecidos.

#### **2.4 Avanço da fronteira – trabalhadores urbanos – produtores do centro**

A produção de centros remete à noção da produção do espaço urbano. Qual é, então, o sentido da cidade, da urbanidade e da centralidade social, quando o projeto maior é o avanço da fronteira agrícola e o crescimento econômico? Nesse sentido, a reestruturação produtiva capitalista promovida em Mato Grosso se realiza pela profunda transformação da vida das pessoas, submetendo-as a trabalhos degradantes, à expropriação de suas terras e, enfim, à acumulação por espoliação, processo que revela a dominação de classes e permite, conseqüentemente, a reprodução das relações sociais de produção. A colonização recente de Mato Grosso reporta-se ao processo de transformação da agricultura brasileira e das lógicas distintas de produção espacial. De um lado, o Estado, com os projetos capitalistas representados pelos grileiros latifundiários e empresários da agropecuária, sobretudo do Centro Sul do país, grupos econômicos nacionais e internacionais em busca da reprodução do capital; de outro, trabalhadores de várias localidades em busca da reprodução da vida, sejam eles colonos, posseiros, peões ou moradores de núcleos urbanos, inseridos de maneira precária e degradante no processo de reestruturação capitalista. Assim, a produção de centro na Conurbação, realizada pelos moradores destituídos de direitos sociais, subjugados pelos mandos e desmandos dos detentores da propriedade privada da terra e dos meios de produção, o revela o processo histórico da formação de uma centralidade concomitantemente social e periférica, no contexto de expansão da fronteira agrícola e da reprodução do capital.

O senhor Kiyoto, morador do centro de Várzea Grande, relata as contradições do processo de reprodução do capital em Mato Grosso por meio do avanço da fronteira agrícola. Por volta de 1955, ele e sua família ficaram entusiasmados com as propagandas de imigração promovida pelo governo brasileiro no exterior e vislumbraram a possibilidade de sair de um país devastado pelas grandes Guerras Mundiais e progredir financeiramente no Brasil. Kiyoto

morou no Japão até aos 15 anos de idade e, por volta de 1960, veio para o Brasil com os seus familiares, o pai, a mãe, seis irmãos e três sobrinhos, totalizando onze pessoas. O Estado pretendia implantar colônias japonesas no norte/nordeste de Mato Grosso; caberia à família do senhor Kiyoto, juntamente com outros migrantes, concretizar o projeto de implantação da colônia Capem, localizada a cerca de 500 km de Cuiabá, perto das cidades de Nova Ubiratan e Feliz Natal. Mas eles encontraram dificuldades para permanecer no lugar, pois as promessas do Estado quanto a terra e progresso não se concretizavam<sup>43</sup>. O entrevistado relata com detalhes as dificuldades de produzir alimentos, a falta de apoio efetivo do Estado e a precariedade geral da vida:

Cada pessoa ganharia 10 alqueires de terras, na época a produção era plantação de seringa e pimenta do reino, mas o terreno não era bom para arroz, milho. Cada homem maior de 18 anos ganhava 10 alqueires de terras, começamos a derrubar a mata, fazer a plantação, casa para morar. Plantávamos arroz, se plantava 3 sacos de arroz e tirava só 6, o terreno não era bom. Tinha que colocar cal para ficar bom. O que conseguíamos produzir era pimenta do reino (cerca de 3 anos), seringa também (mas demora 7 anos para produzir). Essa época era 1960 até 1972, depois saímos de lá. **O governo não ajudou em nada, não houve ajuda para construir a casa, o terreno foi dado só de boca, não havia escritura e nada** (kiyoto informação verbal – 2018) [grifos nosso].

O entrevistado também comenta a relação que ele e outros colonos do interior de Mato Grosso possuíam com o centro de Cuiabá, um lugar distante, onde, para se chegar, era necessária uma jornada penosa: “Quem tinha dinheiro, o caminhão ia uma vez ao ano para sair para a cidade, para Cuiabá, gastava cinco seis dias para chegar a Cuiabá” (kiyoto informação verbal – 2018) [grifos nosso]. Eles se dirigiam ao centro da cidade para vender alguns produtos e comprar o que era necessário, mas o regresso à colônia significava tentar a vida novamente reconhecendo a ausência do Estado, que não cumpria as suas promessas de progresso e modernidade feitas aos trabalhadores. Para Kiyoto, isso significou a memória da perda de seus entes queridos no trajeto esperançoso de melhores condições de vida:

---

<sup>43</sup> Deve-se problematizar o fato de que muitos grileiros/empresários/políticos apossaram-se ilegalmente de terras e, hoje, são grandes produtores. Ver mais em: SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, 2ª edição.

Perdi meus pais lá, muitos perderam parentes, não havia nem ajuda para remédios do governo, do contrário não morreria tanta gente assim. Era difícil sair da colônia sem dinheiro, mas cinco famílias saíram de lá para Capim Branco, ganharam dinheiro e compraram caminhão, depois eles vieram buscar a nossa família para mudar para Capim Branco, fizemos acordos de meia (meeiros). Lá era terreno bom, deu plantação de arroz, feijão e milho, ficamos por dois anos no Capim Branco. Meu irmão ficou em Cuiabá, virou comerciante. Eu fui para Campo Grande, onde fiquei por dois anos, depois fui para Presidente Prudente, depois fui para a Capital (kiyoto informação verbal – 2018) [grifos nosso].

Durante a entrevista, Kiyoto silenciou e, com a voz embargada, disse: “sofremos de tudo, até sem roupas, saímos de lá sem nada”, parte da sua família foi para Campo Grande /MS, e ele se mudou para São Paulo, onde morou e trabalhou com um amigo na produção de peças de caminhão; nas férias, trabalhava como costureiro e vendia os produtos no Brás para complementar a sua renda. Por volta de 1975, Kiyoto mudou-se para Cuiabá, onde o seu irmão havia conseguido se estabelecer financeiramente a partir do trabalho como comerciante no mercado municipal. Muitos trabalhadores mudaram-se para Cuiabá, partindo de vários estados brasileiros, ou foram recrutados nos núcleos urbanos das regiões produtivas, com promessas de receberem bons salários e benefícios. Entretanto, essas promessas não se concretizavam e os trabalhadores enfrentavam endividamento, usurpação da força de trabalho e constantes ameaças de morte.

O entrevistado de codinome Gustavo, de 65 anos, morador do bairro Glória, distante 5 minutos do centro de Várzea Grande, atualmente trabalha com prestação de serviços mecânicos na Br 364, mas trabalhou durante um período como peão, abrindo roçado no interior de Mato Grosso, participando do processo de recrutamento de trabalhadores dos núcleos urbanos para serviços braçais nas fazendas. Gustavo é natural de Nossa Senhora do Livramento, onde a sua família possuía por herança um sítio, em que plantavam para subsistência, até que começaram a ter dificuldades na pequena produção, pois a terra não produzia mais. Seu pai aceitou o convite de um amigo ribeirinho para ir morar em Várzea Grande. Gustavo, juntamente com seu pai, sua mãe e seus irmãos, passaram a morar em uma casa cedida pelo amigo nas margens do Rio Cuiabá, na passagem da Conceição, a partir de 1967, até conseguirem moradia própria. Por ali, eles trabalhavam como diaristas, limpando hortas e pastos na beira do rio, na região da Passagem da Conceição. Era um trabalho muito sofrido, lembra o entrevistado: “Ali estava difícil porque a gente não ganhava o suficiente, se trabalhava uma semana, não tinha trabalho na outra. E naquele tempo era uma dificuldade a

cidade era quase que um sítio também” (Gustavo, informação verbal – 2018). Em função dessas dificuldades, a família de Gustavo mudou-se para um lugar chamado Parizinho (próximo ao Rio Pari que desagua no Rio Cuiabá), para uma terra cedida em que eles produziam arroz, feijão, café, cana, banana além de cortar lenhas para venda. A maioria das pessoas daquela localidade cultivava cana-de-açúcar, faziam rapadura, pescavam, plantavam capim de praia para pastagem e dele faziam feixes; parte desses produtos era vendida no centro de Várzea Grande, e parte no Bairro Porto em Cuiabá (para realizar a travessia do rio, eles utilizavam balsas). Gustavo ainda relatou os tipos de aliciamento realizados pelos “Gatos”, que contratavam trabalhadores da cidade para trabalhar na produção de pastagem. Ele descreveu as coações dos “capatazes”/ “Capitão do Mato”, inclusive, um dos seus irmãos quase perdeu a vida, pois um capataz teria atirado em seu estômago. Gustavo e outros trabalhadores passaram a trabalhar em Nortelândia, nas terras da Empresa Camargo Corrêa, na produção de pasto, em condições de trabalho análogas à escravidão. Nas palavras do entrevistado:

Trabalhei na Camargo Corrêa, em Nortelândia, batendo pasto, não era assinada a carteira, era empreitada, convidavam as pessoas aqui para ir para lá. Muitas vezes você era enganado e tinha que aceitar, porque a lei lá era “federal”, só que com nós não fizeram isso, porque nós nos unimos, éramos 11 pessoas que se uniram para trabalhar num leito só, num lote só, no mesmo roçado. Com a gente eles cumpriram o acordo, mas quem ia sozinho era enganado. A finalidade deles era fazer o camarada ir trabalhar e muitas vezes até descontar aquilo que você não pegou, então eles aproveitavam muito das pessoas. Mas não, já sabendo disso, nós já fomos daqui unidos. Havia muita malária, a pessoa estava no sol, coberto, se tremendo e o cara brigava com ele para colocar para trabalhar, e ainda tinha o famoso chefão que ficava prometendo matar a pessoa, dar tiro (não lembro a data, mas é por volta de 1970/80) (Gustavo, informação verbal – 2018).

O relato de Gustavo revela a profunda degradação da vida humana no processo de expansão da fronteira agrícola. Além disso, sua fala evidencia que a reestruturação produtiva acontece, sobretudo, através da dominação social e da força de repressão, do controle da força de trabalho e da acumulação por espoliação realizada pelos empresários agropecuários, conforme Oliveira (1997b):

As condições trágicas e eminentemente conflitivas às quais os peões do trecho estão sujeitos só se mantêm graças ao uso ostensivo da força armada das fazendas. De caráter intimidativo e repressivo, ultrapassa os limites das fazendas e invade os povoados: no trabalho ou no lazer, o manto do terror é onipresente no cotidiano do peão. Já os peões que se rebelam contra a



imposição de seus mandantes, reagem fugindo, mas os jagunços iam a sua caçada. Nos anos de 70 e 80, várias agropecuárias de Mato Grosso, Pará e Maranhão conheceram essa violência contra os trabalhadores (1997b, p. 317).

Gustavo, Kiyoto e suas famílias foram submetidos às condições precárias de trabalho e de vida, bem como a deslocamentos forçados e direcionados para onde havia maior possibilidades de encontrar um trabalho rotativo, sem garantia e certeza de nada. As falas dos entrevistados revelam o movimento conflitivo da reestruturação produtiva racionalizada e da vida prática e social. Isso nos remete à lógica formal incorporada aos projetos racionalizados do Estado e dos capitalistas, sobre a qual Lefebvre afirma: a “ordem distante permanece abstrata enquanto não se incorpora na ordem próxima” (LEFEBVRE, 1973, p. 19), ou seja, há diversas práticas socioespaciais nas quais a reprodução das relações de produção invadem brutalmente as relações próximas, sobretudo com a profunda degradação da vida humana a que Gustavo e Kiyoto foram submetidos. Ao mesmo tempo, por meio das falas dos referidos entrevistados, percebe-se que a reestruturação produtiva não pode acontecer sem o consentimento social dos trabalhadores, que consciente ou inconscientemente são submetidos a diversas situações em meio à aflição na busca da reprodução da vida. As mudanças nas relações de trabalho, sobretudo nas fazendas e/ou nas colônias do interior de Mato Grosso, reportam-se ao processo de reestruturação produtiva e, como consequência, às transformações dos gestos corporais, do pensar, do viver, das relações sociais das pessoas e do trabalhador:

Esta globalidade nova que (conscientemente ou não) tem como sentido e como fim a re-produção das relações de produção, mais ainda do que o lucro imediato ou o crescimento da produção, é acompanhada por uma modificação qualitativa profunda dessas relações. As relações de dominação que originalmente subtendem, reforçando-as, as relações de exploração, tornam-se essenciais, centrais (LEFEBVRE, 1973, p.34).

Nesse sentido, a reestruturação produtiva, além de gerar alterações nas relações de produção propriamente ditas (maquinários, trabalho, organização empresarial), modifica as relações sociais, da prática social, inclusive no processo de produção de uma centralidade periférica da Conurbação Cuiabá e Várzea Grande. Vale destacar que Kiyoto é morador do Centro de Várzea Grande, e Gustavo mora a cerca de 5 minutos do centro, próximo à Avenida Ulisses Pompeu de Campos, que faz divisa entre o centro da cidade com diversos bairros, dentre eles o 23 de Setembro, Jardim Panorama e Glória. Ambos, por meio das suas práticas sociais, construíram o centro, porém possuem com ele uma relação de estranhamento.

## 2.5 Produção do Centro de Várzea Grande

A produção do centro histórico de Várzea Grande está ligada ao processo de produção da agropecuária na cidade.

A partir de 1870, o povoado foi crescendo lentamente, pois a não ser o abate das reses para a manteação, a lavoura, a fabricação da lenha para venda em bruacas e em canoas e alguma indústria manual, tudo o mais se resumia num acanhado comércio varejista, sem nenhuma significação. Não se registrou, durante a 1ª década, qualquer fato interessante e tudo dependia de Cuiabá, onde a venda do exíguo produto era feita, completando-se, ato contínuo, a operação de compra e venda, com a aquisição das utilidades que então levavam para o povoado (MONTEIRO, 1987, p. 22).

As primeiras vias de passagens de boiadeiros, bandeirantes paulistas e comerciantes definiram os traçados das principais avenidas da cidade, tal como a Avenida Senador Filinto Müller, onde foi construída a Igreja Nossa Senhora do Carmo, inaugurada em 1954 e reconstruída em 1970 (foto nº 20), passando por várias reformas de ampliação e modernização até a configuração da Igreja no ano de 2014 (foto nº 21). Essas duas imagens ilustram um lugar sagrado para os Católicos, lugar de fé de reunião, de encontro e sociabilidade, demarcando o processo da produção de centro e centralidades em Várzea Grande.

**Foto 20. Igreja Nossa Senhora do Carmo em 1970, centro de Várzea Grande/MT**



Fonte: Casa de Artes de Várzea Grande, 2014. Org. SILVA, R.B, 2018.

**Foto 21. Igreja Nossa Senhora do Carmo em 2014, centro de Várzea Grande/MT**



Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=962580>> Acesso, maio de 2017. Org. SILVA, R.B, 2018.

A Avenida Couto Magalhães, uma das principais ruas comerciais do centro de Várzea Grande, também está ligada ao processo de produção da agropecuária mato-grossense, principalmente através de produção local e abastecimento da cidade de Cuiabá e região:

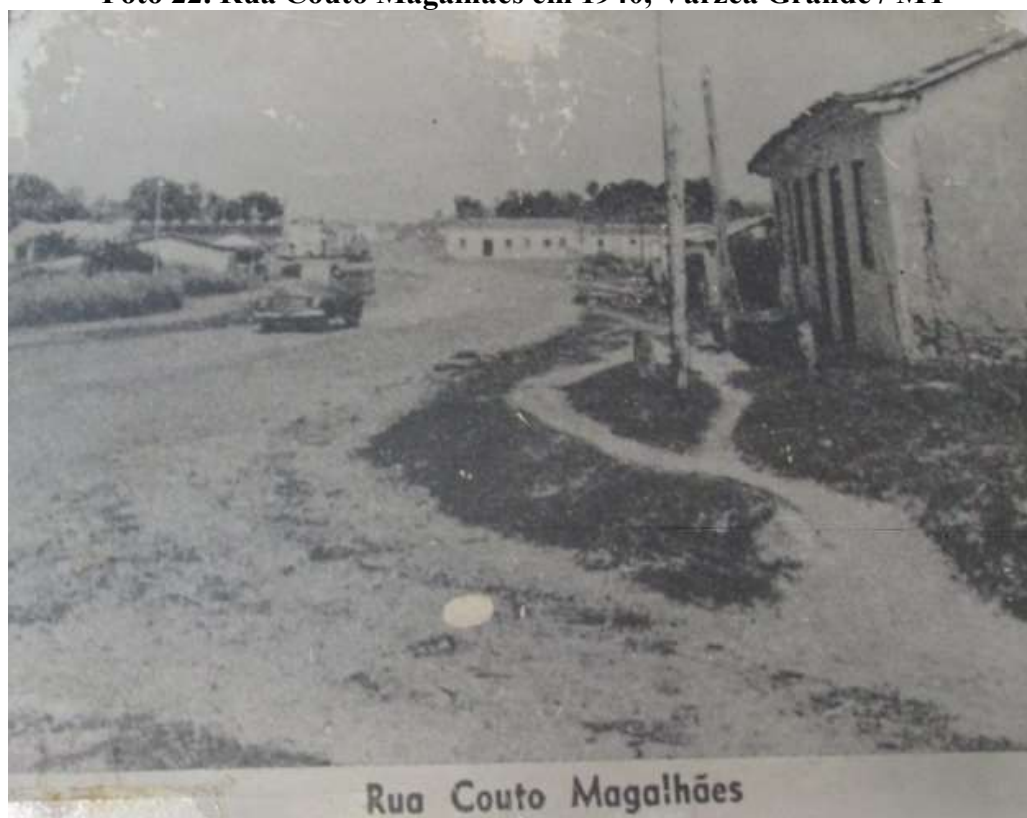
No decorrer desses primeiros 20 anos de existência do povoado, a gente simples da Várzea Grande embrião vivia do penoso trabalho de todos os dias – as mulheres nas lides caseiras, no fabrico de redes, pois alguns teares foram aparecendo e, de lata d'água na cabeça, cobriam o itinerário das cacimbas à casa, os homens, no rudimentar amanho de terra, no abate de reses ou na viagem a pé e a cavalo à Capital, na constante operação de compra e venda (MONTEIRO, 1987, p. 22, 23).

Provavelmente por volta de 1970<sup>44</sup> (foto nº 22), na até então Rua Couto Magalhães, instalavam-se os principais estabelecimentos comerciais que atendiam os moradores e trabalhadores daquele período. Em julho de 2014 (foto nº 23), registramos a rua que se tornou a principal avenida da cidade, Avenida Couto Magalhães, onde se localizam diversos tipos de comércio, serviços e instituições financeiras, o que permite observar as funcionalidades do centro da cidade determinadas pelas necessidades da produção agropecuária. A determinação da vida dos trabalhadores, moradores e consumidores de modo geral está atrelada, de modo geral, à produção da agropecuária, inclusive na utilização, por parte dos trabalhadores, dos salários provenientes do trabalho e oferta de serviços dinamizados pelo setor agropecuário. Esses proventos são gastos no consumo de mercadorias ofertados pelos centros urbanos, as quais são necessárias principalmente para a reprodução de sua vida e, conseqüentemente, da força de trabalho.

---

<sup>44</sup> Não há informação da data do registro fotográfico na figura 10; nem mesmo os servidores da Casa de Artes de Várzea Grande souberam informá-la.

**Foto 22. Rua Couto Magalhães em 1940, Várzea Grande / MT**



Fonte: Casa de Artes de Várzea Grande, 2014. Org: SILVA, R, B, 2018.

**Foto 23. Avenida Couto Magalhães em 2014 – concentração de comércio, Várzea Grande / MT**



Foto: SILVA, R. B. 2018.

Joana é natural de Minas Gerais, onde sua família trabalhava na roça, plantava feijão, milho e arroz. Ela e sua família chegaram ao interior de Mato Grosso em 1966, mas não conseguiram se estabelecer por muito tempo, e mudaram-se para Várzea Grande em 1973. A entrevistada se lembra da configuração da cidade, do centro e do convívio social naquele período:

A cidade de Várzea Grande era pequena, as ruas principais eram calçadas, trabalhei como doméstica em Cuiabá, na Avenida Dom Bosco, depois trabalhei para a família Nadaf. No centro, a Igreja era pequena, só tinha o banco Bamerindus, tinha algumas casas de comércios, armazéns, mas não eram muitos. Ia à Igreja, passeava pela praça, conversava com os amigos, tinha uma feira ali perto, o único lugar para encontrar com os amigos era por ali, na praça, na feira, tinha também o clube dos operários onde o pessoal se encontrava, onde o pessoal fazia carnaval lá dentro (Joana, informação verbal – 2018).

É possível notar, na fala da entrevistada, que não havia lugares para convívio social em Várzea Grande, que era caracterizada por pouca urbanização, delimitação da área central, marcada pelos momentos de encontro para compra na feira. Joana relata que o Bairro Glória tinha poucos moradores por volta de 1975, que foram abrindo picadão para fazer as ruas sem esgoto e sem asfalto. Não havia água nem energia elétrica para realizar serviços domésticos, então ela e outros moradores retiravam água de poços<sup>45</sup> construídos por eles próprios. Quando a água estava enlodada e mal cheirosa, em péssimas condições para uso, eles caminhavam até os rios para lavar roupas e buscar quanto fosse possível para consumo doméstico. As determinações da relação centro-periferia evidenciam-se na seguinte fala de Joana:

O posto de saúde também era longe, ficava no centro, não tinha rua aqui, era só picadão, não tinha ônibus, andava a pé. Depois que Júlio Campo assumiu e prefeitura que começou o manilhamento, pavimentar a rua, mais ou menos em 1985. Aqui ainda continua quase a mesma coisa, falta asfalto, não temos praça pública, a única coisa que melhorou foram os colégios, chegou transporte coletivo, mas ainda ruim, tem espaço público abandonado que deveria ser construída uma creche, mas não constroem (Joana, informação verbal – 2018).

---

<sup>45</sup> A falta de água tratada constitui-se como um problema histórico na cidade, tal como demonstram também as reportagens: “**Parece mentira. Mas a periferia passa sede**”, Jornal “O CORREIO”, ano III, nº 105, Várzea Grande, 26/01/1986. Protestos dos moradores do bairro Jardins dos Estados, mais de três meses sem água. Reportagem: “**Santa Terezinha, um bairro sem água, luz ou escola**”, Jornal “O CORREIO”, Várzea Grande 25 a 31/05/1986. Jornal Dados acessados no Arquivo Público de Mato Grosso.



Joana disse ainda que quase não havia reuniões comunitárias no bairro. Às vezes, segundo ela, o líder comunitário se mobilizava para levar as cooperativas para vender verduras com preços mais baixos para os moradores, e também havia ações sociais de doação de cobertores, roupas de frio e ticket de leite, além de oferta de cursos de datilografia, manicure, tricô e cortes de cabelo para o povo trabalhar em casa.

Bruno, morador do centro de Várzea Grande de 40 anos, veio com seus pais para o centro de Praia Grande, distrito da cidade, há mais de 80 anos. Ele trabalha em uma rede de lojas de varejo, e avalia que as condições de trabalho são boas, afirmando que, com a renda, consegue se manter e cuidar do filho: em suas palavras, “uma renda que dá para viver”. Bruno se lembra de quando era criança e ia ao Ginásio Fiotão para brincar, e relata a mudança na paisagem do centro da cidade de 1980 em diante:

Naquele tempo era muito mato, quando compramos aqui era só mato. Sempre íamos para o Fiotão brincar por ali, depois foi mudando fazendo casas, prédios ao lado. Hoje está diferente, está melhor, porque é tudo mais perto, tem variedade, farmácias, lanchonetes, tem o Postão (posto de saúde central) aqui perto (Bruno, informação verbal, 2018).

Rúbia atualmente possui um pequeno ponto comercial no Cristo Rei que está alugado, é cuidadora de idosos e trabalha no Bairro Porto em Cuiabá. Ela tem pouca relação com o centro de Várzea Grande, pois, na maioria das vezes, dirige-se ao centro do Cristo rei e de Cuiabá para ir ao mercado, a lojas e para resolver assuntos burocráticos. A moradora critica a precariedade da vida na cidade, a ausência de espaço público social e de lazer:

Aqui em Várzea Grande não tem lazer nenhum, pode prestar atenção nos bairros aí, não tem lazer. A não ser se você for numa lanchonete, mas isso não é lazer! Uma praça boa, uma praça cultural, um teatro, essas coisas não tem. Geralmente vamos ao Shopping, na Arena Pantanal, na Orla do Porto sempre, porque é um lugar bom, mas aqui em Várzea Grande não tem nada, só o shopping, já até falei isso para a prefeita, nossa Várzea Grande perde. Se você vai lá em Cuiabá está lotada de gente, tem moradores de Várzea Grande lá. (Rúbia, informação verbal – 2018).

A entrevistada reclama da falta de espaço cultural (ludicidade), entretanto cita os lugares de consumo como espaços de lazer. Rúbia relata ainda que há representante comunitário que convoca os moradores para as reuniões, que ocorrem geralmente aos domingos; ele e a comunidade organizam protestos para reivindicar melhorias no bairro, tal

como a construção de posto de saúde, a manutenção dos asfaltos e esgotos, em suma, coisas mínimas, como Rubia diz. Ela faz migrações pendulares entre Cuiabá e Várzea Grande, e relata dificuldades de mobilidade para realizar os deslocamentos diários de transporte coletivo entre as duas cidades, pois o ônibus que faz a linha do bairro Santa Clara demora mais de 2 horas para passar (ex: 09h40min, 11h40min).

O primeiro ônibus é 6:40, quem que chegará 7h no trabalho? se tem que ir para o terminal pegar outra lotação? Muitos pegam o ônibus Júlio Campos que é intermunicipal, mas outros ônibus não são. Muitas pessoas pegam um ônibus até a UNIVAG para pagar outro ônibus, pois não há integração. Nas reuniões já debatemos isso aí, tem professores que moram aqui, sobre a demanda, mas o que fizeram tem que pegar um ônibus aqui para integrar o verdinho, mas tem que ir no Cristo Rei. Olha quanto tempo a gente não perde? Esse ônibus do Santa Clara dá uma volta gigante para depois ir para o centro. Nós estamos lutando para conseguir ter mais frequência do ônibus aqui, mas muitas pessoas já desistiram, compraram motinhas ou conseguiram transferência do trabalho para Cuiabá (Rúbia, informação verbal – 2018).

A entrevistada Carolina, moradora do centro do Cristo Rei, também possui uma relação distanciada com o centro. Ela relata sua percepção do centro de Cuiabá no passado, que constituía, para ela, um lugar de passagem:

Eu não passeava, mas o centro de Cuiabá era muito feio, calçada quebrada, muito esgoto fedendo, descia do ônibus era horrível. Mas o centro mesmo era bem pior que na favela. Eu trabalhava ali perto do Liceu Cuiabano, a gente passava pelo centro de ônibus. Andei durante 30 anos de ônibus. Saía do bairro Cristo Rei, o ônibus não passava aqui, tinha que correr para pegar o ônibus. Eu ia até a Cohab do Cristo Rei para poder pegar ônibus, as vezes passava cinco ônibus lotado. O ônibus era precário e era pouco. Hoje tem integração hoje aliviou bastante (Carolina, informação verbal – 2018).

A entrevistada relata que quase não frequenta o centro de Várzea Grande, pois “aqui no centro do Cristo Rei tem tudo, lojas, bancos, aqui tem Sicred, Caixa Econômica, uns cinco bancos, tudo aqui perto de casa, não tenho mais necessidades de ir aos outros centros” (Carolina, informação verbal – 2018). Para ela, o que precisa de melhora na cidade é a saúde pública, pois ela afirma que, todas as vezes que utiliza esse serviço, depara-se com a falta de médicos e medicamentos e com um prédio mal conservado: uma aberração, argumenta.

Dona Helena, nascida em São Paulo, mudou-se para Mato Grosso em busca de melhores condições de vida. Ela e sua família tentaram a vida no município de Vera, interior

de Mato Grosso, onde possuíam uma pequena propriedade e plantavam seringas. Entretanto, não obtiveram sucesso com o trabalho no campo por falta de financiamento da produção. Sem recursos financeiros para plantar, contratar e pagar outros trabalhadores, sua família precisou vender a terra e decidiu se mudar para Várzea Grande. Com relação ao centro do Cristo Rei, Dona Helena afirma:

Era muito diferente, tinham poucas casas, o que ajudou muito a melhorar foi a chegada de boas escolas como Sesc e Senai, com cursos profissionalizantes, meus dois filhos estudaram lá. Eu vejo a cidade muito melhor que antes, porque tem muito mais condições de vida, mais empregos, todos os meus filhos estão empregados (Helena, informação verbal, 2018).

Julieta, professora aposentada de 62 anos, nascida em Mato Grosso do Sul, mudou para Várzea Grande com a família em busca de trabalho e melhores condições de vida. Na época, morou na Avenida Couto Magalhães, no centro de Várzea Grande: “A Avenida Couto Magalhães era uma rua sem asfalto, com casas antigas, não tinha lojas, não tinha nada, tinha apenas aqueles armazéns, falavam venda, que vendiam tudo a quilo, no saco” (Julieta, informação verbal, 2018). Ela disse que, com o crescimento econômico, muitos perderam a moradia para dar lugar aos estabelecimentos comerciais, inclusive a sua família, que hoje vive no Centro Sul: “Essa mudança foi devido ao crescimento da cidade, veio muito pessoal de fora que foi comprando as terras e aí o povo foi comprando e construindo” (Julieta, informação verbal, 2018). Julieta dedicou a sua vida ao trabalho como professora nos bairros carentes de Várzea Grande. Geralmente, em seu “tempo livre”, ela vai para a chácara da família para trabalhar na horta.

Voltemos ao relato de Kyoto. Um conhecido ajudou-o a abrir um bar, localizado no Bairro Porto, perto da Avenida XV de novembro; depois, ele abriu uma lanchonete e, em seguida, um restaurante. Por causa da construção do Centro Político Administrativo, por volta de 1983, havia um fluxo maior de trabalhadores naquela região, e Kiyoto vendia marmitas para essas pessoas. Após certo tempo, o entrevistado adquiriu um terreno, construiu um barracão e fez dele um estacionamento, posteriormente alugado para a Caixa Econômica Federal. Por volta de 1990, Kiyoto voltou para o Japão, morou lá por 20 anos e retornou para o Brasil. Desde então, ele mora no centro de Várzea Grande. Kiyoto não fez comentários negativos sobre o centro de Várzea Grande, mesmo não tendo opções de socialização, à exceção do Centro Cultural Nipo Mato-grossense, localizado perto da sua residência, lugar

que ele frequenta todos os finais de semana para encontrar com os amigos e jogar Beisebol. Segundo ele, o centro está ótimo, e Várzea Grande não é mais uma cidade de interior.

Voltemos, também, ao relato de Gustavo. O entrevistado afirmou que parte da Avenida Filinto Mulher, localizada no centro da cidade de Várzea Grande, era calçada, mas a maioria das ruas, inclusive do centro, era de terra. Havia, ali, uma das poucas Instituições Bancárias no centro, o Banco Bradesco, além de um posto de gasolina. Essa área era repleta de matas com árvores grandes, lembra o entrevistado. Em 1971, Gustavo mudou-se com a família para o Loteamento Glória, comercializado pela imobiliária Glória, no qual deu entrada com a renda de trabalhos temporários, inclusive do trabalho em olaria (localizado depois do Posto Gil). Na época, o bairro, localizado a cinco minutos do centro da cidade, não possuía energia elétrica nem asfalto, e as casas que ali estavam haviam sido autoconstruídas. De 1972 a 1975, Gustavo trabalhou na fabricação de tijolos nas imediações da estrada da Guarita, enquanto o seu pai passou a trabalhar como pedreiro na construção de casas do Centro Político Administrativo, especificamente no CPA I, II e III. A partir da década de 1980, Gustavo trabalhou por doze anos como mecânico, na altura do Zero quilômetro, sem carteira assinada. Fazia reparos nos carros e carretas que trafegavam da região sudeste, passavam por Várzea Grande e adentravam as cidades do interior de Mato Grosso. Hoje, o entrevistado trabalha na Br 364 em uma oficina mecânica de porte grande, que atende os caminhoneiros que transportam a produção de *commodities* do interior de Mato Grosso, tais como Nova Xavantina, Lucas do Rio Verde, Sinop, Alta Flores, Sapezal, e de vários estados do Brasil, tal como Rio Grande do Sul, do Paraná, Santa Catarina, Goiás. Durante o ano de 2016, com o discurso da crise, o patrão de Gustavo queria reduzir as despesas com funcionários, propondo redução de salários, com justificativa de evitar o desemprego. Nesse processo, o sindicato foi chamado para intermediar as negociações com o patrão. A proposta inicial era criar contratos de 50% de comissão, mas sem salário fixo, sem direito às férias ou com apenas 15% de comissão com direito a férias e um salário base de 1.200,00 reais. Com a atuação do sindicato, os trabalhadores conseguiram manter o salário base e aumentar a comissão para 20%, mantendo os direitos trabalhistas.

Essas tensões entre patrão e trabalhadores remetem à reestruturação do trabalho, marcada pela crise econômica e desvalorização da força de trabalho (desemprego), bem como pelo enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas (fragmentação da classe trabalhadora e da luta), constituindo momento propício para os capitalistas imporem regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, o que explica o aumento do número de trabalhadores em tempo

parcial, temporário ou subcontratados. Ao mesmo tempo, uma parcela de “trabalhadores estabilizados” na empresa conta com maior possibilidade de promoção, reciclagem, pensão, seguros, desde que tenha disposição de “ser flexível, adaptável e, se necessário, geograficamente móvel” (HAVEY, 2012, p. 144).

## **2.6 – A agroindústria (Sadia S/A) e a produção do centro do Cristo Rei**

Como analisamos no primeiro capítulo desta tese, o crescimento da agropecuária de Mato Grosso foi influenciado significativamente pelas políticas de “modernização” do Brasil, através do avanço da fronteira agrícola, da colonização e dos programas de incentivos à produção da agropecuária. Esse processo de internacionalização do capital e expansão da fronteira agrícola como movimento de reprodução e reestruturação das relações capitalista de produção significou mudanças na vida das pessoas e na produção de centros e centralidades urbanas. Desde o início do século XX, o crescimento da agropecuária em direção ao que existe hoje implicou em mudanças radicais na vida social dos mato-grossenses. A produção que era antes rudimentar, familiar, com utilização da força de trabalho em um número elevado, mas com pouca produção, suficiente para subsistência e abastecimento do mercado regional, foi se tornando mais complexa. Nesse contexto, destacamos o grupo Sadia, que, financiado pelos incentivos fiscais no contexto de expansão da fronteira agrícola, ampliou seus negócios na região Centro-Oeste, especificamente na cidade de Várzea Grande/MT, provocando a reorganização da produção na região pecuarista de Mato Grosso:

O grupo Sadia, atento à potencialidade agropecuária da região, criou a Sadia Oeste financiada, em parte, com recursos da SUDAM e do PROTERRA. A região pecuarista de MT passou a sofrer radical modificação depois da instalação da Sadia Oeste, pois até poucos anos, destinava-se unicamente a fazendas de criação, deixando a atividade mais lucrativa de engorda para outras regiões, inclusive a de Campo Grande. Hoje, a Sadia Oeste é a mais importante empresa do Estado e a maior parte de sua produção, após suprir os mercados internos, destina-se à exportação, especialmente de cortes destinados para supermercados e de carnes nobres enlatadas. (MONTEIRO, 1987, p. 196, 197).

Na área onde a Sadia foi instalada, funcionava um Saladeiro administrado pela firma “Curvo e Irmãos” por meio de um contrato. O matadouro (foto nº 24) tido como modelo, na época, esteve em funcionamento por cerca de quarenta e cinco anos (1922 a 1967),

desempenhando importante função na produção da pecuária, através do abate de bois e no trato da carne que abastecia a região, principalmente a cidade de Cuiabá.

**Foto 24. Antigo “Matadouro Modelo” (o Saladeiro), Instalação 1922, localizado no 3º distrito de Cuiabá / MT**



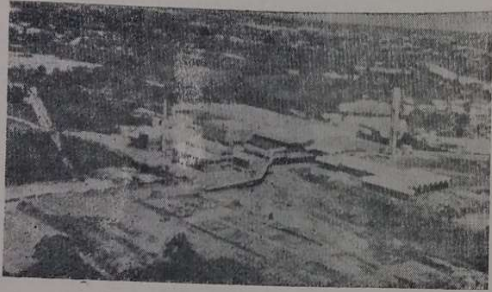
Fonte: Casa de Artes de Várzea Grande, 2014. Org. SILVA, R.B, 2018.

Em 1968, a área do Saladeiro foi doada para o Grupo Frivar S/A, onde foi instalada a Sadia S/A em 1977, na gestão da prefeita Sarita Baracat (MONTEIRO, 1987). Com a instalação dessa empresa, o crescimento produtivo e econômico da agropecuária na conurbação Cuiabá-Várzea Grande significou o aumento da produção de carnes bovinas. A meta de abate de bois era sair de 500 cabeça/dia para 1200 cabeça/dia. A reportagem da foto nº 25 explica a razão da firma ter se instalado em Várzea Grande, por ser um local com proximidade do centro de consumo e da matéria-prima, além de possuir infraestrutura, como estradas e energia elétrica, força de trabalho e incentivos locais.



**Foto 25. Crescimento da agropecuária: Instalação da Sadia S/A – Várzea Grande / MT**

## Sadia - Oeste industrializa de Mato Grosso



Instalações da Sadia-Oeste em Várzea Grande

A Sadia-Oeste S/A Indústria e Comércio, que já está em seu segundo estágio, com o abate de 500 bois por dia, caminha para a meta de 1.200 cabeças diárias, no quinto estágio, quando terá atingido plena capacidade.

Instalada em Várzea Grande, a três quilômetros de Cuiabá, desfruta de condições adequadas a uma empresa que se dedica à comercialização, de produtos de origem animal: proximidade de matéria-prima, acesso aos centros de consumo e de comercialização, disponibilidade de energia elétrica, de água e de mão-de-obra, além dos incentivos creditícios e fiscais.

A Sadia Oeste ocupa uma área de 150 hectares, com área construída de cerca de 30 mil metros quadrados e suas instalações seguem os mais rigorosos padrões internacionais de higiene e funcionalidade, segundo as normas do Dipoa.

Da linha de produção, constarão cortes especiais, carnes embaladas a vácuo, resfriadas ou congeladas, e subprodutos, além do corned beef e extrato de carne.

O processamento dessas linhas, que estão sendo implantadas...

A Sadia-Oeste S/A Indústria e Comércio, que já está em seu segundo estágio, com o abate de 500 bois por dia, caminha para a meta de 1.200 cabeças diárias, no quinto quando terá atingido plena capacidade.

Instalada em Várzea Grande, a três quilômetros de Cuiabá, desfruta de condições adequadas a uma empresa que se dedica à comercialização, de produtos de origem animal: proximidade de matéria-prima, acesso aos centros de consumo e de comercialização, disponibilidade de energia elétrica, de água e de mão-de-obra, além dos incentivos creditícios e fiscais.

A Sadia Oeste ocupa uma área de 150 hectares, com área construída de cerca de 20 mil metros quadrados e as suas instalações seguem os mais rigorosos padrões internacionais de higiene e funcionalidade, segundo as normas do Dipoa.

Da linha de produção, constarão cortes especiais, carnes embaladas a vácuo, resfriados ou congelados, e subprodutos, além do corned beef e extrato de carne [...].

Fonte: Jornal Bom dia Mato Grosso de 13 de agosto de 1978, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 2016.

A Sadia S.A foi fundada em 1944 por Attilio Fontana, imigrante italiano que estabeleceu moradia em Santa Catarina e possuía um frigorífico. Incentivado pelas políticas de colonização e industrialização do Brasil, o proprietário ampliou a atuação da empresa na década de 40, quando abriu sua primeira distribuidora em São Paulo, expandindo os negócios para a região sudeste do país<sup>46</sup>. Por volta de 1960, a Sadia entrou no segmento de

<sup>46</sup> Informações sistematizadas a partir da linha do tempo da empresa disponível em: <<https://www.sadia.com.br/sadia>> Acesso: junho de 2018.

semiprontos e congelados e começou a internacionalizar seus produtos com a exportação de carnes. A partir de constante inserção de processos tecnológicos e reestruturação da produção, a empresa abriu diversos escritórios e plantas industriais em diferentes regiões do Brasil, sobretudo a partir de 1967. O início da década de 70 marcou a entrada da empresa na bolsa de valores, mesma década em que a Sadia foi instalada em Várzea Grande-MT. Dessa forma, a relação local-global se estabelece na referida cidade, visto que a planta industrial de Várzea Grande (figura 16 e foto 26) passou a fornecer produtos ao mercado internacional, contribuindo para o lucro nacional e global da empresa e fazendo parte da expansão da Sadia com abertura de filiais em Tóquio, Milão e Buenos Aires na década de 1990. Em 2009, houve a fusão entre a Sadia e a Perdigão, formando a BRF – Brasil *Foods* S.A, que, atualmente, se destaca como a maior empresa de produção de proteína animal e de exportação de aves do Brasil.

**Figura 16. Imagem aérea da Sadia S.A – Várzea Grande / MT**



Fonte: Google Earth (2018), organização: SILVA, R. B, 2018.



**Foto 26 - Planta Industrial da SADIA S.A - Várzea Grande/MT**



Foto: OLIVEIRA, Otmar (2016), Fonte: Gazeta Digital: Disponível: <http://http://www.quatromarcosnoticias.com.br/artigo/brf-de-varzea-grande-suspende-atividades-e-pode-demitir-1-2-mil-trabalhadores> / Acesso: julho de 2018.

Uma das primeiras trabalhadoras da Sadia foi a entrevistada de codinome Carolina, de 66 anos, nascida em Paranaíba, Mato Grosso do Sul. Ela mudou-se com os pais para Jaciara aos 16 anos de idade. Eles moravam na zona rural em uma propriedade familiar de 11 alqueires, onde a família plantava arroz, feijão e milho, mas a sua terra foi comprada pela colonizadora CIPA-Companhia Industrial Pastoril e Agrícola. Carolina chegou a Várzea Grande em 1976, e se lembra da enchente que houve na época e do loteamento aberto no Cristo Rei para abrigar os ribeirinhos desalojados, das poucas casas do bairro que eram pequenas, de madeira, que, segundo ela, mal abrigavam as pessoas, e das lojinhas que vendiam alguns mantimentos. A entrevistada relata que fazia os pagamentos do lote em um escritório dentro do loteamento, passando, depois, a realizar os pagamentos direto na prefeitura. Por isso, ela acha que a própria prefeitura loteou (mas sem infraestrutura) o lugar onde mora, cuja paisagem evidenciava o processo de urbanização de Várzea Grande, marcada pela pobreza e desalento. Nesse contexto, sem outras opções de emprego, Carolina foi trabalhar no setor de enfermagem da SADIA, em que prestou serviços de 1976 a 1981. Ela relata o seu dia-dia de trabalho:

A minha vida era levantar de madrugada, fazer comida para levar, saía voando e retornava de noite. Eu chegava a pé, quando chegava em casa tinha que fazer janta e tal. A lembrança minha era trabalho, trabalhei durante 40 anos fora, agora tem cinco meses que saí do serviço. Então a correria foi tão grande que eu **perdi a minha vida**. Naquela época, na Sadia, não tinha refeitório, não tinha lavanderia, quase não matava o gado, no dia que tinha 30 res para matar era uma correria das meninas, tinha poucos funcionários, acho que era umas 30 meninas, era um corre-corre, ia até às 7 da noite, não tinha muitos funcionários e estava em fase de construção a Sadia, as coisas eram bem diferentes, quando eu saí já tinha cerca de 2mil funcionários, já tinha uma construção [grifos nossos] (Carolina, informação verbal – 2018).

Carolina relaciona a venda da sua força de trabalho à realização da autoconstrução de sua moradia, perpassada por dificuldades e lutas:

O pouco que a gente recebia a gente ia construindo aqui, construí com muitas dificuldades essa peça aqui da casa, essa peça foi onde morei um ano, só aqui. E com o passar dos anos foi luta, luta, luta, isso aqui foi suor e sangue, na época da Sadia construí essa peça aqui com a ajuda do meu marido que era motorista (Carolina, informação verbal – 2018).

Na SADIA, a Carolina teve os direitos trabalhistas garantidos. Depois disso, trabalhou no calçadão (centro de Cuiabá), em uma empresa de decoração, onde costurava e decorava festas, e nessa empresa não teve a carteira de trabalho assinada e nem garantia dos direitos trabalhistas. Um tempo depois, trabalhou ainda em outra empresa de decoração, próximo ao colégio Liceu Cuiabano, localizado na Avenida Getúlio Vargas, que demorou muito para assinar a sua carteira.

Outra moradora do Bairro Cristo Rei que também prestou serviços à SADIA foi a Rúbia, de 45 anos, nascida em Itaquirai, no Mato Grosso do Sul. Ela se mudou para Rondonópolis, Mato Grosso, há 28 anos, em 1990, onde trabalhou em uma estância clube. Depois, mudou-se para Várzea Grande, onde prestou serviços para a Sadia durante 6 anos, de 2003 a 2009, no setor de hambúrguer e empanados. A satisfação de ter trabalhado nessa agroindústria fica evidente na fala da entrevistada: “é uma empresa muito boa, triste o que aconteceu dela ter se coligado com a Brf, depois o pessoal só vive reclamando” (Rúbia, informação verbal, 2018). Entretanto, a entrevistada também relata que muitos trabalhadores ficavam doentes com frequência em função das temperaturas dentro da empresa: em alguns setores, como o da carne cozida, era muito quente, em outros, muito frio. Rúbia trabalhava no

período da madrugada, todos os dias, das 20h às 6h. Durante o dia, descansava e dedicava-se aos seus afazeres cotidianos. Embora sua rotina fosse desgastante, a entrevistada avalia os aspectos positivos de ter trabalhado na referida empresa:

Os benefícios eram muito bons, por exemplo, o plano de saúde, depois que entrou a BRF teve benefícios que foram cortados. Eles pagavam o salário comercial e horas extras, naquela época eu tirava 1.200,00, 1.300,00, um salário bom para a época, hoje tem gente que recebe R\$ 1.000,00. Essa casa mesmo eu só consegui comprar porque trabalhava lá, senão não conseguia. Esta casa é financiada pela Caixa Econômica Federal, a maioria dos moradores aqui são servidores públicos, policiais, por exemplo. Na época, dei entrada de R\$ 6.000,00 reais e parelei 15 anos, valor mensal R\$ 257,00 é um valor tranquilo para pagar. (Rúbia, informação verbal – 2018).

A entrevistada de codinome Juliane, moradora do bairro Glória, distante 5 minutos do centro de Várzea Grande-MT, estava desempregada e à procura de emprego quando passou pelo processo de entrevista para vender sua força de trabalho na SADIA. Na época, a psicóloga que analisou o currículo da entrevistada, verificando as experiências profissionais da candidata, perguntou se ela realmente aceitava trabalhar na empresa; Juliane respondeu prontamente que sim, pois não tinha perspectiva de encontrar outro emprego naquele momento. Assim, ela trabalhou na SADIA durante cinco anos, de 2007 a 2012. Inicialmente entrava no trabalho às 14h e saía às 22:30h, mas após iniciar um curso de graduação, ela passou a trabalhar das 4:50h da manhã às 14:40h, fazendo uma pausa de uma hora e meia para o almoço. Juliane começou trabalhando na linha de produção, como operadora de produção, no setor de empanado de frango, portanto trabalhava na câmara fria, utilizava uniforme, botas, protetor de ouvido, toda a proteção necessária para suportar as baixas temperaturas. Ela e outros trabalhadores recebiam o produto pré-feito (assado e empanado) para ser embalado: “O produto caía em um funil em uma quantidade certa, eu pegava uma sacola, colocava na sacola e outra pessoa embalava e já mandava para a expedição, para venda” (Juliane, informação verbal – 2018).

O processo mecânico da produção e o ritmo de trabalho ao qual Juliane foi submetida demonstra a perversidade da relação capital-trabalho que oculta a relação de dominação e cria a divisão social e espacial do trabalho, anulando a criatividade humana e criando tamanha indiferença em relação ao trabalho ao ponto de permitir a rotatividade do trabalhador tal como uma peça de uma máquina, que pode ser substituída após esgotar-se toda a sua força de trabalho. Além disso, a propriedade privada da terra e o lucro produzido pelo intenso e

degradante ritmo de trabalho na linha de produção e pela extração do mais-valor da força de trabalho são igualmente acomodados em um cotidiano construído pela naturalização das péssimas condições de trabalho e de vida. Ignora-se a condição de seres humanos dos trabalhadores, possuidores de desejos, vontades, sonhos e consciência, capazes de construir o rumo da própria história em coletividade. A noção de espaço urbano, de vida urbana, centro e sobretudo de centralidade social não é percebida por Juliane, ou melhor, é encarada com estranhamento. A produção do centro e da cidade, construído socialmente pelos diferentes usos sociais, entra no processo da prática cotidiana social como algo banal. O tempo, o trabalho, os deslocamentos diários casa-trabalho e vice-versa parecem esconder a produção social do centro. A centralidade lúdica, o usar o centro aparece como algo absolutamente fora da realidade, sem possibilidades de se concretizar.

Segundo Juliane, em 2008/2009, a SADIA começou a sentir os efeitos da crise mundial que teve início nos Estados Unidos com a bolha imobiliária. Por consequência, a linha de produção de empanados foi fechada: “Esse setor de empanado naquela época fechou, porque este setor era mais para exportação, para a Europa, estava no auge, mas na época da crise mundial teve queda, com isso o setor do empanado fechou” (Juliane, informação verbal – 2018). Em decorrência da crise, vários trabalhadores, inclusive Juliane, tiveram que ser realocados para outros setores da SADIA. Juliane foi mandada para o setor de hambúrguer, onde passou a trabalhar na produção de almôndegas; outros trabalhadores foram enviados ao setor de aves e bovinos, os maiores setores da empresa, outros depararam-se com a necessidade de serem realocados para o frigorífico da cidade de Lucas do Rio Verde/MT ou, ainda, de realizar acordos trabalhistas. Essa instabilidade vivenciada por Juliane, sobretudo em momento de crise, revela, em certo sentido, o processo de reestruturação produtiva fordista (mais rígida) para acumulação flexível que ocorreu com diversos percalços, inclusive acarretando uma produção classificada como “fordismo periférico” em países do Terceiro Mundo, com força de trabalho mal remunerada (HARVEY, 2012, p. 144). Além disso, o cenário de altas taxas de desemprego gera no trabalhador constante sensação de insegurança e instabilidade no trabalho. Em certa medida, isso permite o exercício de maior pressão e controle sobre os trabalhadores, isso porque a acumulação flexível implica no aumento do número de desempregados, visto que há rápida destruição e reconstrução de habilidades e baixos salários. Ou seja, a acumulação flexível significa maior mobilidade do trabalhador na linha produtiva, assim como identificamos na situação vivida por Juliane e pelos demais entrevistados, que resulta na ampliação da mobilidade do trabalhador (para onde o capital se



dirigir). Além disso, em comparação com o regime fordista, constata-se a formação de saberes e habilidades mais fluidas, perdas salariais e retrocesso sindical. Em momentos de crises, os grandes capitalistas conseguem se manter mediante a desvalorização dos maquinários/ fechamento das empresas menores, que são compradas por preços baixos pelos grandes capitalistas. Além disso, na crise, há desvalorização da força de trabalho e aumento da inflação, que são os meios pelos quais os capitalistas socializam as perdas, mediante o recolhimento de valores a partir da diminuição dos salários, juros, inflação, dentre outros, tal como alega Harvey (2012). Ainda assim, mesmo diante desse contexto econômico e social, Juliane percebe experiência de trabalhar na SADIA como boa, pois foi a partir desse trabalho que ela conseguiu pagar a faculdade e se manter. Juliane saiu da empresa antes de terminar o curso de graduação na área da educação para fazer estágio e iniciar os trabalhos como educadora, profissão que exerce atualmente.

Rubens, 41 anos, nascido em Cuiabá, cresceu em Várzea Grande, no Bairro Construmat, e, assim como Rúbia, também trabalhou na SADIA. Ele avalia essa experiência positivamente, pois foi a partir dos recursos advindos desse trabalho que ele conseguiu comprar sua casa e adquirir produtos domésticos quando se casou. Posteriormente, trabalhou em uma rede de supermercado, quando começou a cursar a faculdade. Atualmente, é professor temporário na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso.

Viviane, professora nascida em Cuiabá, vive as novas relações da centralidade econômica. Ela relata a dificuldade de locomoção diária entre casa e trabalho, pois ela utiliza transporte coletivo e, geralmente, embarca em ônibus lotado, que demora para passar no bairro. Com relação ao centro do Cristo Rei, ela afirma: “a gente nem sai muito daqui, porque se você andar só um pouquinho você acha quase tudo. Tem loja de doces, conveniências, têm Americanas aqui, tem Burger King, tem Subway, tem lojas de roupas, calçados, eletrodomésticos” (Viviane, informação verbal, 2018). O estabelecimento dessas redes de empresas demonstra o processo de incorporação estratégica de áreas específicas da cidade e a produção de novos estilos de vidas urbanos. Viviane, participante do grupo Capelania da igreja evangélica, que frequenta aos sábados, e os cultos aos domingos, entrelaça a sua prática religiosa e profissional com novas práticas de centralidade, cada vez mais mediadas pelo consumo: ela encontra seus amigos, por exemplo, no shopping, onde vão ao cinema e/ou fazer lanches. Viviane também trabalhou em diversos projetos, tal como na formação de menores aprendizes em escolas particulares de Várzea Grande, em alguns lugares com carteira de trabalho assinada, em outros, com contrato temporário. Diariamente, ela luta para se manter

na cidade, mesmo assim, vive as práticas da centralidade comercial mediadas pelas relações de consumo, ainda que de modo precário.

Assim como os outros entrevistados, Valfredo, nascido em Arenópolis-MT, mudou-se com os seus pais para Várzea Grande em busca de melhores oportunidades de trabalho. Atualmente, ele mora no Bairro Cristo Rei, onde frequenta o centro pela facilidade de acesso às diversas lojas e comércios. Vafredo trabalhou com vendas em lojas no centro de Várzea Grande e sua rotina era submersa no trabalho de domingo a domingo. Ele avalia o seu cotidiano de trabalho: “os caras te privam de muitas coisas, do seu convívio social, da sua família, então eu acho ainda que tem que preservar o trabalhador, porque ele tem que ter uma qualidade de vida, ele tem que viver, conviver, usufruir” (Valfredo, informação verbal, 2018).

A partir das entrevistas com Carolina, Rúbia, Juliane, Viviane, Valfredo, dentre outros, constatamos que os trabalhadores urbanos contemporâneos não são mais formados por operários fabris como outrora. Eles compõem grupos diferentes, pois são diversos em muitos aspectos, múltiplos em suas aspirações, mas têm em comum a precariedade no trabalho. Constatamos também, nas entrevistas, que a luta pelo acesso à moradia enquanto conceito individualista, baseado na propriedade privada, é incorporada com naturalidade pelos trabalhadores, que se desdobram para obter a casa própria, “minha casinha”/“meu lugar”. Ao mesmo tempo, no processo de autoconstrução e urbanização dos bairros, há uma noção de construção coletiva da cidade e de urgência de conquista de direitos sociais, que, mesmo que reivindicados de modo pontual e fragmentado, potencializam a sociabilidade, o diálogo e a perspectiva de luta pelo direito às condições materiais de reprodução da vida, à cidade e à centralidade. Das pessoas entrevistadas, muitas demonstram ter noção do processo histórico da construção do bairro, inclusive do Cristo Rei. Várias delas comentaram o fato de a área ter sido o quilombo Capão de Negro, cujos moradores foram expropriados para dar lugar a uma centralidade econômica alheia às necessidades dos moradores daquela localidade, a instalação do Aeroporto Marechal Rondon em Várzea Grande.

## **2.7 Aeroporto Marechal Rondon**

A estratégia espacial do Estado, colocada nos PND's, possuía cunho regional e consistia na política de Integração Nacional, cujo objetivo era construir infraestruturas como bases para o crescimento econômico e escoamento da produção agropecuária. A instalação de núcleos

urbanos, eixos rodoviários e aeroportos fazia parte das estratégias de Integração Nacional. Nesse contexto, Santos (2013) demonstra a importância do Aeroporto Marechal Rondon para o crescimento econômico regional, sustentado pelo discurso de modernização da elite política e econômica da Conurbação. O Aeroporto constituiu-se parte de uma rede de serviços, um centro regional de negócios dotado de infraestrutura capaz de movimentar parcela importante da economia e de fomentar o desenvolvimento regional. A sua construção, em 1930, ia ao encontro ao discurso de Integração Nacional e modernização de Cuiabá, tendo sido um marco relevante na superação dos traços coloniais que prevaleciam na cidade, pois, até então, o acesso à Mato Grosso era extremamente precário. De acordo com Santos (2013, p. 43), “O presidente do estado referiu-se ao avião, como sendo a solução mais perfeita para resolver o grande problema da ligação rápida de Cuiabá e de Mato Grosso aos grandes centros do país”. O processo de implantação do Aeroporto e da chegada de aviões foi noticiado como algo espetacular, contribuindo para a construção da representação da cidade como símbolo de modernização que foi inserida no imaginário coletivo, e, com o seu funcionamento, houve significativa contribuição para a ocupação urbana de Cuiabá. Atualmente, a área corresponde ao bairro “Campo Velho” e foi urbanizada, assim como a área onde posteriormente funcionou o Campo de Aviação de Cuiabá, na década de 1940, entorno da atual área do Círculo Militar. Santos (2013, p. 98) constata que um dos fatores que “contribuiu decisivamente para o aumento da população no município de Várzea Grande foi a instalação do aeroporto em sua região” (SANTOS, 2013, p. 98).

É notável, porém, como o discurso de modernização, progresso e integração se realiza de modo incompleto e precário, tal como verifica Santos (2013) acerca do lento e precário processo de instalações do Aeroporto. Esse aspecto contribui para a perpetuação do discurso constante da necessidade de modernização de Cuiabá, sobretudo com os recentes investimentos na reforma e ampliação do Aeroporto no contexto da Copa do Mundo de 2014 na Conurbação:

Moisés Martins o que melhorou do “Campo de Aviação” para hoje, foi muito pouco, “talvez a pista. Pensou-se muito mais na máquina no que no elemento humano.”<sup>312</sup> Ele avalia ainda que, as reformas do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, que estão em andamento, devido a Copa do Mundo em 2014, são desprezíveis para uma capital do país e pontua: “é preciso imprimir qualidade à obra, com toda aquela parafernália que exige um aeroporto moderno, visando melhor atender os passageiros” (SANTOS, 2013, p. 120).

Nesse sentido, novos discursos e novos símbolos vão sendo estabelecidos no cotidiano dos moradores pela elite política e econômica da Conurbação, e promessas não concretizadas de modernização, seja do Veículo Leve sobre Trilho (VLT), seja pela espera de um “moderno” aeroporto com a Copa do Mundo de 2014, vão sendo acumuladas.

A dinâmica produtiva da agropecuária em Mato Grosso contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias, de informações e de pessoas, sendo que a mobilidade de pessoas aumentou significativamente a partir da estruturação do Aeroporto Internacional de Cuiabá-Marechal Rondon, localizado atualmente em Várzea Grande, possibilitando o recebimento de políticos e empresários do mundo todo para firmar negócios. Para dar lugar à construção dessa centralidade econômica e de fluxo de pessoas e mercadoria, porém, a área onde se situa o Aeroporto se tornou lugar de disputas, conflitos e expropriação, tal como explana o entrevistado Samuel, nascido em Várzea Grande, descendente de negros escravizados que construíram o lugar conhecido como Capão de Negro, que se tornou centro resistência escravagista da região. Nesse contexto, segundo Monteiro (1987), após 1888 (com a abolição da escravatura), muito negros fugiram da região de Cuiabá, vivendo no quilombo Capão do Negro sem interferências até 1937. Parte do quilombo foi ocupada para a construção do Aeroporto Internacional Marechal Rondon. Samuel relata a influência da Guerra do Paraguai (1864-1870) na formação do quilombo Capão do Negro, visto que o esposo da Princesa Isabel enviou para Várzea Grande os prisioneiros paraguaios e os soldados de guerra que eram escravos e que, por participar da guerra, obtiveram a alforria. O quilombo passou a ser reduto dos povos negros que estavam perdendo suas terras nos municípios de Poconé, Nossa Senhora do Livramento (quilombo Mata Cavalão), sobretudo por causa dos constantes conflitos com latifundiários e agropecuários:

A ocupação das terras por grileiros marca a desestruturação do quilombo, uma vez que muitos negros, sobretudo os jovens, direcionaram-se para as cidades vizinhas, como Várzea Grande, Cuiabá e Poconé fugindo das ameaças dos invasores e em busca de melhores condições de vida (BARROS, 2007: 2.380 apud HELD, 2017).

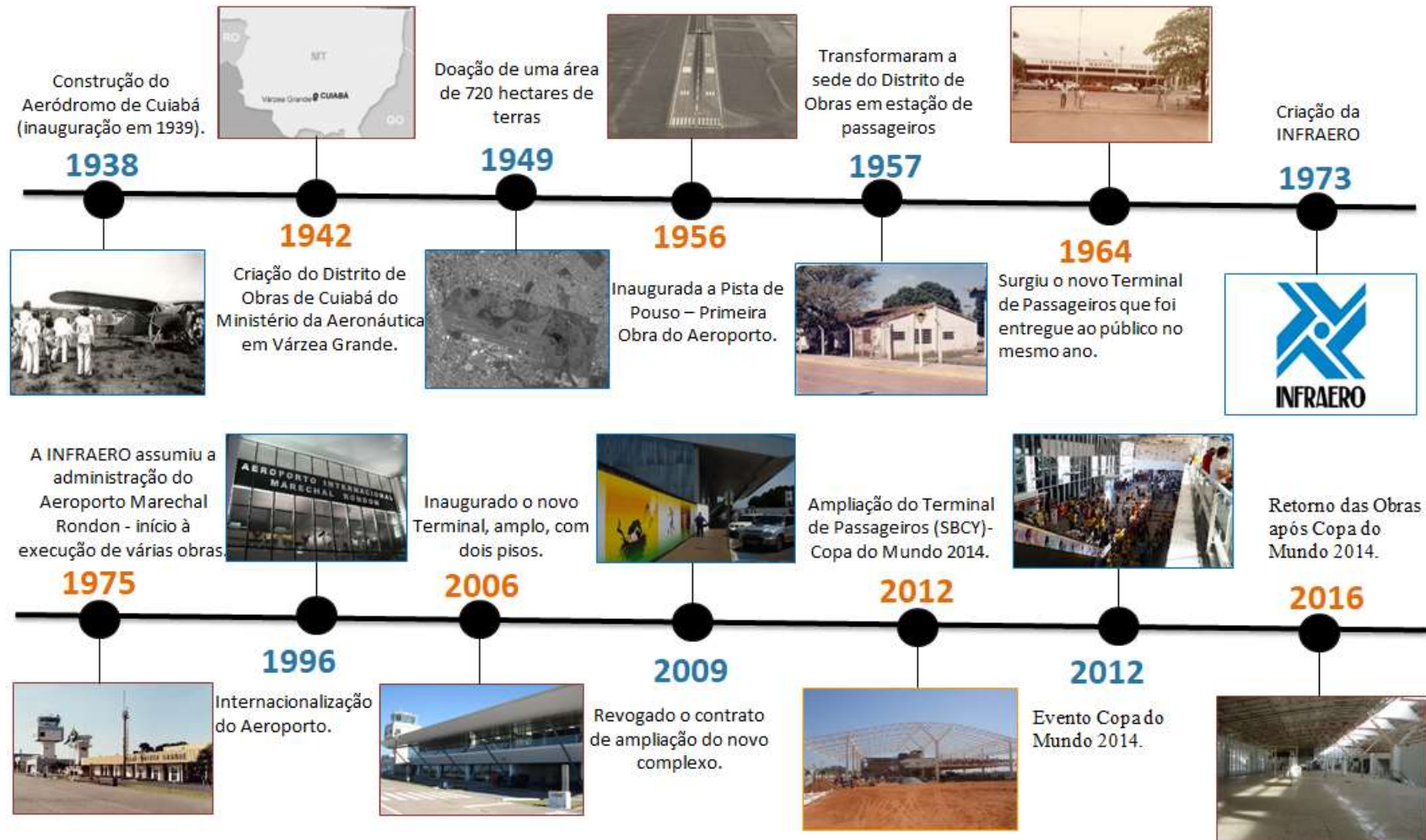
As violações e expropriações continuaram, mesmo após a fixação de muitos negros que vinham do quilombo Mata Cavalão e que construíram, no atual bairro Cristo Rei, o quilombo Capão de Negro, onde reconstruíram sua cultura e religiosidade. Por volta de 1940, o exército expulsou os quilombolas de suas terras, onde eles plantavam e reproduziam a vida:

O exército foi e nos retirou da nossa moradia, o general falava, se o pessoal não saísse como eles queriam, os tratores viriam derrubar as casas. Tanto é que aí na área do Aeroporto ainda tem vestígios de resto de casas de antigamente. E aí nós viemos para cá, para esse espaço [atual área central do Cristo Rei], esse pedaço aqui começou da Rua Vilmar Torres até o Bairro da Manga, porque da Avenida 31 de março para lá era da Infraero, da Gonçalo Botelho para lá era dos padres onde fizeram o seminário. E nós perdemos muitas coisas, nossas moradias, tinha pessoas que tinha muita roça, aí o bairro foi crescendo (Samuel, informação verbal, 2018).

Segundo o entrevistado, a área onde fica a Praça Aurea Brás, centro do Cristo Rei, era a roça do Capão de Negro, por isso foi denominada de “Roção”, lugar para onde cerca de 50 famílias quilombolas foram transferidas. O avô de Samuel tinha roça naquele lugar, e ele relata que os quilombolas praticavam a dança do congo aos domingos na Avenida da Feb. No entanto, o quilombo Capão de Negro foi perdendo sua terra, sendo cerca de 800ha ocupadas pela Infraero, 200ha pela UNIVAG, e outra parte pelo Seminário Cristo Rei. Samuel fala sobre a sua militância, participando de encontro nas universidades, fóruns e eventos mundiais na busca de ampliar sua formação intelectual e somar forças para concretizar um espaço de valorização da cultura dos remanescentes do quilombo Capão do Negro. Entretanto, o entrevistado diz que encontra dificuldades, pois o poder público não tem se importado com a questão.

Foi, assim, sobre a centralidade social e de resistência dos negros libertos da escravidão, marcada pela espacialidade do quilombo Capão de Negro, que se construiu outra centralidade totalmente alheia ao desenvolvimento social, isto é, o Estado e a Iniciativa privada priorizaram a construção de uma centralidade voltada ao fortalecimento da base física de mobilidade do capital a partir das possibilidades de novos negócios com o fortalecimento primordialmente do crescimento econômico da agropecuária mato-grossense. O processo de implantação do Aeroporto pode ser observado na linha do tempo (Figura 17). Nela, identificamos que a construção do Aeródromo de Cuiabá, ou Campo de aviação, como era chamado, foi iniciada em 1938, e sua inauguração se deu em 1939. Em 1942, houve a criação do Distrito de Obras de Cuiabá do Ministério da Aeronáutica, que definiu a construção do novo Aeroporto de Cuiabá na cidade de Várzea Grande. A terra ocupada pelos quilombolas do Capão do Negro era de propriedade do Governo Estadual, que autorizou a sua doação – 720 hectares – ao Ministério da Aeronáutica para a construção do novo aeroporto de Cuiabá. Em 1956, foi Inaugurada a Pista de Pouso, primeira obra do Aeroporto.

**Figura 17 - Histórico do Aeroporto Marechal Rondon**



Fonte: INFRAERO 2016, org. SILVA, Rosinaldo Barbosa (2018).



No ano de 1957, a então sede do Distrito de Obras foi transformada em estação de passageiros, uma construção rústica que precariamente abrigava diversas companhias de aviação. Somente em 1964 foi inaugurado um novo terminal de passageiros. Logo em seguida, em 1973, foi criada a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, que assumiu a administração do Aeroporto Marechal Rondon em 1975, dando início à execução de várias obras para atender às necessidades do complexo aeroportuário. O Aeroporto Marechal Rondon foi inserido entre os Aeroportos Internacionais do Brasil apenas em 1996. Em 2006, foi inaugurado um novo Terminal, mais amplo e com dois pisos, prevendo mais uma ampliação do novo complexo até 2009. Entretanto, o contrato de ampliação desse novo complexo foi revogado em 2009, ano em que Cuiabá foi anunciada como uma das 12 cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014. Em 2012, houve a reforma e ampliação do Terminal de Passageiros (parte esquerda do prédio – ver foto nº 27), que, além de atender a demanda crescente do Aeroporto, fazia parte do planejamento de melhoria de Infraestrutura para a Copa do Mundo 2014. Em 2014, houve o Evento Copa do Mundo no SBCY, e em 2016, o retorno das obras após a Copa do Mundo.

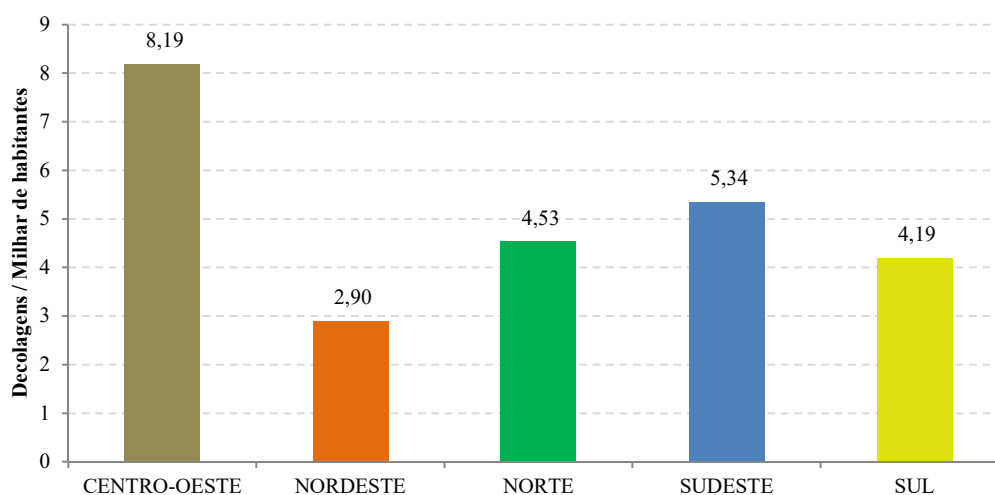
**Foto nº 27: Aeroporto Internacional de Cuiabá - Marechal Rondon.**



Foto: SILVA, 2018.

É fundamental destacarmos a importância dos Aeroportos no processo de Integração nacional no contexto da expansão da fronteira agrícola. Constatase, no gráfico nº 17, que a região Centro-Oeste se destaca por ter a maior quantidade de decolagens por mil habitantes do Brasil, superando inclusive as regiões mais urbanizadas e industrializadas do Brasil, tal como o Sul e Sudeste. O destaque para a região Centro-Oeste sinaliza a concentração do poder político em Brasília, o que também explica o Aeroporto de Brasília ser classificado como HUB, isto é, um centro de distribuição de voos. Além disso, há crescente mobilidade dos negócios provenientes do crescimento econômico da agropecuária na região que contribui para o aumento no número de passageiros e voos.

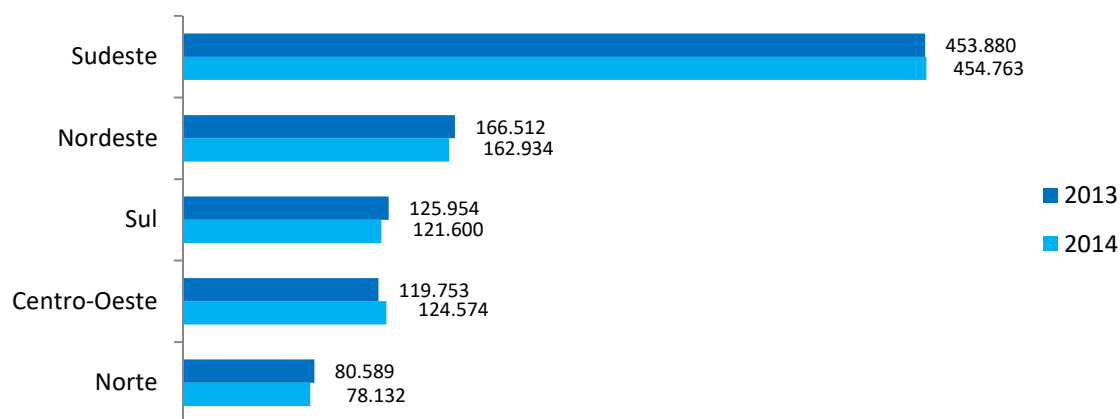
**Gráfico 17. Quantidade de decolagens por mil de habitantes por região – mercado doméstico, 2014**



Fonte: INFRAERO, Várzea Grande, 2014. Org. SILVA, R.B, 2018.

O gráfico nº 18 evidencia a significativa inserção da Região Centro-Oeste no cenário nacional, ocupando a quarta posição com relação ao número de voos realizados nos anos de 2013 e 2014. Constatase que a Região Sudeste possui maior número de decolagens, cerca de 400mil/ano, enquanto a Região Centro-Oeste possui cerca de 120 mil decolagens ao ano. Entretanto, em comparação com o gráfico anterior, constata-se que a Região Centro-Oeste ocupa o primeiro lugar quando se trata de quantidade de decolagens por mil habitantes por região.

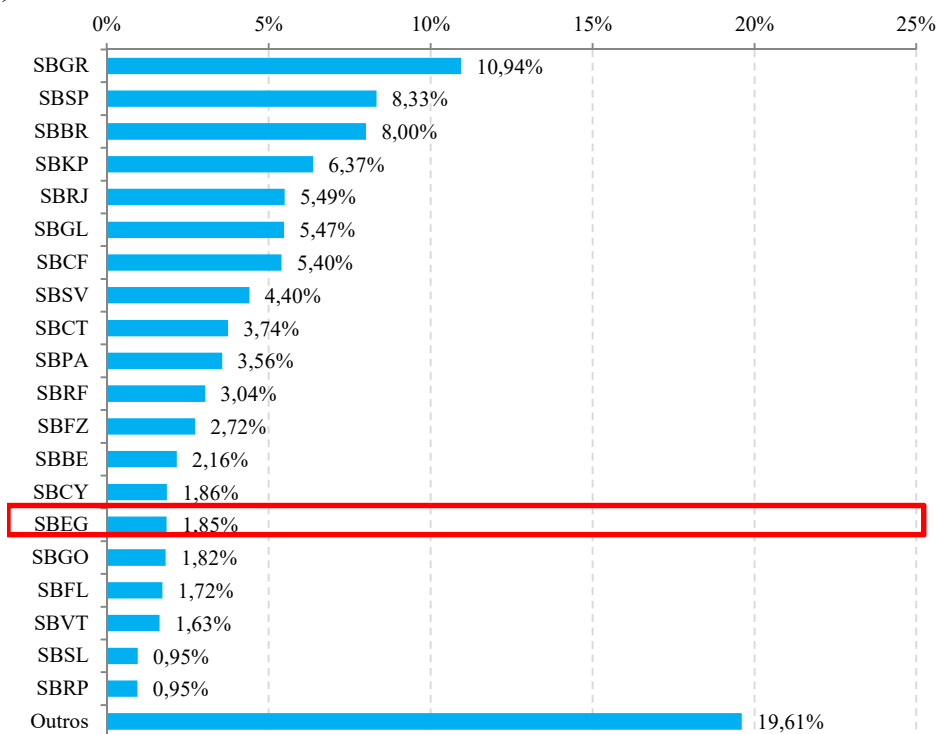
**Gráfico 18. Número de decolagens por região – mercado doméstico, 2013 e 2014**



Fonte: INFRAERO, Várzea Grande, 2014. Org. SILVA, R.B, 2018.

O Aeroporto de Cuiabá (SBCY) está entre os 20 principais aeroportos do Brasil quanto à quantidade de decolagens no cenário de voos domésticos (gráfico nº 19), ocupando a 14ª posição, enquanto que os aeroportos de Guarulhos (SBGR), de Congonhas (SBSP) e de Brasília (SBBR) ocupam a primeira, a segunda e a terceira colocação, respectivamente. Vale destacar que os três são aeroportos *HUBs*.

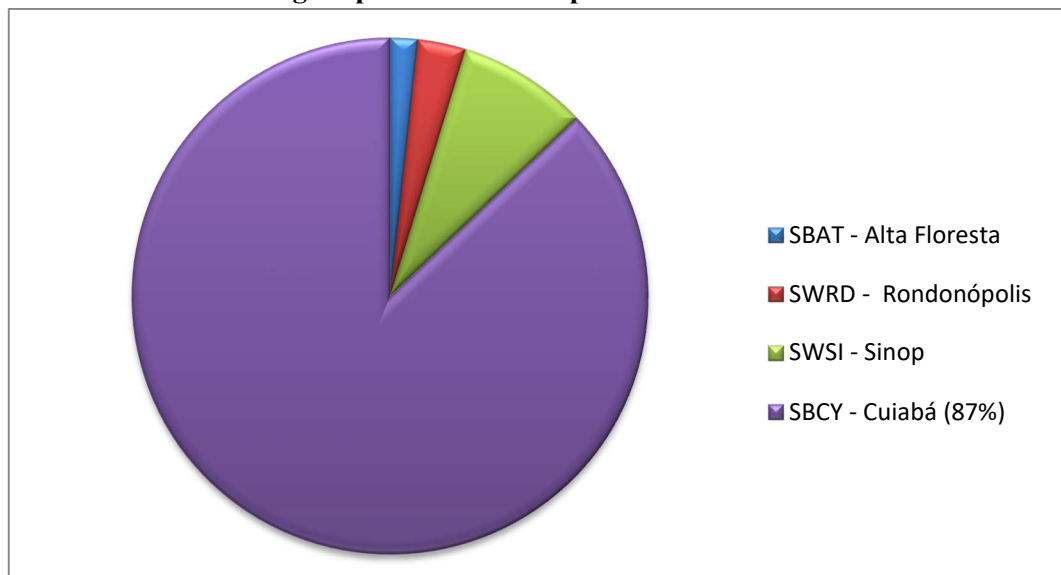
**Gráfico 19. Participação dos 20 principais aeroportos na quantidade de decolagens – mercado doméstico, 2014.**



Fonte: INFRAERO, Várzea Grande, 2014. Org. SILVA, R.B, 2018.

No gráfico nº 20, constatamos que o Aeroporto de Cuiabá (SBCY) concentrou a maior quantidade os voos realizados no estado de Mato Grosso, 17.501 em 2014, o que significa 87% das decolagens, enquanto os 2,674 voos foram distribuídos em 16 aeroportos do estado.

**Gráfico 20. Decolagens por estado e aeroporto – Mato Grosso - 2014<sup>47</sup>**



Fonte: INFRAERO (2016). Organização: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2018.

Constata-se que, pelo significativo número de voos realizados, o Aeroporto de Cuiabá vem desempenhando o seu papel no processo de Integração Nacional, bem como na mobilidade de pessoas e mercadorias, contribuindo para as realizações de negócios voltados à agropecuária e para a concentração e o desenvolvimento da rede de hospedagem nas imediações do aeroporto, bem como para atrair novos empreendimentos que contribuem para o fortalecimento da centralidade econômica do lugar, tal como a instalação do primeiro Shopping de Várzea Grande.

<sup>47</sup> Para facilitar a representação, desagregamos do gráfico os demais aeroportos que possuíam 1, 2 e 3 voos no ano de 2014. São eles: SJQP; SSAC; SWYK; SWDM (1 voo) e SWEK; SWHP; SWPQ; SBBW; SWXV; SSND (2 voos) e SSND (3 voos). Fizemos o mesmo com aeroportos que possuíam menos de 30 voos no referido ano, são eles: SWFX - SWVC - Vila Rica (20 voos); São Felix do Araguaia (22 voos) e SJHG – Confresa (25 voos).

## 2.8 Várzea Grande – Shopping

O projeto inicial da construção do primeiro *Shopping Center* em Várzea Grande foi lançado no dia 23 de junho de 2004, com o nome Guanás Shopping, em homenagem aos índios que ocupavam as terras do município. Mas diversos contratemplos viriam a atrasar demasiadamente a execução do projeto (foto nº 28), que só foi inaugurado 11 anos depois, no dia 17 de novembro de 2015, sob a denominação de Várzea Grande Shopping, ainda com diversas lojas fechadas e com realização de retoques finais nas fachadas (lembrando que as obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo de 2014 reforçaram a centralidade comercial da localidade, facilitando o acesso ao empreendimento) (foto nº 29). O terreno de 25 mil m<sup>2</sup>, localizado estrategicamente ao lado do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, não era edificado, portanto não cumpria a sua função social. Assentado em um longo processo de especulação imobiliária e valorização, a prefeitura doou o imóvel<sup>48</sup> à Construtora São Benedito, incumbida de criar um empreendimento na cidade e valorizar ainda mais o lugar. Entretanto, a execução do projeto ficou parada em diversos momentos, ora pela demora na emissão das licenças ambientais, ora em função da preocupação com a demanda em Várzea Grande, visto que a inauguração do Pantanal Shopping em 2004 e a ampliação do Shopping 3 Américas, localizados em Cuiabá, influenciavam o deslocamento de consumidores de Várzea Grande. Por outro lado, o projeto pretendia justamente modificar esse cenário comercial e evitar que a classe média várzea-grandense consumisse em Cuiabá.

Os empreendedores do Shopping são: **Farol Empreendimentos e Participações S/A**, Saga Malls (de Goiânia), Grupo São Benedito (de Marcelo Maluf), a GMS Imobiliária e Construtora (de Georges Maluf)<sup>49</sup> e o Grupo AS.

---

<sup>48</sup> Conforme notícia do Jornal: Folha de Várzea Grande. **Guanás não vai ser construído nunca mais, diz construtora São Benedito**. 29 de junho a 05 de julho de 2009. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 2016.

<sup>49</sup> Os proprietários do Grupo São Benedito e da GMS Imobiliária e Construtora foram alvos da 11ª da “Operação Ararath” sobre o possível esquema de lavagem de dinheiro através da compra de imóveis de luxo em nome de “laranjas”: Fonte: <http://www.folhamax.com/politica/pf-apreende-fortuna-com-alvos-e-prende-empresario-em-cuiaba/87861> .Acesso, junho de 2018



**Foto 28. Obras, construção do “Várzea Grande Shopping - 2014**



Foto: SILVA, R. B. julho de 2014.

**Foto 29. Várzea Grande Shopping (2018) e rotatória - obra copa do mundo 2014**

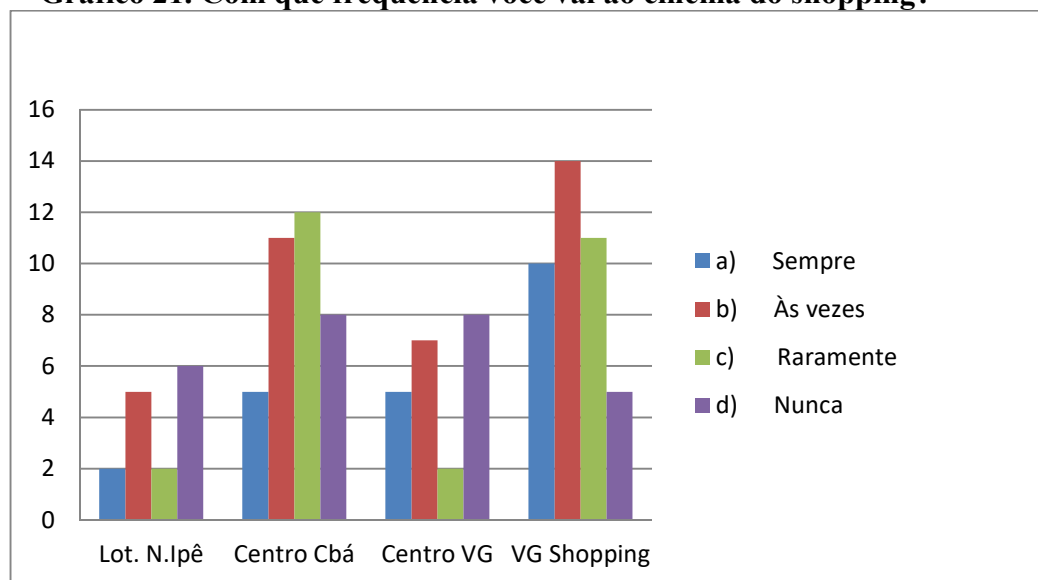


Foto: SILVA, R. B. Jan. de 2018.



Os empreendedores teriam investido R\$ 200 milhões no empreendimento. Segundo o Jornal Diário de Cuiabá<sup>50</sup>, Carlos Alberto Moussalem (acionista do Farol Empreendimentos e Participações S/A, do Pantanal Shopping e ainda incorporador imobiliário) afirmou que o objetivo era transformar o shopping em um centro de compra regional, e, de acordo com Fernando Maia (Saga Malls – de Goiânia), o Estado de Mato Grosso tem um grande potencial para esse tipo de empreendimento: “A crise por aqui é amortecida por conta de toda a pujança do agronegócio”, explica o empresário<sup>51</sup>. A instalação do Várzea Grande Shopping significa a reestruturação de centros na Conurbação, desencadeando novas práticas da centralidade social, cada vez mais mediadas pelas relações de consumo e, inclusive, pelo direcionamento do “tempo livre” do trabalhador como algo rentável. Constata-se, no gráfico nº 21, que a rotina das pessoas na cidade está cada vez mais submersa nas práticas de consumo. Além disso, cada vez mais verifica-se maior inserção das camadas populares em novos estilos de vida, sobretudo com a introdução dos shoppings como opção de deslocamento, compra alimentação, em suma, como lugar para gastar o tempo livre consumindo, evidenciando uma centralidade cada vez mais econômica.

**Gráfico 21. Com que frequência você vai ao cinema do shopping?**



Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo (2018). Organização: SILVA, R. B. 2018.

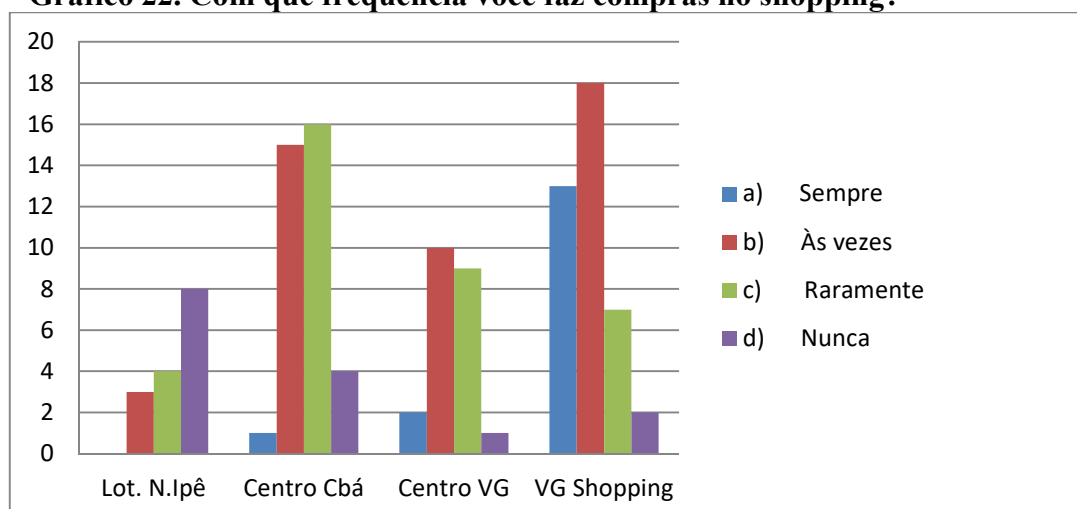
O quantitativo de pessoas que declararam nunca ter ido ao cinema do Shopping é maior no centro de Cuiabá, seguido pelo Loteamento Nova Ipê. Mas o que chama a atenção é

<sup>50</sup> Jornal: Diário de Cuiabá. “Shopping consumirá R\$ 40 milhões”. 15 de maio de 2004, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 2016.

<sup>51</sup> Fonte: <http://revistaoe.com.br/varzea-grande-shopping-utiliza-geracao-propria-nos-horarios-de-ponta/>, 15 de dez. de 2015. Acesso: junho de 2018.

o número de pessoas que vão ao cinema às vezes ou raramente em todos os lugares pesquisados: isso sugere que muitas pessoas se dirigem ao shopping para resolver serviços, passear, comprar algo mais específico ou mesmo fazer uma programação com menos tempo de duração. Apenas dez pessoas entrevistadas no Shopping disseram que sempre vão ao cinema, o que pode indicar uma seletividade de acesso a esse lugar, seja pela necessidade de tempo livre disponível ou de recursos financeiros para assistir sempre um filme no shopping. No gráfico nº 22, constata-se as distintas práticas sociais quando se trata de consumo de mercadorias. Identifica-se que as novas práticas de consumo e novos estilos de vida proporcionados pelos Shoppings Centers se entrelaçam com as práticas antigas de se preferir ir ao centro da cidade fazer compras do que ir a um shopping.

**Gráfico 22. Com que frequência você faz compras no shopping?**



Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo (2018). Organização: SILVA, R. B. 2018.

No loteamento Nova Ipê, a maioria dos entrevistados respondeu que nunca vai ao shopping para fazer compras, enquanto no centro de Cuiabá e de Várzea Grande a maior parte dos entrevistados disseram que raramente e às vezes vão a esse lugar com esse intuito. Entretanto, dos entrevistados no Shopping, 18 pessoas afirmaram que às vezes fazem compras, e 13 pessoas disseram que sempre consomem mercadorias no local. Portanto, o público consumidor do Shopping já incorporou esse empreendimento como um lugar preferido para consumo, adquirindo novas práticas sociais, reconfigurando a centralidade comercial da Conurbação.

## CAPÍTULO 3

### 3. CENTRALIDADE URBANA

A definição de centralidade urbana pode ser tida inicialmente como forma que deve ser preenchida pelo social: “O que é centralidade (urbana social)? Uma forma, aquela da reunião, do encontro, da simultaneidade. De quê? De tudo o que pode se reunir, se encontrar, se acumular. A forma pode e deve ser preenchida” (LEFEBVRE, 2008, p. 124). Nesse sentido, forma e conteúdo não se separam, visto que a produção do centro e da centralidade acontece no movimento social que envolve a complexidade, o movimento. Esse movimento social evidenciará, em cada período, as determinações do modo de produção que definirá o seu próprio centro e sua própria centralidade: “Assim, cada época, cada período, cada modo de produção suscitou (produziu) sua própria centralidade: centro político, comercial, religioso etc.” (Idem, p. 124). Desse modo, a produção de centro e centralidades urbanas é determinada pelas relações sociais de produção, isto é, a produção de centros na sociedade capitalista tende a revelar o econômico na medida em que as trocas de mercadoria tendem revelar o movimento social da produção de centros pelas centralidades urbanas.

A definição de centralidade enquanto forma espacial e conteúdo da prática social abarca um movimento dialético:

A centralidade é então uma forma, nela mesma vazia, mas que chama um conteúdo; objetos, seres naturais ou artificiais, coisas, produtos e obras, signos e símbolos, pessoas, atos, situações, relações práticas. O que a aproxima da forma lógica. De sorte que há uma lógica da centralidade. A forma implica a simultaneidade e dela resulta: simultaneidade de “tudo” aquilo que pode se reunir – e por consequência se acumular – num ato de pensamento ou num ato social, em um ponto ou nos arredores desse ponto (LEFEBVRE, 2000, p. 964).

A centralidade, assim, revela-se no movimento de produção de centros urbanos, seja na produção de centros comerciais e racionalizados ou simbólicos, e produção do centro remete à constituição de uma outra centralidade, a social:

A centralidade tem seu movimento dialético específico. Ela se impõe. Não existe realidade urbana sem centros, quer ela se trate do centro comercial (que reúne produtos e coisas), do centro simbólico (que reúne significações e

as tornas simultâneas), do centro de informação e de decisão etc. Mas todo centro destrói-se a si próprio. Ele se destrói por saturação; ele se destrói porque remete a uma outra centralidade (LEFEBVRE, 2008, p. 85).

A outra centralidade a que Lefebvre (2008) se refere é a social, do encontro, da sociabilidade e da apropriação social. Por ser dialética, a centralidade reúne tudo, constituindo-se pelo aspecto racional, matemático, cartesiano, formal, mas também pelos signos da reunião, do encontro e sociabilidade que se realizam no espaço concreto e social:

A centralidade, que concerne às matemáticas, concerne também ao drama. Ela os reúne como reúne tudo, inclusive os símbolos e signos (entre eles os da reunião). Os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e superfície da rua, pedra, asfalto, calçada etc.) e as suas estipulações da reunião (praça, luzes etc.) (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

A reestruturação produtiva, em seu movimento de reorganização das relações de produção, organizacional, na fábrica, ganha novas configurações com as crescentes necessidades de reprodução do capital, expandindo a determinação social como um todo pela realização do consumo, abarcando a vida social para além das relações de trabalho propriamente ditas. O consumo se realiza nas relações sociais, inclusive no atendimento das necessidades básicas do ser humano – alimentar, vestir e morar, isto é, reproduzir-se enquanto espécie –, mas a sua lógica tem transformado essas necessidades em mercadorias, produzindo as nossas relações sociais pelo valor de troca. As trocas de mercadorias se concretizam, em sua maior parte, nos centros urbanos, em que se concentram as instituições financeiras, órgãos do Estado, lojas comerciais e estabelecimentos de serviços, pessoas e informações. Para que se produza no campo produtos agrícolas como soja, milho, algodão, dentre outros, é necessário investimentos financeiros no urbano (bancos, instituições de créditos, Estado) que tendem a se localizar justamente nos centros urbanos, tradicionais ou não, bem como nos centros econômicos e/ou políticos. Dessa forma, a reestruturação produtiva capitalista se estabelece tanto no campo quanto na cidade, produzindo transformação na produção de centros e centralidades urbanas. É nesse sentido que o urbano manifesta a centralidade como o lugar de encontro com o diferente, da concentração de objetos, de produtos e dos conteúdos das práticas socioespaciais:

Ela (a cidade) reúne todos os mercados (inventário que já fizemos: o mercado dos produtos da agricultura e da indústria – os mercados locais, regionais, nacionais, mundiais – o mercado dos capitais, o do trabalho, o do próprio solo, o dos signos e símbolos). A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criação, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem *relações*. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas *diferentes* advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. (LEFEBVRE, 1999, p. 111, grifos do autor).

A cidade cria uma situação urbana formada pelas coisas diferentes, pelas relações sociais, e o urbano revela a união das diferenças e a reciprocidade das relações sociais. A formação de centros e centralidades depende da produção do espaço urbano e da reunião dos elementos sociais. A cidade e o urbano, por sua característica centralizadora dos meios de produção, dos produtos das relações de trabalho e da diferença, possibilitam a produção dos centros urbanos, que se tornam mais do que um mero aglomerado dos meios de produção. Sem negá-los, a centralidade se constitui permeada por relações de encontro com o outro, com o diferente, em que a essência das relações sociais se manifesta através da reciprocidade, dos conflitos e contradições entre a lógica social de uso e a lógica econômica do valor de troca.

Os conflitos podem surgir das relações sociais, das divergências de interesse pelo uso social do centro e da centralidade urbana, calculado no valor de troca, sobrepondo o interesse comum acerca do valor de uso, o que requer uma tomada de decisão coletiva, um consenso precedido por um dissenso. Tais conflitos revelam contradições e as lutas de classes frente à dominação política e econômica dos grupos mais abastados. Esse processo aponta para a destituição do sentido de centralidade urbana e para o uso coletivo de maneira igualitária, pois a definição da centralidade remete à apropriação social. Na produção da centralidade contemporânea, prevalece o valor de troca, cujo domínio impõe limites ao corpo, impedindo a realização do valor do uso social, visto que a possibilidade de usos, de ir e vir não são as mesmas para todos (SPOSITO 2013, p. 74). O papel que se atribui à cidade contemporânea é o de concentrar os fatores de produção, o capital e o trabalho, baseando-se na estrutura política pelo aspecto legal, via instituição e Estado, legitimando as ações de grupos dominantes (empresariais e políticos) na produção de centro e centralidade urbana:

Em suma, concentrar o capital e o trabalho formalmente (gerando contratos) e realmente (veicular salários/meios de vida) tem sido

atribuição fundamental da cidade moderna. Acontece que a cidade não é um ente metafísico, sua realidade corresponde a certas práticas as quais têm sido capazes de articular, por dentro do que é propriamente a cidade, uma estrutura jurídica política e institucional da sociedade, promovendo a aderência necessária às suas diversas partes, mesmo que perpassadas por contradições (SEABRA, 2004, p. 428).

Desta forma, a relevância da cidade para a reprodução do capital reside na possibilidade que a cidade tem de concentrar o capital, o trabalho, o poder político, institucional e as funcionalidades, elementos que compõem a produção de centro e centralidade urbana.

Santos (2006, p 193, 194) afirma que, nas condições atuais do meio técnico-científico-informacional, a união entre campo e cidade se tornou mais intensa com o crescimento da agricultura moderna<sup>52</sup>, pois esta demanda um consumo produtivo, a que a cidade responde por meio de suas funcionalidades. Mas a funcionalização do centro urbano diz respeito à sua manipulação para determinados fins e interesses, “processo que limita as possibilidades de apropriação social” (CARLOS, 2011, p. 65), realizada no movimento da centralidade urbana. A formação de aglomerações das atividades produtivas e a produção de centro e centralidades urbanas não depende apenas das mudanças tecnológicas e da organização do trabalho, mas sim de toda a estrutura que mantém o ciclo do capital. Isso implica considerar a investida na criação de infraestruturas e instituições sociais, definidas por Harvey (2013, p. 507) como:

[...] meios para a promoção de conhecimento científico e técnico, novas técnicas de gerenciamento e novos meios para facilitar a coleta, o armazenamento e a comunicação das informações. Elas também abarcam a ampla variedade de instituições que contribuem para a reprodução da força de trabalho (saúde, educação, serviços sociais etc.).

Os recursos humanos e sociais produzidos em conjunto com a criação das infraestruturas e instituições sociais possibilitam a circulação do capital e a formação de concentração geográfica de alta qualidade (HARVEY, 2013), tendendo a atrair capital para essas regiões. O crescimento geográfico desigual de que fala Harvey (2013) é explicado por esse processo de dispersão desigual do capital no espaço geográfico. Assim, aglomeração concede vantagens à região detentora desse atributo, dado o acesso facilitado a força de

---

<sup>52</sup> Elias (2013) chama de “Agronegócio Globalizado” o processo de apropriação capitalista da Agricultura.



trabalho especializada, permitindo a centralização de especialidades e “criação de linhas de produção totalmente novas” (HARVEY, 2013, p. 512). A concentração de infraestrutura e instituições possibilita, ainda, a competitividade no espaço regional e nacional, pois regula o intercâmbio e o crédito, centralizando o capital e a concorrência. Além disso, “concentra as condições de reprodução da força de trabalho, da vida cultural dos meios de vigilância, administração e a repressão” (CARLOS, 2007, p. 29). Nesse sentido, a aglomeração é um dos elementos que formam o centro urbano, ocorrendo em lugares específicos da cidade, intencionalmente selecionados pelos capitalistas e pelo Estado para destinação de infraestruturas urbanas, equipamentos públicos e empreendimentos econômicos, criando um movimento de refuncionalização e/ou construção de novos centros urbanos.

Carlos (2008) procura superar a ideia de aglomeração-concentração ou *locus* da produção que se tem da cidade, procurando compreender as relações sociais de produção para além da fabricação de mercadorias no sentido restrito, ou seja, procura explicar o urbano como condição geral da reprodução do capital e como produto desse processo, fruto das contradições e conflitos entre as necessidades de reprodução capital e as da sociedade. A autora enfatiza que o crescimento capitalista proporciona o crescimento de grande cidade, com o intuito de melhorar as condições de acumulação (CARLOS, 2008, p. 28), o qual, por sua vez, produzirá a concentração do poder “técnico-político-financeiro” com comandos realizados por agentes globais interessados em perpetuar a sobrevivência da reprodução do capital:

A cidade aparece como uma concentração de construções estáticas e diferenciadas, de gente em movimento; apressada; de meios de circulação, de placas indicativas e/ou propagandas, de ruas asfaltadas etc. Em suma, é um *locus* dinâmico de atividades exercidas por pessoas, de acordo com suas necessidades sociais, vinculadas diretamente ao processo de reprodução do capital, cuja tendência é a concentração, em determinados pontos do território nacional, da acumulação assegurada por uma rede de circulação que agilize a realização do ciclo do capital [...] (CARLOS, 2008, p. 51, grifo nosso).

Essa produção de concentração e aglomeração urbana como produto da proveniente da reestruturação produtiva e do próprio movimento do capital significa a diminuição da distância e do tempo da produção, da circulação e do consumo de mercadorias. Para Carlos (2008, p. 52), esse processo aumenta a distância entre as pessoas no sentido de sociabilidade,

pois a concentração de pessoas mediada pela realização do trabalho produtivo está assentada na realização do valor de troca e não necessariamente na sociabilidade e uso social:

A aglomeração que busca diminuir a distância e tempo do local de produção até o de consumo da mercadoria, aumentando com isso as distâncias entre as pessoas. Concentração de gente exercendo atividades diferenciadas, criando um espaço que repousa, em última análise, nas relações contraditórias entre o capital e o trabalho; fundamentado na apropriação que se manifesta juridicamente na propriedade privada do solo aparecendo através de usos diferenciados (CARLOS, 2008, p. 52).

A reestruturação produtiva, pelas suas características de transformação da produção, gera mutações de ordem quantitativa, promovendo a “saída” de crises econômicas, possibilitando a reprodução do capital e geralmente criando novas áreas centrais, as quais se tornam possíveis pelas ações de políticas espaciais estratégicas das classes capitalistas e do Estado. Essas estratégias espaciais, pensadas, idealizadas e praticadas pelos capitalistas e burocratas se materializam a partir de implantação de indústria, comércio e serviços voltados à funcionalização e à operabilidade das relações produtivas na cidade, em especial na produção de centros e centralidades urbanas. Carlos (2011, p. 137-139) problematiza a formação do centro urbano contemporâneo enquanto radicalmente diferente da ágora, aquele centro qualitativo, lugar de movimento e construção de conteúdos sociais, de símbolos e significados, da sociabilidade e da reunião. O centro urbano contemporâneo, para a autora, revela a normatização da produção capitalista, absorvendo os conteúdos dos espaços públicos e privados como uma condição da reprodução do capital, num processo que diminui as possibilidades de construção coletiva da centralidade urbana, a qual se perde na generalização da troca de mercadorias e da monumentalidade dos centros urbanos racionalizados. Portanto, essa “passagem” do centro como lugar da ágora para lugar essencial de reprodução do capital se realiza pela prática espacial, em que o valor de uso e valor de troca entram em conflito.

Uma das características da produção da centralidade urbana atual é a estreita relação público-privada na busca da promoção do crescimento econômico local, em que esforços são somados para instalação de empreendimentos pontuais, comumente especulativos, que nem sempre trazem melhorias sociais mais abrangentes. Destacam-se, na renovação dos centros urbanos, a construção de parques temáticos, empresariais ou industriais, de serviços, campus

universitários<sup>53</sup>, *Shopping Center*, condomínios fechados, centros de convenções, estádios esportivos, dentre outros, que produzem a cidade como “lugar de consumo” e de “cidades modelos”, tal como o caso de Barcelona (Botelho, 2004). Assim, de modo geral, embora guardando as suas especificidades, podemos identificar a relação inerente entre o modo de produção capitalista e a formação de centros urbanos. A primeira constatação diz respeito à concentração dos meios de produção, do capital e do poder político pelos capitalistas, conforme identificado por Marx e Engels (1999). A segunda constatação diz respeito à necessidade de manutenção do ciclo produtivo e valorização do capital, que exige a concentração dos meios de produção, das fábricas e da mão de obra a fim de diminuir o tempo de rotação do ciclo produtivo. Essa característica foi constatada por Marx e Engels (1999) e investigada por Harvey (2013), no que concerne à produção capitalista e à busca de novas áreas geográficas para sua reprodução, principalmente a fim de diminuir o tempo de produção, de circulação e consumo de mercadorias para agilizar as saídas das crises econômicas, inclusive através de investimento em capitais fixos que possibilitam maior mobilidade do capital e do trabalho. A terceira constatação é de que a formação de aglomerados e de centros (de serviços, do capital e da política) se materializa visivelmente na cidade e é produzida socialmente, na qual a centralidade urbana, ou seja, as relações sociais de produção permitem a formação de centros urbanos econômicos, tal como afirmam Carlos (2007) e Sposito (1988). A quarta constatação é de que novos aglomerados e áreas centrais podem ser produzidas em momentos de reestruturação produtiva, em que o investimento em capitais fixos, acompanhado por mudanças nas relações de produção, possibilitará a “estabilização” da economia, tal como alega Harvey (2013).

A nossa concepção de que a reestruturação produtiva determina a produção de centro e centralidades urbanas subordinadas às relações sociais de produção, reproduzindo a vida social em outros níveis, está na base do pensamento marxista:

N’O capital, Marx está principalmente preocupado em explicar a incrível concentração das forças produtivas nos centros urbanos e nas mudanças correlacionadas nas relações sociais da produção e da vida [...] Ele também mostra como as forças que contribuem para a aglomeração podem ser cumulativamente construídas de bens de consumo para

---

<sup>53</sup>Na área de pesquisa deste projeto de tese, identificamos a produção de uma nova centralidade urbana a partir do projeto (em andamento) da construção do Parque Tecnológico de Mato Grosso, integrando ensino-pesquisa-mercado (UFMT, IFMT) e o Centro Empresarial, com intensa relação público-privada.

lugares já estabelecidos. Tudo isso requer uma crescente concentração e expansão do proletariado em grandes centros urbanos, o que significa ou mudanças radicais nas condições da reprodução da força de trabalho dentro dos centros urbanos ou absorção contínua de elementos vitais naturais-espontâneos do campo (HARVEY, 2013, p. 528).

Porém, uma aglomeração pode ser construída cumulativamente sobre outra e produzir uma concentração excessiva, desfavorável a mais acumulação. Nesse estágio, as forças que conduzem a concentração contribuem para a dispersão do capital, que é, desse modo, impelido ao “aprofundamento e ampliação nas configurações espaciais das forças produtivas e das relações sociais” (Idem, 2013, p. 529), a fim de obter equilíbrio. Assim, a centralização do capital, segundo Harvey (2013), diz respeito à formação de monopólios, à monopolização do capital social, forças de centralização e descentralização, sugerindo um “equilíbrio” nunca atingido plenamente no movimento do capital. Entretanto, persistiu, na análise marxista, a investigação da reestruturação produtiva e de seus efeitos na organização da empresa, na adoção de novas tecnologias, na força de trabalho e na formação de aglomerados e centros urbanos, no sentido de compreensão da dinâmica de reprodução do capital e da efetivação da reestruturação produtiva propriamente dita. Harvey (2013) ainda adota essa perspectiva, renovando conceitos marxistas e proporcionando enriquecimento na análise da produção capitalista do espaço geográfico. Mas a investigação específica sobre a reestruturação produtiva na formação de centros urbanos e de como esse processo se realiza pela prática social concreta, pelo trabalhador na sua relação com a centralidade, não consta em suas análises, ainda que, de modo geral, as mudanças sociais apareçam em seus achados como transformações no modo de vida dos trabalhadores, tal como pela inserção do consumo, pela criação de novos produtos e estilos de vida, ao mesmo tempo em que crescem a destituição da criatividade humana e das reivindicações coletivas e sindicais, por conta das mudanças nas relações de trabalho.

Os processos de formação de aglomerados e da produção de centros urbanos indicam a maneira pela qual a reestruturação produtiva acontece, exacerbando os aspectos quantitativos, isto é, transformando o trabalhador em um dado para quantificar o tempo de trabalho e a produção de lucro. Todavia, a análise da reestruturação produtiva na formação de centros urbanos, nesta tese, deverá revelar as transformações qualitativas da prática social centralidade urbana. Sendo assim, investigaremos a reestruturação produtiva para além da formação da concentração/aglomeração e da produção de centro urbano econômico.

Investigaremos as relações qualitativas desse processo, as mudanças das relações sociais da produção de centro e centralidades urbanas, referentes às possibilidades de compreensão dos conflitos e contradições decorrentes da reestruturação produtiva e da formação de centros urbanos econômicos. Enquanto na produção de centros urbanos predomina o valor da troca de mercadorias (consumo), na produção da centralidade prevalece o valor de uso, as relações de encontro, sociabilidade e apropriação social. Há, desse modo, duas lógicas de uso que se encontram, gerando conflitos. Esse movimento acontece pela prática social transformada pela reestruturação produtiva, envolvendo as relações de trabalho e todas as esferas da vida humana: relações de vizinhança, morar, comprar, dentre outros.

### **3.1 A centralidade social – Bairro Cristo Rei**

O bairro Cristo Rei é o mais populoso da cidade de Várzea Grande, situado entre o Aeroporto e o Rio Cuiabá, dois limites que circundam a localidade. Pela geografia do lugar, as pessoas do bairro possuem maior facilidade de acesso ao Centro de Cuiabá. E, possivelmente por dificuldades de locomoção e acesso ao Centro de Várzea Grande, a comunidade criou uma significativa centralidade comercial e social ao urbanizar o bairro. É importante destacar que muitos dos moradores que autoconstruíram o bairro viviam em situações precárias em outras localidades da Conurbação, e encontraram, no Cristo Rei, a esperança de maiores possibilidades para reprodução da vida, como é o caso da entrevistada de Aline.

Aline nasceu em Barra do Bugres, onde viveu até os cinco anos de idade. Sua mãe é cozinheira, servidora pública na área da educação, e seu pai trabalhava em uma panificadora. Eles mudaram provisoriamente para a casa do avô, no bairro Porto, em Cuiabá, na Rua Senador Metelo, que dá acesso à Avenida Miguel Sutil e faz limite entre o bairro Porto e o Centro Sul. Ela se lembra de Cuiabá por volta de 1975, quando a Prainha ainda possuía o córrego aberto e a paisagem era diferente; as ruas do centro possuíam asfalto e havia intenso comércio no centro de Cuiabá. Aline se lembra, também, do trajeto que fazia diariamente chegar à escola, perto da Igreja São Gonçalo (Porto), que frequentava aos domingos com a família. Ela relata que costumava ficar um pouco na praça, localizada nas imediações, para se divertir e encontrar os conhecidos, mas reconhece que não fazia muitas coisas por ali, pois sua rotina submergia nas atividades cotidianas. Na década de 1980, sua mãe obteve uma moradia própria (casa da Cohab) no CPA 3, após se inscrever no programa de habitação do

Estado, local onde viveram por mais de 20 anos, de maneira que sua família fez parte do processo de produção do lugar, relacionando-se com novas centralidades que surgiam no CPA II, além do centro da cidade:

Lá era como todos os bairros que estão começando, não eram todas as ruas que tinham asfaltos, tinha dificuldade para ir ao supermercado, a gente ia ao CPA II, aonde já era um bairro de uns 10 anos, lá já tinha mercado, lanchonete, aí a gente ia e se deslocava para lá ou ia para o centro de ônibus. Quando precisava de médico era precário, lá não tinha nada. Tínhamos que ir para o CPA II, CPA I, ou para o Pronto Socorro (Aline, informação verbal – 2018).

Embora Aline e sua família passassem por diversas dificuldades de locomoção e de acesso aos serviços e equipamentos urbanos, ela não se lembra de organização de lideranças de bairros que extrapolassem ações sociais para entrega de tíquete de leite, pesagem das crianças e/ou algumas reuniões comunitárias para discutir sobre iluminação, saneamento básico e cobrar do poder público outras benfeitorias para o bairro. Aos 22 anos de idade, Aline mudou-se para o bairro Jardim União, no Parque do Lago em Várzea Grande (próximo ao bairro Cristo Rei), para uma moradia obtida por herança, onde morou por mais de 20 anos. Para resolver as demandas cotidianas (bancos, posto de saúde), ela se deslocava para o centro do Cristo Rei, onde era mais fácil de se chegar e bem mais perto do que o Centro de Várzea Grande, lugar que ela raramente frequenta. Em 2016, Aline mudou-se para o centro do Cristo Rei, lugar onde geralmente encontra tudo o que procura, facilitando sua mobilidade: “Aqui para mim é ótimo, porque aqui tem tudo, desço lá no centro da cidade se eu quiser, mas aqui tem tudo, tem loja, tem banco, tem onde comer, quase não vou ao centro de Várzea Grande” (Aline, informação verbal – 2018). Em se tratando de cultura, lazer e espaços públicos para reunião e encontro no centro, porém, ela diz que só na praça tem eventos desse tipo, às vezes.

Aline trabalhou por sete anos na empresa Terceirize e por três anos e seis meses na Forte Sul, atuando na área de serviços gerais de ambas as empresas. Na Terceirize, seus direitos trabalhistas foram garantidos, visto que ela recebia os salários em dia. Entretanto, ela precisou acessar a Justiça do Trabalho para obter os direitos trabalhistas na Forte Sul, pois a empresa abriu falência. O cotidiano de Aline se circunscrevia à rotina de trabalho na empresa e, posteriormente, em casa, às atividades domésticas. Com o seu salário, ela complementava a renda familiar para reprodução da vida em família, visto que ela é mãe de três filhos, hoje adultos e empregados: um deles trabalha como pintor, outro como vigilante e o terceiro faz



“bicos”. Quando perguntamos sobre a rotina de trabalho e questões salariais, a entrevistada dizia que era tudo muito bom, tinha os setores para limpar e tinha um salário bom. Atualmente, Aline está desempregada desde 2016, e encontra dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Ela sonha em conseguir terminar o ensino médio no período noturno durante esse tempo.

Assim como Aline, outros moradores estabeleceram moradia em diversos lugares da Conurbação, assumindo variados postos de trabalho, tal como Catarina, 68 anos, fotógrafa, nascida na Bahia. Ela morou no Rio de Janeiro e depois, em 1960, mudou-se para a cidade de Dom Aquino, interior de Mato Grosso, e depois para Várzea Grande em 1979. Naquela época, segundo ela, a avenida da FEB era só poeira, e o bairro Cristo Rei, onde ela reside, possuía apenas quatro ruas. O “passa tempo” dos finais de semana era ver a corrida de animal organizada em uma das ruas do lugar cercado por pasto. As lembranças de Catarina do centro de Várzea Grande e Cuiabá remetem aos seus penosos percursos diários de ônibus, intercalados por longas caminhadas, oferecendo os seus serviços de fotografia de casa em casa. Ela acompanhou distantemente as transformações na Prainha, viu quando colocaram lajota no “Córrego da Prainha”. A Praça da República e o museu de pedra eram para ela lugares de encontro, onde conheceu as primeiras pessoas em Cuiabá, entre as idas e vindas do trabalho. A partir do centro, Catarina adentrava os bairros desurbanizados e precários da conurbação, sem asfalto, conseqüentemente com muita poeira e lama, mas ela nunca desanimou, lembra. Foi a partir desse trabalho que ela conseguiu, aos poucos, empregar sua renda para construir sua moradia: “Eu só queria saber de trabalhar e juntar, eu dizia para mim mesma: eu quero fazer uma casa, não importa que casa seja. Eu queria dizer algum lugar para dizer que era meu” (Catarina, informação verbal – 2018). O terreno de sua casa foi comprado de um conhecido, que o vendeu de forma facilitada, sem intermediações bancárias, apenas contrato verbal, e assim, depois de pagar as prestações, Catarina registrou o imóvel. A sua casa se somava aos outros poucos imóveis autoconstruídos da área que se tornaria o centro do Cristo Rei. Na redondeza, havia terrenos vazios, casas espaçadas umas das outras, no horizonte, os pastos dos gados dos padres (área posteriormente loteada, onde foi construído o Seminário Cristo Rei e a Univag).

Catarina fala das transformações no bairro como evolução, pois ela percebeu que muitas pessoas que foram para lá conseguiram, como ela, ir “para frente”, ou seja, se manter na cidade, inclusive abrir seu próprio negócio. Ela, por exemplo, conta orgulhosamente que, por volta de 1980, comprou um terreno na Avenida da Feb e construiu um barracão, que é

hoje alugado, e onde funciona uma fábrica de portas e janelas. Com relação ao centro do Cristo Rei, ela avalia: “Se você não quiser ir para Cuiabá aqui tem tudo, tem loja de roupas boas, tem bancos, aqui está desenvolvido e está desenvolvendo, aqui tem tudo, bancos: Itaú, Caixa Econômica Federal, supermercados”. Ela também percebe uma melhora no Centro de Várzea Grande, na oferta de serviços, inclusive na oferta de clínicas particulares. A entrevistada ainda confidenciou que a sua vida se deu em torno do trabalho, eram poucos os seus momentos de descanso, de engajamento em grupos de igreja (mesmo sendo religiosa, evangélica) e nenhum envolvimento com grupo comunitário de bairro: seu foco era trabalhar e manter sua família. Entretanto, acabava fazendo parte de reuniões de campanha eleitoral (na época Júlio Campos) para angariar votos. Esse envolvimento se dava através do seu trabalho, pois prestava serviços de fotografia inclusive para os prefeitos e suas famílias (Júlio e Jaime Campos), com quem ela conversava e, às vezes, de quem cobrava benfeitorias para o bairro. Na maioria das vezes, porém, não tinha sucesso, tal como no episódio em que ela e o esposo foram solicitar aterro para uma área alagadiça do bairro, obtendo a seguinte resposta: “não vou mentir para a senhora, não, enquanto eu estiver na prefeitura e puder vim para a prefeitura, eu nunca vou aterrar aquilo” (Catarina, informação verbal – 2018). A prioridade do prefeito, segundo ela, era fazer outras benfeitorias visíveis, para que o povo o valorizasse e sentisse que o prefeito estava cuidando da cidade.

Outro morador que contribuiu para a urbanização do Cristo Rei é o Adalberto, de 24 anos, comerciante, nascido em Várzea Grande. Seu pai é nascido em Bauru, São Paulo, e sua mãe, em Paranavaí, Paraná. Adalberto morou por pouco tempo no centro de Várzea Grande, e desde então mora no Cristo Rei. A sua relação com o centro da cidade de Várzea Grande se limitava aos trajetos casa-escola. Eventualmente, encontrava os amigos na praça da escola, andava pelo centro para pagar contas, ir ao terminal e fazer compras nas lojas das principais avenidas. No centro do Cristo Rei, frequentava ainda mais a praça do bairro, onde jogava basquete com os amigos e participava – e participa – de mutirões para zelar pelo espaço público, esquecido pelo poder público, diz ele. Adalberto analisa a precariedade da vida urbana, por consequência da dissolução dos espaços públicos coletivos de centralidade social em Várzea Grande, a partir da sua relação com o bairro em que vive:

Quando a gente vê um vereador lutando por esporte ele está lutando pelo *motocross*, pô, a quebrada não anda de *motocross*, tinha uma pista de Skate lá no Ipase (próximo ao centro de Várzea Grande), a galera descia para lá, e tinha aqui o Ferreirão, onde tinha Bike, Skate, cineteatro, várias coisas, mas agora também não tem. Então no meu caso **eu não aproveito nada da**

**cidade**, o basquete só. Essa quadra ali nem foi a prefeitura que fez, foi a própria comunidade que juntou o dinheiro, furaram, pintaram, foi a gente mesmo que fez (Adalberto, informação verbal – 2018).

Ele participa com outros jovens de encontros para discutir os problemas do bairro. Participou, também, do Ocupa Ferreirão e comenta o aprendizado construído coletivamente: “foi a galera mesmo do bairro que ocupava, cuidava do local. Teve maior briga, a prefeitura ia e mandava a polícia lá para retirar, e eles resistiam” (Adalberto, informação verbal – 2018). A solidariedade da comunidade possibilitava encontros e movimentos de ocupação. Alguns se envolviam na organização de batalhas de rap, campeonato de basquete, aulas de capoeira, Karatê, na alimentação, promovendo envolvimento popular, reuniões comunitárias, panfletagem e organização de protestos para chamar atenção dos governantes. A mãe de Adalberto tem uma pequena loja no centro do Cristo Rei há mais de 22 anos, que abriu por conta própria, sem incentivos; antes disso, vendia roupas em uma barraca nas calçadas das ruas. Conseguiu construir uma boa clientela, fato considerado relevante para enfrentamento da crise nas vendas. Adalberto trabalha na loja com sua mãe de domingo a domingo, depois de tentar seu próprio negócio, que funcionou por dois anos. Era um escritório de empréstimo consignado, que acessou políticas de créditos da Caixa Econômica Federal com juros baixos. Porém, a dificuldade de regularização do estabelecimento, somada à queda na taxa de 21% para 10% de comissão ofertada pelos Bancos, prejudicou a manutenção de seus negócios, e o entrevistado se viu obrigado a fechar o estabelecimento em 2014.

### **3.2 Centralidade urbana na conurbação – resistências e lutas**

O diretor da Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso contou, em entrevista, sobre o enfrentamento social ao modelo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso que, para ele, está estruturado na concentração de terra e renda, na destruição do meio ambiente e na precarização do trabalhador. Para realizar ações políticas frente a esse modelo, é preciso “convencer a sociedade ao enfrentamento, principalmente os jovens, os estudantes, para se envolverem fortemente nessa luta, dizer que não é natural esse modelo e temos que bater firme” (Diretor da CUT, informação verbal – 2018). Para isto, a CUT agrega forças junto aos trabalhadores do campo (MST) e da cidade com os sindicatos, tanto dos setores públicos quanto privados, a fim de construir uma mobilização coordenada frente ao modelo econômico do estado.

O Diretor da CUT/MT relata a dificuldade de ocupação do espaço público para convergência de pessoas no sentido de encontro, sociabilidade e construção de uma agenda política de transformação a partir do coletivo. Um dos empecilhos, segundo ele, é a crescente burocratização dos órgãos públicos para a autorização de encontros de mobilização social nas praças públicas, situação que “dificulta o acesso da diversidade, da ocupação social, da resistência das pessoas” (Diretor da CUT, informação verbal – 2018). Outro entrave são as reformas dos espaços públicos voltadas para o embelezamento da cidade, mas para um formato espacial que dificulta a concentração de pessoas, além da privatização dos espaços públicos, e do monitoramento e controle do estado:

Quando a gente vai ocupar aquele espaço de movimento, de diálogo, de enfrentamento, ali na Praça Alencastro é uma maior dificuldade, os caras chegam lá e ficam pegando no pé pela questão do som. Aí já vem a polícia com um aparato de força, como forma de dizer o seguinte: nós vamos impedir que vocês usem esse espaço de resistência. Eles não nos atacam, mas é assim, uma forma de imposição do medo (Diretor da CUT, informação verbal – 2018).

A repressão policial, a privatização dos espaços públicos, o monitoramento e o controle pelo estado também evidenciam-se na fala do idealizador do “Slam do Capim Xeroso”. O Slam acontecia todas as quintas-feiras na Praça da República, no centro de Cuiabá, com o objetivo de recitar poesias autorais através do Rap e de agregar pessoas que têm em comum a intenção expressar a sua experiência cotidiana perante as situações da vida:

A gente fazia a batalha lá e tal, toda quinta feira, a gente sofria repressão da polícia. A gente virou sempre um alvo, lá virou um centro de treinamento pros praças. Então a gente já sofreu muito, muito, tipo assim: a gente tá lá fazendo a batalha de rep, do nada aparece uma viatura, começa a jogar bomba na praça, para espantar a galera. Aí usam essas mesmas bombas que eles soltaram para, contra a gente, dizendo que foi a gente que jogou (Idealizador do “Slam do Capim Xeroso” informação verbal – 2018).

O idealizador do “Slam do Capim Xeroso” fala sobre a precarização dos espaços públicos de Cuiabá, bem como sobre as demoras nas realizações de reformas. Segundo ele, a Praça Alencastro demorou cerca de um ano para ficar pronta e ser devolvida para a sociedade. Mas, agora, há seguranças 24h por lá, dificultando ainda mais a possibilidade de fazer movimento no lugar. Uma das lideranças do movimento “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, do bairro Cristo Rei, em Várzea Grande, também relata as constantes repressões por parte do poder público municipal, inclusive com a destruição Ginásio Ferreirão, que se localizava na

Av. Gonçalo Botelho de Campos, onde havia diversas atividades esportivas, culturais e vivência política de resistência por meio de ocupação do espaço público<sup>54</sup>. A projeção de Cuiabá como a Capital do Agronegócio pelo governo do Estado e pelo poder público municipal, seria, para o Diretor da CUT/MT, uma estratégia para criar uma imagem positiva da cidade para os grandes investidores, na lógica comercial, e ao mesmo tempo mascarar a realidade. Como exemplo, o entrevistado disse:

Para você ter uma ideia de como esse modelo é perverso, a APROSOJA financia o Hospital do Câncer, passando uma lógica de que eles são bonzinhos. Há, em decorrência do agrotóxico, da contaminação na água o adoecimento por câncer, a doação é para camuflar a realidade (Diretor da CUT, informação verbal – 2018).

Confirma-se o financiamento do Hospital do Câncer pela APROSOJA na reportagem “Aprosoja inicia nova campanha para equipar Hospital de Câncer de MT”<sup>55</sup>. Com essa construção de uma boa imagem dos grandes produtores, a questão estruturante não é abordada, isto é, o modelo econômico e sua perversidade, inclusive, todos os questionamentos são altamente abafados pela mídia e pelos grupos econômicos, tal como ocorreu com a pesquisa orientada pelo prof. Wanderlei Antonio Pignati sobre o envenenamento do leite materno por agrotóxicos: “há necessidade urgente de se ampliar estas avaliações e análises dessas contaminações do leite humano por agrotóxicos provindos do processo produtivo agropecuário, coordenado pelo agronegócio, para que possamos implantar medidas de saúde coletiva” (PALMA, 2011, p. 86). Pesquisas que revelam a perversidade do modelo produtivo econômico de Mato Grosso são por vezes divulgadas pela mídia como inverdade ou como resultado de uma postura ideológica dos pesquisadores<sup>56</sup>. Além disso, há o combate aos movimentos de resistências sociais:

Cuiabá, pelo fato de ser a capital e ser a referência para outras cidades como Sorriso, Primavera e Sinop, Cuiabá como é a capital eles tentam colocar uma lógica e cria todo o modelo voltado para a parte visual e comercial para mascarar a realidade. E aí o que eles fazem? Não deixam criar, não deixam a sociedade resistir a esse modelo! (Diretor da CUT, informação verbal – 2018).

<sup>54</sup> Detalharemos o processo de resistências realizado pelo “Ocupa Cristo Rei Skate Parque” mais adiante.

<sup>55</sup> Ascom Aprosoja (2017). Disponível em: <http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/aprosoja-inicia-nova-campanha-para-equipar-hospital-de-cancer-de-mt> > Acesso em: agosto de 2018.

<sup>56</sup> Envenenados: agrotóxicos contaminam cidades, intoxicam pessoas e já chegam às mesas dos brasileiros: Fonte: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI341651-17773,00ENVENENADOS+AGROTOXICOS+CONTAMINAM+CIDADES+INTOXICAM+PESSOAS+E+JA+CHEGAM+AS.html> > Acesso: agosto de 2018.

A maneira pela qual o Estado, a classe política, sobretudo a bancada ruralista, e a classe empresarial exercem dominação social e combatem as resistências sociais, juntamente com a mídia, é justamente através da criminalização dos movimentos sociais:

E quando a gente vai para a resistência, aí sim, aí o pau pega, levam o MST a CUT, o quanto eles criminalizam a CUT ao MST, porque nós enfrentamos esse modelo, só que a capacidade de convencimento de diálogo, nós não temos esse espaço. Da resistência, do diálogo fácil com a população, com o povo, a gente fica criminalizado pela própria população que está sofrendo com tudo isso! (Diretor da CUT, informação verbal – 2018).

Cuiabá, por ser capital do estado, ter a economia voltada para os setores de comércio e serviços e ser lugar de concentração das decisões políticas é um local estratégico para mobilização social, diz o Diretor da CUT/MT. O MST, por exemplo, tem Cuiabá como um lugar estratégico, mesmo tendo como foco ações de organização e ocupação de fazendas e de trancamento de rodovias. Por isso, o MST organiza marchas do interior de Mato Grosso para a capital, principalmente para realizar protestos na sede do INCRA/MT, localizada no Centro Político Administrativo – CPA: “Aqui, quando há semana de defesa da terra, da reforma agrária, quando tem assim algumas ações programadas, Cuiabá é o lugar estratégico”. Segundo o entrevistado, a intenção é prejudicar a produção e chamar a atenção para as demandas reivindicadas pelo grupo social:

O foco em Cuiabá é na perspectiva de derrubar os poderes ou ir pra frente do governo, ou ir pra frente da Assembleia Legislativa, ou ir pra frente do INCRA, para ações políticas estratégicas, ou quando é convocado pela CUT, pelo MST, pelos movimentos gerais que aí, a gente sai em motina e vamos lá fazer ato de massa, fazer o ato de massa da classe trabalhadora (Diretor da CUT, informação verbal – 2018).

Para o Diretor da CUT, há uma aliança muito forte entre os grandes latifundiários, comerciantes e industriários que formam a mesma elite atrasada e reacionária, a exemplo da existência do fórum dos empresários, em que são discutidos o custo da greve e os meios para colocar a população contra os movimentos grevistas, a partir da alegação de que a greve força o aumento dos impostos. Além disso, o fato de Mato Grosso não ser um estado industrializado influencia o nível de consciência e de cultura política dos trabalhadores, contribuindo para a reprodução do modelo econômico agrário do estado, diz o entrevistado.



Quanto à organização dos diferentes grupos sociais na Conurbação, podemos identificar que não há uma unidade forte e coesa dos grupos/movimentos sociais de Cuiabá e Várzea Grande, visto que o diretor da CUT/MT afirma que, em Várzea Grande, é muito difícil fazer movimento social, ainda que em situações específicas tenham sido organizadas mobilizações em conjunto contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. Mas o entrevistado reconhece que há protestos, sobretudo em frente à prefeitura de Várzea Grande, quando se trata de movimentos organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso – SINTEP. Entretanto, ele acredita que os trabalhadores de Várzea Grande ficam reféns dos movimentos sociais de Cuiabá, e questiona o fato de não existir um movimento originário e orgânico em Várzea Grande, mesmo sabendo que ela é a segunda maior cidade de Mato Grosso e enfrenta problemas de urbanização e infraestrutura. Na análise do entrevistado, porém, Cuiabá também cumpre de forma muito precária o exercício político de movimento social. Para um dos representantes do movimento Ocupa Cristo Rei Skate Parque em Várzea Grande, o fato de a cidade concentrar a classe trabalhadora em sua maioria contribui para que as ações sociais desse movimento sejam mais firmes e de enfrentamento com maior radicalidade:

Nós aqui em VG, temos uma postura mais agressiva. Creio que também pela escola que é Várzea Grande, 100% proletária mesmo. Acho que nós temos uma visão mais firme quanto virar uma bandeira politiquêira, sabe? A gente consegue ver uma grande conformidade e as injustiças do sistema, por exemplo, e, pode ter uma votação aqui agora, para reduzir o seu salário de novo e para você voltar ser escravo [ele refere-se à reforma trabalhista em curso]. **Nós aqui em Várzea Grande somos uma bandeira libertária enquanto um posicionamento proletário, de voz e de poder das discussões na rua.** Por exemplo, quando teve a votação das privatizações, a galera de Cuiabá, uma parte dos sindicatos, da saúde, se absteve. E nós não, já fizemos o enfrentamento totalmente diferente, **já fizemos na Câmara dos Vereadores, o que eles chamam de vandalismo a gente chama de resistência**, sim, sabe, não temos medo de reunir esse rótulo. E eu vejo mais ou menos por isso, não vou dizer que não tem camarada por lá que luta, mas aqui em Várzea Grande a gente tem um posicionamento direto mesmo (Representante do Ocupa Cristo Rei Skate Parque, informação verbal – 2018) [grifos nosso].

O Diretor da CUT/MT problematiza a questão da criminalização dos movimentos sociais, bem como o contexto político e econômico que, de forma geral, busca a manutenção do modelo de crescimento econômico adotado no estado. A articulação entre a classe política, os produtores da agropecuária, os empresários, a mídia, o judiciário e todas as facetas do poder Estatal culminou no Golpe, que alguns denominam de Impeachment da ex-presidente

Dilma Rousseff. Para o entrevistado, os setores econômicos do estado são muito bem articulados e representados pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), [e] a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (FECOMÉRCIO-MT) e por meio de atuações no Parlamento Estadual, na gestão pública do estado e dos municípios, a fim de manter a lógica econômica de Mato Grosso. Além disso, a elite mato-grossense – empresarial e política – impede qualquer candidatura popular que vier a questionar o modelo econômico do estado:

Nós elegemos aqui, aquele governo popular nacional, mas não conseguimos eleger até hoje um governo popular, então eles se unem para destruir, usando o povo trabalhador. Porque nesse modelo de governo, a manipulação sobre os trabalhadores é muito forte e, agora com essa reforma trabalhista, a consciência de classe, vai ser muito difícil construir uma consciência de classe. Jogaram uma bomba aqui na CUT, contradição pode ter, eu posso não concordar com a CUT, mas se tem que entender que é da classe trabalhadora. Destruir a CUT é destruir a classe trabalhadora. Então, as candidaturas populares são difíceis. Aqui no parlamento municipal você não tem um vereador que represente a classe trabalhadora, de fato, que vem dos movimentos populares sociais, não tem. No estado você tem lá uns dois, não é porque eles são do PT, mas que nós temos dois que é do Partido dos Trabalhadores, que é do PC do B, do PT, do PSOL, nós só temos dois hoje, são as únicas vozes que temos dentro do parlamento (Diretor da CUT, informação verbal – 2018).

Nesse sentido, o entrevistado alega que praticamente não há possibilidades de os movimentos sociais terem aliados estratégicos com os políticos partidários, considerando que a maior parte deles se alinha à bancada ruralista. O diretor da CUT/MT cita os políticos que votaram a favor de pautas de austeridade fiscal, tal como Zeca Viana, aliado ao agronegócio. Frente a esse contexto de dominação política e econômica e de ameaças de retrocessos sociais – política de austeridades fiscais, redução dos investimentos sociais, reforma trabalhista, dentre outros –, a CUT procurou somar forças à Frente Brasil Popular, criada no cenário de crise política que resultou no Golpe de Estado de 2016. A Frente Brasil Popular em Mato Grosso agrega 29 entidades (quadro 6), possibilitando agregar segmentos sociais para troca de ideias, construção de pautas coletivas e mobilizações sociais, bem como para criação de espaços de diálogo e resistência com a sociedade. O entrevistado indaga: como unir a classe trabalhadora em resistência a esse modelo de crescimento econômico de Mato Grosso? Para

ele, é preciso pensar em mudanças para além das eleições – situação que os partidos considerados de esquerda, de modo geral, permanecem tendo como foco.

**Quadro 6. Entidades que fazem parte da Frente Brasil Popular de Mato Grosso**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>
1. Associação dos Amigos do Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes	AAMOBEP
2. Associação Matogrossense dos Estudantes Secundaristas	AME
3. Central dos Trabalhadores do Brasil	CTB
4. Central Única dos Trabalhadores	CUT
5. Consulta Popular	CP
6. Diálogo e Ação Petista	DAP
7. Favela Ativa	-
8. Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento	FORMAD
9. Grupo Livre-Mente Conscientização e Direitos Humanos	-
10. Juventude do PT	-
11. Juventude Revolução	JR
12. Levante Popular da Juventude	LEVANTE
13. Mandato do Deputado Federal Sâguas Moraes	-
14. Marcha Mundial das Mulheres	MMM
15. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MST
16. Partido Comunista do Brasil	PCdoB
17. Partido dos Trabalhadores	PT
18. Rede de Educação Cidadã	RECID
19. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Mato Grosso.	SEEB
20. Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso.	SINDSEP
21. Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso.	SINTEP
22. Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Mato Grosso.	SINTRAE-MT
23. Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação.	SINTUF
24. União Brasileira de Estudantes Secundaristas	UBES
25. União Brasileira de Mulheres	UBM/MT
26. União da Juventude Socialista	UJS
27. União de Negros pela Igualdade	UNEGRO-Pantanal
28. União Estadual dos Estudantes	UEE
29. União Nacional dos Estudantes	UNE

Fonte: <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=417466&noticia=frente-popular-com-29-entidades-faz-protesto-em-cuiaba-para-defender-dilma-e-lula> Acesso: Jan. 2019. Org: SILVA, R.B, 2019.

Sobre o contexto atual do Brasil, o Diretor da CUT/MT observa o desmonte dos direitos sociais adquiridos, a diminuição da renda do trabalhador, o avanço dos novos tipos de

contratação de trabalho sem vínculos com a CLT, a flexibilização do trabalho, bem como o desmonte da organização sindical com o fim do imposto sindical. Todas essas questões contribuem para o enfraquecimento do trabalhador enquanto classe, dificultando a construção coletiva por meio das organizações sindicais.

Nós estamos nessa contradição aí, que agora o grande desafio que nós temos, agora de uma nova classe trabalhadora com uma visão diferente não está organizado, se você olhar a grande massa dos trabalhadores hoje, jovens, não estão filiados aos sindicatos organizados e, agora que não vai dar mesmo, que tem uma visão individualista e não coletivista para juntar unidade de força para o enfrentamento. Isso influencia na comunidade, nos espaços de convivência social coletivo de praças. Nós precisamos aí buscar a unificação dela essas forças populares, nós sabemos que não é fácil, e construir a perspectiva de um país para o futuro (Diretor da CUT, informação verbal – 2018).

De modo geral, o entrevistado problematiza a crescente falta de representatividade política diante do panorama de crises (econômica, política, social), o aprofundamento do individualismo na sociedade moderna e a dificuldade da construção de uma pauta coletiva. O Diretor da CUT/MT reconhece que o grande erro dos representantes sociais foi focar no trabalhador e seu espaço de trabalho ao invés de se direcionarem para a periferia, para os bairros e igrejas, onde a vida prática e social acontece e onde seria possível construir coletivamente outra realidade.

### **3.3 Slam do Capim Xeroso**

O Slam do Capim Xeroso é um movimento que promove encontros e batalhas de poesias faladas em lugares públicos, geralmente em ruas e praças da cidade. Originário dos Estados Unidos da América, o Slam nasceu em 1980 sob influência do rap. As poesias são recitadas em espaços públicos pelo próprio autor. O movimento despontou como um grito da periferia frente à poesia formal, acadêmica e elitizada. As poesias recitadas no Slam furtam-se à formalidade e prezam a liberdade e temas da vida cotidiana, com viés político, de constatação do Estado e da dominação de classes, com temáticas variadas, tais como: discriminação, desigualdade de gênero, racismo, repressão, crítica ao capital, dentre outros.

Um dos idealizadores do Slam do Capim Xeroso, morador de Várzea Grande, é natural do Rio de Janeiro e decidiu realizar o Slam em Cuiabá após o contato que teve com o

“Slam Resistência” em São Paulo. Os encontros acontecem todo final de semana nos bairros da periferia da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande e no último sábado de cada mês na Praça da Mandioca, no centro histórico de Cuiabá (foto 30). A intenção é trazer cultura para os jovens da periferia, e leva-los a ocupar os espaços públicos do centro da cidade, promovendo o encontro da diversidade em unicidade enquanto ato. Para os idealizadores do movimento, o slam é “uma grande celebração coletiva, uma verdadeira zona autônoma da palavra, onde o sagrado direito à expressão é exercido e o tempo cronológico é suspenso e substituído por um tempo poético” (RDNEWS, 2017).

**Foto 30. Encontro no centro – Batalha de poesia - Slam do Capim Xeroso - 2017**



Fonte: Assessoria, PEDRO, Ivo. (2017): Disponível em: <http://www.revistacamalote.com.br/noticias/arte/2017/sarau-leva-arte-para-a-praca-da-mandioca-902>. Acesso: agosto de 2018.

O idealizador do Slam do Capim Xeroso explica que a ideia é que o poeta transmita a sua mensagem, não necessariamente como manifestação política, mas sim como arte, pois não se pretende fazer dele um movimento sociopolítico. O entrevistado diz que a maioria das pessoas que participam do Slam são da periferia e se reúnem no centro para trocar ideias em espaços públicos, mas reconhece que há burocracia para utilizar os centros culturais, tal como a Casa Cuiabana, que exige projetos, papelada, e a maioria das pessoas com a prática de fazer cultura periférica acaba por não ter acesso a esses lugares, por não ter uma estrutura e o conhecimento formal necessário; além disso, afirma o entrevistado, a cultura de rua por si só não tem retorno financeiro. Ele conta que a sua vida mudou por meio dos encontros de batalhas de poesia, visto que o único caminho que antes se apresentava para ele era o do

crime, mas a partir do contato com outras pessoas no Slam, outras possibilidades e percepção de mundo se abriram. A poesia, para ele, é um instrumento de transformação social, sobretudo dos jovens da periferia:

Vejo a batalha de poesia como uma arma que as pessoas não sabem ainda o poder que ela tem. As batalhas de poesia, eu creio que em si, as ideias que rolam entre os poetas, são de tipo assim, de abrir portas para outras pessoas e abrir novos caminhos. Eu olhava para o lado e um amigo vendia droga, olhava para o outro amigo roubava? Eu não tinha pessoas disposta a me ajudar. Então **eu acho que a batalha de poesia é libertadora**. Então a ideia é trazer as pessoas para uma vivência, na rua, e, uma vivência na rua para a galera poder ver que é uma libertação. A nossa ideia é produzir até, produzir cultura a partir de nós mesmos (Idealizador do “Slam do Capim Xeroso” informação verbal – 2018).

O idealizador do Slam relata que, em outros momentos, participou de mobilizações políticas da Central Única dos Trabalhadores, de grupos anarquistas e de debates acadêmicos nas universidades (embora não fosse matriculado como estudante regular), percebendo, por meio de seu envolvimento, que há uma separação entre a teoria e a vida prática das pessoas. Ele alega, ainda, que as poesias criticam a ordem instituída, por isso, não contam com financiamento de empresas nem do Estado, de forma que os próprios participantes se mobilizam através de rifas para promover os encontros em Cuiabá e custear as idas de poetas em eventos nacionais. Ele se lembra de ter conseguido um momento para recitar poesia em um evento promovido pelo Estado, mas, ao começar a apresentação, logo os organizadores o impediram de continuar, já que seus versos criticavam o Estado. Reproduzimos um trecho da poesia a seguir:

Parece que a carne não vale o dinheiro da Vale, que não satisfaz essa cota do ego dos imperialistas, capitalista, parece que o coração bate de fora do peito de quem determina quem morre primário na lista, capitalista, é pai de família contra pai de família, pelo pão de cada dia, trabalha pra ter mão cheia e morre de mão vazia (Idealizador do “Slam do Capim Xeroso” informação verbal – 2018).

As falas dos entrevistados da CUT e do Slam evidenciam a potencialidade de construção coletiva de reivindicações do espaço público e da cidade enquanto espaço social e possível da apropriação. Entretanto, há ainda um longo trajeto de unificação dos moradores e trabalhadores a fim de que construam uma agenda efetivamente anticapitalista, capaz de romper com as relações de dominação de classe e de lutar pela construção de uma

centralidade social efetiva. O movimento Ocupa Cristo Rei Skate Parque também ganha destaque nesse processo de fortalecimento da centralidade social.

### 3.4 Ocupa Cristo Rei Skate Parque

A construção da centralidade urbana é social e acontece de acordo com as práticas cotidianas que se estabelecem no lugar, seja ela referente a moradia ou a trabalho. A apropriação dos espaços públicos e do centro se mostra em sua radicalidade através do movimento “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”. Um dos participantes do movimento, natural de Jaciara, interior de Mato Grosso, e morador de Várzea Grande desde 2004, lembra que já existiam grupos de skatistas no bairro Parque do Lago e em praças do Cristo Rei e do Bairro Ipase quando ele chegou à cidade para estabelecer moradia fixa. Por isso, ele afirma que o movimento do ocupa seria como uma continuação desses encontros. O Ginásio Ferreirão passou a ser um espaço coletivo, que agregava a todos: a princípio, ali se reuniam os skatistas, mas posteriormente várias modalidades foram atraídas, tais como jiu jitsu, capoeira, basquete, balé clássico, francês, além de batalhas de rap, cinema e teatro. Por cerca de três anos (2014-2016), o Ginásio foi um lugar central de convivência, resistência social e luta pela centralidade urbana para diversos jovens da periferia de Várzea Grande. Muitos deles, sem perspectiva de vida, diante da marginalidade, drogas e violência, puderam ampliar a sua visão crítica sobre a realidade no Ocupa. Ainda assim, o entrevistado lembra: “a gente também perdeu alguns deles para a rua [assassinato], é foi um momento, um processo assim muito forte” (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018).

Há anos abandonado pelo poder público, o Ginásio Ferreirão passou a ser ocupado pela comunidade do Cristo Rei, sobretudo por jovens, mas eventualmente o lugar se tornou um centro de disputa entre comunidade e Estado:

Para a população de Várzea Grande, o **Ginásio Poliesportivo Alibel Ferreira da Silva (Ferreirão)**, no bairro Cristo Rei, transformou-se, ao longo dos anos, no “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”. Administrado por jovens da região, o local goza de inúmeros eventos esportivos e culturais. Mas hoje, tornou-se centro de uma disputa. É que a Prefeitura vai demolir a estrutura (OLHAR DIRETO, 2016).



A compreensão da precariedade da vida urbana, a ausência do Estado em promover equidade social e acesso pleno a direitos sociais, além da negação de espaços públicos de qualidade, bem como a experiência da vida social, contribuíram para que os jovens construíssem a gestão coletiva, a partir das suas práticas socioespaciais, em busca pela apropriação espacial, transformando o Ferreirão em uma centralidade social:

Os jovens que frequentam o local avaliam: “A importância do movimento vem para suprir a falta de ações sociais do estado, nas comunidades. Vivemos um completo abandono, que resulta apenas em mais desigualdade, mais violências, prisões e mortes de jovens das periferias. Pois o único benefício que chega a nós, por vias legais, são as contas e as opressões das polícias militar e civil. Então sem esperar por eles, exercemos a **autogestão**” (OLHAR DIRETO, 2016).<sup>57</sup>

A organização do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque” prezava a horizontalidade, a sociabilidade:

A organização sempre se deu muito simples, sempre horizontal, nada fala vertical. Nossa organização vem de muito diálogo, nossa juventude também tem essa necessidade de que todas as coisas, ela sente também a necessidade do protagonismo, e esse protagonismo também se faz muito ativo em nossa juventude. Mesmo que, socialmente muita gente não creia mais nisso. Talvez falta só a oportunidade do jovem de agir, pensar ativamente. Então a gente agia dessa forma (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018).

O entrevistado explica que a demolição do ginásio Ferreirão é, na realidade, uma tentativa de desarticular a organização coletiva do ocupa (Foto nº 31).

---

<sup>57</sup> OLHAR DIRETO (2016). Prefeitura de VG inicia demolição de ginásio esportivo utilizado por jovens; local receberá UPA. Disponível em: < <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=414514&noticia=prefeitura-de-vg-inicia-demolicao-de-ginasio-esportivo-utilizado-por-jovens-local-recebera-upa> >. Acesso: agosto de 2018.

**Foto 31.** Ocupa Cristo Rei Skate Parque – Ginásio Ferreirão - 2016



Fonte: OLHAR DIRETO (2016). Org. SILVA, R.B, 2018.

Por diversas vezes, eles foram retirados do lugar, inclusive sob ameaças e repressões. Para o entrevistado, há cada vez mais a supressão de espaços públicos e de uso coletivo, pois esse é o desejo do Estado burguês. A promessa da família Campos de construir uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no local seria apenas uma forma de ganhar a opinião pública e, ao mesmo tempo, retirar dos jovens a oportunidade de ocupar o Ferreirão para uso coletivo.

Era uma tentativa de nos desarticular! Mas nós reorganizamos e continuamos tocando o acampamento, na forma de ocupação, na prática, nossa organização ganhava mais força cada vez mais que eles vinham! **E a união do bairro esteve presente, foi a união do bairro que ajudou.** Cada vez que eles foram lá e queimaram duas geladeiras, foi lá e apareceu 5 geladeiras para a gente [...] (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018).

De acordo com o entrevistado, a repressão ao grupo e à comunidade do Cristo Rei manifestou-se de forma radical ao queimarem a biblioteca que foi construída com doações de

vários moradores. Na última vez, o próprio Jayme Verissimo de Campos e seus capangas teriam ido ao local em forma de repressão, “foi o único contato, não houve diálogo” (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018). O entrevistado analisa que isso revela o modelo coronelista que perpetua na cidade:

Aqui em Várzea Grande, o modelo coronelista, em que tu tens que ficar calado, de opressões, só que ao mesmo tempo nossa juventude não tem essa visão, sabe, do medo. É que o medo é natural do ser humano, só que o que nós fazemos em prol da comunidade (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018).

Após a demolição do Ginásio Ferreirão, os jovens que organizavam o Ocupa não tem mais um lugar fixo para realização das atividades culturais, ficando, assim, expostos a tudo, inclusive à repressão policial: “a falta do espaço público é muito pesada, você fica exposto a chuva, ao sol, você fica exposto, por exemplo, você leva um esquadro da polícia, você é tratado como marginal” (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018). Ainda assim, os jovens do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque” continuam realizando encontros, mesmo sem o espaço físico do Ferreirão, sempre com diálogo, troca de ideias e formação política. O integrante do grupo descreve a orientação social do grupo:

Acredito numa liberdade do povo pelo povo, nada além disso. Agora quanto ao movimento, nós nos orientamos por uma ideologia Antifascista. O antifascismo vem contra essas formas de poder que oprimem, é, de diversas formas, seja da mulher ao negro ao jovem, preto ou branco, do trabalhador, no uso dos espaços, da forma autoritária do governo, que nós vivemos desde lá do passado, que a gente viveu quando os fascistas surgiram, e hoje, aqui também. Como a gente acredita que a roupa, seja farda ou terno, eles trocam. O nosso movimento se orienta a partir disso. **Onde não houver real liberdade, através da participação popular, não tá bom, e nessa resistência que a gente faz, no fim que a vai aparecer focos novos.** Porque de início a gente foca nas ações direitas, nós não direcionamos a partilha partidária, nós temos sim nossas disciplinas, nós temos nossos ideais, e eles são muito claros. É uma forma que você resgata a resistência natural da pessoa. Por exemplo, você pode perguntar para qualquer pessoa se alguma vez no mundo ela já parou para pensar como seria esse mundo sem o capital, sem o dinheiro, sabe, as coisas vão no pensamento livre e **as pessoas buscam a liberdade pelo pensamento.** E nosso movimento resume num movimento libertário, que engloba tudo isso (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018).

A partir da fala do entrevistado, podemos constatar que há, nos encontros de mobilização dos jovens do Cristo Rei, busca constante pela organização política a partir da própria comunidade, no sentido de exercício do espaço político – troca de ideias, sociabilidade e encontro. A lógica de uso do espaço manifesta o movimento da centralidade social, pois revela a disputa pelo uso social. Dada a precariedade da vida urbana em Várzea Grande, contraditoriamente, a vivência da centralidade no Cristo Rei, sobretudo no Ocupa Cristo Rei Skate Parque, revela a luta pela conquista de condições objetivas, ou seja, materiais, no tocante à infraestrutura básica.

Os jovens do Ocupa Cristo Rei Skate Parque mobilizaram a comunidade em diversas situações. O entrevistado narra um dos eventos em que os moradores se reuniram para impedir o serviço público de “tampa buraco”. Houve a organização de protesto pela própria comunidade, cada um ajudava de uma forma, participando da cota de dinheiros, na panfletagem, no contato para conseguir carro de som para o ato, dentre outros. Assim, os jovens do ocupa mobilizaram a comunidade: “[...] lançamos a primeira reunião onde saiu tudo, saiu panfletário, data da manifestação, abaixo assinado, saiu tudo! Sem complicação se em burocracia, fechamos com o povo a rua. Fechamos a entrada do bairro, todo mundo que entrava estava com a gente (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018). Houve duas tentativas de realizar o serviço de “tampa buraco”, mas por duas vezes a comunidade se mobilizou, trancando a rua e parando as máquinas. Com isso, ganharam visibilidade das mídias locais<sup>58</sup>, e a comunidade conseguiu o recapeamento das ruas do bairro, serviço mais completo do que um simples “tampa buraco”.

Mesmo com a conquista do recapeamento das ruas, o grupo do Ocupa continuou a promover diálogos com a comunidade, principalmente para debater, questionar e criticar a gestão do município. Esse aspecto de diálogo e organização coletiva passou a representar uma ameaça ao poder público municipal, por isso, o grupo do Ocupa passou a ser o alvo de perseguição e ameaças pelo poder público, a fim de desmobilizar a comunidade do Cristo Rei. Por diversas vezes, o Ferreirão foi desocupado pelo poder público municipal e reocupado

---

<sup>58</sup> GAZETA DIGITAL (2015). **Moradores coletam assinaturas para 'derrubar' prefeito de VG e 21 vereadores. Disponível em:** <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/10/og/1/materia/440837/t/moradores-coletam-assinaturas-para-derrubar-prefeito-de-vg-e-21-veredores> Acesso: agosto de 2018.

pelos jovens, que sempre contaram com o apoio da comunidade e conseguiram resistir. Depois de várias tentativas, o poder público municipal conseguiu demolir o Ferreirão para dar lugar às obras da construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Após a demolição do Ferreirão, os jovens do Ocupa Cristo Rei Skate ocuparam a única biblioteca pública do bairro, local que também estava abandonado há alguns anos pelo poder público. Com a ocupação, a biblioteca foi revitalizada e reaberta à comunidade com o nome "Biblioteca do Povo Capão do Negro" (foto nº 32), remetendo à origem do bairro e à resistência dos moradores remanescentes quilombolas<sup>59</sup>. Mas o poder público municipal voltou a agir e a desarticular novamente o movimento, desocupando o lugar e retirando dali os livros<sup>60</sup>.

**Foto 32. Ocupação da Biblioteca municipal pelo grupo Ocupa Cristo Rei Skate Parque (2017)**



Fonte: MÍDIA NEWS (2017). Org. SILVA, R.B, 2018.

Após a desocupação da Biblioteca do Povo Capão do Negro e, conseqüentemente, do grupo Ocupa Cristo Rei Skate, o lugar ficou fechado para reforma (foto nº 33), e, com isso, os jovens do movimento ficaram novamente sem um lugar fixo para promover seus encontros.

<sup>59</sup> Tal como explicamos quando analisamos a construção do Aeroporto em Várzea Grande.

<sup>60</sup>MÍDIA NEWS (2017). Prefeitura de VG retira livros de biblioteca de movimento social. Disponível em: <<http://midianews.com.br/cotidiano/prefeitura-de-vg-retira-livros-de-biblioteca-de-movimento-social/304980>> Acesso: agosto de 2018.



**Foto 33. Reforma da Biblioteca municipal após a desocupação**



Foto: SILVA, R.B, janeiro de 2018.

Em maio de 2018, a biblioteca foi reinaugurada<sup>61</sup> pelo poder público municipal, na gestão da prefeita Lucimar Campo, esposa do ex-prefeito Jayme Campos (foto nº 34).

**Foto 34. Reinauguração da Biblioteca profa. Laurentino Coelho Pereira - 2018**



Fonte: site: PORTAL MATO GROSSO.

---

<sup>61</sup> PORTAL MATO GROSSO (2018). Prefeitura reinaugura biblioteca municipal do bairro Cristo Rei. Fonte: <http://www.portalmatogrosso.com.br/municipios/varzea-grande/prefeitura-reinaugura-biblioteca-municipal-do-bairro-cristo-rei/40314>

O entrevistado relata que os presidentes de bairros têm sido cooptados pelo poder público municipal, inclusive tornando a comunidade favorável às parcerias público-privada referentes aos empreendimentos que têm se instalado no bairro, a exemplo do Assaí, que deveria melhorar a infraestrutura da creche do bairro, mas metade da creche ainda continua derrubada (foto n.º 35).

**Foto 35. Creche, localizada atrás da biblioteca profa. Laurentino Coelho Pereira, fechada para reforma – 2018**



Foto: SILVA, R, B, janeiro de 2018.

As manifestações de resistências sociais identificadas na Conurbação por meio das práticas do movimento Ocupa Cristo Rei Skate Parque, do Slam do Capim Xerose e dos moradores entrevistados colocam-se como positividade frente à precariedade social existente no lugar. Embora não haja questionamentos claros e amplos do crescimento econômico de Mato Grosso e da produção de centros e centralidades por parte da sociedade, e embora se verifique a precarização das práticas sociais, identificamos a inquietude social em meio à vida concreta e movente. A vida real e concreta revela, assim, o contraditório, a precarização da vida frente ao crescimento econômico da agropecuária:

As elites hoje usam muito esse discurso do Estado Mínimo, e a gente sabe muito bem que, esse discurso de Estado Mínimo é pra eles e não pra nós, no sentido de eles sonégam, e em nós o chicote estala. E nós não temos o direito de usar o bem público (participante do “Ocupa Cristo Rei Skate Parque”, informação verbal – 2018).



A prática da centralidade social vivida na Conurbação revela a totalidade social marcada pelo desenvolvimento desigual, revelando que o sistema capitalista se sustenta pela constante espoliação, sobretudo das camadas populares, tornando a prática social cindida, com novos conteúdos da centralidade social cada vez mais dando lugar a uma centralidade econômica, sucumbindo e contrapondo-se aos usos sociais e à apropriação plena da centralidade social. O mundo social que identificamos na Conurbação está sendo selvagemmente reestruturado, e cabe à apropriação social da centralidade criar estratégias espaciais capazes de questionar a reprodução da vida.

Em sentido amplo, as lutas existentes na Conurbação apontam para resistência e luta contra a despossessão dos direitos precariamente conquistados ou quase inexistentes, tais como o direito à terra, à moradia, ao saneamento e às infraestruturas urbanas básicas, à saúde, ao lazer, à cidade e à urbanidade. O papel do Estado na acumulação por despossessão também ganha relevo na Conurbação, ao constatarmos a prioridade de destinação de recursos financeiros à produção, sobretudo às elites econômicas que, por sua vez, representam as elites políticas de Mato Grosso, enquanto o desenvolvimento social e a promoção da centralidade social são desprezados.

Em entrevista com outros moradores da Conurbação, constatamos inclusive a noção da riqueza produzida em Mato Grosso e da reprodução das desigualdades sociais, noção de produção coletiva e social da cidade. A entrevistada Aline, por exemplo, afirmou: “Eles só querem lucro para eles, para eles é bom, mas se cada um deles pudesse compartilhar para não deixar ficar do jeito que está. Para você ver, o Hospital Santa Helena e Hospital Geral parou de funcionar” (Aline, informação verbal – 2018). A crítica da entrevistada revela a noção de concentração de renda para uma minoria – “para eles é bom” – e a necessidade de pensar e praticar a socialização dos bens produzidos socialmente, através do compartilhamento dos recursos com a sociedade. O exemplo que ela cita é o serviço de saúde público precário, num momento (janeiro de 2018) em que os servidores da saúde estavam em greve e reivindicavam melhores condições de trabalho e pagamento de salários.

Assim como Aline, Gustavo expõe a sua análise a partir da sua prática enquanto morador e trabalhador urbano: “Eu vejo que tem riqueza, acho que a riqueza que tem aqui vai tudo para fora, acho que deixa a desejar, essa riqueza é concentrada”. Além dele, Carolina diz que falta melhorar muita coisa, as ruas, a segurança, dentre outros. Para ela, não adianta o Estado ser rico, se há corrupção e desatenção ao povo. Nas suas palavras: “roubam todo o

dinheiro que é de fazer as coisas para a cidade. Não só para os pobres, para a cidade. Eles (os pobres) também precisam usufruir das coisas boas da cidade” (Carolina, informação verbal – 2018). Essa noção é compartilhada por Adalberto, que alega: “aqui é um celeiro, tem muita grana que vai, mas não volta”, referindo-se à riqueza que não volta em melhorias para a cidade. Para ele, a cidade está abandonada, mas muita gente ainda continua a viver nela e diz que as poucas opções para passeio estão em Cuiabá.

As análises realizadas pelos entrevistados a respeito da riqueza produzida socialmente em Mato Grosso e a sua apropriação privada pelos grupos econômicos guarda, no nosso entendimento, uma potência de contestação e ampliação das lutas urbanas. Entretanto, conforme a literatura, a construção e formulação da luta anticapitalista devem oferecer respostas a três questões: 1) Enfrentamento do acúmulo e riqueza mundial para superação da pobreza – tal como dizia Marx, o “reino da liberdade só acontece quando supera o reino das necessidades”; 2) Degradação ambiental (material, espiritual e moral), necessidade de mudança no estilo de vida; 3) Abolição da lei capitalista do valor - abolição da classe dominante (HARVEY, 2014). Em comum com o conteúdo da luta de classe está o descontentamento social com o ciclo da mercadoria; o entendimento de que a urbanização é produzida socialmente, no processo de produção-circulação e consumo; de que as lutas não se restringem ao mundo do trabalho, mas ocorrem em torno das condições de vida urbana cotidiana; de que há uma conformação subjetiva e de consciência política dos grupos marginalizados; os espaços comunitários fundamentais para formação de laços de solidariedade e de desenvolvimento político e social em grandes dimensões; o direito à cidade como direito coletivo, de todos os que buscam a reprodução da vida cotidiana.

As lições das revoltas sociais em “El Alto”, Bolívia, são de que é possível criar uma cidade politizada a partir da urbanização neoliberal, é possível reivindicá-la para luta anticapitalista através da: 1) percepção da cidade como “um centro de radicalismo e autoctonia”; 2) Politização das relações urbanas e rurais; 3) coalizão, união de forças de tradição política radical com estímulos aos sujeitos-cidadãos. O direito coletivo à cidade implica na utilização social do espaço, apropriação pelo corpo, transformando o espaço público em comuns políticos, “um lugar para **debates e discussões abertas** sobre o que esse poder está fazendo e qual seria a melhor maneira de se opor a ele” (HARVEY, 2014, p. 281).

## CAPÍTULO 4

### 4. A PRODUÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE

Abordaremos, neste capítulo, o estágio atual da produção de uma nova centralidade social na Conurbação a partir da instalação do Primeiro Parque Tecnológico de Mato Grosso.

#### 4.1 Agronegócio e as funcionalidades urbanas

Originalmente conceituado nos Estados Unidos por Davis & Goldberg (1957), o *agribusiness* foi definido como a junção de todas as facetas das operações produtivas: “produção, processamento, distribuição de insumos agropecuários, armazenamento, e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados” (SILVA, 1996, p. 65). Posteriormente, estudos da Escola de Harvard privilegiaram a análise “de dentro para fora da fazenda”, ampliando ainda mais a análise do conceito. Desde então, o termo *agribusiness* passou a ser desde utilizado nos países industriais e economicamente mais desenvolvidos da Europa Ocidental. No Brasil, os primeiros a analisarem esse termo foram Silva (1996) e Müller (1989), autores que partem do princípio de que o conceito utilizado nos Estados Unidos não se aplicaria de forma plena no nosso país, considerando o desenvolvimento agrário e industrial que em nada se assemelhava aos contextos norte-americanos da época. Entretanto, Silva (1996) e Müller (1989) reconhecem que a formulação do Complexo Agroindustrial – CAI é definido quase como sinônimo de *agribusiness*, embora o CAI guarde a especificidade do processo de transformação do Complexo Rural em formação do Complexo Agroindustrial, marcado pelo caráter de modernização conservadora da agricultura brasileira, isto é, pela permanência de uma agricultura considerada atrasada com relação aos avanços tecnológicos, bem como pelo processo excludente de expropriação e crescente proletarização, tal como afirma Silva (1996).

Com efeito, a análise de Silva (1996) evidencia a passagem da agricultura brasileira do “Complexo Rural” para uma dinâmica comandada pelos Complexos Agroindustriais – CAI’s. Os fundamentos de sua análise são o aprofundamento da divisão social do trabalho, a união da agricultura e da indústria e a destruição da economia natural (relação homem-natureza mais

estreita) pela reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola, ou seja, a industrialização da agricultura subordinada ao capital:

O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo apresenta na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias (SILVA, 1996, p. 3).

O complexo rural, assentado em bases artesanais, era marcado pela incipiente divisão do trabalho. Os meios de produção, que eram internalizados nas fazendas (insumos, máquinas e equipamentos), aos poucos foram se diluindo (1850/1945). A crise do complexo rural, comandada principalmente pela proibição do tráfico negreiro e pela criação da Lei de Terras, ambos em 1850, contribuíram para o surgimento do novo complexo cafeeiro, ao ponto em que, em 1939, a produção industrial já havia ultrapassado a agrícola. Entretanto, com a crise de 1929, houve queda na exportação do café e, com isso, gradualmente novos produtos agrícolas passaram a ganhar relevância no mercado internacional, tal como o algodão. Processualmente, esses acontecimentos orientam, a partir de 1950, a internacionalização industrial e a formação de um mercado interno, colocando a indústria e a vida urbana no centro deste contexto, contribuindo paulatinamente para a formação dos Complexos Agroindustriais, ao mesmo tempo em que se delegavam novas funções às cidades:

Mais importante que isso foi a demanda urbana que o complexo cafeeiro engendrou. As necessidades comerciais e financeiras para a comercialização e expansão das atividades agrícolas, a necessidade crescente de novos meios de transporte [...] bem como a necessidade de novas máquinas e equipamentos (de beneficiamento, por exemplo) e de outros insumos, fizeram com que o complexo cafeeiro engendrasse fora da fazenda de café atividades complementares como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis, atividades que foram, em grande medida, financiadas pelos excedentes acumulados pelos próprios fazendeiros de café (SILVA, 1996, p. 8-9).

As ações de Vargas para o fortalecimento da indústria moderna de fertilizantes e máquinas agrícolas contribuíram para a formação dos CAI's. Porém, somente com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek houve o fortalecimento do mercado interno nessas áreas, sobretudo pela criação de indústria de bens de capital e uso insumos para a agricultura com

mais intensidade, norteadas pelas ações do Estado. A industrialização da agricultura pode ser constatada, conforme Silva (1996), a partir de 1960, em que se situa maior integração dos circuitos produtivos – indústria de insumo, processamento de matéria-prima e infraestrutura (integração vertical) e aumento da produtividade, aliados à expansão da fronteira agrícola com forte uso de fertilizantes, herbicidas, fungicidas, vacinas, dentre outros. Nesse processo, ocorre a constituição ou o fortalecimento dos CAI's:

A constituição dos CAI's pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura (SILVA, 1996, p. 31).

Assim como Silva (1996), Müller enfatiza a reestruturação produtiva da agricultura, do caráter artesanal-manufatureiro para a produção agrícola cada vez mais integrada à indústria. Esse processo de transformação define o Complexo Agroindustrial:

Em síntese, CAI é uma unidade de análise do processo socioeconômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção, de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes, e os grupos sociais (MÜLLER, 1989, p. 46).

É importante destacar que, com o processo de industrialização da agricultura e formação dos Complexos Agroindustriais, estreitam-se também os elos dos fluxos econômicos entre essas atividades, ocorrendo a subordinação da agricultura à dinâmica industrial e, por consequência, a crescente dependência do mercado financeiro, marcado pelo surgimento de conglomerados empresariais (fusões), organização de *holdings*, cartéis e trustes, que se cruzam aos bancos e outras instituições financeiras, acentuando as especulações financeiras. Nesse processo, o Estado perde a regulação setorial e passa para uma nova forma de regulação (geral), tal como fixação de preços, controle da taxa de câmbio, subsídio com crédito rural e outros mecanismos financeiros, coadunando uma política monetária expansionista e coordenando uma política de modernização conservadora (SILVA, 1996).

No processo de formação do CAI no Brasil, Müller (1989) também enfatiza o estreitamento das relações de interdependência entre o desenvolvimento das atividades agrárias e das atividades não-agrárias, afirmando que as atividades urbanas são fundamentais ao desenvolvimento dos CAI's, pois na cidade concentram-se a força de trabalho e a formação de capital industrial. As relações de interdependência se constituem porque o agronegócio é formado por um “conjunto de corporações multinacionais articuladas nos três setores da economia: *primário* (agropecuária e extração vegetal), *secundário* (indústria) e *terciário* (distribuição e comercialização)” (SPARTAKUS, 2012, p. 4), sendo que 70% das atividades do agronegócio se concentram na industrialização e distribuição de mercadorias, e apenas 30% na agropecuária, o que mostra a potência do agronegócio em outros setores econômicos, bem como nas transações comerciais de *commodities*, negociadas por meio de cotações financeiras estabelecidas internacionalmente. Nesse sentido, a formação dos Complexos Agroindustriais reúne interesses agrários industriais e financeiros. Ao longo do tempo, o CAI exige cada vez mais força de trabalho altamente treinada e qualificada, bem como atividades administrativas e de prestação de serviços que se localizam na cidade. Esse processo é acompanhado por altas taxas de urbanização e expansão dos empregos urbanos, tal como **nas indústrias de transformação, construção civil, com destaque para o comércio de mercadorias, serviços de alojamento, alimentação, serviços públicos e sociais** (BALTAR; DEDECCA & HENRQUE, 1992) apud (SILVA, 1996, p. 182) [grifos nosso]. Além disso, Silva (1996, p. 190) alerta para a necessidade de ampliar a noção de Complexo Agroindustrial, que inclui a produção de serviços tais como lazer, turismo, hospedagem, dentre outros.

Pela amplitude da sua cadeia produtiva, o agronegócio ou Complexo Agroindustrial CAI influencia a geração de renda, emprego e divisas para o desenvolvimento do interior do Brasil (de modo questionável). O enfoque no agronegócio revela as profundas transformações na agricultura para uma agropecuária integrada aos setores industriais e de serviços (NUNES, CONTINI, 2001). Nunes e Contini (2001) enfatizam que o *agribusiness* compreende um complexo econômico que vai além da agropecuária e da agroindústria, pois inclui também comércio, transporte, armazenagem e financiamento das atividades pertencentes ao complexo, fortalecendo as relações entre o campo e a cidade. As definições mais recentes de Complexo Agroindustrial brasileiro compreendem os processos produtivos da agropecuária antes e depois da porteira:



O Complexo Agroindustrial compreende atividades da agropecuária (**núcleo do CAI**), atividades produtoras de insumos e máquinas para a agropecuária (**antes da porteira**) e a **agroindústria** e os **serviços** relacionados com o segmento (**depois da porteira**), tais como **comércio** e transporte de produtos agroindustriais (NUNES, CONTINI, 2001, p. 33-34) [grifos nosso].

O fenômeno que pode ser constatado com a complexificação do CAI são as crescentes ramificações do segmento “Depois da Porteira”, ou seja, o fortalecimento da Agroindústria e dos Serviços<sup>62</sup>, considerando que “em 1996 o valor agregado da agroindústria e dos serviços relacionados ao CAI atingiu em 1996, 53,1% do valor produzido no CAI” (NUNES, CONTINI, 2001, p. 88). Nesse sentido, os produtos processados, aqueles transformados pelo setor industrial, são classificados em dois grupos para fins de análise:

a) atividades exclusivas do CAI: Celulose, papel e gráfica; Indústria do café; Beneficiamento de produtos vegetais; abate de animais; indústria de laticínios; Indústria do açúcar; fabricação de óleos vegetais fabricação de outros produtos alimentares. b) atividades pertencentes parcialmente ao CAI: Siderurgia e indústria da borracha; madeira e mobiliário; elementos químicos; indústria têxtil; vestuário; Fabricação de calçados (NUNES, CONTINI, 2001, p. 40-41).

O complexo Agroindustrial, a exemplo da produção vegetal (quadro 7), engloba os processos produtivos, os insumos e os meios de produção (antes da porteira), a produção em si (nas fazendas), a armazenagem, processamento e transformação pelas agroindústrias, bem como a distribuição e consumo (depois da porteira). Esse processo manifesta a amplitude da cadeia produtiva do agronegócio na realização do seu ciclo produção-circulação-troca, atingindo seu ápice no consumo de mercadorias, movimento que coloca a centralidade econômica da cidade enquanto como lugar estratégico fundamental para a reprodução das relações sociais de produção e do próprio modo capitalista de produção.

---

<sup>62</sup> Para mais detalhes consultar a tabela da produção do CAI em (NUNES, CONTINI, 2001, p. 89).

Quadro 7. Elementos do Complexo Agroindustrial – Produção Vegetal

Fornecedor de Insumos e Bens de Produção		Produção		Armazenagem, Processamento e Transformação		Distribuição e Consumo		
<b>Produção Vegetal</b>								
Sementes Mudas Calcário Fertilizantes Defensivos Vegetais Combustíveis Tratores Colheitadeiras Implementos Máquinas Solos	➔	Lavouras Permanentes  Lavouras Temporárias  Horticultura	➔	Alimentos Têxteis Vestuário Bebidas Álcool Fumo Óleos, Essências	➔	Restaurantes Hotéis Bares, padarias Freiras Supermercados Comércio atacadista Exportação	➔	<b>Consumidores</b>
<b>Serviços de Apoio</b>								
Agrônomos, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, bancários, marketing, vendas, transporte, armazenagem, portuários, assistência técnica, informações de mercados, bolsas de mercadorias, seguros, bancos financiadores e outros.								

Fonte: Adaptada de Araújo et. al (1990) org. (NUNES, CONTINI, 2001, p. 33)

Da produção ao consumo, o CAI depende das funcionalidades urbanas, considerando que, nas cidades, concentram-se os fornecedores de insumos produtivos, bem como agroindústrias responsáveis pelo processamento e transformação dos produtos agropecuários. Outro aspecto importante é a distribuição e o consumo dos produtos processados em diversos lugares, tais como restaurantes, hotéis, bares, supermercados, dentre outros, e, ainda, a distribuição para o mercado externo (a maior parte). A centralidade econômica da cidade é fundamental para o CAI, pois dinamiza os serviços urbanos, com fornecimento de serviços financeiros (Instituições bancárias), armazenagem da produção, venda de produtos agrícolas, assistência técnica, escritórios diversos, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, dentre outros. Essa configuração compõe a generalização da cadeia produtiva do agronegócio com as funcionalidades urbanas, coordenando de forma programada a prática social por meio das relações de trabalho, obedecendo às lógicas distantes dos grandes produtores do agronegócio, aumentando o grau de dependência dos empregos urbanos da produção agrária (tal como demonstramos no item “Centralidade de comércio e serviços na Conurbação e a precarização

do trabalhador”) e limitando o desenvolvimento social amplo. Tais relações contraditórias devem se acentuar na Conurbação com a instalação do Parque Tecnológico.

Os gastos do governo com a função agrícola compreendem: despesas com defesa sanitária vegetal e animal; ações públicas de pesquisa e extensão rural; projetos de apoio ao desenvolvimento rural e à reforma agrária; apoio à agricultura familiar; administração financeira (crédito rural e seguro agrícola) e abastecimento (política de formação de estoques reguladores e política de preços mínimos) (NUNES, CONTINI, 2001, p. 83). Os autores elaboraram o cálculo do PIB com fatores para além da agropecuária, concatenando, portanto, todas as atividades que compõem o Complexo Agroindustrial, ou seja, o agronegócio, o que revela alto grau de inter-relações entre a agroindústria e serviços; inclusive, eles quantificam os empregos e serviços para agropecuária, identificando a crescente quantidade de pessoas ocupadas nos três grandes grupos: dentro da porteira, antes da porteira e depois da Porteira.

#### **4.2 A Conurbação como estratégia espacial**

A Conurbação Cuiabá-Várzea Grande concentra o poder político e administrativo do estado e é o principal centro de prestação de serviços terciários e de produção industrial. Assim como diz Chilletto (2015, p. 18,19), portanto, a Conurbação “representa economicamente o suporte às atividades agroindustriais no estado. Essa estrutura urbana proporciona o apoio logístico e estratégico”. Isso constitui a especializações das funções urbanas e a complexidade dos equipamentos oferecidos à sociedade nas áreas de saúde, indústria de transformação, alojamento e alimentação, número de agências bancárias, operações financeiras, armazéns, dentre outros. Conforme a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, o Distrito Industrial de Cuiabá possui cerca de 251 empresas diversas, gerando cerca de 4.746 empregos diretos nos mais variados setores, tais como:

Armazenamento de cereais; Beneficiamento de borracha/indústria de artefatos de borracha; Beneficiamento de cereais, produtos alimentícios/produtos animais; Beneficiamento de madeira/fabricação de móveis, forro/depósito de madeira; Beneficiamento, distribuição e comércio de derivados de petróleo; Comércio varejista e atacadista; Construção civil/artefatos de concreto/produtos cerâmicos; Indústria e comércio, equipamentos rodoviários e serviços mecânicos em geral/vaporização; Indústria química e gases; Indústria, comércio de produtos metalúrgicos; Transporte de cargas/transporte coletivo; Indústria da confecção; Indústria de fertilizantes; Prestação de serviços (SEDEC, 2019).

Garbeline (2014) constatou o crescimento do Distrito Industrial de Cuiabá ao longo do tempo, e identificou os segmentos de indústria que se instalaram a partir de 2010, quais sejam: armazenamento de cereais; beneficiamento de cereais, produtos alimentícios, produtos animais; construção civil, artefato de concreto e produtos cerâmicos; comércio varejista e atacadista; beneficiamento distribuição e comércio de derivados de petróleo e indústria química e gases. Destacamos, ainda, algumas indústrias instaladas no Distrito, tais como: Cargill Alimentos Ltda. (CDMT); Bravo Serviços Logísticos Ltda; Grupal Agroindustrial; Luft Agribusiness - Cuiabá (Sementes); Rico Nutrição Animal Ltda; IF Distribuidora de Alimentos LTDA; Bimetal Indústria e Metalúrgica; Bio Óleo Indústria e Comércio de Biocombustível, dentre outros.

A complexidade da teia da produção do agronegócio se vincula às grandes empresas mundiais que controlam o mercado, tal como explica Muller (1989): “O comércio mundial de oleaginosas é dominado por pequeno número de grandes empresas como: Cargill Inc., Continental Grain Co., Cargill Industries, Louis Dreyfus Co. Elas geralmente abarcam todas as esferas produtivas”. No segmento de empresas de genética avícolas para carnes, temos a Peterson (EUA), que possui parcerias nacionais representadas pela Globo Aves que, no Distrito Industrial, atua como Globoaves Agro Avícola. Além disso, nesse ramo ainda destaca-se a Cobb (EUA) e Shaver, empresa canadense que tem a Avipal como parceira nacional, que, por sua vez, foi comprada pela Perdigão em 2008. Assim, tanto a Cobb quanto a Shaver contam com a parceria da Brfoods, que possui planta industrial em Várzea Grande<sup>63</sup>.

A Monsanto, que é uma das maiores companhias controladoras de sementes no mundo, possui filial na Avenida Historiador Rubens de Mendonça – CPA e inaugurou em 2007 o centro de distribuição de sementes em Cuiabá<sup>64</sup> para melhorar a logística de atendimento dos produtores mato-grossenses. Além da Monsanto, encontra-se localizada no Distrito Industrial de Cuiabá a Cargill Alimentos Ltda. e, na Rodovia dos Imigrantes, o Grupo Matsuda. Este último foca no agronegócio, nas facetas da produção e comercialização de sementes para pastagens, suplementos minerais, rações para peixes, equipamentos agrícolas e

---

<sup>63</sup> Esclarecemos que utilizamos os dados das empresas internacionais e nacionais no ramo da agropecuária a partir dos quadros e tabelas organizadas por Muller, (1989), em seguida pesquisamos quais dessas empresas possuem atuação na Conurbação.

<sup>64</sup> GAZETA DIGITAL. **Monsanto inaugura centro de distribuição de sementes em Cuiabá**. Fonte: <<http://www.gazetadigital.com.br/suplementos/terra-e-criacao/monsanto-inaugura-centro-de-distribuicao-de-sementes-em-cuiaba/136073>> Acesso: jan. 2019.

saúde animal. A Monsanto, Cargill e Matsuda se colocam como os maiores produtores e comerciantes da Conurbação nesse ramo.

As empresas que dominam o comércio de tratores e colheitadeiras também estão presentes na Conurbação, são elas: Valtra Valmet; John Deere; New Holland e Case IH. A Case IH, por exemplo, inaugurou em Cuiabá um Centro de Distribuição de mais de 11 mil peças de equipamentos agrícolas para atender a demanda em Mato Grosso. Além disso, outras empresas, como a VGrande e a Dimaq, localizadas em Várzea Grande e em Cuiabá, respectivamente, comercializam tratores e colheitadeiras destas e de outras marcas. Uma das principais empresas de equipamentos e implementos agrícolas no Brasil é a Agrale, no segmento tratores leves, cujos produtos são comercializados através da empresa Macro Peças, localizada na Avenida Mário Andreaza em Várzea Grande. No segmento arado, grade e subsolador temos, no cenário nacional, a Marchezan, que conta com a Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas em Cuiabá para venda de seus produtos.

No segmento de distribuição de calcário e adubos, localizam-se, na Conurbação, diversas empresas, tais como: Agro Amazônia Produtos Agropecuários, situada na Av. Tenente Coronel Duarte; Pecuagro Matsuda Sementes, na Av. Beira Rio; Sementes Lavroquímica, no Distrito Industrial; Araguaia Produtos Agropecuários, na Av. Miguel Sutil; Agropev Produtos Agropecuários, na Av. Couto Magalhaes, dentre outras. Nelas, é possível encontrar produtos das principais empresas agrícolas do Brasil, como, por exemplo, da Ipacol, Jumki, Sata, Piccin, Vicom, Baldan, Jam, Marchesan (MULLER, 1989, 195). Já no ramo de indústria veterinária, uma das líderes no País é a Tortuga, que possui uma filial na Avenida Beira Rio em Cuiabá. Na área de comercialização de agrot, por sua vez, encontramos diversas empresas na Conurbação, dentre elas: a Home Compost e a Damaforte Produtos Agropecuários, ambas localizadas na Av. Fernando Corrêa da Costa; a Agro Amazônia Produtos Agropecuários, na Av. Tenente Coronel Duarte; a Vetquímica Comercial Agrícola Ltda., localizada na Rod. Palmiro Paes de Barros; a Agrogenes, na Av. Beira Rio (marca Syngenta e Gianni). Nesses estabelecimentos, é possível encontrar produtos das empresas que mais faturam no Brasil no ramo de comercialização de agrotóxico, tais como Bayer, Novartis (antiga Ciba-Geigy e Sandoz), Dow Química, Shell, dentre outros.

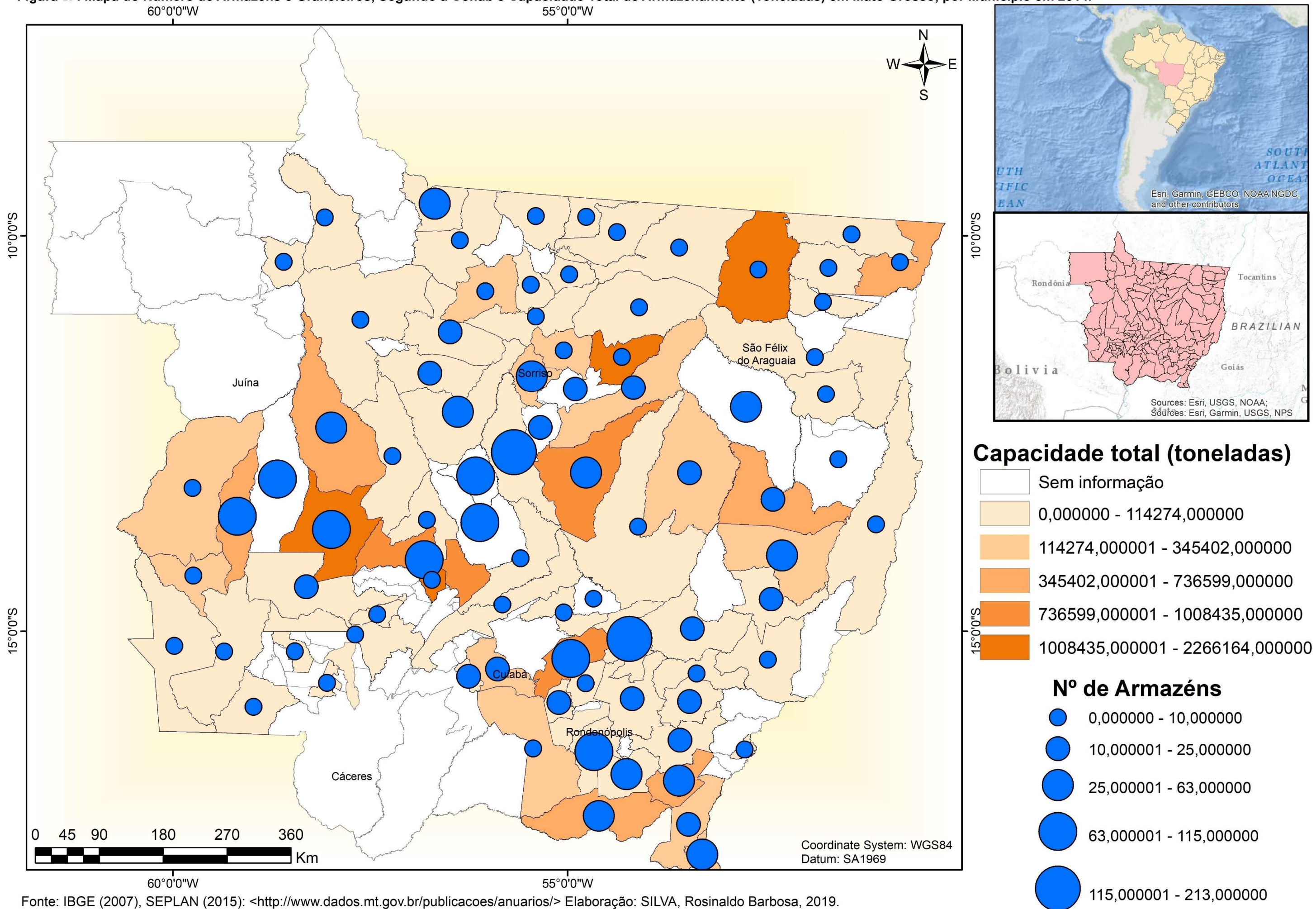
A importância da Conurbação para o negócio também contribuiu para que o Grupo Bom Futuro, uma das maiores empresas de Agronegócio do Brasil, mudasse a sua sede administrativa para Cuiabá em 2014. Localizada na Av. dos Florais, a empresa atua no

segmento agronegócio, subdividindo-se na Agrícola, Pecuária, Piscicultura, Sementes, Armazenagem e Transportes, tendo começado a atuar também no ramo imobiliário em 2013. Os quatro sócios do grupo são: Eraí Maggi Scheffer, Elusmar Maggi Scheffer, Fernando Maggi Scheffer e José Maria Bortoli. Essas configurações espaciais, sobretudo da área agroindustrial, de serviços e de comercialização dos produtos agropecuários, potencializam a centralidade econômica da Conurbação. Constata-se, na figura nº 18, que os maiores números de armazéns para estocagem da produção agrícola estão distribuídos nas cidades ao centro-norte do estado, tais como Campo Novo do Parecis (29 armazéns), Primavera do Leste (27 armazéns), Sorriso (20 armazéns), e ao sudeste do estado, a exemplo de Rondonópolis, com 32 armazéns. Já mencionamos, nesta tese, que a Conurbação não é produtora de grãos, mas ainda assim verifica-se a contribuição de Cuiabá (6 armazéns) e de Várzea Grande (8 armazéns) que, juntas, possuem capacidade de armazenamento de 395.282 toneladas da produção agrícola.

A indústria de transformação compreende diversas atividades que realizam transformações físicas, químicas ou biológicas de materiais a fim de criar novos produtos a partir da exploração da matéria-prima. As atividades industriais como a fabricação de produtos alimentícios, de bebidas, de produtos têxteis, de vestuário, acessórios, de móveis, de produtos químicos, de massas para concretos, de máquinas e equipamentos, bem como manutenção e reparação de máquinas concentram-se na Conurbação (figura nº 19). Constata-se que o número de indústrias de transformação em Cuiabá é de 596, e em Várzea Grande, 272, totalizando 868 indústrias. Além disso, a Conurbação centraliza as empresas de transporte, armazenagem e correio, sendo que Várzea Grande possui 182, e Cuiabá, 394, totalizando 576 empresas nesses ramos.



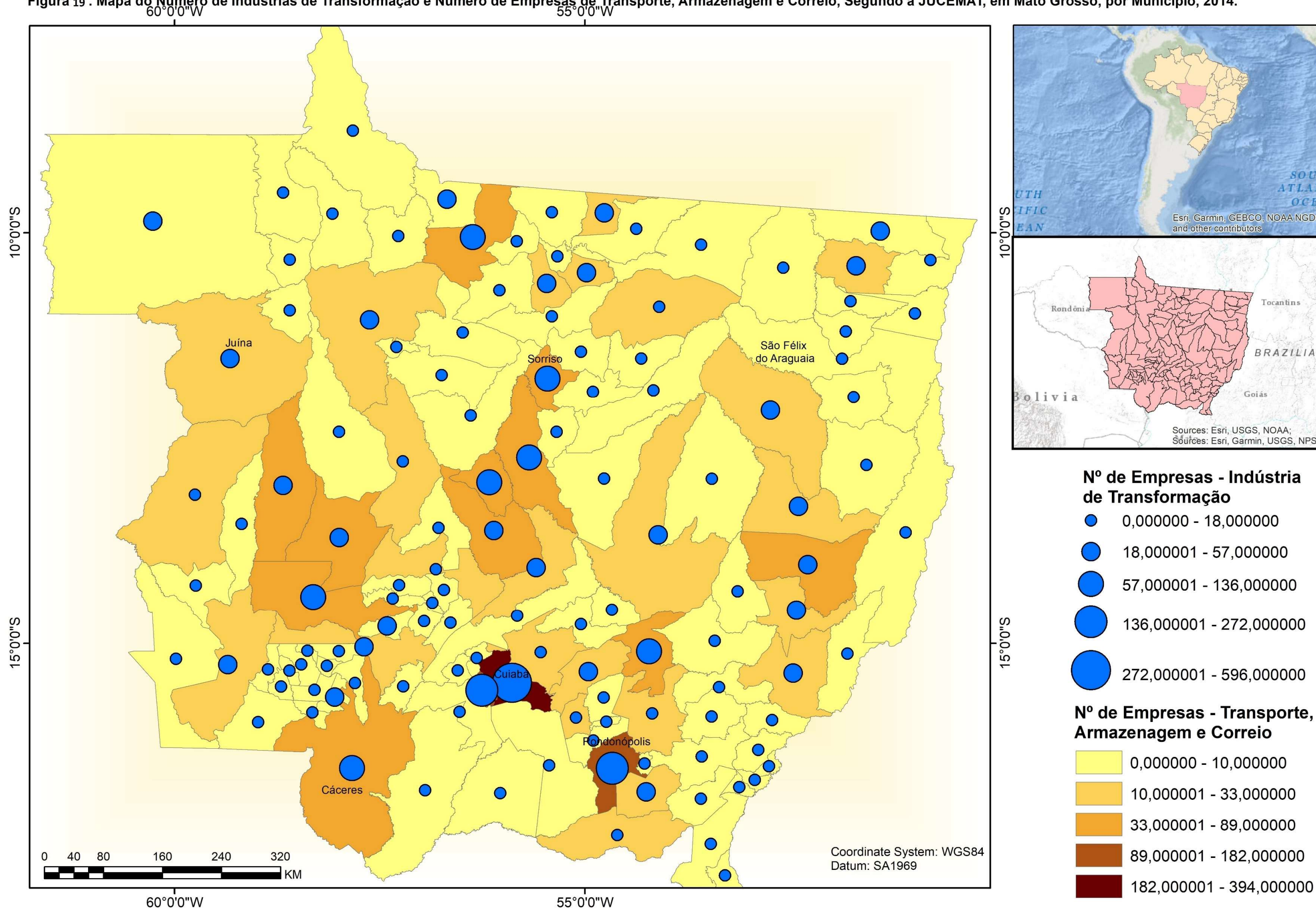
Figura 18 . Mapa do Número de Armazéns e Graneleiros, Segundo a Conab e Capacidade Total de Armazenamento (Toneladas) em Mato Grosso, por Município em 2014.



Fonte: IBGE (2007), SEPLAN (2015): <<http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/anuarios/>> Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.



Figura 19 . Mapa do Número de Indústrias de Transformação e Número de Empresas de Transporte, Armazenagem e Correio, Segundo a JUCEMAT, em Mato Grosso, por Município, 2014.

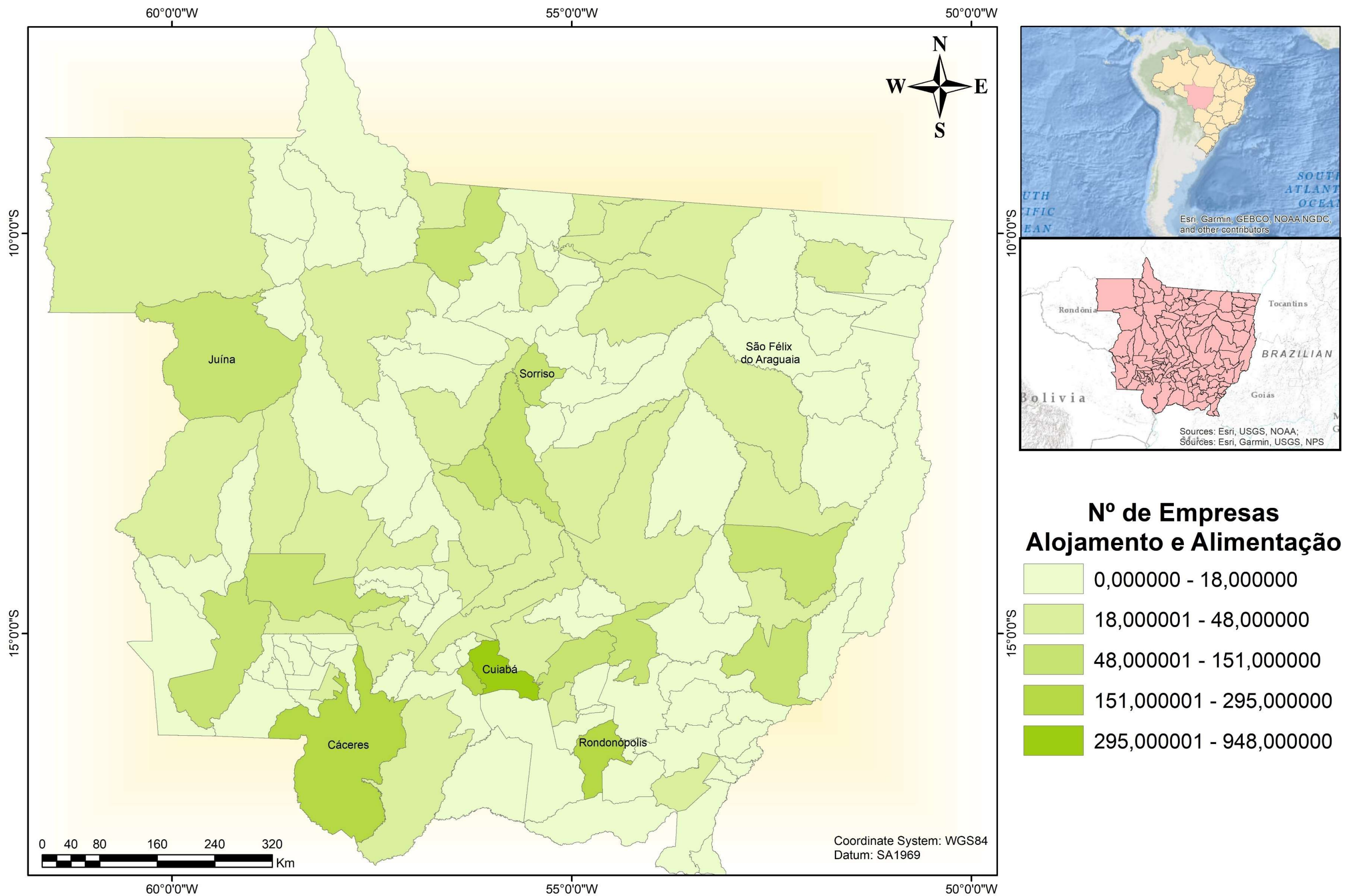


Fonte: IBGE (2007), SEPLAN (2015): <<http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/anuarios/>> Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.

A Conurbação concentra a maior quantidade de empresas de alojamento e alimentação, totalizando 1.189 empresas, sendo que em Várzea Grande são 241 e, em Cuiabá, 948, conforme a figura 20. Esses dados mostram a significativa variedade de hotéis, bares e restaurantes existentes que prestam serviços à comunidade local e aos diversos turistas, inclusive os “turistas de negócios”. Além disso, a Conurbação concentra maior oferta de serviços na área de saúde humana e serviços sociais, informação e comunicação, estabelecimento educacionais, construção civil, artes, cultura, esporte e recreação, atividades imobiliárias, dentre outros. Mas centralidade econômica da Conurbação é identificada sobretudo pelo número de agências bancárias que possibilitam diversas operações creditícias (mapa da figura 21). Em Várzea Grande, no ano de 2014, foram movimentados R\$ 1.273.320.663,00, e em R\$ Cuiabá, 12.083.169.196,00. Juntas, as cidades mobilizaram R\$ 13.356.489.859,00 (treze bilhões, trezentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais). Para fins de comparação, a cidade de Sorriso, grande produtora de grãos, movimentou no mesmo ano R\$ 1.313.681.229,00, ou seja, pouco mais de um bilhão de reais.



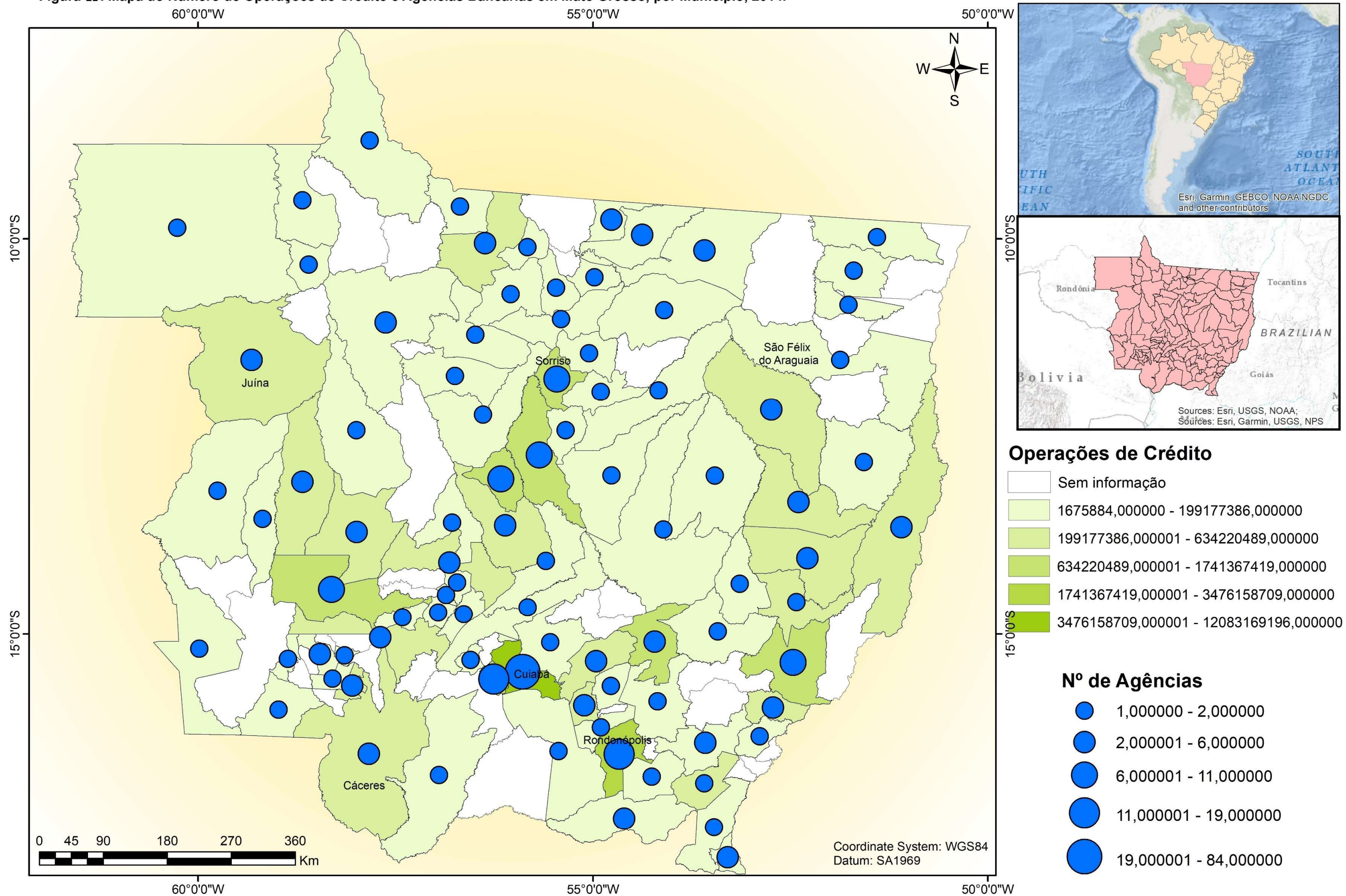
Figura 20 . Mapa do Número de Empresas de Alojamento e Alimentação, Segundo a JUCEMAT, em Mato Grosso, por Município, 2014.



Fonte: IBGE (2007), SEPLAN (2015): <<http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/anuarios/>> Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.



Figura 21. Mapa do Número de Operações de Crédito e Agências Bancárias em Mato Grosso, por Município, 2014.



Fonte: IBGE (2007), SEPLAN (2015): <<http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/anuarios/>> Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.

Constata-se o arranjo estratégico da Conurbação para o crescimento econômico de Mato Grosso. O poder público estadual e os empresários buscam fortalecer a Conurbação como um centro financeiro altamente dinâmico e moderno, para especializá-la ainda mais e impulsionar o crescimento da agropecuária moderna. Com efeito, o estreitamento do agronegócio com os serviços urbanos é noticiado com entusiasmo: “Carlos Wolff, coordenador de inovações e empreendedorismo do Parque Tecnológico de Mato Grosso, calcula que 60% a 70% dos projetos de *startups*<sup>65</sup> já desenvolvidos ali estejam relacionados ao agronegócio” (APROSOJA, 2018)<sup>66</sup>. Nesse viés, constata-se que os planejamentos das diversas esferas do Estado traçam perspectivas de fortalecimento das relações entre os setores produtivos e os serviços urbanos, como se pode verificar no Plano Diretor de Cuiabá - Lei Complementar N.º 003, de 24 de Dezembro de 1992, que, no artigo Art. 6º, traça as estratégias de planejamento urbano no sentido de fortalecer e expandir Cuiabá como Centro Regional, no seu papel de articuladora do sistema urbano funcional, como centro de processador de matérias-primas, entreposto comercial, prestador de serviços, dentre outros. Os dados socioeconômicos, a taxa de desempregados e as potencialidades dos setores econômicos em Várzea Grande subsidiam a instalação da Universidade Federal e do Instituto Federal, bem como do PQT, considerando o diagnóstico apontado no plano MT+20:

O Plano de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso – MT +20 aponta que o **potencial** econômico de Várzea Grande se assenta na indústria e **agroindústria, serviços terciários modernos**, fruticultura, aquicultura e mineração. Este mesmo plano aponta as **limitações** e o **estrangulamento** que emperram o desenvolvimento do município, quais sejam: **desigualdade** intra-regionais em termos econômicos e **sociais e de infraestrutura urbana, baixo nível de escolaridade e deficiente qualificação de mão de obra**, dentre outros. Somados a isso, há uma demanda por profissionais capacitados para gerir o estado para torná-lo eficiente na administração dos recursos e criação de políticas públicas (BRASIL, 2015, p.16).

---

<sup>65</sup> “*Startups* são empresas iniciantes em um cenário de grande incerteza trabalhando com uma ideia diferente, inovadora, e buscando um modelo de negócios escalável, ou seja, cuja produção pode aumentar com agilidade”. Fonte: SEBRAE. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-uma-startup.616913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso: jan. 2019.

<sup>66</sup> APROSOJA (2018). Folha de S.Paulo: **Avanço de agronegócio ajuda a turbinar indústrias e startups**. Disponível em: <<https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2018/03/22/folha-de-s-paulo-avanco-de-agronegocio-ajuda-a-turbinar-industrias-e-startups/>> Acesso, janeiro de 2019.

Mas a escala de ações muda com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC), que coloca a Conurbação como lugar estratégico para o fortalecimento do setor de serviços e tecnológicos:

Um dos desafios que surge à frente, então, é o de fortalecer os setores de serviços e tecnológicos de Cuiabá e Várzea Grande e buscar identificar as vocações das economias locais da região metropolitana, a partir de possibilidades de diversificação, que levem ao crescimento produtivo e a um melhor padrão de qualidade social da população (EGLER, 2010) apud (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2017, p. 24).

O Plano metropolitano aponta para a instalação do Parque Tecnológico como uma alternativa adequada para o desenvolvimento econômico da Região Metropolitana, e analisa o PQT em suas potencialidades de indutor de novas dinâmicas urbanas:

O Parque Tecnológico de Mato Grosso se pretende um espaço de pesquisa e inovação [...]. Do ponto de vista do projeto de desenvolvimento, investir na produção do conhecimento pode ser uma alternativa adequada para a RMVRC. No que diz respeito ao desenvolvimento urbano, observa-se que o campus foi localizado fora do perímetro urbano, na parte norte de Várzea Grande. Um equipamento desse porte tende a ser indutor de novas dinâmicas urbanas e, nesse caso, desconectado da malha urbana existente, provavelmente se confirmará como atrator da urbanização. (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2017, p. 133).

O PDDI reconhece a dispersão urbana da Conurbação como processo de acentuação das desigualdades socioespaciais e tendência à segregação do espaço urbano, permitido pelo direcionamento, ao norte da Conurbação, de empreendimentos dirigidos às classes de mais alta renda, enquanto ao sul de Cuiabá e a leste de Várzea Grande, destinados às classe de mais baixa renda (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2017, p. 126). Identifica-se, também, a forte especulação imobiliária no norte da Conurbação:

Há forte especulação em torno **da incorporação de novas áreas à cidade**. Tanto pela expectativa de valorização de áreas retidas dentro da malha urbana, como pela aposta da valorização de áreas ainda vazias onde se localizam novos empreendimentos com a perspectiva de **continuação da expansão urbana**. Ao que parece, sobretudo na parte do norte do aglomerado urbano esses processos se mostram mais intensos. (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2017, p. 126).



Assim, há tendências de fortalecimento da centralidade da Conurbação quanto ao desenvolvimento da indústria, agroindústria e sobretudo na oferta de serviços terciários. A Conurbação, portanto, concentra capital e poder, e as decisões que permitem orientar a reprodução do capital, sintetizando o movimento de circulação e reprodução de acumulação sob novas estratégias, demonstram a imposição do uso produtivo do espaço da centralidade, a partir das funcionalidades urbanas que atendem o agronegócio e redefinem as estratégias de reprodução da vida. Isso implica considerar a inter-relação entre a cidade e o campo, que se fortalece pelos seus fluxos de trocas de informações, serviços e mercadorias englobando a vida prática social.

O processo pelo qual passa a Conurbação potencializa, neste momento, novos ramos da economia, tal como o setor de turismo, especialmente do “turismo de negócio”, e o de lazer, bem como a redefinição de outros setores, como é o caso do comércio (com a chegada dos Shoppings e hipermercados) e dos fundos de investimentos imobiliários. Todos esses processos contribuem para a transformação da cidade e da centralidade urbana em mercadoria, em algo vendável, esperando-se, assim, que as barreiras espaciais que dificultam a reprodução da estrutura econômica e do Agronegócio em novos níveis de lucratividade sejam derrubadas, via intervenção no urbano. Nesse sentido, a Conurbação é cada vez mais transformada em mercadoria e submetida à especulação imobiliária, assim como ocorre no processo de construção do Parque Tecnológico.

### **4.3 As barreiras espaciais do Agronegócio e a função do Parque Tecnológico**

As barreiras espaciais que produzem perdas na produtividade e nos lucros, ou mesmo dificultam a reprodução do agronegócio em novos patamares, são essencialmente as seguintes: carência de recursos humanos, no quesito qualificação da força de trabalho; falta de recursos, de conhecimento/ inovação e precária infraestrutura de transportes – rodovia, ferrovia, portos e aeroportos (o que dificulta a logística considerando a escassez de armazéns). Essas três barreiras espaciais<sup>67</sup>, somadas aos recursos de capital e capital físico, compõem o índice de competitividade Estadual – ICE-Fatores, que mostra uma situação

---

<sup>67</sup> Prado (1999, p. 144-146) inclui como barreiras do agronegócio a Carga Tributária, as Taxas de Juros e a falta de Protecionismo dos países desenvolvidos, por isso defende a criação do Ministério do Agronegócio para aumentar os incentivos financeiros do agronegócio.



consideravelmente desfavorável de Mato Grosso, se comparada à dos demais Estados da região Centro-Oeste, segundo dados do Movimento Brasil Competitivo – MBC<sup>68</sup> de 2006.

Conforme o MBC, o Distrito Federal possui o melhor índice de competitividade da Região Centro-Oeste, ficando em 3ª colocação, além de se destacar na qualificação da força de trabalho, ficando com o 1º lugar. O DF ainda ocupa a 7ª colocação com relação ao conhecimento e inovação e o 3º lugar quanto à Infraestrutura. Mato Grosso do Sul, por sua vez, ocupa as seguintes colocações: índice de competitividade – 8º lugar, qualificação da força de trabalho – 7º lugar, conhecimento e inovação – 16º, Infraestrutura – 9º. Já Goiás ocupa o 13º lugar em índice de competitividade, o 15º em qualificação da força de trabalho, o 17º em conhecimento e inovação e o 10º em Infraestrutura. Por último, temos Mato Grosso, com índice de competitividade – 17º, qualificação da força de trabalho – 14º, conhecimento e inovação – 19º e Infraestrutura – 19º (MATO GROSSO, 2012b, p. 25).

Considerando as barreiras espaciais e as características produtivas do estado, o governo de Mato Grosso elaborou, em 2005, o Plano de Longo Prazo de Mato Grosso (PLP/MT), que passou por uma revisão em 2011 e foi publicado em 2012. Conhecido como “MT+20”, o plano traça as estratégias para o desenvolvimento social e econômico em vinte anos (2006-2026). Destacaremos, a seguir, as intenções do Governo Estadual com relação ao desenvolvimento econômico (Eixo 2 e 5), relacionando-as ao processo de implantação do Parque Tecnológico, que, no nosso entendimento, pode contribuir para diminuir ou mesmo derrubar as barreiras espaciais que dificultam a reprodução do capital do agronegócio em novos patamares.

A busca pelo desenvolvimento científico coloca-se, então, como aspecto fundamental para o aumento da produtividade e da competitividade, pois os cursos oferecidos nas unidades de ensino promovem a qualificação da força de trabalho, os avanços da ciência e inovação e as melhorias na infraestrutura, aliados, obviamente, às políticas públicas. O desenvolvimento científico consta no Plano MT+20, no Eixo 2 – “Educação, conhecimento e inovação” – e no item 5 – “Ampliação e consolidação de pesquisas, desenvolvimento e difusão de tecnologias”. Destacamos os seguintes itens:

---

<sup>68</sup> Dados disponíveis em:

<[http://www.mbc.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/06/indice\\_de\\_competitividade\\_estadual.pdf](http://www.mbc.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/06/indice_de_competitividade_estadual.pdf)> Acesso, janeiro de 2019.

5.1. Ampliar a capacidade de gestão do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T & I); 5.2. Estabelecer uma política de investimento em C, T & I que busque desenvolver as potencialidades regionais; 5.4. Incentivar intercâmbios científico-tecnológicos entre os integrantes do sistema de C, T & I do Estado com instituições de C, T & I nacionais e internacionais; 5.7. Promover intercâmbios e parcerias entre instituições de pesquisa e empresas de Mato Grosso; 5.8. Incentivar registro de patentes e transferência de tecnologias; 5.9. Implementar políticas de incentivos fiscais (Prodecit). (MATO GROSSO, 2012a, Macro-objetivos, p. 62, 63).

Há um consenso no plano estratégico de que a economia de Mato Grosso tem demonstrado elevada competitividade no setor do agronegócio, principalmente dos setores agrícola e pecuário, porém, no Eixo 5, “Competitividade econômica e diversificação produtiva”, são demarcadas duas principais limitações dessa competitividade. A primeira diz respeito às dificuldades na circulação da produção no mercado consumidor (infraestrutura/logística), e a segunda, ao fato de a economia estar excessivamente centrada na produção de bens primários, com baixa agregação de valor, destinados à exportação. Nesse viés, a reorganização econômica, aliada à melhoria da infraestrutura, é colocada como fundamental para o aumento da competitividade:

O desenvolvimento do Estado passa pelo aumento da competitividade, com ênfase na melhoria da infraestrutura, diversificação produtiva e adensamento das cadeias produtivas no Estado. Portanto, o eixo estratégico “competitividade econômica e diversificação produtiva” é parte importante da estratégia geral estabelecida neste plano (SEPLAN, 2012a, Macro Objetivos, p. 51).

O Eixo 5 foi elaborado a partir das seguintes linhas estruturantes: 1) necessidade de ampliação e melhoria da infraestrutura e da logística; 2) necessidade de fortalecimento da agricultura familiar (diversificação da produção), frente à instabilidade da economia estadual e do mercado externo (*commodities*); 3) busca pela diversificação da estrutura produtiva da economia, nesse caso, com intenção de estimular a industrialização de matérias-primas vegetais e minerais e ampliar as atividades industriais no Estado; 4) intenção de regularização fundiária, para facilitação ao crédito para produção (MATO GROSSO, 2012a, Macro Objetivos, p. 79 a 82). Todos esses aspectos se orientam pela busca do aumento produtivo e do desenvolvimento tecnológico para os demais conjuntos de atividades econômicas:

A agropecuária de Mato Grosso tem um alto nível tecnológico como resultado de anos de pesquisa da EMBRAPA e da postura inovadora do

empresariado. O agronegócio de Mato Grosso destaca-se com uma produtividade elevada e situa a produção do Estado entre as mais avançadas da agropecuária tropical. O desenvolvimento tecnológico da agropecuária mato-grossense, contudo, não manifesta-se no conjunto das atividades econômicas do Estado (MATO GROSSO, 2012d, p. 86).

Nesse sentido, o PQT contribuiria para o avanço científico do agronegócio e outros setores da economia. O Parque Tecnológico será um ambiente de soluções tecnológicas e de atração de novas empresas, no qual funcionarão três parques:

O Parque Tecnológico Mato Grosso é um ambiente voltado à criação, desenvolvimento, disponibilização de soluções tecnológicas e atração de empresas inovadoras ao mercado. A estruturação do parque tecnológico de Mato Grosso está sendo realizada pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECITECI, órgão a qual o parque se encontra vinculado, juntamente com diversas instituições públicas e privadas parceiras do projeto [...]. Funcionará com três parques em um único espaço: Parque Tecnológico (espaço para o desenvolvimento de inovação pelas empresas), Parque de serviços (focado na promoção de serviços para empresas, indústrias e comunidades) e Parque científico (espaço para formação e qualificação de pessoas, núcleos de universidade, laboratórios e centros de P&D), (Parque Tecnológico Mato Grosso, 2016).

Para a instalação do primeiro Parque Tecnológico de Mato Grosso, além do programa “MT+20”, um dos primeiros procedimentos foi adotar a “Agenda estratégica de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso”, elaborada em 2015, que definiu os setores econômicos estratégicos do Estado de Mato Grosso, conforme informou a secretária da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECITECI, em entrevista realizada no dia 28 de julho de 2016. Da agenda estratégica, destacamos o Eixo III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, no âmbito da CT&I, em que constam as seguintes áreas estratégicas:

1) **Agropecuária e agroindústria**; 2) Biodiversidade e biotecnologia; 3) Educação 4) Energia e recursos energéticos renováveis; 5) Logística de transporte; 6) Recursos hídricos e mudanças climáticas; 6) Recursos minerais; 7) Saúde; 8) Segurança pública; 9) Tecnologia da informação e comunicação – TICs; 10) Turismo [grifos nosso] (SECITECI, 2015, p. 23 e 24).

Nas prioridades do Eixo III para o desenvolvimento dessas áreas estratégicas, o poder público estadual prioriza a oferta de recursos financeiros para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, a fim de promover o desenvolvimento regional:

1) Propor e atuar para fazer cumprir o percentual de arrecadação tributária estadual, destinado à atividade de PD&I; 2) Apoiar a criação de programas estratégicos para o desenvolvimento regional; 3) Propor editais de pesquisa vinculados às áreas estratégicas (SECITECI, 2015, p. 24).

O Eixo III versa, ainda, sobre as relações entre o setor público e privado:

Fortalecer a integração das instituições públicas e privadas para atender às demandas das áreas estratégicas: 1) Apoiar e fortalecer as instituições e redes de pesquisa em conjunto com a iniciativa privada; 2) Promover o intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico entre instituições públicas e privadas; 3) Assegurar a gestão dos projetos nas áreas estratégicas priorizadas; 4) Estabelecer mecanismos para acompanhamento dos objetivos estratégicos e dos projetos (SECITECI, 2015, p. 24).

A então secretária do SECITECI ressalta que o Agronegócio já está em patamar avançado, mas, de qualquer forma, tem a consciência de que ele pode avançar ainda mais, tanto é que ele consiste em uma das áreas estratégicas. Para a entrevistada, o PQT não seria apenas um local de fazer ciência e tecnologia, em termos do que se espera de **desenvolvimento urbano** da região do Parque, e ela informa que a escolha da área para a instalação do PQT se deu a partir de uma decisão técnica, alegação feita também pelo reitor *pro tempore* da UFMT. Todavia, identificamos, na fala da secretária, os interesses políticos e privados no processo de produção de um novo centro urbano:

A escolha de Várzea Grande foi uma escolha técnica, subsidiada por uma análise técnica feita pelo Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (Fundação CERTI)<sup>69</sup>, de Santa Catarina e que mostrou que hoje, as condições da área do Chapéu do Sol com a instalação da UFMT, do IFMT e a possibilidade da UNEMAT se instalar-se ali isso favoreceu sobremaneira. Inclusive as condições de acesso utilizadas, com asfalto, pontes e inclusive com a adesão do doador da área, ele aderiu ao projeto. [...] com a adesão e compromisso do doador de que o restante da área será **direcionado** para questões ali, de **inovação e tecnologia, não vai criar** ali, por exemplo, **um “Minha Casa Minha Vida”** ali, ou seja, vai ser direcionado, tanto é que nós temos o compromisso de Várzea Grande de estar revendo o Plano Diretor da cidade. Umás duas semanas atrás estivemos reunião com o prefeito, e já há uma equipe trabalhando para rever o Plano Diretor, inclusive com as normativas para o uso daquele local. Tudo isso tem favorecido para a instalação do Parque lá em Várzea Grande (servidora da SECITECI, 2016) [*grifo nosso*].

<sup>69</sup> Solicitamos o documento elaborado pela CERTI, onde consta o estudo para escolha da área, mas após um telefonema, a secretaria disse que os dados são confidenciais.

O doador a que a entrevistada se refere é o proprietário da Incorporadora Ductievicz, que doou terras para instalação do Parque Tecnológico, IFMT e UFMT. Em nosso entendimento, isso foi fundamental para a atração do empreendimento, considerando-se que havia disputa entre seis prefeituras municipais para sediar o PQT e os investimentos que o envolvem, são elas: Alta Floresta e Rondonópolis, conforme notícia do Olhar direto (2015); Sorriso; Várzea Grande; Chapada dos Guimarães e Cuiabá, segundo informações do Rdnews (2015):

A primeira possibilidade era um lote em Várzea Grande, na região do Chapéu do Sol. A área possui 80 hectares. O local, contudo, tem impedimentos referentes à propriedade real, e está praticamente descartado. Já o entrave de Sorriso é a distância da Capital. Por estar a 399 km de Cuiabá, ficaria difícil colocar as incubadoras em funcionamento, além da falta de um aeroporto. A terceira opção é Chapada dos Guimarães, onde a principal dificuldade é a questão ambiental, pois a área a ser limpa para construção está entre 10 e 15 hectares. Além disso, a infraestrutura da cidade e a distância do aeroporto e das empresas também são consideradas empecilhos (RDNEWS, 2015)<sup>70</sup>.

Nesse processo, após os estudos técnicos da CERTI, e sobretudo pela atuação dos incorporadores de terras, dos políticos locais e do poder público estadual e municipal, definiu-se que o PQT seria construído na região do Chapéu do Sol em Várzea Grande. Nesse processo, identificou-se competição espacial entre as cidades e as alianças entre as elites locais, que procuram captar e reter os benefícios a serem obtidos dos fluxos de capital e da força de trabalho, com a atração do empreendimento, tal como afirma Harvey (2013).

O processo de reestruturação do capital pode ser identificado na necessidade de fortalecimento do agronegócio e também de desenvolvimento de outros setores da economia mato-grossense. Nesse processo, o Parque Tecnológico exerceria papel fundamental, aliando ciência, tecnologia e setor produtivo:

O que nos deixa muito a fim ao projeto é que Mato Grosso é um Estado que tem um potencial muito rico. Hoje nós temos no Agronegócio o elemento

---

<sup>70</sup> RDNEWS. **Cinco terrenos estão em estudo para a construção do Parque Tecnológico**. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/executivo/cinco-terrenos-estao-em-estudo-para-a-construcao-do-parquetecnologico/59829>> Acesso 22/08/2015.

mais forte de desenvolvimento. Mas nós temos outras áreas que podem e devem ser trabalhadas como potenciais muito grandes de se tornarem também grandes formas de desenvolvimento como a biotecnologia, a mineração, a geociência, a química verde, o próprio agronegócio [...] Essa ideia que nos move, é uma ideia de ver no **Parque Tecnológico um instrumento muito forte, para fazer como essa área em especial ela tenha que fazer essa articulação entre ciência e o setor produtivo** (servidora da SECITECI, 2016) [grifo nosso].

A intenção do Governo do Estado é iniciar o projeto de construção do Parque Tecnológico com recursos públicos, para depois transferir a responsabilidade para a iniciativa privada. Dos recursos financeiros investidos inicialmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT, 7 milhões foram destinados à implantação de projetos, inclusive do projeto urbanístico do PQT. Nesse processo de produção de um novo centro urbano, o Plano Diretor deverá ser reelaborado:

O Governo do Estado tem consciência de que não vamos ter Parque público, o governo não tem uma verba específica para criar este e outros parques. A ideia é que se dê esse “pontapé inicial” e depois a gente vai trazendo a iniciativa privada. A gente espera que as empresas se instalem ali como os seus interesses em estar agregando valor ao seu produto. A ideia é que o Estado vai se retirando [...]. Mas aqui temos uma semente que o governo vai dar “esse ponta” pé inicial. Então nós temos aqui um recurso da FAPEMAT, uma verba de 9 milhões, da qual já foram disponibilizadas 7 milhões, na qual esta primeira parte de 7 milhões da primeira etapa do Parque vai ser para estarmos trabalhando como os projetos, os projetos urbanísticos. [...] Prefeitura municipal vai trabalhar com a questão de instalar energia, água, infraestrutura básica e a questão do Plano Diretor, adequar às necessidades do Parque Tecnológico (secretária da SECITECI, 2016) [grifos nosso].

Para instalação do Parque Tecnológico na área do Chapéu do Sol, houve consultoria realizada pela CERTI, que estudou quais eram os setores de interesses do mercado para investimento. Além disso, houve mobilização de diversos grupos econômicos para que definissem a instalação do PQT na localidade, envolvendo os setores privados, sociedade, e o estado:

O Governo do Estado contratou uma empresa envolvida com Parques Tecnológicos para poder estudar as **diretrizes**, quais as **áreas de interesse**, qual a **demand do mercado**. E de certa forma isso coincidiu porque temos hoje uma visão integrada. E começou a dar esforços para garantir a implantação disso lá. Tanto é que o **município mobilizou** a viabilidade da área, porque ali não era perímetro urbano ainda, era rural, e transformou aquilo lá em perímetro urbano, para que a área fosse integrada, para que os serviços chegassem até lá. Isso não pode negar que isso foi um esforço



realmente do Governo Municipal, Estadual da gente realmente ter campus dedicados às engenharias e tecnologias e fazer valer o conceito de Parque Tecnológico (transcrição da entrevista com o reitor *pro tempore* da UFMT, 2016).

Além da alteração do perímetro urbano da cidade de Várzea Grande, em 2013 deu-se início ao processo de revisão do Plano Diretor em 2018, sendo contratados os serviços terceirizados da empresa *Technum Consultoria SS*, localizada no Lago Sul Brasília, Distrito Federal. Em setembro de 2018, o Plano de Trabalho foi divulgado<sup>71</sup>. A fase de análise e alteração do Plano Diretor fez parte da quinta etapa de planejamento da fase pré-operacional do Parque, após a qual o Projeto específico de urbanização (Master Plan) - Maquete digital do empreendimento (quadro nº 8) foi apresentado.

#### Quadro 8. Fases de Planejamento e Implantação do Parque Tecnológico

PARQUE TECNOLÓGICO DE MATO GROSSO	
FASE	ETAPA PRÉ-OPERACIONAL
PLANEJAMENTO	1- Organização e Planejamento do Projeto com Equipe Local - Capacitação para equipe local do tema Parques Tecnológicos - Articulação Inicial para Identificar os principais atores - Workshop de nivelamento de informações e Identificação de pontos críticos - Modelagem e Suporte à Implementação do Parque Tecnológico
	2- Definição do Conceito e Mix de Empreendimentos (Delta de oportunidades): Considerando-se as vocações naturais e econômicas regionais e as áreas potenciais de desenvolvimento - Relação das Ações de Desimpedimento da Área - Mapeamento dos Elementos de CT&I da região (Radar de Inovação) - Mapa de Atores de CT&I e suas competências
	3- Plano de Ações para CT&I - Definição do Modelo de Negócio: Oportunidades de atuação
	4- Identificação de Empreendimentos: Potenciais empreendimentos a se instalarem no Parque Tecnológico - Modelagem e Suporte à Implementação do Parque Tecnológico de Mato Grosso: Potenciais Empreendimentos locais e regionais
	5- Análise à cerca do <b>Plano Diretor</b> do Município de Várzea Grande e Medidas Urbanísticas Legais relativas ao Estatuto da Cidade - Marca e Identidade Visual - Plano de Operação: Contempla serviços a serem implantados e sistemas operacionais básicos para funcionamento do Parque Tecnológico
	6- Proposição de Empreendimentos Estratégicos e Plano de Atração de Empreendimentos
	7- <b>Projeto específico de urbanização (Master Plan)</b> - Maquete digital: Conceito Urbanístico e arquitetônico - Proposta de modificação e/ou criação da lei estadual de

<sup>71</sup> Plano de trabalho disponível em:

<<http://www.varzeagrande.mt.gov.br/storage/Arquivos/829fb515d2f3546ab68f344f18336a95.pdf>> Acesso, janeiro de 2019.

	CT&I e elaboração da política de proteção e transferência de tecnologia do Parque Tecnológico.
	8- Plano comercial: Caracterização comercial e estratégia de ocupação - Plano de investimentos: Detalhamento de custos de pré-implantação, infraestrutura básica e viária e infraestrutura predial do Centro de Inovação - Plano de serviços para operação do ecossistema de inovação: Identificação de ações de fortalecimento do ecossistema inovação - Modelo Jurídico da entidade gestora e Governança do Parque Tecnológico
<b>PRÉ-IMPLANTAÇÃO</b>	1- Realização de visita técnica de avaliação nas opções de áreas com técnicos da fundação CERTI; - Análise técnica das quatro opções de áreas para instalação do Parque Tecnológico; - Submissão ao governador da análise técnica das quatro opções de áreas para instalação do Parque Tecnológico
	2- Definição da área pelo governador - Tramitação da doação da área para o Estado; - Aprovação da identidade visual
	3 - Lançamento do Parque Tecnológico Mato Grosso na 25ª Conferência Anprotec, no mês de outubro de 2015 - Assinatura do protocolo de intenção de instalação com a Google; - Assinatura do protocolo de intenção com a FAPEMAT para aporte de recursos para implantação do Centro de Inovação; - Assinatura do termo de doação da área destinada a implantação do Parque Tecnológico entre a Prefeitura de Várzea Grande e o Governador do Estado
	4- Elaboração de minuta para alteração da Lei Complementar nº. 297/2008 (Lei de Inovação do Estado). - Elaboração de minuta para alteração da Lei de Informática; - Análise da proposta de Lei do Investe Indústria (PRODEIC) para contemplar a inovação; - Proposta de Lei de Inovação para o Município de Várzea Grande
	5 - Elaboração e submissão de projeto para captação de recursos para viabilização do Centro de Inovação do Parque Tecnológico junto a FAPEMAT.
	6 - Instalação provisória do Centro de Inovação do Parque Tecnológico na Arena Pantanal

FONTE:

<<http://www.mt.gov.br/documents/21013/135265/Parque+Tecnol%C3%B3gico+de+MT/298a61c7-48f8-4f6b-a632-4f3c157977f5>> Acesso: janeiro de 2019. Org: SILVA, 2019.

A definição da área pelo governador e a assinatura do termo de doação da área destinada à implantação do Parque Tecnológico entre a Prefeitura de Várzea Grande e o Governador do Estado fizeram parte das fase 2 e 3, respectivamente, da pré-instalação do empreendimento. As alterações nas Leis de Incentivos Fiscais do Estado, bem como nas Leis municipais, os projetos de captação de recursos e a Instalação provisória do Centro de Inovação do Parque Tecnológico na Arena Pantanal configuram-se como os últimos procedimentos da fase de pré-instalação do Parque.

#### 4.4 A construção da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* Várzea Grande

A criação do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso em Várzea Grande, no Bairro Chapéu do Sol, foi autorizada no mês de agosto de 2011 pela presidente Dilma Rousseff, fazendo parte da terceira etapa do programa de expansão da Rede Federal de Educação Superior para abrigar e ofertar os cursos das engenharias e de tecnologia, a fim de contribuir efetivamente para o desenvolvimento regional<sup>72</sup>. Mas apenas em 2012 iniciaram-se as obras, com previsão de entrega em dois anos; como, porém, a construtora Material Forte Incorporadora LTDA decretou falência, as obras ficaram paralisadas de 2016 a 2018, quando novas licitações foram fechadas com as empresas Kayabi e LM Engenharia para sua finalização. Juntas, as empresas receberão R\$ 7,9 milhões pelos serviços prestados.

Em 2014, as 150 primeiras vagas foram distribuídas entre os cinco cursos ofertados, mas as aulas iniciaram-se provisoriamente no Bloco Didático I, no Campus Universitário de Cuiabá, considerando que as obras do Campus em Várzea Grande ainda não foram finalizadas (janeiro de 2019)<sup>73</sup>. Segundo o relatório de gestão (BRASIL, 2016), a UFMT *campus* Várzea Grande possui atualmente 5 cursos de graduação; 631 estudantes, 39 docentes (15 doutores e 24 mestres), 44 técnico-administrativos e 18.724,64 m<sup>2</sup> de obras em andamento. Um dado importante é que, no ano de 2015, 49,20% dos estudantes foram atendidos pelas Bolsas de Assistência Estudantil, ofertadas pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Prae).

Durante uma pesquisa de campo realizada no dia primeiro de agosto 2016, encontramos as obras do *campus* paradas. Estavam afixadas, no local, placas com as informações das obras, tais como:

1) Obra: Construção do bloco da biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso em Várzea Grande, área de 2.382m<sup>2</sup>, valor R\$ 5.108.724,32, recursos: 0112, Construtora: Material Forte Incorporadora LTDA – início das obras 28/02/2014, prazo de execução 10 (dez) meses

---

<sup>72</sup> No contexto de expansão e interiorização das Universidades Federais em Mato Grosso, foram construídas UF's nas cidades de Sinop, Araguaia, Rondonópolis, Cuiabá e em construção em Várzea Grande.

<sup>73</sup> G1 (2018). **Novas empresas são contratadas para concluir campus da UFMT em Várzea Grande e obras serão retomadas 2 anos depois.** Disponível em:< <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/12/17/novas-empresas-sao-contratadas-para-concluir-campus-da-ufmt-em-varzea-grande-e-obras-serao-retomadas-2-anos-depois.ghtml>> Acesso, janeiro de 2019.

2) Obra: Construção do Bloco da Sala de aula e laboratório da Universidade Federal de Mato Grosso em Várzea Grande, área de 2.382m<sup>2</sup>, valor R\$ 5.190.444,48, recursos: 0112, Construtora: Material Forte Incorporadora LTDA – início das obras 28/02/2014, prazo de execução 10 (dez) meses.

O total dos valores informados nas duas placas ultrapassa 10 milhões de reais, mas, alegando problemas financeiros, a construtora Material Forte Incorporadora LTDA decretou falência e abandonou as obras do *campus* e diversas obras públicas em Cuiabá e Várzea Grande<sup>74</sup>. Os recursos para instalação da UFMT provêm, em sua maior parte, do governo federal, enquanto o governo estadual foi designado para criar toda a infraestrutura viária da área urbana até o *campus*, o governo municipal foi incumbido de realizar toda a tubulação de água, e a Energisa está providenciando a energia elétrica.

Conforme o reitor *pro tempore* da UFMT, a partir da Lei de Inovação, permitiu-se que universidade criasse núcleos de inovação. Tanto a UFMT quanto o IFMT criaram núcleos de inovação tecnológica que serão pontes de diálogo entre as empresas e a universidade. Essa integração já está em funcionamento na UFMT, alega o entrevistado: o professor apresenta um determinado projeto que seja de interesse tanto do docente quanto da empresa e, assim, realiza-se o termo de cooperação e iniciam-se os experimentos. Caso haja alguma patente, segue-se a Lei de Inovação, que define 1/3 dos recursos provenientes da descoberta para o pesquisador, e 1/3 para empresa e 1/3 de Royalties. Os interesses do Estado no fortalecimento da economia mato-grossense podem ser identificados pela escolha estratégica dos cursos de bacharelado ofertados pela UFMT:

- Engenharia de Computação – Conforme o Projeto Político e Pedagógico (PPP) da UFMT *campus* Várzea Grande, o Engenheiro de Computação poderá atuar em setores onde a

<sup>74</sup> FOLHAMAX. **Empreiteira decreta falência e entrega de UPA em Cuiabá sofrerá atraso.**(2017). Disponível em: < <http://www.folhamax.com/politica/empreiteira-decreta-falencia-e-entrega-da-upa-do-verdao-sofrera-atraso/143261>> Acesso: janeiro de 2019.

VGNOTÍCIAS. **Construtora que desistiu de obra em VG recorre para não pagar multa de mais de R\$ 260 mil.** (2018).Disponível em: < <https://www.vgnoticias.com.br/varzea-grande/construtora-que-desistiu-de-obra-em-vg-recorre-para-nao-pagar-multa-de-mais-de-r-260-mil/46353>> Acesso: janeiro de 2019.

tecnologia e inovação exigem do profissional, posto que a computação é hoje ferramenta essencial na indústria, serviços, academia, pesquisas. Segundo o reitor *pro tempore*, o desenvolvimento Científico Tecnológico e de Inovação de uma localidade depende da área de informática.

- Engenharia de Controle e Automação – este curso objetiva a formação de engenheiro com habilidades e competências para concepção e manutenção de sistemas de controle e automação de processos industriais – controle, gerenciamento, dimensionamento, pesquisa científica e tecnológica para automação dos processos industriais. Conforme o reitor *pro tempore*, tudo que se é produzido atualmente depende cada vez mais dos processos de automatização e racionalização, e há carência de força de trabalho qualificada. O reitor ainda salienta que trabalhar com esse ramo proporcionará o desenvolvimento do setor industrial, da construção civil e contribuirá para o desenvolvimento regional, e considera, também, que são urgentes os investimentos financeiros nos processos de transformação da matéria-prima (*commodities*), pois há pouca industrialização em Mato Grosso.
- Engenharia de Minas – tendo em vista a inexistência de Engenharia de Minas na região centro-oeste do Brasil e o fato de que, conforme o reitor *pro tempore*, há pouca investigação científica e um potencial grande de exploração de minérios em Mato Grosso, a UFMT propõe-se a implantar o curso de Engenharia de Minas com o objetivo de capacitar profissionais para atuar no setor mineral e dar suporte intelectual e técnico para o desenvolvimento dessa vasta região do país. Nos dias de hoje, um novo ciclo da mineração se desenha para o Estado, com exploração empresarial de uma maior diversidade mineral, como: ouro, cobre, chumbo, zinco, ferro, manganês, fosfato e calcário para produção de cimento, entre outros. O curso pretende formar engenheiros de minas aptos para pesquisa, extração e beneficiamento de minérios e de combustíveis fósseis para o empreendedorismo na área mineral e atuação nos diversos órgãos governamentais.
- Engenharia de Transportes – formar engenheiros de transportes aptos para pesquisa, desenvolvimento e aplicação de sistemas logísticos voltados para a infraestrutura e sistemas de transportes, empreendedorismo e atuação nos diversos órgãos governamentais. O curso

conta inclusive com uma disciplina de Logística no Agronegócio. O reitor *pro tempore* reafirma as dificuldades no escoamento da produção agrícola, e alega que o desenvolvimento da Ferrovia e Hidrovia e da melhoria da infraestrutura de transporte como um todo é estratégico para a modernização de desenvolvimento regional.

- Engenharia química – Mato Grosso e seus municípios ainda carecem de mão-de-obra qualificada na área industrial. A habilitação de Engenharia Química deve formar um Engenheiro em processos industriais. O curso pretende dar ao aluno condições para identificar as áreas de conhecimento e as aplicações da Engenharia Química, obedecendo as adaptações ditadas pela dinâmica do desenvolvimento científico e tecnológico, do avanço da biotecnologia, das formas de energia sustentáveis, de processo e equipamentos industriais.

#### **4.5 A construção do Instituto Federal de Mato Grosso, *campus* Várzea Grande**

A instalação do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT (autorizada pela Portaria Nº 993 de 07 de outubro de 2013, publicada no DOU de 08/10/2013) faz parte da terceira fase do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. As obras para construção da edificação foram licitadas em novembro de 2013 e iniciaram em janeiro, com prazo de conclusão em julho de 2016, mas até o início de 2019 as obras ainda haviam sido finalizadas. Contudo, por conta da urgência em iniciar os cursos, foi cedido um prédio próximo ao local do *campus*, que está em atividade desde 2014 com cursos diversos, e desde 2015 como curso de ensino médio integrado. O perfil do campus do IFMT Várzea Grande segue as tendências de ofertas de cursos voltados ao fortalecimento econômico de Mato Grosso. Os eixos tecnológicos a serem trabalhados, conforme o Projeto Político Pedagógico - PPP (BRASIL, 2015), são os cursos na área de Infraestrutura, de Gestão e de Negócios, tais como:

- O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – Objetiva formar profissionais com amplo conhecimento de Gestão Pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, atuando como agente de mudanças,



produtor de novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultura. Tudo isso centrado no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas.

- Técnico em Logística Integrado ao Nível Médio - O Técnico em Logística aplica os principais procedimentos de transporte, armazenamento e logística. Executa e agenda programa de manutenção de máquinas e equipamentos, compras, recebimento, armazenagem, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos. Colabora na gestão de estoques, presta atendimento aos clientes e implementa os procedimentos de qualidade, segurança e higiene do trabalho no sistema logístico.
- Desenho de Construção Civil Integrado ao Nível Médio - O Técnico em Desenho de Construção Civil elabora e interpreta desenho de projetos na área de construção civil. Desenha projetos de construções prediais, de estradas, de arquitetura e de saneamento. Elaborar desenhos de projetos estruturais, instalações hidráulicas, elétricas, de gás, ar-condicionado, incêndio, redes de esgoto, águas pluviais e abastecimento de água e confecciona maquetes.
- Técnico em Edificações Integrado ao Nível Médio - Desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica. Planeja a execução e elabora orçamento de obras, presta assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações, orienta e coordena a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações. além de orientar a assistência técnica para compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

De modo geral, esses cursos são criados com a intenção de promover o desenvolvimento da ciência-tecnologia-inovação, dos processos produtivos (desenvolvimento industrial), bem como a mobilidade de mercadorias e pessoas, fortalecendo o Estado de Mato Grosso no contexto econômico regional, nacional e mundial.

#### 4.6 O atual processo de produção do novo centro

A instalação do PQT demandará uma gama de infraestrutura urbana que deve atender aos projetos racionalizados na lógica de produção de empreendimentos modernos. Sendo assim, um instituto de inovação deverá governar o PQT, enquanto uma Sociedade de Propósitos Específicos, capitaneada pelo Governo do Estado de Mato Grosso, será responsável pelos negócios imobiliários do Parque:

O Parque será governado por um “**Instituto de Inovação**” que se pretende que se tenha representação do Governo, do setor produtivo e das Academias. Esse instituto será o responsável pela parte Científica do Parque. Ele que vai buscar os recursos, as áreas estratégicas. E vamos ter também uma SPE – Uma **Sociedade de Propósitos Específicos** que vai se responsabilizar pela parte imobiliária do Parque, então ela que vai fazer todo o trabalho de venda dos lotes, inclusive dessa comercialização necessária que o Instituto não poderá fazer. **Então são esses dois órgãos que vão tratar da governança do parque.** Essa SPE está sendo organizada e será capitaneada pelo MT PAR, uma empresa do governo, que já tem em seu estatuto a possibilidade de fazer essa comercialização. (servidor da SECITECI, 2016).

Na esfera municipal, há algumas ações do poder público que favorecem o processo de instalação do PQT, tal como a criação e mudanças nas leis de incentivos fiscais, oferecendo isenção do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, que regulamentam as isenções de taxas e emolumentos administrativos referentes à regularização e implantação de empreendimentos e à isenção de Alvará de funcionamento. Além disso, também há a concessão de empréstimos e financiamento para projetos públicos ou privados, principalmente na área de Comércio, Turismo e Indústria (quadro 9).

O estabelecimento de relações público-privadas poderá favorecer a construção de infraestruturas de capital fixo, que possibilitarão o aumento dos fluxos de conhecimento, tecnologia, mercadoria e pessoas entre as regiões produtoras do agronegócio. A “doação” de terras feita pelo proprietário da empresa Ductievicz Incorporadora Ltda para a construção do Parque Tecnológico foi regulamentada pelas Leis nº 4.100/2015 e nº 4.101/2015. Nota-se que o artigo 5 da Lei 4.101/2015, incisos II e IV, estabelece que o prazo de ocupação da área é de dez anos, prorrogável por mais dez, demonstrando aprovação de projetos e recursos, **sob pena de reversão da doação da área** diretamente à empresa DUCTIEVICZ INCORPORADORA LTDA. EPP, CNPJ/MF Nº 04.187.487/0001-14, das áreas não ocupadas pelo Governo de

Mato Grosso. O que chama atenção também é o direcionamento para a empresa Ductievicz executar a infraestrutura básica para contemplar a primeira etapa da instalação do Complexo administrativa e Incubadora de Empresas, de acordo com o projeto entregue pelo Governo do Estado de Mato Grosso, contemplando: terraplanagem para pavimentação, pavimentação, rede de água e rede de esgoto, conforme a Lei 4.101/2015, artigo 5, inciso VI.

**Quadro 9. Leis de Incentivos fiscais e estabelecimento de Parceria Público-Privada.**

<b>Nº Da Lei</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazos</b>	<b>Tipo De Isenção / Ação</b>
<b>2.824/2005</b>	Concessão de incentivos fiscais para empreendimentos econômicos.	10 anos	ITBI, ISSQN, Isenção de taxas e emolumentos administrativos (regularização e implantação do empreendimento)
<b>2.851/2006</b>	Altera a Lei 2.824/2005	10 anos	Alvará de funcionamento e emolumentos (implantação do empreendimento)
<b>3.974/2013</b>	Dispõe sobre a delimitação do novo Perímetro Urbano		Ampliação do perímetro urbano “nova área de perímetro urbano”
<b>3.976/2013</b>	Amplia o Sistema Viário parte integrante da Lei complementar n.º 3.112/2007		Ampliação do sistema viário para “nova área de perímetro urbano”
<b>3.979/2013</b>	Altera na Lei n.º 3.727/2012 Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano		Estabelece o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano da “nova área de perímetro urbano”
<b>4.042/2014</b>	Define a política de desenvolvimento – Indústria, Comércio e Turismo.	10 anos	Alienação de áreas públicas à empresas (industriais) dentro e fora do perímetro industrial – com outorga de escritura definitiva mediante pagamento da área. Concessão de incentivos fiscais, empréstimos e financiamentos à projetos públicos ou privados nas áreas de Indústria, Comércio e Turismo.
<b>4.069/2015</b>	Institui o programa de Parceria Público-Privada	5 a 35 anos	Prestação e exploração, construção, ampliação, reforma e gestão de bens de uso público em geral (concessão). Compensação de créditos devidos pelo parceiro privado. Utilização de fundos específicos (fundo garantidor da PPP)
<b>4.100/2015</b>	Dispõe sobre autorização de recebimento e doação de áreas destinadas ao Campus da UNEMAT e da SECITEC	10 a 20 anos.	Recebimento de 80.000 m <sup>2</sup> de área da empresa Ductievicz Incorporadora Ltda Epp, destinadas à construção da UNEMAT e da SECITEC
<b>4.101/2015</b>	Dispõe sobre autorização de doação e recebimento de áreas destinadas à instalação do Parque Tecnológico de Mato Grosso	10 a 20 anos.	Recebimento de 80.000 m <sup>2</sup> de área, destinada à instalação do <b>Parque Tecnológico de Mato Grosso</b> da empresa Ductievicz Incorporadora Ltda. Epp.

**Organização: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2015.**

Essas relações entre o poder público e privado existentes em Várzea Grande não configuram efetivamente o estabelecimento de Parceria Público-Privada (PPP), nos termos da Lei Federal de Parceria Público-Privada Nº 11.079/2004<sup>75</sup> e da Lei Municipal nº 4.069/2015<sup>76</sup>. O projeto de lei 50/2015 que altera o dispositivo da Lei Municipal 2.824/2005 foi aprovado pela Câmara dos Vereadores de Várzea Grande, inserindo a regulamentação dos incentivos fiscais para empresas que se instalem no PQT:

“Parágrafo Único: As empresas que se estabelecerem no Parque Tecnológico de Várzea Grande poderão receber incentivos fiscais, desde que atendidas as condições previstas nesta Lei, na Lei Municipal 2.851/2006 e Lei Municipal 4.042/2014, além de aprovação do Projeto de Incentivo junto à Câmara Técnica” (VG NOTÍCIAS, 2016)<sup>77</sup>.

A partir do início da construção do Parque Tecnológico e das ações do poder público municipal, estadual e federal, novos empreendimentos de comércio, indústria e serviços tendem a se instalar na “área de desenvolvimento econômico” de Várzea Grande, principalmente se os empresários obtiverem incentivos locacionais e adquirirem terrenos com preço mais acessível do que nas “áreas urbanizadas”. No contexto atual, identificamos o processo de valorização imobiliária, possibilitada pela instalação de empreendimentos/loteamentos urbanos e pela expansão do perímetro urbano, tal como se identifica na figura nº 22.

Cabe ressaltar que, conforme noticiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso, “ao todo, dos 80 hectares doados, no Chapéu do Sol, 16 hectares [160 mil m<sup>2</sup>] compreendem a área para a instalação do Parque e os outros 64 hectares (640 mil m<sup>2</sup>) destinam-se à Ductievicz Incorporadora Ltda EPP e Juarez Ductievicz” (FAPEMAT, 2015)<sup>78</sup>. Provavelmente, o “doador” de terras ainda dispõe de mais estoques de terras nas imediações do Parque.

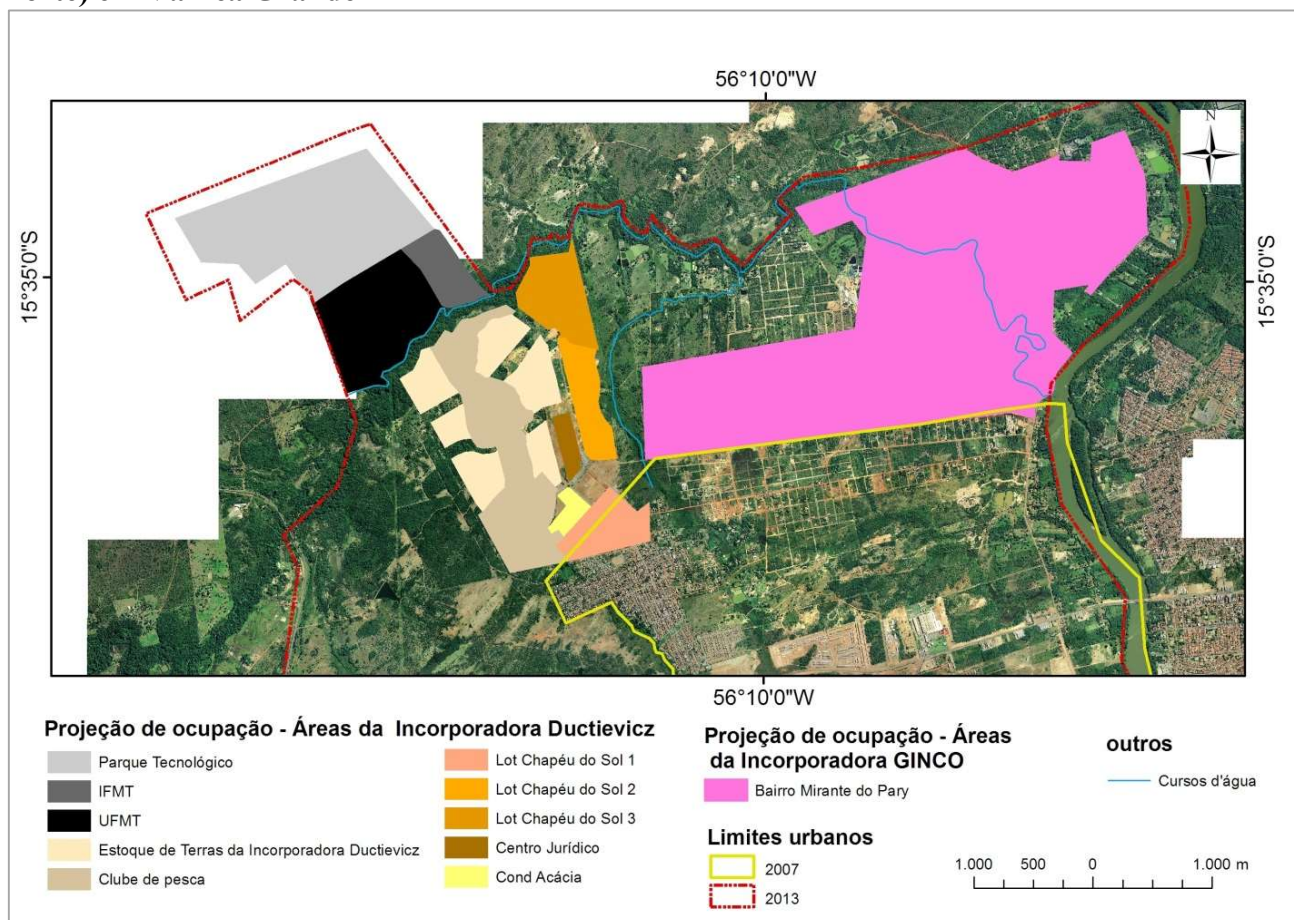
<sup>75</sup>Lei Federal de Parceria Público-Privada Nº 11.079/2004, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm)> Acesso, março de 2016.

<sup>76</sup>Lei Municipal de Parceria Público-Privada Nº 4.069/2015 <<http://www.varzeagrande.mt.gov.br/storage/Arquivos/fe4a6492fa24c8f855fa2308f8b8367a.pdf>> Acesso, março de 2016.

<sup>77</sup> Fonte: <https://www.vgnoticias.com.br/varzea-grande/vereadores-de-vg-aprovam-concessao-de-incentivos-fiscais-para-empresas-que-se-instalarem-no-parque-tecnologico/5490> Acesso: jan. 2016

<sup>78</sup> (FAPEMAT, 2015). **Parque Tecnológico: pesquisa e inovação em Mato Grosso**. Disponível em: <http://www.fapemat.mt.gov.br/-/parque-tecnologico-pesquisa-e-inovacao-em-mato-grosso> Acesso, janeiro de 2019.

**Figura 22: Carta-imagem Instalação de empreendimentos científico e urbano (região norte) em Várzea Grande – MT**



Base: Prefeitura Municipal de Cuiabá (2012) e Várzea Grande (2013), Masterplan Incorporadora Ductievicz e GINCO. Elaboração: SILVA, Rosinaldo Barbosa, 2019.

Para instalação do Parque Tecnológico de Mato Grosso e de novos empreendimentos urbanos, houve transformação de áreas rurais em urbanas. Por isso, em 2013, foi aprovada a ampliação do perímetro urbano. Além disso, foi preciso realizar um novo zoneamento urbano para determinar as áreas de “zonas especiais” e de infraestruturas sociais. O escopo empírico analisado por Silva (2015) revela a complexidade do processo de ampliação do perímetro urbano quando se avalia a legislação urbana. O Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001 no Art. 42-B, incluído pela Lei nº 12.608, de 2012, versa sobre em quais condições pode ser ampliado o perímetro urbano, especificamente nos parágrafos III, IV e VII, exigindo a dotação de infraestruturas sociais e a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de expansão urbana. Além disso, só se poderia ampliar o perímetro urbano quando a área consolidada fosse contemplada com adensamento populacional (coibição da especulação imobiliária), habitação de interesse social, regularização fundiária, implantação de infraestrutura e serviços públicos, quesitos reforçados pelo parágrafo IV do Plano Diretor

Municipal, lei n.º 3.112/2007. O descumprimento da legislação pelo poder público e pelos proprietários de terras significa a continuidade da denegação dos direitos sociais (infraestruturas e serviços coletivos) para a maioria dos moradores, principalmente das periferias urbanas, causando ônus para a sociedade e dificultando o acesso a uma cidade com justiça espacial<sup>79</sup>, visto que os investimentos públicos tendem a ser deslocados para dotação de infraestrutura da área que se torna urbana.

Constata-se a instalação de novos capitais físicos, tais como pontes, avenidas, dotação de saneamento básico, prédios públicos, áreas empresariais os primeiros condomínios residenciais (tabela nº 15).

**Tabela nº 15. Obras Chapéu do Sol – proximidades do Parque Tecnológico**

Obras	Participação	Valor (R\$)
Avenida Chapéu do Sol	Secretaria do Estado de Transporte e pavimentação urbana e Ministério das Cidades	5.612. 180, 58
Avenida Universitária (61.171,50 m <sup>2</sup> )	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA Contratada: Ductievicz Incorporadora Ltda	14.583.013,30
Avenida “A” no Bairro Chapéu do Sol, no Município de Várzea Grande-MT	SINFRA / Ductievicz Incorporadora Ltda	5.612.180,58
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso Contratadas Material Forte Incorporadora LTDA (abriu falência) Empresas Kayabi e LM Engenharia (assumiram as obras)	10.299.168,80
IFMT	Concorrência n. 004/2013 Empresa: não identificada	8.000.000,00*
Parque Tecnológico	SECITECI Contratada: BK Construções e Incorporações	8.746.855,12
Construção, Duplicação e Reforço De Ponte em Concreto Armado Sobre O Rio Pari (Obra da Copa do Mundo - 2014)	Edital de Concorrência nº 006/2011/SECOPA Contratada Exímia Construções e Serviços Ltda.	2.914.157,93
Construção da ponte Sobre O Rio Pari – Acesso à UFMT e IFMT (60,60 X 23,80)	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA Contratada: Via Áppia projetos e construções ltda.	6.034.549,72
COT PARI (Paralisada) – Área doada por empreendedor imobiliário.	Consórcio Barra do Pari / SECOPA	31.760.080,48
Fórum da Comarca de Várzea	Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	41.000.000,00

<sup>79</sup>Na parte IV da sua dissertação de mestrado, Silva (2015) identifica nas falas dos moradores do Loteamento Jacarandá, dos representantes dos movimentos sociais urbanos, as lutas cotidianas para conquista de infraestruturas sociais e serviços urbanos, na busca de melhores condições de vida e acesso aos direitos, porém as práticas autoritárias (dos grupos políticos/econômicos) ameaçam as lideranças de movimentos sociais, dificultando a construção da gestão coletiva da cidade, ver mais em (SILVA, 2015).



Grande (21.424,27m<sup>2</sup>)

Contratada: Alcance Engenharia E Construção Ltda.

**VALOR TOTAL****128.950.005,93**

Fonte: <http://geobrascidadao.tce.mt.gov.br> Acesso jan. 2019.\* Valor aproximado conforme notícia:< <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=443994&noticia=ministro-libera-r-85-milhoes-para-obras-da-ufmt-em-vg-estado-conclui-ponte>>

Constata-se que os investimentos financeiros aplicados nas obras em andamento são de aproximadamente 129 milhões de reais canalizados na instalação de prédios públicos e obras de infraestrutura urbana. Verifica-se que os valores já ultrapassam o montante divulgado nos meios de comunicação em massa, que seria o investimento de R\$ 100 milhões de reais de diferentes órgãos públicos para o Parque Tecnológico. Evidentemente, os investimentos são ainda maiores, pois não foram contabilizados aqui os recursos realizados no local pelas empresas Incorporadoras e Construtoras imobiliárias.

Ao caminhar pelo bairro Chapéu do Sol, temos a sensação de estar em um imponente canteiro de obras, pois uma nova morfologia espacial se estabelece. Nesse processo, materializa-se a produção de riquezas que revelam as formas, funções e a estrutura da produção da centralidade em torno do Parque Tecnológico, ao mesmo tempo em que o Parque é lançado como instrumento de atração de novos empreendimentos, como meio e produto de uma estratégia espacial de acumulação capitalista, das classes políticas e econômicas da Conurbação. Esse movimento revela o nível privado da produção dessa nova centralidade, estratégia espacial que só está sendo possível pela maciça transferência de recursos financeiros públicos e, por isso, sociais, na instalação de novos capitais físicos.

Após caminhar pela Rodovia Mario Andreaza, acessamos a Estrada da Guarita, que liga o Distrito da Passagem da Conceição ao centro histórico da cidade, ambas duplicadas no contexto das obras de mobilidades urbanas da Copa do Mundo 2014. Na primeira rotatória, à direita, tivemos acesso à Avenida “A”, que, por sua vez, liga-se à Avenida Universitária, onde está sendo construído edifício da Sede do Fórum da Comarca de Várzea Grande (fotos nº 40 e 41) e que dá acesso à área do PQT. Mas, para se chegar até lá, foi construída a ponte sobre o Rio Pari (fotos nº 36 e 37), a fim de permitir o acesso ao *campus* da UFMT e do IFMT e PQT (fotos nº 38 e 39).

**Foto nº 36** Obra da ponte sobre o Rio Pari, acesso ao IFMT, UFMT, PQT



Fonte: <http://geobrascidadao.tce.mt.gov.br/>  
Org: SILVA, R.B, 2019.

**Foto nº 37.** Finalização da obra da ponte sobre o Rio Pari, acesso ao IFMT, UFMT, PQT



Fonte: <http://geobrascidadao.tce.mt.gov.br/>  
Org: SILVA, R.B, 2019.

**Foto nº 38.** Obras - UFMT, *campus Várzea Grande*



Fonte:  
<http://www.varzeagrande.mt.gov.br/conteudo/16038#g=1&slide=6> Acesso: novembro de 2018. Org. SILVA, R.B, 2018.

**Foto nº 39.** Obras - IFMT, *campus Várzea Grande*



Fonte: SILVA, R.B, julho de 2016.

**Foto nº 40** Área delimitada para obras do Edifício da Sede do Fórum da Comarca de VG



Fonte: <http://geobrascidadao.tce.mt.gov.br/>  
Org: SILVA, R.B, 2019.

**Foto nº 41** obras do Edifício da Sede do Fórum da Comarca de Várzea Grande



Fonte: <http://geobrascidadao.tce.mt.gov.br/>  
Org: SILVA, R.B, 2019.

O Parque Tecnológico (foto nº 42) está sendo construído com previsão de entrega em junho de 2019<sup>80</sup>, após anos de promessas<sup>81</sup>. A intenção é a de desenvolver a economia, o conhecimento científico a ampliação de novos setores, absorver a mão de obra altamente especializada, atrair novos investimentos e empresas inovadoras para a região, trazer novos conceitos urbanos e favorecer a valorização imobiliária. Além disso, almeja-se o desenvolvimento da tecnologia e inovação ao setor industrial, agrícola e de serviços estabelecidos em áreas estratégicas, tal como o agronegócio.

**Foto nº 42. Projeto arquitetônico do Parque Tecnológico**



Fonte: <<http://www.mt.gov.br/-/6283756-secitec-apresenta-projeto-arquitetonico-do-parque-tecnologico>> Acesso: novembro de 2018. Org. SILVA, R.B, 2018

O processo de produção de um novo centro urbano se revela como expansão da centralidade de Cuiabá, da própria centralidade econômica da Conurbação, pois evidencia o processo excludente de concentração de investimentos públicos, de concentração de renda e poder no eixo norte da área urbana de Várzea Grande. Impõe-se uma nova forma de organização, uma estratégia espacial dos grupos sociais dominantes da Conurbação, sobretudo dos proprietários de terras, empresários e da elite política local.

<sup>80</sup> OLHAR DIRETO (2018). **Parque Tecnológico de R\$ 8 milhões começa a ser construído em junho**. Fonte: <<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=445713&noticia=parque-tecnologico-de-r-8-milhoes-comeca-a-ser-construido-em-junho>> Acesso, janeiro de 2019.

<sup>81</sup> **Após 10 anos, Taques assina ordem de serviço e Parque Tecnológico em VG vai sair do papel**. Fonte: <<https://www.vgnoticias.com.br/cidades/apos-10-anos-taques-assina-ordem-de-servico-e-parque-tecnologico-em-vg-vai-sair-do-papel/47280>> Acesso, janeiro de 2019.



Há uma forte e intrínseca relação entre o setor público e privado, que se configuram como alianças de classes para efetivação da estratégia espacial na instalação de projetos racionalizados, pensados nos gabinetes dos burocratas e nos escritórios dos empreendedores imobiliários. Essa aliança vem permitindo a divulgação dos novos empreendimentos urbanos pelos *Masterplans*, como mecanismos de valorização imobiliária. Isso pode ser verificado na figura nº 23, que mostra, ao norte, a localização da UFMT, do IFMT, do Parque Tecnológico, da UNEMAT, ao centro, o complexo judiciário (área também “doada” pelo empresário Juarez Ductievicz)<sup>82</sup>, com instalação do prédio do Ministério Público, Defensoria Pública, do Fórum de Várzea Grande e da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, obras orçadas em R\$ 41 milhões. Além disso, são divulgados os novos empreendimentos privados, tais como a Faculdade Damásio, os Condomínios Florença, Genebra, Origem VG, e novos condomínios e loteamentos do Chapéu do Sol urbanismo.

**Figura nº 23. Masterplan, Vista Panorâmica dos Principais Empreendimentos em Construção nas Proximidades do Parque Tecnológico**



Fonte: Masterplan digitalizado, obtido no estande de vendas da Gincó. Org: SILVA, 2019.

Novos negócios tendem a expandir-se na área norte da área urbana de Várzea Grande, com a instalação do empreendimento Gincó Empresarial Manhattan (figuras nº 23, 25 e 26), localizado no bairro planejado Mirante do Pary, que possui lotes de 250 m<sup>2</sup> a 8.000 m<sup>2</sup>, com

<sup>82</sup> Fonte: VARZEA GRANDE (2011): <http://www.varzeagrande.mt.gov.br/conteudo/7219>  
Acesso, jan. de 2019.

projeção de receber mais de 6 mil novas residências. Pretende-se atrair diversos estabelecimentos, tais como conveniência, academia, bar, restaurante, padaria, supermercado, drogaria, laboratório, clínica e escritório.

**Figura nº 24. Masterplan - Bairro Planejado Mirante do Pary, Cond. Florais da Mata e Gincó Empresarial Manhattan**



Fonte: <https://www.usadofacil.com.br/V6/mostraimovel.asp?cod=3755191> Acesso janeiro de 2019.

**Figura nº 25. Masterplan - Gincó Empresarial Manhattan - panorâmica**



Fonte: <http://gincó.com.br/empreendimentos/12/gincó-empresarial-manhattan> Acesso: novembro de 2018. Org. SILVA, R.B, 2018.



**Figura nº 26. Masterplan - Ginco Empresarial Manhattan**



Fonte: <http://ginco.com.br/empreendimentos/12/ginco-empresarial-manhattan> Acesso: novembro de 2018. Org. SILVA, R.B, 2018.

Esses negócios utilizam as infraestruturas urbanas e a proximidade do primeiro Parque Tecnológico de Mato Grosso como mecanismos para valorização do empreendimento, tal como explica o diretor de engenharia da Ginco Urbanismo:

“A inserção de um Parque Tecnológico e de universidades aumenta a velocidade dos investimentos que estão sendo direcionados para a região. O fato de estar sendo ocupada por diferentes estruturas, principalmente tecnológicas, vai chamar ainda mais as pessoas para lá e fazer com que o desenvolvimento ocorra de maneira mais rápida”, destaca Luiz Carlos Borges, diretor de engenharia da Ginco Urbanismo, diante investimentos que estão sendo feitos pelos governos federais (UFMT e IFMT) e estadual (Unemat) e demais empreendimentos privados nas proximidades” (OLHAR DIRETO, 2015)<sup>83</sup>.

Assim como a Ginco Urbanismo, a empresa Construtora e Incorporadora Rodobens, que começou a atuar em Mato Grosso em 2008, anunciou igualmente o início dos investimentos imobiliários nas proximidades do Parque Tecnológico, através do Condomínio Origem VG (figura nº 27). Segundo o diretor da empresa, houve aumento do tamanho das edificações para até 80m<sup>2</sup>, demonstrando o perfil da clientela mais abastada financeiramente da Conurbação:

<sup>83</sup> Fonte: <http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=ginco-urbanismo-investe-em-bairro-planejado-de-varzea-grande&id=20240> > Acesso fev. 2016.



O diretor-presidente Mauro Meinberg explica ainda que as casas dessa primeira fase do condomínio terão valores a partir de R\$ 200 mil. “O mercado apontou demanda por projetos de 3 dormitórios e estamos fazendo essa adequação. Outro diferencial que vamos levar ao Chapéu do Sol será o tamanho da área construída, sairemos de uma média de projetos existentes já em Cuiabá e Várzea Grande de 50 m<sup>2</sup>, para 70m<sup>2</sup> e 80m<sup>2</sup>, sempre mantendo o conceito de condomínios fechados, com segurança e clube de lazer para a família”. O projeto completo para a região prevê ainda outras fases divididas entre construções de casas bem como entregas de lotes urbanizados (VÁRZEA GRANDE, 2017)<sup>84</sup>.

Sendo assim, a produção de um novo centro é carregada da representação de uma centralidade educacional, científica, tecnológica e político-administrativa, com instalação de diversos órgãos públicos, processo que atrai investidores imobiliários, novos moradores de maior poder econômico da Conurbação, seduzidos pelos ares de “bairros planejados”, “bairros exclusivos” e pela mercantilização do verde. Constrói-se, assim, uma nova morfologia espacial no tecido urbano.

**Figura nº 27. Projeto da RODOBENS, Condomínio Origem VG**



Fonte: <https://www.comprandomorando.com/2018/08/rodobens-condominio-origem-vg.html> Acesso: novembro de 2018. Org. SILVA, R.B, 2018.

A BrDU Urbanismo, com mais de 20 anos de mercado, lançou seu primeiro empreendimento em Várzea Grande, o Loteamento Parque das Águas, com 1.462 lotes residenciais e comerciais com tamanho padrão de 250m<sup>2</sup>. As casas que estão sendo construídas no Loteamento Parque das Águas da BrDU Urbanismo (fotos nº 43 e 44) e no Condomínio Florais da Mata da Ginco demonstram as formas arquitetônicas arrojadas das casas, com um, dois e três pavimentos, excelente padrão construtivo e de acabamento, áreas

<sup>84</sup> Fonte: <<http://www.varzeagrande.mt.gov.br/conteudo/16351>> Acesso, jan. 2019.

construídas amplas, com quintais e jardins, conferindo ao lugar um novo estilo de morar e viver intramuros e entre a mesma classe social, orientando mais ou menos uma padronização de estilo de vida.

**Foto nº 43. Loteamento Parque das águas, BrDU Urbanismo**



Fonte: <<http://www.brdu.com.br/portfolio/parque-das-aguas/>> Org: SILVA, R. B, 2019

**Foto nº 44. Loteamento Parque das águas, BrDU Urbanismo**



Fonte: <<http://www.brdu.com.br/portfolio/parque-das-aguas/>> Org: SILVA, R. B, 2019



A produção de uma nova centralidade atraiu também a Empresa Orleans Agropecuária Ltda/Cipasa Urbanismo, que é uma das maiores desenvolvedoras de projetos urbanos no Brasil e está implantando o seu primeiro condomínio em Várzea Grande, o Verana (foto nº 45 e figura nº 28). Ele está localizado próximo à Avenida Mário Andreaza, a principal via de acesso ao PQT. Com obras em 60% de *status* de construção, o empreendimento possui 262.699,85 m<sup>2</sup> de área total, divididos em 464 lotes residenciais e 4 comerciais, com lotes fracionados a partir de partir de 250 m<sup>2</sup>, contando com sistema de lazer e um clube com mais de 10 mil m<sup>2</sup>.

**Foto nº 45. Obras do condomínio da Cipasa, Verana Várzea Grande**



Fonte: <https://cipasa.com/empreendimentos/verana-varzea-grande> Acesso, jan. 2019.

**Figura nº 28. Projeto do Condomínio Verana Várzea Grande, da Cipasa**



Fonte: <https://cipasa.com/empreendimentos/verana-varzea-grande> Acesso, jan. 2019.

A empresa Ductievicz Incorporadora Ltda. Epp e a Chapéu do Sol Urbanismo pertencem ao mesmo proprietário que “doou” as terras para a instalação de diversos prédios públicos, a fim de valorizar as suas próprias terras. A empresa lançou o Loteamento Parque Genebra, com entrega prevista para junho de 2018, e o Condomínio Florença, com previsão de conclusão em junho de 2019. O empreendedor estabeleceu fortes parcerias com o poder público, o que vem garantindo a realização seu sonho:

O empresário Juarez Ductievicz, doador da área no Chapéu do Sol, disse que quando veio de Alta Floresta, seu sonho era transformar aquela região em um grande bairro, e que hoje está perto de transformar em realidade por meio de parcerias com o governo do Estado, Poder Judiciário, Universidade Federal de Mato Grosso e Prefeitura (VG NOTÍCIAS, 2017)<sup>85</sup>.

O loteamento Parque Genebra (figura nº 29) localiza-se ao lado da Área do Parque Tecnológico e em seu centro encontra-se o Complexo Judiciário e a Faculdade Damásio. As letras miúdas do panfleto publicitário informam: “os serviços públicos que atenderão a região são de responsabilidade do Poder Público competente”, além de constar que se trata de um loteamento, ou seja, sem limites de um condomínio fechado.

**Figura nº 29- Projeto do Parque Genebra, ao lado do Parque Tecnológico**



Ductievicz Incorporadora Ltda. CNPJ nº 04187487 / 0001-14. Parque Genebra. As imagens deste material publicitário são ilustrativas e sujeitas a alteração sem aviso prévio. O Perímetro do empreendimento é aberto e integrado ao Município de Várzea Grande, finalidade mista (residencial e comercial), não se tratando de incorporação imobiliária. Os serviços públicos que atenderão a região são de responsabilidade do Poder Público competente. A urbanização e as edificações em áreas de propriedade pública são passíveis de alteração unilateral pelo Poder Público competente.

Fonte:< <https://www.lancamentosonline.com.br/imoveis/residencial-parque-genebra-227.html#lg=1&slide=0> > Org: SILVA, R.B, 2019.

<sup>85</sup> FONTE:< <https://www.vgnoticias.com.br/cidades/pedra-fundamental-do-novo-complexo-judiciario-em-vg-e-lancada/37479> > Acesso: jan. de 2019.



A projeção de empreendimentos modernos se coloca na perspectiva mundial de criação de parques tecnológicos, como empreendimento local, vinculado às dinâmicas globais, inserindo-se na realização do ciclo do capitalismo e da reestruturação produtiva, tal como explica Harvey (2006) sobre a passagem do administrativismo para o empreendedorismo urbano e Gaspar (2016, p. 11), sobre o “*sprawl*” da urbanização difusa, da perda da antiga centralidade para criação de parques temáticos. A governança urbana em torno dos empreendimentos não trata apenas de investimentos locais em infraestrutura, mas sim de criar “sinergia suficiente no processo de urbanização para que as **rendas de monopólio** sejam criadas e realizadas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais” (HARVEY, 2014, p. 191) [grifos nossos].

#### 4.7 Estranhamento popular frente à produção de um novo centro

A construção de centros, inerente à urbanização como processo de absorção do excedente de produção, revela-se na radicalidade pela concentração de renda, pela precariedade da vida e pela exclusão social.

Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um **excedente de produção**. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa...). [...] O capitalismo precisa da **urbanização** para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e urbanização. (HARVEY, 2014, p. 30).

Consideremos, aqui, os dados a respeito de trabalho e renda da Conurbação, pois eles evidenciam uma gigantesca desigualdade social que nada se compara aos montantes transacionados pelos bancos ou à riqueza da centralidade econômica (mostrada anteriormente). Várzea Grande possui 282.009 habitantes (população estimada IBGE, 2018), desse total, apenas 52.317 pessoas possuem emprego formal (IBGE, 2016), representando somente 19,3% da população total. A média salarial é de 2,2 salários mínimos, todavia o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo é de 32,4%, ou seja, em precariedade de vida. Além disso, parte significativa dos várzea-grandenses está desempregada e/ou realiza trabalhos informais. Contraditoriamente, o

PIB per capita (2016) é de R\$ 26.937,68, revelando que há riqueza produzida, mas concentrada em poucas mãos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (2010) é de 0,734, considerando que quanto mais perto de 1 melhor IDHM. Já a população de Cuiabá é de 607.153 pessoas (estimativa IBGE, 2018), das quais 256.281 estão ocupadas (2016), representando 43,8% da população. A média salarial (2016) é de 3,8 salários mínimos, mas o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo é de 30,7%. Portanto, a desigualdade social em Cuiabá é também alarmante. O PIB per capita (IBGE, 2016) da cidade é de R\$ 37.930,34, o que revela alta concentração de renda, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -IDHM (2010) era de 0,785.

A Conurbação Cuiabá-Várzea Grande possui, no total, 889,162 habitantes, mas apenas 308.281 pessoas possuem trabalho formal (2016), sendo que aproximadamente 184.000 pessoas recebem até meio salário mínimo. Verifica-se a alta vulnerabilidade e precariedade em que vivem essas pessoas, considerando os seus rendimentos, situação que, conseqüentemente, piora a qualidade de vida da maior parte dos trabalhadores. Os PIBs de Cuiabá e Várzea Grande somados representam 49% do Produto Interno Bruto do estado de Mato Grosso, sendo que Cuiabá segue a mesma tendência das atividades econômicas de Várzea Grande, que possui 77% do PIB oriundo da prestação de serviços, 21% da Indústria e apenas 2% do remanescente de atividades da agropecuária.

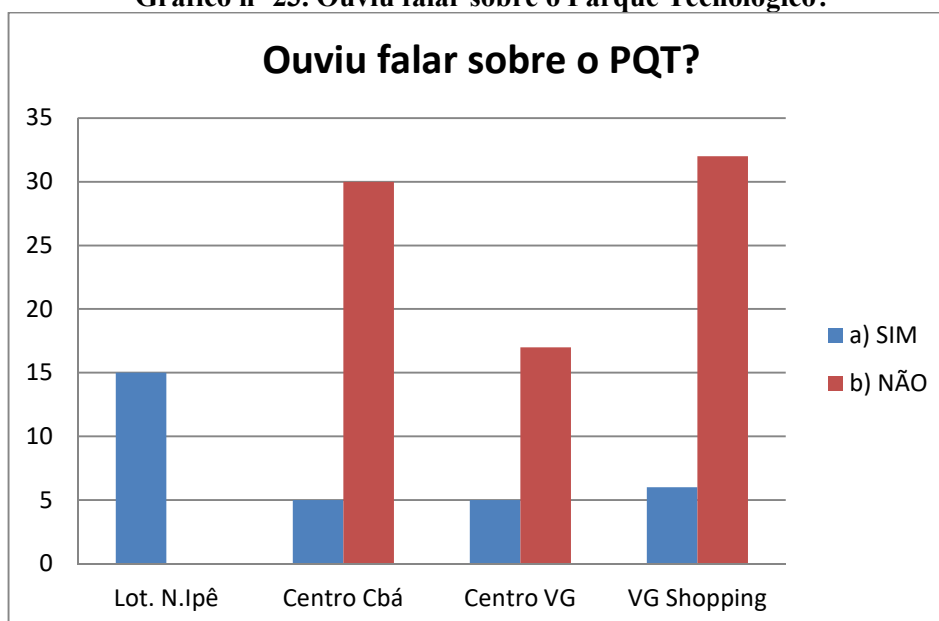
Esses dados socioeconômicos foram considerados nos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP da UFMT e do IFMT para justificar a instalação dos *campi* educacionais em Várzea Grande do parque tecnológico. O PPP do IFMT - *campus* Várzea Grande destaca o quantitativo alarmante de desempregados na cidade: o censo demográfico de 2010 constatou que a população entre 20 e 60 anos de idade é de aproximadamente 120.000 pessoas, e há somente cerca de 53.000 pessoas ocupadas no município (BRASIL, 2015, p.16). Constata-se, assim, que não há produção, uso e controle democráticos sobre o emprego dos excedentes produtivos na urbanização. Caso houvesse, teríamos maior qualidade na urbanização e na vida social com a gestão democrática e coletiva dos excedentes produtivos. Essa noção da precariedade e questionamentos do agronegócio, por meio da implantação do PQT, está presente nas falas dos moradores/trabalhadores e dos representantes sociais entrevistados.

Nesse viés, verifica-se, no gráfico nº 23, que mais de 75% das pessoas entrevistadas, somadas aquelas do centro de Cuiabá, do centro de Várzea Grande e do Shopping Várzea



Grande, nunca ouviram falar sobre o PQT. Nesses mesmos lugares, em média, apenas cinco pessoas tinham noção da instalação do empreendimento, principalmente pelos meios de comunicação em massa. Isso deixa claro que a produção de um novo centro está acontecendo por agentes sociais diferentes (empreendedores, elite política), excluindo das decisões espaciais a sociedade da Conurbação. Apenas a totalidade das pessoas pesquisadas no Loteamento Nova Ipê ouviu falar sobre a construção do Parque Tecnológico, o que se pode atribuir ao fato de que, ao caminhar pelo loteamento, é possível enxergar, no horizonte distante, as aberturas de novos loteamentos e a construção do PQT, que marcam a morfologia espacial e aguçam a curiosidade das pessoas quanto à obra que está sendo realizada. Além disso, os moradores conversam entre si sobre o “dono da área”, o que alimenta o discurso de progresso e valorização imobiliária que, por sua vez, aumenta a expectativa dos cidadãos de melhorias diversas no loteamento existente há anos, mas precário em infraestrutura e serviços urbanos, enquanto divulgam-se os novos empreendimentos.

**Gráfico n° 23. Ouviu falar sobre o Parque Tecnológico?**



Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo (2018). Organização: SILVA, R. B. 2018.

O processo de acumulação capitalista do setor do agronegócio e as estratégias espaciais mobilizam infraestrutura para reprodução do capital, mas enfrenta certa análise crítica de alguns entrevistados:

Tem o discurso, de instalar o PQT, a UNEMAT, mas até agora nada. Mas tem que estar junto com a sociedade, qual a relevância para a sociedade? Até agora não sabemos nada, eu acho que quando fosse construir um empreendimento desses deveria ter audiências públicas com a sociedade, com os presidentes de bairros e associações para discutir. O **meu sonho é ver o meu povo com direitos, com dignidade**, educação digna, não viver na mentira, de **melhoria para a sociedade, para o coletivo**, nisso tentamos trabalhar para ver se acontece. Dizem que o povo brasileiro é acomodado, mas as lideranças são os primeiros a serem assassinadas. (Samuel informação verbal, 2018) [grifos nosso].

A noção da precariedade da vida e de privação de direitos sociais, inclusive o direito à cidade, aparece na fala da entrevistada Aline, quando esta questiona a construção do PQT. Ela diz que é preciso melhorar muita coisa na cidade, como a infraestrutura básica, saneamento, asfalto, iluminação, acesso à moradia, inclusive na Cohab onde um dos filhos dela mora, na região norte de Várzea Grande, em um dos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida – MCMV, localizada naquela região de acesso ao PQT. Já Carolina espera que as obras do PQT embelezem a cidade: “Acho que ficaria bom, porque Várzea Grande é uma cidade feia, o pessoal é esquecido. Talvez fique melhor que o centro de Várzea Grande, pois tem que ter coisas melhores na cidade” (Carolina, informação verbal – 2018). É interessante notar a observação da entrevistada de que a própria paisagem da cidade é feia, e a ideia de que o povo é esquecido pelo poder público e pelos empreendedores parece coadunar com a ideia de modernidade e embelezamento da cidade com novas obras. Entretanto, a entrevistada Rúbia, assim como Aline, questiona a construção do PQT:

Eu pergunto assim, porque um lugar tão longe? Porque assim, quem não tem condições financeiras, um carro, vai lá? Não vai, você pega um ônibus e vai para o centro de Cuiabá, é mais prático. É igual aquele Hospital Universitário, lá na saída para Santo Antônio de Leverger, está até fechado e cheio de mato. Eles fazem uns projetos muito doido (Rúbia, informação verbal – 2018).

Constata-se, na fala da entrevistada acima, que o projeto de construção do Parque Tecnológico não responde às suas necessidades e nem às de outros moradores, por isso ela não vê sentido na construção de um novo centro distante da área urbana. Ao ouvirmos alguns moradores, constatamos a cidade urge por espaços de convivência, lúdicos e culturais. A moradora Viviane, por exemplo, percebeu a valorização imobiliária em algumas visitas: os lotes na região do Chapéu do Sol que valiam cerca de 10 mil reais há alguns anos tiveram aumento de preço, uns para 60 mil, outros para mais de 100 mil reais. Mas sua expectativa é

que, com o PQT, haja concursos públicos e que oferta de atividades para a comunidade externa, com opções de **esporte, dança, música, teatro**, dentre outro [grifos nosso], ou seja, que seja prezado o *valor de uso*, o uso social e lúdico da centralidade. Viviane espera que a cidade se desenvolva socialmente, pois, a partir de seu trabalho como professora nas escolas dos bairros de Várzea Grande, vê a carência e a precariedade da cidade, onde muitos jovens e pais de famílias não veem perspectivas de futuro. Ela critica: “aqui, por incrível que pareça, tem muitas indústrias, muitos lugares onde fazem armazenamento de grãos, então aqui tem dinheiro, mas a questão é a administração” (Viviane, informação verbal, 2018).

A complexidade na produção de centro e da urbanização da Conurbação se intensifica quando se constata que as estratégias espaciais, com a construção do PQT, parecem deslocadas da cidade, das reais necessidades dos moradores, das lideranças sociais. Nesse sentido, o diretor da CUT confirma que a entidade e/ou a Frente Brasil Popular/MT não tem conhecimento sobre, não tendo havido nenhuma reunião para discutir sobre a construção do Parque Tecnológico. Ele ainda afirma que caberia às Universidades esclarecer os grupos sociais quanto a esse processo:

Queira ou não para a gente fazer esse debate assim, sem conteúdo, sem aprofundamento é muito difícil, aí eu te pergunto: a Universidade Federal já não era para estar nos provocando para isso? A UNEMAT já não era para estar fazendo isso? Não adianta eu levantar a bandeira e ir lá e questionar porque a própria população vai jogar pedra em mim. Se não tiver academia, pessoas que entendem de urbanização, de espaço de resistência, de convívio social, pra nos subsidiar, fica muito difícil de a gente fazer isso (Diretor da CUT, informação verbal – 2018).

Verifica-se a dificuldade de mobilização dos moradores e das lideranças dos movimentos sociais em colocar na agenda a questão urbana, para fortalecer a luta por meio da construção do entendimento das estratégias espaciais do Estado e dos empreendedores, a fim de construir uma outra estratégia política do espaço pelos moradores e movimentos sociais. Enquanto isso, a elite política econômica organiza-se e apropria-se das esferas estatais para defender os seus interesses e lançar cada vez mais o trabalhador na precarização. É o que constatamos quando participamos do 11º evento promovido pela Associação dos produtores de soja e milho do estado de mato grosso, Aprosoja, que teve o seguinte tema: “Toda crise traz oportunidades. Saiba como aproveitá-las”, realizado no dia 07/07/2016, no “Gran Odara Hotel” em Cuiabá, MT. Nesse evento, acompanhamos as principais falas dos representantes

políticos de Mato Grosso e de especialistas, tais como jornalistas e economistas. Identificamos ali os discursos criados no processo de crise política econômica do Brasil e as possibilidades de implementação de projetos neoliberais que, de certo modo, permitem a reestruturação produtiva, a exemplo do processo de flexibilização da produção e da legislação na fala do representante político Nilson Leitão (PSDB-MT), Deputado Federal e Vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) da câmara dos deputados:

O vice-governador - Carlos Henrique Fávaro (PP) - esteve conosco na primeira reunião quarta-feira passada fazendo um trabalho de destravamento das licencias ambientais. É um absurdo o produtor e quem quer gerar riqueza ficar esperando um órgão às vezes um ano, dois anos, três anos, cinco anos, às vezes uma eternidade para se pronunciar se pode dar licencia para produzir, para plantar (aplausos) [...] O que nós estamos discutindo também é a reação da **questão fundiária**, no país como o nosso continuamos a ter a insegurança jurídica de uma propriedade. O proprietário não sabe se ele pode ser dono amanhã de manhã, porque uma porcaria de órgão federal tem maior poder do que uma decisão presidencial ou de uma lei, um absurdo (Nilson Leitão, PSDB-MT, 2016).

A ideia de manutenção de subsídios financeiros do Estado para incentivo ao crescimento dos setores econômicos, inclusive do agronegócio, é defendida pelos representantes políticos. O Senador José Antônio Medeiros (PSD-MT), suplente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), disse agir contra a taxaço do setor do agronegócio, mesmo no contexto de crise econômica:

Aqui todo mundo diz que é amigo do Agronegócio [...], mas na hora da dificuldade [...] todo mundo fala em taxaço. E, há poucos dias eu até fiz uma provocação ao nosso amigo, Blairo Maggi, falei: olha, hoje a Imprensa está divulgando que o governo está pensando em taxar, eu quero saber o que o senhor acha? **Para minha alegria ele falou “eu sou totalmente contra”. A agricultura tem que ter subsídio para sobreviver**, porque tem crise hídrica, como temos aqui, no nosso caso temos ainda uma falta de infraestrutura para contribuir, se for taxar vai ser como tirar lenha da caldeira da nossa locomotiva, então tenho trabalhado nessa linha (José Antônio Medeiros, PSD-MT, 2016) [grifos nosso].

Além de defender os interesses dos produtores rurais no quesito de desoneração dos impostos, o representante político defende o projeto neoliberal de flexibilização do trabalho, ou seja, onerar o trabalhador mesmo em momentos de crise:

Tenho trabalhado até com subsídio da APROSOJA, da FAMATO, tenho apresentado alguns projetos para o setor, como desoneração do PIS CONFINS da cadeia do algodão, questão de uma flexibilização da CLT na área rural, não acabar com a CLT, mas tem certos momentos, que vocês sabem, **é preciso ter uma flexibilidade porque temos intempéries** (José Antônio Medeiros, PSD-MT, 2016) [grifos nosso].

A ideia de não “acabar com a CLT”, para o Senador José Antônio Medeiros, é estratégica, pois, segundo ele, os trabalhadores têm consciência coletiva de que alterar algo da Consolidação das Leis do Trabalho significa perda de direitos. Nesse sentido, ao invés de alterar a CLT, a elite econômica deve somar esforços para criar outros regimes de contratação que não sejam por meio de carteira assinada, para evitar desgastes com os movimentos sindicais e protestos dos trabalhadores. Assim, com o passar do tempo, nenhum empregador contrataria pela CLT e o trabalhador não teria outra opção a não ser se sujeitar às novas modalidades de contratação.

A Jornalista e palestrante Eliane Cantanhêde também fez uma fala no evento defendendo a postura de austeridade fiscal e reformas que retiram direitos sociais adquiridos para beneficiar as classes mais abastadas, na medida em que socializam as perdas da crise para a sociedade:

Michel Temer (PMDB) precisa aprovar medidas muito duras: reformas da previdência, reforma política, uma série de coisas que ele não conseguirá se não fizer as negociações com os políticos, com os parlamentares, que ele tem que fazer. O Temer tem uma boa equipe, o Temer tende a crescer em definitivo (Eliane Cantanhêde, 2016).

O economista Gustavo Loyola explicou o contexto de crise econômica no Brasil e o cenário futuro para o setor do agronegócio analisando o contexto mundial, principalmente dos Estados Unidos, da Europa e da China. Loyola ressaltou que a instabilidade econômica, política e financeira pode interferir no cenário produtivo da agropecuária. Outra questão destacada pelo economista foi a necessidade de investimento em capital fixo, redução do estado e, por fim, flexibilização e austeridade fiscal para recuperação da economia:

Acreditamos que a economia vai crescer ano que vem (2017) 1,2% e a nossa projeção para 2018 é de 2,3%. O que a gente vê hoje é sinais de recuperação da economia brasileira. Importante nesse processo é **a capacidade que governo terá de aprovar um ajuste econômico, um ajuste fiscal forte e**

**também as reformas.** É importante que o governo Temer de passos na direção certa [...] Temos que politicamente brigar para diminuição das despesas do governo, isso significa ter um **governo mais enxuto**, um governo que esteja onde ele é necessário e não entrando em segmentos que podem ser perfeitamente **passados para a iniciativa privada** que vai tratar desse esquema como maior eficiência (Gustavo Loyola, 2016) [grifos nosso].

Através das falas dos palestrantes do evento da APROSOJA, podemos identificar as intencionalidades dos representantes políticos, de intelectuais, da iniciativa privada e do Estado em criar discursos nos momentos de crises econômicas (e políticas) para influenciar a sociedade a aceitar as políticas de austeridade fiscal, que são uma estratégia de socialização das perdas econômicas para a sociedade, enquanto a riqueza é centralizada nas mãos dos capitalistas. Harvey (2013) explica que esse processo acontece no movimento de reestruturação do capital, pelas ações para flexibilização das leis trabalhistas, do aumento da exploração do trabalhador pela terceirização, possibilitando aos empresários e banqueiros o aumento do lucro. Destacamos que essa articulação dos produtores rurais, no evento da APROSOJA, aconteceu em um requisitado hotel da capital, evidenciando, mais uma vez, a centralidade econômica da Conurbação na tomada de decisões para a classe mais abastada do estado.

Neste sentido, algumas medidas estão sendo criadas pelo governo do Estado de Mato Grosso para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação<sup>86</sup>, tal como a Lei Federal nº. 11.196/2005, conhecida como “A Lei do Bem”, que foi regulamentada em junho de 2006, e cria o Regime Especial de Tributação, além de estabelecer a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que desenvolvem internamente atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica na criação de novos produtos, agregação ou novas funcionalidades ao produto ou ao processo produtivo. Conforme dados da Seciteci (2015, p. 40), dentre as empresas beneficiárias de Mato Grosso a partir de 2011 estão: Agropecuária Maggi Ltda e AMAGGI Exportação e Importação Ltda<sup>87</sup>, ambas com sede em Cuiabá, a

<sup>86</sup> Acesso às diversas operações creditícias pelo BNDES, criação de incentivos fiscais (tais como as analisadas no primeiro capítulo desta tese), criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs da UFMT e IFMT em 2008, rede de *Startups*, Incubadoras de Empresas de base tecnológica (atualmente são 7), dentre outros, ver mais em (SECITECI, 2015).

<sup>87</sup> Empresas do atual Senador Blairo Maggi, que atua compondo a Bancada Ruralista de Mato Grosso, defendendo os interesses dos grandes produtores, agindo inclusive para investimentos públicos no Parque Tecnológico, tal como explana a notícia: **Maggi prepara projetos do Mapa para investir no Parque Tecnológico de MT; Empraba deve ser ‘carro-chefe’**. Fonte: <<http://www.noticiasmatogrosso.com.br/maggi-prepara-projetos-do-mapa-para-investir-no-parque-tecnologico-de-mt-empraba-deve-ser-carro-chefe/>> Acesso: janeiro de 2019.



Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda e a Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda, da cidade de Diamantino.

A família do Senador Blairo Maggi tem participado de investimentos imobiliários, a exemplo do empreendimento *Malai Manso Resort* no Lago de Manso, em Chapada dos Guimarães, a 65 km de Cuiabá, empreendimento que “tem como sócios três filhos do ministro da Agricultura Blairo Maggi e outros dois acionistas” (G1, 2018), além disso, o empreendimento conta com supostas irregularidades de acesso à incentivos fiscais<sup>88</sup>.

Além disso, a instalação do PQT baseia-se nos discursos históricos que afetam o imaginário coletivo com o slogan “Várzea Grande, Cidade Industrial”, ou mesmo “Cuiabá: Capital do Pantanal e do Agronegócio”, criando o que Harvey caracteriza como “capital simbólico coletivo”, como forma de impregnar no lugar o poder de atração de capitais, com as batalhas discursivas (mídia, políticos e empresários) ganhando legitimação social. Essa estratégia de marketing pode ser constatada na Conurbação, por exemplo, na defesa de Cuiabá como sede da Copa do Mundo de 2014 e, em certo sentido, na tentativa de convencimento da sociedade, nas audiências públicas<sup>89</sup> para ampliação do perímetro urbano, por parte das elites locais, empresários e políticos, na defesa da instalação do PQT.

Esse processo não se realiza sem transformação radical na prática social, principalmente pelas relações de trabalho a que os moradores da cidade são submetidos, desde atividades totalmente ligadas ao crescimento econômico de Mato Grosso, em especial, à produção agropecuária, tal como as desempenhadas pelos trabalhadores da *Br foods*, no bairro Cristo Rei em Várzea Grande, às atividades de comércio e serviços dinamizados pelo crescimento da agropecuária de mato-grossense. Nesse sentido, a instalação do Parque Tecnológico se coloca como uma estratégia espacial para fortalecimento produtivo a fim de derrubar as barreiras espaciais do agronegócio. Ao mesmo tempo, alimenta as possibilidades de extração da renda da terra baseada no poder monopolista de proprietários privados sobre alguns ativos, tal como a propriedade privada da terra. A falta de força de trabalho

---

<sup>88</sup> **Concessão de incentivos fiscais a resort de luxo que tem filhos de ministro como sócios é investigada em MT.** Fonte: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/suposta-irregularidade-na-concessao-de-incentivos-fiscais-para-construcao-de-resort-de-luxo-em-mt-e-apurada.ghtml>> Acesso: janeiro de 2019.

<sup>89</sup> Ata da 1º, 2º e 3º Audiência Pública referente à Ampliação do Perímetro Urbano, realizadas respectivamente nos dias: dia 18 e 23 de abril de 2013 e 28 de junho de 2013. Disponibilizada pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, ver mais em Silva (2015).

qualificada, carência de infraestrutura de transporte, de logística para diminuir o tempo de circulação da produção de outras mercadorias e as necessidades de avanços tecnológicos contribuem para o fortalecimento de diversas especulações em torno do Parque Tecnológico. Isso se dá sobretudo no viés imobiliário, em que o PQT imprime um ar de singularidade que exigirá e atrairá novas empresas, de forma que serão ofertados novos serviços e serão recebidos novos profissionais e novas unidades habitacionais com projetos arquitetônicos arrojados. Esse processo forma a centralidade comercial e de serviços no que diz respeito à rede de transportes e comunicação aliada à proximidade de certas atividades altamente concentradas, tal como o centro comercial, empresarial e de serviços previsto no projeto urbanístico do Parque Tecnológico. Nesse sentido, os planejamentos estatais aliam-se ao desenvolvimento do agronegócio e à produção de um novo centro urbano, o que reforça o discurso da projeção de Cuiabá como a “capital do agronegócio”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação científica, analisamos o processo de reestruturação do capital que se realiza por meio de diferentes mecanismos fiscais, creditícios mediante as parcerias com as instituições financeiras e o desenvolvimento de estratégias espaciais do Estado na perpetuação das relações de classe e privilégios das elites econômicas e políticas locais, nacionais e globais. Essas elites locais compõem-se pelos latifundiários, pela bancada do agronegócio, agregando-se à elite política, e pelas elites empresariais, industriais e imobiliárias da Conurbação, bem como pelas elites nacionais e globais – representadas pela Instituição do Estado, Instituições financeiras mundiais (banqueiros) e pelas grandes empresas ligadas ao capital financeiro, tais como as corporações internacionais, fornecedores de insumos e implementos agropecuários. Esses grupos utilizam-se do poder econômico, político, de influência e controle dos meios de comunicação em massa para realizar conformação social das relações de dominação.

Assim, a reestruturação do capital tem significado a busca insaciável de novas áreas de reprodução do valor de troca, na qual o avanço da fronteira agrícola na região Centro-Oeste, a partir de 1970, cumpre o seu papel da forma mais perversa e pseudomoderna possível, pela recomposição das dominações de classe, pela perpetuação da propriedade privada da terra e de grandes latifúndios e pela expropriação de pequenos posseiros, trabalhadores do campo, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais e ribeirinhas. A abertura de novas áreas para reprodução do capital mundial potencializou o crescimento econômico da agropecuária mato-grossense, no desenvolvimento da agroindústria, sobretudo no fortalecimento do agronegócio a partir de 1990 pela produção de *commodities* altamente vinculada ao mercado financeiro global, contribuindo para a superação dos momentos de estagnação e desvalorização do capital manifestado nos momentos de superacumulação e crises.

A complexidade da produção de centros na Conurbação Cuiabá-Várzea Grande se manifesta pela concentração de recursos financeiros creditícios do Governo Federal para financiamento empresarial, industrial, do comércio e serviço, bem como pelos intensos fluxos de transações bancárias, pela concentração das Instituições financeiras e estatais que coordenam a gestão política e econômica da cidade e da sociedade da Conurbação. Permite-se, assim, a acumulação por espoliação, pois envolvem, no *nível federal*, as políticas de austeridades fiscais – cortes dos gastos públicos, preferencialmente contingenciamento dos investimentos sociais –, as políticas fiscais, tais como no controle do câmbio, taxas de juros,

inflações, criação de fundos de investimentos produtivos, dentre outros. A acumulação por espoliação se revela também no *nível estadual*, sobretudo pela intensidade dos incentivos fiscais aos grandes produtores de todas as facetas produtivas do agronegócio, em que se incluem os industriários e empresários. Revela-se, ainda, no nível *municipal*, com alterações das leis de incentivos fiscais principalmente para os novos investidores empresariais em torno do Parque Tecnológico. Todos esses níveis de domínio da ação do Estado se realizam aumentando o grau de relação com os setores produtivos.

Lança-se, dessa forma, a **espoliação** da sociedade cuiabana e várzea-grandense, liberando os ativos, inclusive da força de trabalho desvalorizada e aumento do cadastro industrial de reserva, produzindo níveis cada vez mais profundos de precariedade de vida. Isso se efetiva pelas relações de trabalho cada vez mais flexíveis, com remunerações baixas, altas taxas de desemprego e informalidade, bem como pela morfologia urbana marcada pelas desigualdades sociais – de um lado, produz-se uma centralidade econômica que contribui para realização do agronegócio, para a projeção da cidade como mercadoria e ainda empreendimentos urbanos espetacularizados; de outro, produz-se uma centralidade social precarizada que carece de espaços públicos de qualidade e atividades culturais, lúdicas e de socialização que prezem pelo valor de uso. Além disso, reproduzem-se as áreas residenciais precárias de infraestruturas urbanas – muitos bairros ainda contam com pouquíssima iluminação pública, gritantes dificuldades de acesso à água tratada, ao asfalto, ao atendimento de saúde, à educação e a outros equipamentos urbanos, tais como centro comunitário e centros culturais. Essa paisagem nada tem de ligação com a pujança econômica do agronegócio e com as áreas mais elitizadas da Conurbação, a não ser pela necessidade das desigualdades sociais, da precariedade de vida e do trabalho para o capital se reproduzir por meio da acumulação por **despossessão**, marcada pela erosão dos poucos direitos socialmente construídos. A despossessão se manifesta inclusive pela produção privada de novas centralidades e empreendimentos urbanos modernos, expulsando os menos favorecidos economicamente para longe dos centros urbanos, em condições de vida cada vez mais degradantes.

A projeção da Conurbação Cuiabá-Várzea Grande no cenário mundial, com instalação de novos empreendimentos modernos e do próprio Parque Tecnológico, efetiva-se enquanto estratégias espaciais das classes dominantes na busca por fortalecer competitividade e atratividade de novos negócios financeiros. Os investimentos em ciência e tecnologia, aliados à centralidade econômica estratégica da Conurbação, potencializam a industrialização de matéria-prima, o aumento das taxas médias de lucro dos produtores do agronegócio, o

acirramento entre a força de trabalho especializada e não especializada, o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, bem como a criação de novos estilos de vida e padrões de comportamentos, de novas possibilidades de extração da renda da terra por meio dos avanços financeiros e especulativos do setor imobiliário, de novos papéis e escalas de atuação dos agentes econômicos e reconfigurações espaciais como condição necessária geral da acumulação capitalista.

Os centros urbanos da Conurbação têm se tornado cada vez mais manifestação da cidade enquanto mercadoria e lugar de consumo. Os empreendimentos urbanos modernos instalados nos últimos anos e a construção do Parque Tecnológico revelam a incorporação do urbano aos novos padrões de investimentos locais. Criam-se *infraestruturas físicas* – prédios, avenidas – e *sociais* – educação, ciência, tecnologia -, buscando sinergias para extração das rendas de monopólio, renda da terra, valorização, especulação e intensa financeirização imobiliária, aprofundando as desigualdades sociais, a precarização da vida e a radicalização da pobreza como condição necessária à reprodução do capital na Conurbação.

O desafio que identificamos nesta tese é o de como subverter essa lógica perversa e desumana na produção de centros urbanos na Conurbação. Essa subversão, no nosso entendimento, pode se realizar pela reivindicação social da gestão coletiva da cidade e das resistências cotidianas que borbulham na tessitura da prática social, mas que precisam ganhar novas proporções e intensidade. A gestão coletiva da cidade perpassa a compreensão social da contradição do fato de a Conurbação se tornar cada vez mais o centro de gestão do agronegócio e, ao mesmo tempo, poder ser o centro de resistência e centralidade social e de gestão coletiva, posto que os movimentos sociais e os trabalhadores como um todo podem assumir a Conurbação como escala estratégica para ação e “parar a produção” (visto que os maiores fluxos financeiros e decisões políticas estão na Conurbação) para reivindicar a socialização da riqueza produzida socialmente e abarcada pelo agronegócio e, ainda, pressionar o Estado para promoção de novas políticas sociais como forma de socializar e gerir coletivamente a riqueza produzida, potencializando a crítica ao modelo produtivo capitalista, criando novas possibilidades de viver e se realizar na cidade, subvertendo as lógicas existentes e produzindo uma cidade com justiça e equidade social.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Zuleika Alves. **Onde está o agro deste negócio?** Tese (doutorado), UNICAMP, Campinas 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. **Relatório de Gestão 2008-2016 / Universidade Federal de Mato Grosso**. Cuiabá. Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Comunicação e Múltiplos, 2016.

CAMARGO, Lígia (org.). **Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica**. Cuiabá, MT. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Entrelinhas, 2011.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá / **Evolução Urbana de Cuiabá**. / IPDU -Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Cuiabá: 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_ **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_ **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_ **A (re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CIRCUITOMT. **Ampa e Aprosoja inauguram sede própria**. Disponível em: <<http://circuitomt.com.br/editorias/economia/48914-ampa-e-aprosoja-inauguram-sede-propria.html>> Acesso, janeiro de 2019.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Edusp/ Contexto, 2000.

ELIAS, Denise. **Globalização, agricultura e urbanização no Brasil**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013.

FRANÇA, Iara Soares de, SOARES, Beatriz Ribeiro. **Rede urbana regional: cidades médias e centralidades: Estudo de Montes Claros e dos Centros Emergentes de Pirapora, Janaúba e Janaúria no norte de Minas Gerais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR) V. 14, N. 2 / NOVEMBRO 2012.

GARBELINE, Camila Balista. **Estudo dos vetores e expansão e análise de viabilidade do Distrito Industrial de Cuiabá – MT, 2014**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-Graduação em Geografia, 2014.

GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro RJ, Brasil, 1973.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC) – Diagnóstico consolidado. Produto 1b/ Relatório 1. Versão Completa.** Cuiabá, 2017. Disponível em: [http://www.pddivrc.ibam.org.br/wp-content/uploads/2017/12/p1b\\_diagnostico-1.pdf](http://www.pddivrc.ibam.org.br/wp-content/uploads/2017/12/p1b_diagnostico-1.pdf) > Acesso, novembro de 2018.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** AnnaBlume Ed. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural.** Edições Loyola, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes [1ª ed.] São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Martins Fontes, São Paulo, 2014.

HELD, Thaisa Maira Rodrigues. **Quilombo Mata Cavalo: os conflitos agrários e a violação do direito humano ao território étnico em Nossa Senhora do Livramento-MT.** Conflitos territoriais e socioambientais nas Amazônia (Dossiê). ACENO, Vol. 4, N. 8, p. 68-81. Ago. a Dez. de 2017. ISSN: 2358-5587.

LACERDA, J. 2012. **Vila Bela da Santíssima Trindade: berço da História.** Fonte: <<http://mt.gov.br/opiniao/vila-bela-da-santissima-trindade-berco-da-historia/74246>> Acesso, julho, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A noção de Totalidade nas Ciências Sociais.** Mimeo. Tradução de Luís Bittar Venturi [s/d].

\_\_\_\_\_. **El Marxismo.** Edición: EUDEBA, Buenos Aire 1961.

\_\_\_\_\_. **Posição: contra os tecnocratas – o fim da dicção-humanidade.** Editora. Documentos Ltda. São Paulo, 1969.

\_\_\_\_\_. **Re-produção das relações de produção.** Publicações Escorpião. Cadernos: O homem e a sociedade. Porto, 1973.

\_\_\_\_\_. **Lógica Formal, Lógica Dialética.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política.** Belo Horizonte, BH. UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_ **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LIMA, Ronei Coelho de. **O uso corporativo do território pelo agronegócio e a questão da logística de transportes em Mato Grosso.** Brasília-DF, 2015. Tese: Universidade de Brasília Pós-Graduação em Geografia.

Lorenzo López TRIGAL; José Alberto Rio FERNANDES, Eliseu Savério SPOSITO. **Diccionario de geografía aplicada y profesional: terminología de análisis, planificación y gestión del territorio.** Universidad de León, 2015

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política/Karl Marx.** Boitempo, São Paulo, 2011.

MARX, Karl; Friedrich ENGELS. **Manifesto comunista.** Edição Ridendo Castigat Moraes. Fonte digital RocketEdition, 1999. Disponível em: [www.jahr.org](http://www.jahr.org). Acesso: abril de 2016.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política/Karl Marx.** Boitempo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_ **O capital: crítica da economia política: livro I, volume 1,** 19ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 1. 2002 a.

\_\_\_\_\_ **O capital: crítica da economia política: livro I volume 2,** 18ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 2. 2002 b.

\_\_\_\_\_ **O capital: crítica da economia política: livro II,** 8ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Agronegócio: uma abordagem econômica.** Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2007.

MONTEIRO, Ubaldo. **Várzea Grande: Passado e presente confrontos, 1867 – 1987.** Cuiabá, Ed Policromos. 1987.

MOREIRA, Ruy. **A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro.** In: MOREIRA, Ruy. **Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil.** Rio de Janeiro, Consequência, 2012.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de Burla: 1892-1992.** Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

MOULINES, C. Ulisses. **El desarrollo moderno de la filosofía de la ciencia (1890-2000).** UNAM, Instituto de Investigaciones Filosóficas. México, 2011.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

NASCIMENTO, Adriana Queiroz (org). **Cuiabá: os impactos da Copa do Mundo 2014.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. KCM Editora e EdUFMT, Cuiabá, 2015.

NASCIMENTO-PINHORATI, Adriana Queiroz do. **As resistências à cidade de exceção : reestruturação urbana em Cuiabá no contexto da copa do mundo da FIFA de 2014.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Campinas, SP Geociências, 2016.

NUNES, Eduardo Pereira, CONTINI, Elisio. **Complexo Agroindustrial Brasileiro. Caracterização e dimensionamento.** Associação Brasileira de Agribusiness, Abag, Brasília, DF, 2001.

**OLHAR DIRETO (2016). Prefeitura de VG inicia demolição de ginásio esportivo utilizado por jovens; local receberá UPA.** Disponível em:<<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=414514&noticia=prefeitura-de-vg-inicia-demolicao-de-ginasio-esportivo-utilizado-por-jovens-local-recebera-upa>>. Acesso: agosto de 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** Volume 1, Tese Livre Docente, USP - Universidade de São Paulo, 1997a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** Volume 2, Tese Livre Docente, USP - Universidade de São Paulo, 1997b.

OLIVEIRA, José Hélio Dias de. **Transformações socioespaciais em Várzea Grande-MT: entre negócios urbanos e remoções de famílias no contexto da realização da Copa do Mundo de 2014.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Cuiabá, 2016.

PADUA, Rafael Faleiros de. **Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato grosso.** Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá - v. 17, n. 1 - p. 33 - 63 - jan/jun 2014.

PALMA, Danielly Cristina de Andrade. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Cuiabá, 2011.

PINAZZA, Luiz Antônio, ALIMANDRO, Regis, MEGIDO, José Luiz Tejon [et al.]. **Reestruturação no Agribusiness Brasileiro.** Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Agribusiness, 1999.

PRADO, Marcelo. **O agribusiness em um mundo globalizado.** (1999). In: PINAZZA, Luiz Antônio, ALIMANDRO, Regis, MEGIDO, José Luiz Tejon [et al.]. **Reestruturação no Agribusiness Brasileiro.** Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Agribusiness, 1999.

PREFEITURA DE CUIABÁ. **Plano Estratégico Município De Cuiabá 2013 – 2023: Cuiabá Capital do Pantanal e do Agronegócio.** Cuiabá, MT, 2013. Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/download.php?id=2241>> Acesso, janeiro de 2019.

RDNEWS (2017). **Slam poetry cresce e expande o poder da literatura falada em Cuiabá.** Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/final-de-semana/arte-e-cultura/slam-poetry-cresce-e-expande-o-poder-da-literatura-falada-em-cuiaba/80580>>. Acesso: agosto de 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Plano Nacional de Desenvolvimento I - Regime Militar - 1972-1974, I (PND)**, 1971.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República: 1986-1989 - I (PND)**, 1986.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Plano Nacional de Desenvolvimento II - Regime Militar - 1975-1979, II (PND)**, 1975.

ROMANCINI, Sônia Regina. **Reestruturação urbana e novos territórios em Cuiabá.** In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). **Novas territorialidades nas cidades mato-grossenses.** Cuiabá – MT EdUFMT, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Valmir Aparecido Ferreira Dos. **O Aeroporto De Cuiabá na História Regional: Do “Campo Velho” ao Novo Aeroporto de Cuiabá em Várzea Grande (1929-1969).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso UFMT, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de pós-graduação em História. Cuiabá – MT, 2013

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho.** São Paulo, 2004. In: CIDADES: Revista científica/ Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 1, n.1, 2004 – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, São Paulo, 2004 – v.. 6. N, 10; 23 cm., il.

SECITECI, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Cadernos de Ciências, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso: Eixo II - Inovação nas ICTs e nas Empresas.** Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Cuiabá, MT 2015. Disponível em: [http://www.fiemt.com.br/arquivos/2093\\_caderno\\_ii\\_inovacao\\_nas\\_icts\\_e\\_nas\\_empresas.pdf](http://www.fiemt.com.br/arquivos/2093_caderno_ii_inovacao_nas_icts_e_nas_empresas.pdf)> Acesso: janeiro de 2019.

SEDEC, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (). **DISTRITO INTEGRADO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE CUIABÁ.** Disponível em: <<http://www.sedec.mt.gov.br/-/517643-distrito-industrial?ciclo=>> Acesso: janeiro de 2019.

SILVA, Vania da. **A Dinâmica Da Incorporação Imobiliária na Produção Espacial em Cuiabá – MT.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP, 2016.

SILVA, Rosinaldo Barbosa. **Participação Social Institucionalizada e a re-produção do Espaço urbano da cidade de Várzea Grande – MT.** Dissertação (Mestrado), UFMT, 2015.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, UNICAMP. IE, SP, 1996.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, 2ª edição.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: VASCONCELOS, CORREA, PINTAUDI (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

SPOSITO, M. E. B. ELIAS, D. [et all]. **O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

STALLEY, MARSHALL. **Patrick GEDDES: Spokesman for Man and the Environment**. By Rutgers University, The State University of New Jersey, 1972.

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO TCE/MT. **Relatório de Auditoria dos Incentivos Fiscais Concedidos pelo Governo do Estado de Mato Grosso**. 2009. Disponível: [http://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00015670/Relatorio\\_Incentivos\\_Fiscais.pdf](http://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00015670/Relatorio_Incentivos_Fiscais.pdf) > Acesso: março de 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO TCE/MT. **Relatório de Levantamento na Receita Pública Estadual de Mato Grosso (2013 a 2016)**. Cuiabá, MT, 2016. Disponível em <http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rio-Final-TCE-MT.pdf> Acesso: março de 2018.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas**. Texto para discussão 2223/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Rio de Janeiro, 2016.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **A metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Cuiabá, EdUFMT, 2009.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização Regional: Formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2002.

VOLOCHKO, Danilo. **A Centralização do urbano na expansão do Agronegócio: elementos para o debate da urbanização de Mato Grosso**. XII SIMPURB, UERJ, 2013.

WELTER, Volker M. **Biopolis: Patrick Geddes and the city of life**. Library of Congress Cataloging-in-Publication, The MIT Press Cambridge, Massachusetts London, England, 2001.